

*História*  
*e memória política do*  
*Município de Parintins*



*Volume III*

*1977 a 1988*

*História e Memória Política do  
Município de Parintins  
1977 a 1988*

*História e Memória Política do Município de Parintins*

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS – CMP

Presidente: Juscelino Melo Manso

INSTITUTO MEMORIAL DE PARINTINS – IMPIN

Presidente: Irian Butel

PESQUISA

Equipe do Instituto Memorial de Parintins – IMPIN

TEXTOS

Juscelino Melo Manso - Organizador

Larissa Andrade – Oitava Legislatura

Paulo Carneiro – Nona Legislatura

REVISÃO

Venício Garcia

ARTE DA CAPA

Juliano Jesus da Silva

PROJETO EDITORIAL

Câmara Municipal de Parintins

PROJETO GRÁFICO

Câmara Municipal de Parintins

A554h

Andrade, Larissa da Silva

História e Memória Política do Município de Parintins /  
Larissa da Silva Andrade; Paulo Carneiro. – Parintins: Câmara  
Municipal de Parintins, 2012.

58 p. II; 434 cm.

Vol. III

Organizador: Juscelino Melo Manso

1. Legislatura da Câmara Municipal de Parintins -  
História. I. Carneiro, Paulo. II. Título.

CDU: 328.34.93

Bibliotecária responsável: Érica Shaunna Lima da Cruz  
CRB11/669

A Câmara Municipal de Parintins, na pessoa de seu presidente Juscelino Melo Manso e o Instituto Memorial de Parintins – IMPIN agradecem aos ex-vereadores Antônio Pontes, Geraldo Medeiros, e Raimundo Reis Ferreira por enriquecerem esta pesquisa com suas experiências e lembranças do exercício da vida pública no Legislativo parintinense.

Nossos agradecimentos.

## **Sumário**

APRESENTAÇÃO .....	10
<b>OITAVA LEGISLATURA</b> .....	<b>12</b>
PRÓLOGO .....	13
CONTEXTO HISTÓRICO .....	19
INÍCIO DOS TRABALHOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS - 1977 A 1982 .....	44
FORMAÇÃO DOS BLOCOS POLÍTICOS .....	49
CRESCIMENTO E INFRAESTRUTURA DA CIDADE DE PARINTINS .....	54
Organização Urbana .....	54
Títulos de Aforamento .....	68
Energia Elétrica .....	69
Correios e Telégrafos .....	70
Comunicação .....	71
ABASTECIMENTO: AGRICULTURA, PESCADO, COMÉRCIO E CARNE .....	72
Agricultura: A juta .....	72
Pescado .....	73
Comércio .....	75
Carne .....	77
ESPORTE .....	81
SAÚDE PÚBLICA .....	83
TRÂNSITO .....	85

SEGURANÇA PÚBLICA .....	89
BALANÇO GERAL E APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXECUTIVO DOS ANOS DE 1975 A 1979 .....	91
REAJUSTES DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES, PREFEITO, VICE-PREFEITO E FUNCIONÁRIOS.....	94
PROJETOS E CONVÊNIOS .....	97
DEBATES E DISCUSSÕES NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS .....	111
HOMENAGENS, PERSONALIDADES E DATAS COMEMORATIVAS. ....	148
INAUGURAÇÕES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.....	180
UTILIDADE PÚBLICA EM PARINTINS. ....	185
TÍTULOS DE CIDADÃO PARINTINENSE CONCEDIDOS ENTRE OS ANOS DE 1977 A 1982.....	199
1977.....	199
1978.....	200
1979.....	201
1980.....	201
1981.....	203
1982.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	204
ANEXOS.....	222
REFERÊNCIAS .....	232
NONA LEGISLATURA.....	233

*História e Memória Política do Município de Parintins*

1983-1988 .....	233
PRÓLOGO .....	234
NONA LEGISLATURA 1984 /1988.....	237
Prefeito e Vice-Prefeito.....	237
Vereadores eleitos .....	237
Vereadores suplentes.....	238
CONTEXTO HISTÓRICO: Crise Política e Econômica no Brasil .....	238
CONTEXTO HISTÓRICO EM PARINTINS: Crise Política e Econômica.....	242
Prefeito e Vice-prefeito .....	245
PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	248
MESA DIRETORA DA CÂMARA .....	251
1983/84.....	252
1985/86.....	252
1987/88.....	252
VEREADORES .....	253
Atuações dos vereadores .....	256
FRANCISCO SIQUEIRA NETO – (PDS, PFL) .....	256
EDSON GADELHA DA SILVA – (PDS, PFL).....	257
JOSÉ MARIA PINHEIRO FERREIRA – (PMDB, PSB, PMDB).....	258
ANTÔNIO PONTES DE JESUS – (PDS, PFL).....	259
JOSÉ WALMIR DE LIMA – (PMDB).....	260

JOSÉ TEXEIRA BARROS – (PDS, PMDB, PSB) .....	260
FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO – (PDS, PFL) .....	261
RAIMUNDO DESTERRO DA SILVA ROCHA – (PDS, PFL).....	262
ORLANDO DA SILVA HATTA – (PMDB) .....	263
WASHINGTON LUIS TEXEIRA – (PSB, PFL) .....	264
ADMILSON DUARTE RIBEIRO - (PSB, PFL).....	265
SUPLENTES.....	266
RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES (Primeiro Suplente do PDS) .....	266
IRANILDO NOBREGA DE MELO AZEDO - (Primeiro Suplente do PMDB) .....	266
MESSIAS AUGUSTO DAS NEVES .....	267
ADERALDO FREITAS PRESTES – (2º Suplente do PDS) .....	267
UM RELATO DESTA LEGISLATURA .....	268
AÇÕES DA NONA LEGISLATURA: Legislativo e Executivo.....	270
Formação das Comissões permanentes .....	271
1983/84.....	272
1985/86.....	272
1987/88.....	273
URBANIZAÇÃO.....	273
Pavimentação .....	273

INFRAESTRUTURA .....	279
Serviço de Abastecimento de Energia Elétrica .....	279
Serviço de Abastecimento de Água .....	284
Sistema de esgoto, sarjeta e meio-fio .....	286
Limpeza pública .....	289
Serviço de Saúde Pública .....	290
Educação .....	293
Abastecimento .....	300
Trânsito .....	304
Transporte .....	307
Segurança Pública .....	309
Obras .....	316
Loteamento de Terras .....	319
ECONOMIA .....	333
Agricultura, pecuária e pesca .....	333
Distrito Industrial .....	335
Desemprego .....	342
Crédito Bancário .....	343
CULTURA .....	346
Esporte e Lazer .....	347
Obras Literárias e Teatrais .....	349
Conservação de logradouros públicos .....	351

*História e Memória Política do Município de Parintins*

Casa da Cultura .....	352
Festival Folclórico.....	354
PROBLEMAS SOCIAIS .....	360
Jogatinas.....	360
Casas noturnas.....	361
Títulos de Cidadãos e homenagens .....	362
ZONA RURAL .....	366
FATOS INESPERADOS .....	369
RECEITAS E DESPESAS.....	373
Receita estimada para 1983.....	374
Receita estimada para 1984.....	374
Receita estimada para 1985.....	375
Receita estimada para 1986.....	376
Receita estimada para 1987.....	377
Receita estimada para 1988.....	378
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	379
ANEXOS.....	384
REFERÊNCIAS.....	402

## APRESENTAÇÃO

O Volume 3 trabalha o período da Oitava e Nona Legislatura (1977 a 1988). As ações que definiram a cidade que hoje conhecemos perpassaram por projetos de Lei que indicavam a retirada do Aeroporto da Parte central da cidade, a necessidade de construção do aterro da Francesa.

Trata-se da crise da juta no município, uma vez que a concorrência com o mercado externo e falta de políticas de incentivo à produção não eram suficientes para colocar o produto em igualdade de concorrência.

Fato curioso ocorrido na Oitava Legislatura. Pela primeira vez os livros oficiais tratam da questão “Festival Folclórico”, o vereador Raimundo Muniz apresenta um projeto de lei indicando ao título de utilidade pública, ao então desconhecido festival.

A Nona Legislatura é marcada por séria crise econômica, por ocasião da falência da Companhia fabril



de Juta. Tal situação fez com que fosse solicitada a devolução dos títulos de cidadão concedidos aos proprietários da referida empresa. Outra curiosidade acontece na Nona Legislatura. Ainda referente ao festival, levado a Plenário pelo vereador José Maria Pinheiro, este solicitava incentivo à festa, e obteve como resposta que “a cidade tinha assuntos mais relevantes a tratar”.

Por meio da leitura dos livros oficiais da Câmara Municipal de Parintins foi possível perceber o quanto a cidade cresceu se desenvolveu, e montou uma nova estratégia econômica, pois ao final da nona legislatura foi construído o Bumbódromo e partir de então, Parintins inicia um novo ciclo. Mas trataremos desses assuntos no próximo capítulo da história. Boa Leitura!

Juscelino Melo Manso  
Presidente da Câmara Municipal de Parintins

**OITAVA LEGISLATURA  
(1977-1982)**

## **PRÓLOGO**

A 8ª Legislatura ocorre entre os anos de 1977 a 1982, somando seis anos de mandato, sendo que nos anos anteriores eram somente quatro. A mudança é de acordo com a Emenda Constitucional nº 14, de 09 de setembro de 1980. Dois anos atrás já havia ocorrido prorrogação igual, com a implantação no início de 1977 do “Pacote de Abril”, decretado pelo presidente Ernesto Geisel, prorrogando para mais dois anos o mandato dos presidentes, somando seis anos.

Os relatos feitos na 8ª Legislatura estão embasados em seis Livros de Atas, três Livros de Registros de Decretos, Leis e Resoluções da Câmara Municipal de Parintins, os quais nortearam o desenvolvimento da mesma.

Numa primeira leitura das atas, se verifica a ação ativa dos vereadores, os quais estão dispostos a trabalhar em nome do povo, haja vista todos em sua fala deixar bem claro que estão no cargo pra servir a comunidade. Em consequência disso, apresentam vários pedidos de Projetos de Lei, Indicações, Títulos de Cidadão Parintinense, Resoluções e Leis. No entanto, as aprovações desses pedidos não dependiam somente do Legislativo, quando aprovados pela Comissão de Redação Final eram encaminhados ao Executivo para serem aprovadas ou não.

A cidade de Parintins se configurava da seguinte forma: na legislatura que antecede a 8ª observa-se uma cidade em pleno desenvolvimento, na administração da cidade estava o prefeito Benedito Azêdo, o qual deixou a Prefeitura com saldo positivo, há a construção do Grupo Escolar Suzana de Jesus Azêdo, com recursos próprios da Prefeitura. Surgem nessa época o Bairro de Palmares e o Bairro de Itaguatinga, os quais pediam melhorias relacionadas à luz elétrica e água. E no ano de 1978, o Bairro de Itaguatinga foi denominado Senador José Esteves. O Bairro de Santa Clara, em 1979 recebe o nome do Ex-prefeito Gentil Belém, e por fim em 1979 surge o Bairro Emílio Moreira, área situada próxima ao Lago Macurany, Rua Paraíba e propriedades do Sr. João Ribeiro. Vários pedidos foram feitos pela população através dos vereadores, para que se estruturassem tais localidades como abertura e pavimentação das ruas, luz elétrica, água encanada, etc.

Na administração da cidade estava o prefeito municipal Sr. Raimundo Reis Ferreira, Vice-prefeito o Sr. Paulo Vitorino de Menezes, e a Câmara era composta por onze vereadores, que se organizavam em Comissões Técnicas. A cada biênio assumia um presidente, o primeiro presidente foi Raimundo Muniz Rodrigues, o segundo Raimundo Ruy Mendes, o terceiro seria Geraldo Soares de Medeiros, porém o Ad-referendum foi anulado pela Comissão Representativa, Raimundo Ruy Mendes e José Teixeira Barros dão como justificativa que houve

falhas técnicas na eleição de 30 de novembro de 1980, não se encontrou nada a mais sobre essa anulação, assumindo novamente Raimundo Muniz Rodrigues e por fim Geraldo Soares de Medeiros reassume a Câmara no final da legislatura em janeiro de 1983.

Nesse ano da anulação da Mesa Diretiva para o biênio de 1981 a janeiro de 1983, Orlando da Silva Hatta tem seu mandato extinto em 1980, o Sr. Geraldo Medeiros fez um comentário a respeito desse assunto,

A extinção do mandato do Orlando Hatta foi por solicitação do suplente houve um erro de contagem, porque o nosso Regimento Interno, nossa a Lei Orgânica Regimento Interno diz que o vereador que falta um terço das sessões ordinárias que será contado final do ano, de cada ano, perde o mandato. E o suplente solicitou da Câmara e deram como se (...) tivesse ultrapassado esse um terço e extinguiram o mandato (...), fomos analisar depois examinamos que (...) não tinha extrapolado um terço, faltava duas sessões para ele extrapolar. Então um processo judiciário voltou tudo normalmente a Câmara (...). (Áudio da Entrevista do Sr. Geraldo Soares de Medeiros)

Segundo a informação dada pelo vereador Francisco Siqueira Neto a população de Parintins nessa época era de 53.063 habitantes conforme registros da PRODAI. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 65).

O abastecimento da cidade vivia da agricultura, pesca, carne e comércio, em alguns momentos a população pedia providências com relação ao preço elevado dos produtos. E também os edis pediam providências em relação ao matadouro, principalmente do transporte da carne, o qual era feito em carroças ou carros abertos até o mercado. A proibição do pescado em algumas localidades da cidade causou muita discussão no plenário devido à falta de estrutura onde eram colocados esses produtos, no entanto, os comerciantes reivindicaram, pois já que pagavam impostos tinham o direito da venda. Com o Decreto Estadual nº 5.507, de 13 de fevereiro de 1981, proibindo a saída do pescado do Amazonas, a situação dos amazonenses melhora, pois o pescado estava circulando no Estado, gerando lucro. A juta também era um dos produtos mais discutidos pelos edis, por causa do seu baixo preço ela não tinha saída, perdendo seu posto para a juta indiana no Brasil.

Outra questão foi às várias discussões no Plenário entre as Bancadas da Situação e Oposição. Num primeiro instante se configurava em ARENA e MDB, algumas vezes tiveram que parar as sessões devido às discussões intensas, após os ânimos estarem equilibrados retornavam a reunião. Nessas sessões foram discutidos assuntos diversos dentre comportamento de vereadores às críticas da rádio, questões relevantes como o Projeto que ampliaria os limites legais da Amazônia, onde os edis foram contrários.

Sobre a Educação, registra-se a presença na Câmara do Campus Avançado da Universidade do Rio de Janeiro, na pessoa do professor Marcílio Coelho Dias e depois Dr. Gilberto C. Bartras e da Unidade Educacional de Parintins, tendo a frente à professora Aldair Kimura Seixas. Os edis também questionavam sobre o Vestibular, que não era realizado na cidade, geralmente faziam pedidos para que as provas fossem feitas em Parintins.

No esporte verifica-se a 1ª Copa Parintinense, na liderança do Sr. Eduardo Costa. Na saúde, fica a preocupação da vereadora Geminiana Bulcão que faz apelo às autoridades públicas sobre fechamento do Hospital Pe. Colombo.

No plenário também foram feitas várias homenagens dentre elas, a Atleta “Nilba Reis Fernandes” dando Votos de Solidariedade, pela sua atuação como representante nos jogos Estudantis Brasileiros no arremesso de peso, a qual conseguiu o primeiro lugar do Brasil. A presença do cantor e compositor Chico da Silva, do poeta Jorge Tufic, o qual faz um poema a Parintins pela passagem do seu 126º aniversário.

A 8ª Legislatura apresenta ainda o Balanço Geral e Aprovação das Contas de 1975 a 1979, sendo que não se encontrou nas atas a aprovação das contas dos anos de 1980 a 1982. E ainda apresenta os Projetos e Convênios firmados pelo Executivo, os quais levaram à cidade a prosperidade dentre eles: Projeto do Plano

Rodoviário Municipal, o qual teve seu início em 1976, na administração do Sr. Benedito Azêdo, com a abertura das estradas e no intuito de continuar a melhoria destas, foi aprovado recursos junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Identificamos o Projeto de Lei Tiro de Guerra, Projeto da Casa da Cultura Alzira Saunier, seria um espaço de lazer e aprendizagem aos parintinenses, Convênio com a Celetramazon, a fim de beneficiar os moradores do Macurany, Aninga e Parananema, Convênio com a Fundação SESP, Convênio para a Construção da Estrada que dá acesso ao novo Aeroporto, dentre outros.

O Esporte Parintinense ganha força ao se tornar Utilidade Pública, assim como outras instituições. Observa-se também, Inaugurações de várias Instituições Públicas e Privadas como: Clube de Campo da Associação Comercial de Parintins (1977), Caixa Econômica Federal (1978), Banco Bradesco (1979) e o mais importante para o Legislativo Municipal o Plenário Raimundo Soares Almada em 15 de junho de 1980. Foram Títulos de Cidadão Parintinense pela Câmara Municipal entregue às pessoas que se destacavam na política, educação, etc.

## **CONTEXTO HISTÓRICO**

A oitava Legislatura se inicia no ano de 1977, num cenário político em processo rumo à redemocratização do país, saindo lentamente do período do regime militar.

Entre os anos de 1974 a 1979 o Brasil estava sob a liderança do presidente Ernesto Geisel. A política destacava-se dos partidos, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Durante as eleições a ARENA e o Governo sofreram uma esmagadora derrota para o partido MDB que elegeu 16 senadores e obteve 15 milhões de votos contra cinco senadores e 12 milhões de votos para a ARENA. Geisel cedeu e proibiu a propaganda eleitoral, era mostrada somente a foto dos candidatos.

Em 1977, o presidente fechou o Congresso e decretou o “Pacote de Abril”, onde ampliaria o mandato do próximo presidente para 6 anos e ainda houve a criação dos senadores biônicos, os quais seriam eleitos indiretamente.

Caminhando lentamente para a abertura política o presidente revogou o AI-5, restabelecendo o habeas corpus e as garantias individuais dos cidadãos, levando a uma redemocratização do país e ao reaparecimento de movimentos sindicais.

Registra-se também na história na região do ABC Paulista, o Movimento Metalúrgico tendo com líder

o Luís Inácio Lula da Silva, os mesmos reivindicavam melhorias salariais já que tinham perdidos nos anos anteriores.

O presidente Geisel escolheu como sucessor João Figueiredo que prometeu continuar o processo da abertura eleitoral e enfrentou uma dura linha militar.

João Batista Figueiredo assume nos anos de 1979 a 1985. Com ele acaba o bipartidarismo consentindo uma anistia política. Os exilados começam a retornar ao Brasil, tais como: Leonel Brizola, Miguel Arraes, o líder comunista Luís Carlos Prestes e o ex-líder estudantil José Dirceu.

Surge nesse período o PT (Partido dos Trabalhadores) uma aliança feita entre bases operárias do ABC paulista, de intelectuais e membros da Igreja, tendo como presidente do partido Luís Inácio Lula da Silva. Dentre esse reaparecem e surgem os partidos: PDS (Partido Democrático Social), PP (Partido Popular), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PCB, depois PC do B (Partido Comunista do Brasil).

O Brasil enfrentava crises com as contas externas devido ao preço do petróleo e a balança comercial deficitária, tendo que recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional), solicitando novos prazos e empréstimos principalmente aos Estados Unidos, aumentando assim ainda mais a dívida.

Uma nova forma de eleger o próximo presidente estava sendo elaborado, em 1983 o projeto foi entregue ao Congresso, as Diretas Já. As manifestações eram lideradas por Tancredo Neves, governador de Minas Gerais e nos grandes comícios as pessoas cantavam o Hino Nacional em demonstração de liberdade e respeito ao Brasil.

No Amazonas entre os anos de 1975 a 1978 assumia como governador do Estado o Ministro Henoch da Silva Reis, natural de Manacapuru, que na época era prefeito Municipal desse município e, em 1975 assumiu o governo central indicado pelo presidente Geisel. Assim como José Bernardino Lindoso, natural do município de Manicoré, assumindo entre os anos de 1979 a 1981, afastou-se do cargo em 1981 para concorrer ao cargo de senador para pleitear no ano de 1982.

No ano de 1982, encerrando a 8ª legislatura, o Governador Paulo Pinto Nery natural de Manaus, assume o Estado na fase da transição para o regime democrático, ano de eleição direta para governador em todo país, como político foi deputado estadual, federal, vereador e prefeito de Manaus em 1965.

Em Parintins, a eleição ocorreu em outubro de 1976, tendo como candidato a Prefeito, o Sr. Raimundo Reis Ferreira e Vice-Prefeito Paulo Vitorino de Menezes, A Câmara Municipal de Parintins era composta por 11 vereadores:

- \*ADMILSON DUARTE RIBEIRO
- \*FRANCISCO SIQUEIRA NETO
- \*GEMINIANA CAMPOS BULCÃO BRINGEL
- \*GERALDO SOARES DE MEDEIROS
- \*IRANILDO NÓBREGA DE MELO AZÊDO
- \*JOSÉ MARIA PINHEIRO TEIXEIRA
- \*JOSÉ TEIXEIRA BARROS
- \*ORLANDO DA SILVA HATTA (1977 a 1980 e janeiro de 1983)
- \*PAULO MARQUES SOARES
- \*RAIMUNDO MENDES LEAL (SUPLENTE de ORLANDO HATTA – 1981)
- \*RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES
- \*RAIMUNDO RUY MENDES

## **AÇÕES DO LEGISLATIVO NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

**Constituição das Mesas Diretivas e Comissões Técnicas da Câmara Municipal de Parintins de 1º De Fevereiro De 1977 a 28 de janeiro de 1983**

**1º PRESIDENTE DA CÂMARA:** RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES (01/02/1977–31/01/1979)

**VICE-PRESIDENTE:** RAIMUNDO RUY MENDES

**SECRETÁRIO:** FRANCISCO SIQUEIRA NETO

**2º PRESIDENTE DA CÂMARA:** RAIMUNDO RUY MENDES (01/02/1979–15/03/1980)

**VICE-PRESIDENTE:** FRANCISCO SIQUEIRA NETO

**SECRETÁRIO:** ADMILSON DUARTE RIBEIRO

**3º PRESIDENTE DA CÂMARA:** RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES (1981 - 31/01/1982)

**VICE-PRESIDENTE:** PAULO MARQUES SOARES

**SECRETÁRIO:** JOSÉ TEIXEIRA BARROS

**4º PRESIDENTE DA CÂMARA:** GERALDO SOARES DE MEDEIROS (14 a 28/01/1983)

**VICE-PRESIDENTE:** PAULO MARQUES SOARES

**SECRETÁRIA:** GEMINIANA CAMPOS BULCÃO BRINGEL

As Comissões Técnicas da Câmara Municipal para o biênio (1977-1978) ficaram organizadas assim:

**\*Comissão de Finanças e Orçamento**

**Presidente:** Raimundo Ruy Mendes

**Membros:** Admilson Duarte Ribeiro, Orlando da Silva Hatta e José Maria Pinheiro Ferreira.

**\*Comissão de Constituição e Justiça**

**Presidente:** Geraldo Soares de Medeiros.

**Membros:** Paulo Marques Soares e Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo.

**\*Comissão de Redação Final**

**Presidente:** José Teixeira Barros

**Membros:** Francisco Siqueira Neto e Orlando da Silva Hatta.

A vereadora Geminiana Bulcão retirou seu nome devido não estar de acordo a pertencer a Comissão de Redação Final, seu pedido foi aceito pelo presidente da Câmara.

[...] Deixou de pertencer a Comissão de Redação Final a Vereadora Geminiana Campus Bulcão Bringel, por não estar de acordo com a escolha de seu nome para pertencer a referida Comissão e o fez através de um pedido de Renúncia que foi aceito pelo Exmo Sr Presidente. [...]. (Livro de Atas, 1976 -1977, p. 13).

O primeiro Presidente da Câmara foi Raimundo Muniz Rodrigues (01/02/1977 A 31/01/1979), como Vice-presidente Raimundo Ruy Mendes e Secretário Francisco Siqueira Neto.

Nesse primeiro biênio registra-se muitas atividades do legislativo, os vereadores estavam em plena atividade, principalmente com relação à organização da cidade e dos novos bairros, dentre outros diversos assuntos tratados nas sessões.

Muitas discussões foram feitas no Plenário da Câmara Municipal, na 11ª sessão da Câmara Municipal

assume a presidência o Vereador Francisco Siqueira Neto, sob o pedido de licença dos edis Raimundo Muniz Rodrigues e Raimundo Ruy Mendes. (Livro de Atas 1976-1977, p. 52).

Para a constituição da nova Mesa Diretiva o presidente da Casa Raimundo Muniz Rodrigues anuncia que já estão abertas as inscrições das chapas para assumir o biênio 1979 a 1980, uma chapa já estava formada, tendo como presidente Raimundo Ruy Mendes, vice-presidente Francisco Siqueira Neto, Admilson Duarte Ribeiro como secretário. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 160).

Essa segunda eleição, ocorreu no dia 30 de novembro de 1978. Neste mesmo dia a edil Geminiana Bulcão apresentou outra chapa para concorrer à mesa Diretiva, tendo como presidente Geraldo Medeiros, vice-presidente José Teixeira Barros, e secretário Iranildo Nóbrega de Melo. Antes de terminar a sessão o presidente da câmara comunicou que após o término aconteceria a Sessão Extraordinária para a eleição da nova mesa, este comunicado causou muita discussão pelos edis. Conforme discorre abaixo,

**Ata da sessão extraordinária, realizada em 30 de novembro de 1978.**

(...) Sob a presidência do vereador Raimundo Muniz Rodrigues e com a presença dos senhores edis: Admilson Duarte Ribeiro, José Maria Pinheiro Ferreira, Geminiana Campos Bulcão Bringel, Iranildo Nóbrega de Melo

Azedo, Geraldo Soares de Medeiros, José Teixeira Barros, Raimundo Ruy Mendes, Paulo Marques Soares, Orlando da Silva Hatta e Francisco Siqueira Neto, realizou-se a reunião extraordinária de escolha da nova Mesa Diretora dos Trabalhos para o Biênio 1979 e 1980. Houve esclarecimento sobre outra Câmara que já elegeu a mesa e que não foram eleitos para o mesmo cargo. O edil Geraldo Medeiros, falou que consultou ao Dr. João Aguiar do IBAM e que este explicou o problema que não poderia ser. Ainda com a palavra disse estranhou que ele e o edil José Barros não foram convocados, para a escolha da chapa e que nada tem contra a escolha e ainda falou achou grande desconsideração dos edis da ARENA por não ser convidado. A seguir houve uma discussão cerrada a respeito do assunto o que o Sr. Presidente encerrou o assunto e convidou aos edis para procederem a votação. Nesse momento os edis, Geminiana C. Bulcão Bringel, Geraldo Medeiros, José Maria Pinheiro, Iranildo Nóbrega de Melo Azedo e José Teixeira Barros pediram permissão para se retirarem do recinto. Prosseguiu os trabalhos e o Sr. Presidente convidou ao edil Orlando da Silva Hatta a examinar a urna. Em seguida convidou ao Sr. Secretário a proceder a chamada nominal dos edis presentes para darem o seu voto secreto. Feita a votação o Sr. Presidente convidou aos edis Paulo Marques e Orlando Hatta a conferirem os votos que fica assim, depois de apurados. Mesa para o biênio 1979 a 1980 – Presidente – Raimundo Ruy Mendes – Presidente, Vice-Presidente – Francisco Siqueira Neto, Secretário Admilson Duarte Ribeiro, todos com seis votos favoráveis. A seguir o Sr. Presidente proclamou os eleitos. O vereador Ruy Mendes solicitou a

palavra para agradecer (agradecer) a escolha do seu nome para dirigir os destinos do Poder Legislativo no biênio que se aproxima. Nada mais havendo a ser tratado o Sr. Presidente sob a Proteção de Deus encerrou a sessão. (Livro de Atas, 1977 -1979, p. 162-163).

Na sessão solene dia 31 de janeiro de 1979 houve a posse da nova Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Parintins, Presidente: Raimundo Ruy Mendes, Vice-Presidente: Francisco Siqueira Neto e Secretário: Admilson Duarte Ribeiro. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 165-167).

Na 60ª sessão do dia 18 de novembro de 1980, o edil Orlando da Silva Hatta apresenta um Requerimento no plenário com os seus dois atestados constando as datas de 14 a 23 de agosto e 09 a 12 de outubro de 1980. E declarou que:

Deixou de apresentá-los no devido tempo, por achar que não era necessário visto que estava amparado na Lei maior desta casa que é o Regimento Interno, que menciona a perda de mandato se o vereador faltar a cinco (5) sessões ordinárias sucessivas e três extraordinárias feitas através da Convocação do Sr. Prefeito. (Livro de Atas d 1879-1980, p. 184-185).

Estes atestados foram aceitos e aprovados por todos no plenário.

No dia 30 de novembro de 1980, foi realizada a votação para o 3º mandato da Mesa Diretiva para o

período de fevereiro de 1981 a janeiro 1983. Ficando o resultado da votação assim: Presidente: Geraldo Soares de Medeiros com seis votos, Vice-presidente Paulo Marques Soares com 10 votos e secretária a edil Geminiana Campos Bulcão Bringel com cinco votos. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 196). Porém, este referendun foi anulado conforme a seguinte reunião da Comissão Representativa.

**Ata da Reunião da Comissão Representativa da Câmara Municipal de Parintins, em 17 de dezembro de 1980.**

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta, na sala de sessões da Câmara Municipal de Parintins, sob a Presidência do Vereador Raimundo Ruy Mendes e com a presença dos edis: Francisco Siqueira Neto, Admilson Duarte Ribeiro, Raimundo Muniz Rodrigues e José Teixeira Barros, reuniu-se a Comissão Representativa da Câmara Municipal de Parintins, aberta a reunião pelo senhor Presidente foi lido pelo Secretário o Relatório apresentado pelo Vereador Francisco Siqueira Neto sobre os Recursos Administrativos de nºs 01 e 012/80 impetrados pelos Vereadores José Teixeira Barros e Raimundo Muniz Rodrigues e que concluiu pela Decretação da anulação ad-referendum do Plenário da eleição da Nova Mesa Diretiva da Câmara Municipal realizada dia 30 de novembro de 1980 por infração as normas legais e que seja marcada nova eleição com iguais oportunidades para todos das normas em vigor no País. Posto o Relatório em votação, os edis José Teixeira Barros e

Raimundo Muniz Rodrigues absteram-se de votar considerando serem autores dos Recursos Administrativos. O vereador Raimundo Ruy Mendes, usando da palavra proferiu voto declarado em termos, os quais fez questão que fosse transcrito em ata: - Voto favorável a aprovação do relatório, em favor da anulação total das eleições de 30-11-80 para a Nova Mesa Diretiva da Câmara, justificando-o com o seguinte – O seu voto pela anulação, digo, aprovação do relatório é coerente, uma vez que se reconhece as falhas cometidas durante a realização da eleição da Mesa, falhas técnicas-jurídicas que levam a nulidade do escrutínio. Seu voto nada tem haver com os edis que participaram como candidatos nos quais reconhece capacidade e condições para o desempenho das altas funções, sem qualquer de mérito ao poder Legislativo, porém como Presidente da Câmara tem obrigação moral e legal de reconhecer as falhas e corrigi-las mesmo que para tanto tenha que sacrificar seus interesses ou voltar no tempo e no espaço, apenas com o propósito de bem servir a causa da justiça e os interesses maiores deste Poder. Sei que vozes se levantarão contra mim, no entanto, o nosso reconhecimento tranquiliza nossa consciência pelo dever cumprido. Os demais integrantes da Comissão Representativa Câmara Municipal votaram favorável ao relatório. E como nada mais houvesse a ser tratado na presente reunião o senhor Presidente em nome de Deus declarou a mesma encerrada. Eu, Admilson Duarte Ribeiro, secretário da C.M.P. que lavrei a presente ata. (Ata 001/80 – Comissão Representativa da Câmara Municipal de Parintins, 1980, p. 01-02).

O vereador Orlando da Silva Hatta teve o mandato extinto, devido ter terça parte de faltas a qual rege a Lei, e ainda a anulação do atestado médico mesmo a Câmara ter aprovado em sessão. Então, o vereador segundo a Comissão Representativa da Câmara, agiu indisciplinadamente, pois faltou as principais sessões, incluindo as Solenes e Extraordinárias. Abaixo as reuniões da Comissão Representativa e a Posse do suplente Raimundo Mendes Leal, substituto do edil Orlando Hatta.

**Ata de reunião da Comissão Representativa da Câmara Municipal de Parintins, em 09 de fevereiro de 1981.**

Aos nove dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e hum, na sala de Sessões da Câmara Municipal de Parintins, precisamente as 10:00 horas e previamente convocados, sob a presidência do Vereador Raimundo Ruy Mendes e com a presença dos edis Raimundo Muniz Rodrigues, José Teixeira Barros e Admilson Duarte Ribeiro, todos os membros da Comissão Representativa da Câmara Municipal de Parintins, reuniram-se para deliberarem o conteúdo do ofício nº 012/81- AEPMP de 05/02/81 do Chefe do Executivo Municipal solicitando autorização para ausentar-se do Município de Parintins pelo prazo máximo de 50 dias é o pedido de extinção do mandato do Vereador Orlando da Silva Hatta pelo suplente do Vereador Raimundo Mendes Leal por infração ao Artigo 1º da lei nº 6.793 de 11.06.80. (...). Exmo Sr. Presidente da Comissão Representativa da

Câmara Municipal de Parintins-Raimundo Mendes Leal. Brasileiro, casado. Suplente do Vereador, eleito pela Aliança Renovadora Nacional, conforme faz prova com o documento anexo, residente e domiciliado nesta cidade a Avenida Amazonas nº 2235, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência e dignos pares, Requerer na forma do artigo 1º da Lei nº 6793 de 11.06.80, que alterou a redação dada ao Inciso III do artigo 8º da Lei nº 201 de 27 de fevereiro de 1967 – seja declarado extinto o mandato do Vereador Orlando da Silva Hatta, também eleito pelo mesmo Partido Político, hoje integrando o Bloco PTB, com assento nessa Casa Legislativa, pelos motivos abaixo expostos: 1º) o Vereador Orlando da Silva Hatta infringiu o Inciso III do artigo 8º da Lei Federal nº 6793//de 11.06.80, ao faltar à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Parintins, sem motivo justificado, nos períodos legislativos recém findes, dando dessa forma ensejo a aplicação do referido diploma legal; 2º) Nossa assertiva está apoiada nos demonstrativos fornecidos ao Requerente pela Presidência da Câmara Municipal de Parintins, anexos ao presente; 3º) os Atestados Médicos apresentados pelo Vereador Orlando da Silva Hatta, com data de 17.11.80, não subsistem, embora o plenário da Câmara os tenha erroneamente aceito, em sessão de 18 de novembro do ano recém-findo e não passaram de simples manobra para tentar salvar seu mandato, já extinto por força da Lei Federal; 4º) Nos ensinam os doutos legisladores e doutores da ciência jurídica, através de mananciais de jurisprudências, que os Atestados Médicos para justificativas de faltas e para ter valor jurídico de fins específicos, devem por assinados por

uma junta Médica de pelo menos 03 médicos; 5º) Analisando os Atestados Médicos ao apreço, não se discute a idoneidade profissional do médico signatário, cujo valor como profissional e homem, Pai de família é por demais conhecido por sua retidão, no entanto, por uma simples leitura dos atestados, verifica-se que o signatário o Vereador Orlando Hatta, fez tratamento. Naquele serviço hospitalar. Necessitando deste período de licença para tratamento de saúde. 6º) Ressalte-se, Sr. Presidente e Membros da Comissão Representativa da Câmara Municipal, que o médico signatário, age corretamente, de vez que o paciente não se encontrava impossibilitado de andar ou desenvolver suas atividades normais, isto porque, no período de 14 a 23 de agosto de 1980, e vereador em apreço, compareceu ao plenário da Câmara conforme se pode provar com mapas Demonstrativos de Presenças e Faltas, fornecidas pela Presidência da Câmara; 7º) Verifica-se pelos Mapas anexos, que o Vereador Orlando Hatta compareceu a sessão ordinária do dia 19 de agosto de 1980, o que vem comprovar nessa afirmação de que o edil em apreço, não se encontrava impossibilitado de desenvolver suas atividades normais; 8º) Nos ensinam os doutrinadores que “O Disciplinamento introduzido pelo item III do art. 8º do Decreto Lei 201 de 1967, com a redação alterada pela Lei Federal nº 6793 – quanto ao comparecimento regular do Vereador às Sessões da Câmara, tem sido motivo de maior ocorrência de casos de extinção de Mandato Eletivos, consoantes se verifica pelas reiterados pronunciamentos de Poder Judiciário. Objetivam o legislador, está claro e evidente, reprimir aos faltosos e omissos no exercício do mandato popular. A ausência

prolongada do Vereador somente é tolerada na condição de licença, fora daí, não é admitida. 9º) É bem verdade que, se o pedido de licença estiver fundamentado em Motivo de doença grave e impossibilidade absoluta de locomoção, inclusive hospitalização (comprovada por laudo médico), a Câmara não pode negar a licença, justificando suas faltas o que não se enquadra ao Vereador Orlando Hatta, pois não requereu licenciamento da Câmara, e os Atestados apensos a este, somente falam em tratamento, inclusive de gripe. A impossibilidade total de comparecimento cai por terra, de vez que o edil em tela compareceu a sessão ordinária de 19.08.80. 10º) Ressalte-se que se durante o período compreensivo às sessões ordinárias (terça parte) ocorrer uma sessão solene ou comemorativa, ou ainda uma extraordinária – e a ela comparecer o Vereador faltoso - não elide a consecutividade das faltas, porventura já existentes, com as que de futuro, venham a verificar. Nesse sentido, o v. acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos Agravo de Petição nº 168.726 de 29.11.1968: 11º) Ademais o Vereador Orlando Hatta adoeceu em agosto e outubro de 1980, e somente em novembro do mesmo ano, após a urgência da Lei nº 6793, procuram justificar suas faltas na Tentativa Desesperada de salvar seu mandato já automaticamente extinto, na forma da Lei: 12º) Por uma simples leitura da Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de 18.11.80 – verifica-se que o próprio Orlando Hatta (vereador) que usando da palavra, apresentou o Requerimento para ser submetido ao Plenário (?) pedindo justificativa para suas faltas (?), não, para submeter ao Julgamento do Plenário os seus Atestados Médicos que comprovam o seu comparecimento digo o seu

não comparecimento nas sessões ordinárias nos períodos de 14 a 23 de agosto e de 09 a 12 de outubro de 1980: 13º) Ora Senhor Presidente e Srs. Membros da Comissão Representativa, os Atestados não deveriam ser submetidos a julgamento do Plenário, isto porque, presume-se que o Médico Signatário era competente para fazê-lo, perante a sua submissão ao julgamento do Plenário da Câmara remenda em total desrespeito ao esculápio que o assinam: Ao Plenário no máximo verificaria se estavam legais. 14º) Disse ainda o Vereador Orlando Hatta em sua justificativa que deixou de apresentar seus Atestados Médicos no Devido Tempo, pasmem Srs. Membros da Comissão Representativa. Por achar que não eram necessárias visto que estava amparado na Lei Maior desta Casa que é o Regimento Interno que menciona perda de mandato se o Vereador faltar cinco sessões ordinárias sucessivas e três extraordinárias. Tal afirmativa somente vem provar que o Edil em apreço, errou ao desconhecer como Legislador o princípio constitucional da hierarquia das Leis, isto porque a Lei Maior de todos os brasileiros quer tenham mandatos eletivos ou não é a Constituição Municipal, estão as Leis Federais, Estaduais e Municipais. 15º) não se concebe ainda, que os Srs. Vereadores tentam desconhecer a Lei 6.793, ao declarar que o Vereador Orlando Hatta estava certo quando obedeceria ao Regimento Interno e não a diploma legal citado acima, esta afirmação esta transcrita na ata do dia 18.11.80. Bonito gesto de solidariedade, porém, crivado de erros insanáveis: 16º) Errou o Plenário da Câmara, data ciência, inclusive o Sr. Presidente, ao submeter o Requerimento do Vereador Orlando Hatta, à sua aprovação de vez que a Lei é clara:

“A extinção de mandato é ato administrativo declaratório de situação anterior”. Estabelecer-se o fato, existe o fato, o fato está comprovado, então o Mandato já está extinto e cabe somente a declaração de extinção. A extinção do mandato do vereador declarado pelo Presidente da Câmara Municipal, com base em ausência as sessões da respectiva Câmara, independe de procedimento contraditório. Interpretação do Decreto Lei 201 de 1967 – RDA – vol. 107. Portanto nada mais justificaria as faltas do Vereador em tela, de vez que o fato existiu, foi comprovado e nada mais havia a deliberar. Finalmente nos ensinam os grandes mestres de direito que “Se a declaração de extinção do Mandato do Vereador faltoso não ocorrer na sessão ordinária imediata ou que se completam a terça parte, nem por isso tal extinção se desvanece”. Tanto assim que o § 2º do Art. 8º faculta ao Prefeito ou ao Suplente interessado pedir em juízo a declaração da extinção de que haja descuido o Presidente da Câmara. Além do mais, exige o dispositivo comentado que a extinção de mandato deva ser declarada após ocorrido e comprovado o fato ou ato extensivo, sendo que a comprovação por vezes, notadamente nos demais casos, pode vir depois da ocorrência e a primeira sessão seguinte, acompanhando, por força, o retardamento. Nesse sentido, o acórdão do Tribunal de Justiça paulista se posiciona antes do agravo de petição nº 168.726 de 29.11.1980. Pelo exposto, o requerente, aguarda de V. Exa, a declaração extintiva do Mandato do Vereador Orlando Hatta, convocando o signatário para, na qualidade de 1º Suplente da ARENA, assumir a Câmara Municipal de Parintins, dando-se ampla liberdade de defesa ao Vereador Hatta, conforme determinada Lei Federal 6793 – Art.

1º - que alterou redação do Art. 8º, inciso III do Decreto Lei nº 201 de 1967, respeitando-se as formalidades legais. Requer ainda que o ato extensivo seja comunicado a Justiça Eleitoral para os fins de direitos. Parintins, 05 de fevereiro de 1981. (...). Em 09 de fevereiro de 1981 (a) Raimundo Ruy Mendes – Presidente. E nada mais havendo a ser tratado na presente reunião, o senhor Presidente declarou encerrada. Eu, Admilson Duarte Ribeiro, Secretário que lavrei a presente ata. (Ata 001/80 – Comissão Representativa da Câmara Municipal de Parintins, 1981, p. 04-07).

Termo de Posse do 1º Suplente de Vereador senhor Raimundo Mendes Leal.

Aos vinte dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e um, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, nesta Secretaria da Câmara, compareceu o senhor Raimundo Mendes Leal, munido da convocação, Diploma de 1º Suplente e declaração, para assumir a vaga de Vereador em consequência da extinção do mandato do Vereador Orlando da Silva Hatta, conforme Decreto Legislativo nº 05/81 CMP. A seguir na presença do Sr. Presidente, de Secretário, do Vereador Raimundo Muniz Rodrigues e Funcionários da Câmara, o senhor o Senhor Raimundo Leal, foi convidado a proferir o compromisso regimental, de acordo com o Art.9º do Regimento Interno da Câmara Municipal, o que foi feito com as seguintes palavras “Prometo cumprir a Constituição do Brasil e do Estado, observar as Leis e desempenhar o mandato regimental, no interesse do bem comum”. Após o compromisso regimental, o Sr. Presidente da Câmara declaram o Senhor Raimundo Mendes Leal, empossado e investido no mandato de

Vereador à Câmara Municipal de Parintins a partir da presente data. Eu, Admilson Duarte Ribeiro Secretário que lavrei o presente termo que vai assinado pelo senhor Presidente e demais presentes. (Ata 001/80 – Comissão Representativa da Câmara Municipal de Parintins, 1981, p. 07).

A primeira reunião ordinária da Câmara Municipal foi realizada dia 15 de março de 1981, com a presença dos edis vereadores, Tenente Antonio Moreira (Agente da Capitania dos Portos em Parintins), Sr. Francisco Isaias Vieiralves João (Gerente da Telamazon) e a Sra. Rita Cunha Rosal (representante local do IPASEA). Nesta sessão foi lida a Resolução nº 06/80 que anula ad-referendum do Plenário da Câmara Municipal de Parintins as eleições da MESA DIRETIVA realizada dia 30 de novembro de 1980. Intensifica uma discussão sobre essa anulação, principalmente pelos edis que integravam essa Mesa Diretiva, os quais se retiraram no plenário e não participaram da nova votação.

**1ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Parintins, etc.**

Ata da 1ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Parintins do primeiro período Legislativo, realizada dia 15 de março de 1981. 8ª Legislatura em prorrogação nos termos E. Constitucional nº 14-09-80.

(...) O Sr. Secretário ainda fez a leitura da Resolução nº 06/81 –CMP que Anula ad-referendum do Plenário da Câmara Municipal de Parintins às eleições da MESA Diretiva

realizada dia 30 de novembro de 1980, e dá outras providências. – A seguir o Sr. Presidente declarou aberta a primeira parte da Ordem do Dia. Usou a palavra o edil Geraldo Soares de Medeiros que falou sobre a leitura da Ata da última sessão ordinária do ano de 1980, de 30 de novembro. O Sr. Presidente atendendo ao pedido do edil, fez a leitura da referida Ata. (...) O edil Geraldo Medeiros falou que poucas pessoas compareceram a essa sessão. Falou que ele e o edil Orlando Hatta, hoje com o mandato cassado faziam parte. Acha uma injustiça essa cassação. Falou que foi afastado da Comissão Representativa junto com o edil Orlando. Disse que deixou as fileiras do P.D.S. e que os seus 12 (doze) anos de luta não foram suficientes para resolver o problema familiar que seria a transferência de sua filha para Manaus, para trabalhar e estudar. Falou que poderá ser cassado, mas não deixará falar. Não sabe o porque da nova eleição e pediu ao Sr. Presidente para que o edil Raimundo Leal não votasse nesta Ata, e nem fosse votado. Consultou ao Sr. Presidente em que lei está baseado, para estar na Presidência. O Sr. Presidente respondeu que é devido à pessoa mais velha estar fazendo parte de um processo na justiça. O edil Geraldo falou que o certo seria ter reunido 31 de janeiro e dado a posse ao Presidente o mais velho dos edis pela ordem. A seguir usou a palavra o edil José Maria Pinheiro que falou que o certo seria a Câmara ter se reunido dia 31 de janeiro e acha na reunião de hoje se cometerá mais um arbítrio. Se referiu à eleição passada e disse que esta Casa aceitou o Atestado Médico do edil Orlando Hatta, e depois cassou o mandato. Contestou esse ato devido ao mandato do povo dado ao edil pelo voto. Falou que esse edil deixou de pertencer ao

Partido do PDS para servir melhor o povo. A seguir usou a palavra o edil José Barros, e disse que a secretaria tinha apenas uma chapa registrada – Presidente – José Teixeira Barros, Vice-Presidente Paulo Marques Soares, Secretário - Raimundo Muniz. Falou que a outra chapa foi encabeçada pelo edil Geraldo Medeiros que é complexado. A edil Geminiana falou que a eleição dita pelo edil José Barros, segundo a Ata foi calma e democrática. O edil José Barros falou que encontrou falhas e por esse motivo entrou com recursos, sendo aceito e aprovado pela Mesa Executiva desta Casa. (verificar Mesa Executiva desse período). Falou que renunciou em favor do edil Raimundo Muniz. O edil Admilson Duarte, pediu para a Ata ser colocada em votação. (...) O Sr. Presidente convidou a sua auxiliar para fazer a leitura nominal dos edis para a votação da Ata do dia 30 de novembro de 1980. Raimundo Muniz Rodrigues – contra a aprovação, Francisco Siqueira Neto, contra a aprovação, Geraldo Medeiros, favorável porque acha que foi legal, Iranildo Melo, favorável, José Maria Pinheiro, favorável, Geminiana, favorável, Paulo Marques contra a aprovação, Admilson Duarte, contra a aprovação. Sendo 6 resultados pela anulação da referida Ata. Transportados para a segunda parte da ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu a discussão a Resolução nº 06/80 CMP - que Anula ad. referendium do Plenário da Câmara Municipal de Parintins as eleições da Mesa Diretiva realizada dia 30 de novembro de 1980, e dá outras providências. O edil Geraldo Medeiros falou que não sabe se os Atos da Câmara tem validade. Se referiu ao edil José Barros que seria o seu companheiro de Chapa e que o traiu e disse que não tem complexo. Falou ao edil Raimundo Leal e que o

tratou como companheiro e amigo. Falou sobre o Atestado que foi dado pelo Dr. Romualdo Correa ao edil Orlando Hatta e que este estava realmente acamado e todos sabem que é verdade. Falou sobre a Lei que menciona essas faltas que data de 13-06-80 e o Sr Presidente só deu conhecimento aos edis em outubro de 1980. Falou que lutou em favor do Prefeito Raimundo Reis e que foi traído ao receber o recado que este não o queria em sua chapa como candidato a Vice-Prefeito. Falou que não há Lei que exija o Registro das Chapas desta Casa. Disse que espera a resposta do Tribunal, e que o edil Orlando Hatta ainda voltará a exercer o seu mandato. Falou que esquecerá o passado e convida aos companheiros de Bancada para se retirarem do Plenário para não cometerem mais um ato errado, nesta Casa. O edil José Maria pediu desculpas aos presentes, e disse que os edis são marionetes do Sr Prefeito, se referiu ao Festival que tirou o Festival da J.A.C. se referiu à mensagem que o Sr Prefeito não veio a esta casa. A seguir pediu para se retirar. A edil Geminiana falou que não quis humilhar ao edil Raimundo Mendes Leal, se referiu aos atos cometidos por esta Casa desde o dia 30 de novembro, e disse que teria sido melhor se fosse a favor dos pobres. Ainda se referiu ao Sr. Presidente falou que na primeira sessão responderá as acusações. A seguir os edis: Geminiana, Geraldo Medeiros, José Maria, Iranildo Nóbrega se retiraram do Plenário. (...). (Livro de Ata de 1981-1982, p. 08-11).

A votação para a Nova Mesa Diretiva ocorreu no mesmo dia, ficando o seguinte: Presidente Raimundo Muniz Rodrigues, 7 votos, Vice-Presidente: Paulo

Marques Soares 7 votos, Secretário: José Teixeira Barros 7 votos. Proclamados pelo Sr. Presidente Raimundo Ruy Mendes.

O Decreto nº 02/81 - CMP da Mesa Diretiva, conforme abaixo relacionado:

Decreto Legislativo nº 02/81 – CMP – A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais etc. – Considerando a sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Menandro Tapajós Filho, nos mandatos de segurança impetrados pelos Vereadores José Teixeira Barros, Geraldo Soares de Medeiros, Paulo Marques Soares e Geminiana Campos Bulcão Bringel; - Considerando a Resolução nº 06/80 desta Casa Legislativa através de sua Comissão Representativa, que anulou ad-referendum para o biênio 81/83. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 12).

O Sr. Presidente organizou as Comissões Técnicas, mas o edil Geraldo Medeiros não concordou com essa atitude já que as Comissões devem ser eleitas através do voto, obedecendo a Lei, o que não aconteceu. Entrando em discussão, o presidente diz que não é por eleição.

(...) A seguir o Sr. Presidente pediu ao Secretário para fazer a leitura das Comissões Técnicas. Colocando em discussão. O edil Geraldo Medeiros falou que o Regimento diz que são escolhidos através de eleições. O edil

Ruy Mendes falou ao diz que é eleição. O edil Geraldo Medeiros falou que foi organizado e não Indicação. O edil Geraldo falou que protesta contra a designação e quer a votação, pois queria que cumprisse a Lei. O edil Admilson falou que podem vota publicamente, ainda perguntou ao Presidente se a Resolução aprovado pela Câmara foi invalidada, pois o Vereador Independente não pode fazer parte de nenhuma Comissão Técnica. O edil Geraldo falou que a Resolução vai está mais válida pois os partidos já foram oficializados e organizados. O Sr. Presidente colocou em votação e foi aprovado pela Bancada do P.D.S. ficando assim constituídas: Comissão de Finanças e Orçamento: Presidente Paulo Marques Soares – Membros: Francisco Siqueira Neto, Admilson Duarte Ribeiro a edil Geminiana Bulcão Bringel – renunciou o seu cargo na referida Comissão. Comissão de Constituição e Justiça – Presidente: Raimundo Ruy Mendes – Membros: José Teixeira Barros, Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo. Comissão de Redação final: Presidente – Raimundo Mendes Leal, Membros: José Maria Pinheiro Ferreira e Admilson Duarte Ribeiro. Nada mais havendo ser tratado o Sr. Presidente encerrou a sessão (...). (Livro de Atas de 1981-1982, p. 17).

Na 14<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Câmara Municipal a vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel assume a presidência devido à ausência de todos os membros da Mesa Diretiva, por ser a mais idosa dos edis presentes ela assume de acordo com o Regimento Interno da Casa, na presença dos edis: Geraldo Soares de Medeiros, José Maria Pinheiro Ferreira, Iranildo Nóbrega de Melo

Azedo e Orlando da Silva Hatta. Daí prosseguiu a sessão como discorre abaixo:

A seguir não foi feita a leitura da ata que, não foi possível ser aprovada, em virtude de a maioria absoluta da Casa, ficando, portanto para ser decidida na próxima sessão. Ato contínuo, a Presidente em exercício da mesa, considerando que o Presidente efetivo já havia, no Gabinete da Presidência, perante o Dr. José Dutra, o Dr. Leopoldo Peres Sobrinho e o oficial de Justiça, reintegrado o Vereador Orlando da Silva Hatta, por determinação do MM Juiz de Direito da Comarca, em cumprimento do Tribunal da Justiça do Estado, autorizou que o vereador Orlando Hatta tomasse assento na sua bancada, ficando assim reintegrado à Câmara. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 180).

Nesta sessão os edis presentes no Plenário se congratularam com o retorno do edil Orlando Hatta, ele fala sobre seu retorno ao Poder Legislativo:

(...) por determinação da Justiça Superior contra o ato praticado covardemente pelo Presidente na época Vereador Raimundo Ruy Mendes, taxou também os integrantes da bancada da situação de covardes. Quando se esconderam atrás das mordomias dos Executivos Municipal, para lhe tirar o mandato que o povo lhe deu, disse também que o Juiz e Promotor da Justiça de Parintins, lhe negaram direito porque recebiam benefício do município. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 182).

No dia 14 de janeiro de 1983 o edil Geraldo Medeiros de Soares assume a presidência da Câmara Municipal de Parintins. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 49).

Sendo organizada da seguinte forma: Presidente: Geraldo Soares de Medeiros, vice-presidente: Paulo Marques Soares e secretária: Geminiana Campos Bulcão Bringel, que exerceram o mandato de 14 a 28 de janeiro de 1983.

## **INÍCIO DOS TRABALHOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS - 1977 A 1982**

No dia 10 de março de 1977 foi realizada a Sessão Preparatória da Câmara Municipal de Parintins, a qual tinha por finalidade formar as Comissões Técnicas da Câmara Municipal para o biênio de 1977 e 1978, e programar a sessão solene para receber o Prefeito Municipal Raimundo Reis Ferreira, onde o mesmo apresentará o balanço Geral de 1976.

Dia 15 de março realizou-se a Sessão Solene, recebendo na Câmara o Sr. Prefeito de Parintins Sr. Raimundo Reis Ferreira, o professor Marcílio Coelho Dias, diretor do Campus Avançado da UERJ, o Secretário de Transporte do Amazonas, Sr. Aluizio Freitas e os vereadores, com a ausência apenas do vereador Geraldo Soares de Medeiros, por motivo de

doença. A Ata discorre a fala do Exmo Sr. Prefeito de Parintins Raimundo Reis Ferreira.

**ATA DE SESSÃO SOLENE DE  
ABERTURA DOS TRABALHOS  
LEGISLATIVOS DO ANO DE 1977, DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS,  
ETC.**

Aos quinze dias do mês de março de mil novecentos e setenta e sete, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio da Câmara Municipal de Parintins, sob a Presidência do Vereador Raimundo Muniz Rodrigues e com a presença dos senhores vereadores – Raimundo Ruy Mendes, José Teixeira Barros, Paulo Marques Soares, Orlando da Silva Hatta, Admilson Duarte Ribeiro, José Maria Pinheiro Ferreira, Geminiana Campus Bulcão Bringel, Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo e Francisco Siqueira Neto, realizou-se a Sessão Solene de Abertura dos Trabalhos Legislativos do corrente ano, precisamente às 17:40 horas, “no prédio da Câmara Municipal de Parintins”. O Exmo. Sr. Presidente iniciou a sessão convidando o Exmo. Sr Raimundo Reis Ferreira Prefeito Municipal, para tomar assento à mesa diretora dos Trabalhos, juntamente com o professor Marcílio Coelho Dias diretor do Campus Avançado UERJ em Parintins, e o Sr. Alúzio Freitas Secretário de Transporte no Amazonas. A seguir o Sr Presidente explicou que o objetivo principal da sessão solene era abertura dos Trabalhos Legislativos do corrente ano e que nesta sessão S. Exa, o Prefeito Municipal, passará às mãos do Presidente à Prestação de Contas do ano de 1976 (mil

novecentos e setenta e seis) e fará também a leitura de sua mensagem para o corrente ano. O Sr. Presidente concedeu a palavra ao Exmo. Sr. Raimundo Reis Ferreira Prefeito Constitucional do Município de Parintins que assim se expressou: em primeiro lugar saudou à mesa Diretora dos Trabalhos e aos Senhores Vereadores juntamente aos demais presentes, falou sobre a data em que se estava comemorando em todo o Estado do Amazonas, os dois anos de governo do Ministro Henoch da Silva Reis, e que Parintins também estava participando das festividades que se realizavam na capital do Estado. Falou ainda que a mensagem do Executivo na abertura do período Legislativo prendia-se aos fatos e as realizações do ano que se passou, marcando como destaque principal as eleições de 15 de novembro de 1976, mostrando assim um sinal de Progresso da Resolução, falou ainda que não trouxe a prestação de Contas, pois terá prazo para encaminhá-la a esta Casa até o fim do corrente mês e que tomará as devidas providências para encaminhá-la dentro em breve, falou ainda que durante estes dois meses de governo, já atendeu mais de 1.500 pessoas com os mais variados problemas e procurou atendê-las da melhor maneira possível, e que ainda não deu continuidade às obras iniciadas e não iniciou outras por motivo das grandes chuvas que tem assolado nossa cidade, falou também das dificuldades que os municípios enfrentarão no corrente ano, pois elas foram confirmadas pelo Eminente Presidente da República nas suas falas do fim do ano, mas que confia em Deus que serão superadas e que conta com a ajuda de todos, para isso não medirá esforços e que todos juntos conseguirão superar as crises previstas. Contará ainda com o entusiasmo e a

harmonia que irá reinar as duas Bancadas desta Casa, para que haja entrosamento total, bastando que cada membro desta casa use de prudência no sentido de que se entendam para que reine a paz, entretanto, pois só assim poderão fazer um bom governo [...] encerrou o seu pronunciamento desejando a todos felicidades. (Livro de Atas 1976-1977, P 14)

Os vereadores Raimundo Ruy Mendes, representando a bancada ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e a Vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel representando o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), falaram sobre o início dos trabalhos e da parceria do Legislativo e o Prefeito de Parintins, poderiam ter para propiciar a melhoria de vida dos parintinenses.

O ano de 1978 inicia no dia 15 de março com a Sessão Solene, o qual fala sobre a abertura dos trabalhos, apresentação da Prestação de Contas da Prefeitura, da mensagem do Sr. Prefeito na pessoa do vice- prefeito em exercício Exmo. Sr. Paulo Vitorino de Menezes, Dr. Algenor Teixeira, assessor jurídico da Prefeitura Municipal e os vereadores.

Os trabalhos na Câmara Municipal de Parintins, no ano de 1979, inicia-se no dia 26 janeiro no intuito de tratar sobre os subsídios do Prefeito Municipal de Parintins Raimundo Reis Ferreira, dos Vereadores e Funcionários da Câmara Municipal de Parintins. É apresentado no plenário pelo edil Orlando Hatta o

Decreto Legislativo nº 01/79 que trata sobre o aumento do salarial de 40%.

O ano de 1980 começa no dia 25 de janeiro, com a Sessão Extraordinária, tendo a finalidade da elaboração do Projeto de Resolução nº 01/80 – CMP o qual Fixa os Subsídios e Vantagens dos Senhores da Câmara Municipal de Parintins. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 39).

No dia 15 de janeiro de 1981, inicia as atividades do Legislativo, com a Sessão Extraordinária sob a Presidência do Vereador Raimundo Ruy Mendes, e dos edis: Francisco Siqueira Neto, José Teixeira Barros, Geraldo Soares de Medeiros, Orlando da Silva Hatta, Paulo Marques Soares, Raimundo Muniz Rodrigues, Admilson Duarte Ribeiro, Geminiana Campos Bulcão Bringel, José Maria Pinheiro Ferreira e Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo, e foi lido no expediente:

(...). Projeto de Lei nº 002/81 – AEPMP – que Reajusta os Vencimentos do Funcionalismo Municipal e dá outras providências – sendo os regidos pelo Estatuto de Parintins – cargos de provimento efetivo e de provimento em Comissão da Prefeitura Municipal de Parintins, de acordo com o Anexo I que acompanha a presente Lei. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 01).

No dia 14 de agosto de 1981 não houve sessão, haja vista não houver número suficiente de vereadores

para aprovar os trabalhos. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 99).

A 8ª Legislatura encerra dia 28 de janeiro de 1983, com a 5ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Parintins, com a presidência do edil Geraldo Medeiros de Soares e a presença dos edis: Paulo Marques Soares, Iranildo N. de Melo Azedo, Raimundo Muniz Rodrigues, Francisco Siqueira Neto, Geminiana Campos Bulcão Bringel, Admilson Duarte Ribeiro, José Maria Pinheiro Ferreira, Raimundo Ruy Mendes e Orlando da Silva Hatta, onde aprovaram o Projeto de Lei nº 3/83 AEPMP, o pedido de abertura do crédito adicional de Hum milhão, duzentos e trinta e oito mil cruzeiros e oitenta e sete centavos (1.238.789,57) aprovado em com unanimidade. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 51).

## **FORMAÇÃO DOS BLOCOS POLÍTICOS**

Pode-se verificar que nos primeiros anos de 1977 a 1979, existiam somente dois partidos políticos o ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). No decorrer dos anos os vereadores foram mudando de partidos que iam surgindo no decorrer da abertura política do Brasil.

Dentre esses vereadores que mudaram de partidos vemos edil Paulo Marques Soares que apresenta no dia 13 de maio de 1980, uma resolução de nº 05/80,

dizendo que a partir daquela data passaria a compor o Bloco PTB (Partido Trabalhista do Brasil), ora em fase de constituição e pedido de registro, na forma da Lei, os edis: Geminiana Campos Bulcão Bringel, José Maria Pinheiro Teixeira “Líder” e Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo que assinaram a Declaração. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 40). Porém, não ficou por muito tempo retornando ao PDS.

Também é promulgado o Projeto de Resolução nº 05/80 – CMP, que: dispõe sobre a Constituição e o funcionamento de Blocos Parlamentares até a Organização dos novos Partidos Políticos. O Sr. Presidente convidou os presentes a ficarem de pé para a Promulgação da Resolução nº 05/80 – CMP. Em seguida, foi suspensa a sessão para que os edis pudessem compor algum bloco Parlamentar. Reabertos os trabalhos os edis: Raimundo Muniz Rodrigues, Raimundo Ruy Mendes, Admilson Duarte Ribeiro, José Teixeira Barros, Paulo Marques Soares e Francisco Siqueira Neto, apresentaram no expediente à Presidência comunicando que a partir desta data comporão o Bloco Parlamentar provisório, que nesta Câmara Municipal de Parintins, representará o Partido Democrático Social - PDS, ora em face de constituição e pedido de registro em forma da Lei. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 40).

A conjuntura política configurou-se da seguinte forma: BANCADA DO P.T.B. (Partido Trabalhista Brasileiro): José Maria Pinheiro Ferreira, Iranildo

Nóbrega de Melo Azêdo e Geminiana Bulcão Bringel. BANCADA DO P.D.S. (Partido Democrático Social): Francisco Siqueira Neto, Raimundo Ruy Mendes, Raimundo Muniz Rodrigues, Admilson Duarte Ribeiro, José Teixeira Barros, Paulo Marques Soares. VEREADORES INDEPENDENTES: Geraldo Soares de Medeiros e Orlando da Silva Hatta retorna novamente ao PTB. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 157).

O vereador Orlando Hatta se desvincula efetivamente do P.D.S. e passa para P.T.B. Geminiana Bulcão faz um comentário a esse respeito:

(...) nunca foi situação de coração e hoje ingressou na Oposição. Sente-se honrada por ter nele um homem trabalhador e honesto e de integridade moral inabalável. Falou que está providenciando ofício para o Sr. Presidente que desligará o referido edil do P.D.S (...). (Livro de Atas de 1979-1980, p. 179).

No dia 13 de novembro de 1980 o edil José Maria falou de sua alegria em transmitir aos seus pares a Constituição da Comissão Provisória do Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.). Presidente Dr. Antonio Carlos Ianuzzy, Vice-Presidente Orlando da Silva Hatta, Tesoureiro Dr. Harald Souza, Secretária Prof<sup>ª</sup> Geminiana Campus Bulcão Bringel. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 179).

A Câmara recebeu o Ofício nº 021/81 AEPMP – que comunicou a indicação do Vereador Raimundo Ruy

Mendes do Bloco Parlamentar do PDS, como novo líder do Governo Municipal junto a essa Casa Legislativa. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 12).

No dia 20 de agosto de 1981, a edil Geminiana Bulcão faz uma declaração dizendo que não pertence mais as fileiras do P.T.B. que acompanhará Gilberto Mestrinho Bancada do PMDB, a fim de ajudar a levá-lo ao governo do Estado nas eleições de 1982. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 103).

E no dia 1º de outubro de 1981, surge outro Partido, onde o edil Geraldo Medeiros comunica que os Vereadores: Geraldo Soares de Medeiros, Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo, Geminiana Campos Bulcão Bringel e José Maria Pinheiro Ferreira, passaram a integrar o Bloco Parlamentar do Partido Popular (P.P.). (Livro de Atas de 1981-1982, p. 124). O Ofício nº 127/81, comunica o registro definitivo do Partido Popular – PP.

A Circular nº 03/82 do Governador do Estado do Amazonas Dr. Paulo Pinto Nery comunicando que assumiu a partir do dia 14 de maio o cargo de Governador do Estado em decorrência da renúncia de titular Dr. José Lindoso. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 05).

Na 1ª sessão do 2ª Período ordinário da Câmara Municipal de Parintins de 1982, o plenário recebe a visita do Sr. Raimundo Mendes Leal, para substituir o edil Francisco Siqueira Neto, que entrou de licença por 15

dias para tratamento de saúde. O edil Raimundo Ruy Mendes teceu comentários sobre o número de eleitores em Parintins.

O Sr. Presidente justificou ao Plenário a presença Sr. Raimundo Mendes Leal em substituição ao titular vereador Francisco Siqueira Neto que entrou em licença pelo período de 15 dias para tratamento de saúde e que segundo a nova Lei Orgânica dos Municípios convoca-se imediatamente do primeiro suplente. Em seguida facultou a palavra ao Plenário e usando-a o edil Raimundo Ruy Mendes que após uma justificativa sobre o número de eleitores existentes na quarta Zona, solicitou ao Presidente que enviasse expediente ao Meritíssimo Juiz Eleitoral município de Parintins, solicitando o número de eleitores, pois pelo que se observam está ultrapassando os vinte e cinco mil eleitores o que dá direito a mais duas cadeiras à Câmara Municipal de acordo com a nova lei orgânica dos municípios. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 11).

Observa-se também a presença da mulher assumindo a Prefeitura a Sra. Vilma de Freitas Ribeiro através do Ofício nº 133/82 AEPMP, na ausência do Prefeito Municipal Paulo Vitorino. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 26).

## **CRESCIMENTO E INFRAESTRUTURA DA CIDADE DE PARINTINS**

### **Organização Urbana**

Com relação à organização urbana de Parintins vários pedidos de reformas e construções foram feitos pelos edis vereadores haja vista a cidade de Parintins passar por grandes enchentes, não tendo para onde a água escoar, principalmente nas Travessas João Melo, Clarindo Chaves, Avenida Amazonas, Armando Prado, Cordovil, Álvaro Maia, Beco Independência, dentre outras. Como abaixo descreve a Ata o pedido da Vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel:

Aberta à primeira parte da ordem do dia pediu a palavra à vereadora Geminiana Campus Bulcão Bringel para apresentar uma proposição, encaminhada ao Exmo Sr. Prefeito, pedindo uma solução por parte da Comuna Parintinense, para a construção de esgotos que venham satisfazer as enchentes de águas pluviais nas artérias. Travessas João Melo, Clarindo Chaves e trecho da Av. Amazonas, Armando Prado, trecho compreendido entre a travessa Cordovil e Clarindo Chaves e o perímetro compreendido entre a Travessa Álvaro Maia, Beco Independência e adjacência. Requerem ainda que se não for possível a solução pela Secretaria de Obras do Município, devido ao Vulto da obra, que seja encaminhado ao Dr. José Ribamar Jorge de Oliveira, D. D. Superintendente da SUPLAN

(Superintendência de Planejamento exercício e fiscalização) de Obras do Estado pedindo-lhe que chame essas obras para seu encargo, para que solucione o mais breve possível os referidos esgotos, devido aos grandes transtornos e prejuízos de todos os que habitam Parintins principalmente ao Comércio [...]. (Livro de Atas de 1976-1977, p. 20-21).

O edil Vereador Raimundo Muniz Rodrigues faz um pedido importante a Câmara Municipal, sobre a restauração da Praça Cristo Redentor (atualmente Praça Digital), devido à deterioração dos bancos e as partes laterais e luminárias, as quais estavam atraindo a ociosidade e prostituição. Como podemos ver na citação abaixo:

[...] o vereador Raimundo Muniz Rodrigues que apresentou um requerimento, pedindo após ser ouvido o douto Plenário seja caminhado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitação no sentido de que este providencie a restauração em parte da Praça denominada Cristo Redentor, nesta cidade – considerando que alguns bancos daquele logradouro estão praticamente deteriorados; considerando que as laterais da referida Praça estão caindo e, que merecem um urgente reparo, pois a inclemência das chuvas contribuíam para que isso ocorra; considerando, a falta da iluminação fato que vem concorrendo para a prática de ajustamento de meretrizes e desocupados, num verdadeiro desafio ao respeito e tranquilidade pública das imediações; Considerando finalmente que o monumento erigido naquela praça caracterizando a imagem do CRISTO, merece maior respeito, carinho e

melhor tratamento especialmente no que concerne a pintura; requereu providências no sentido de que se melhore o aspecto original desse logradouro. (Livro de Atas de 1976-1977, P. 35).

O Projeto de Lei nº 01/77 CMP, veta a troca de ruas e logradouros, de autoria dos vereadores Geraldo Medeiros de Soares e José Teixeira Barros. Aprovado em 06 de maio de 1977 pela Comissão de Constituição e Justiça.

**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS  
Projeto de Lei nº 01 / 77, CMP.**

Veda a troca de Ruas e Logradouros Públicos e denominação dos mesmos, na cidade de Parintins.

Os vereadores José Teixeira Barros e Geraldo Soares de Medeiros, usando das atribuições constitucionais, apresentam na forma regimental, o seguinte.

**Projeto de Lei**

Art. 1<sup>o</sup> – Fica vedada a troca de denominações de Ruas e Logradouros Públicos existentes desta data no Município de Parintins.

Art. 2<sup>o</sup> – O presente Projeto de Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3<sup>o</sup> – Revogam-se as disposições em contrario.

S.S da Câmara Municipal de Parintins, em que 26-04-77. aa) José Teixeira Barros, Geraldo Soares de Medeiros – Vereadores.

**Justificativa**

Sr. Presidente e Srs. Vereadores, apresentamos ao exame e decisão de Vossas Excelências, o

presente projeto de lei, que representamos marcado de maior justiça tanto para os que foram destacados pela homenagem dos ilustres parintinenses que fizeram das ruas uma lembrança dos homens que no passado muito contribuíram para o desenvolvimento da nossa Tupinambarana, como pra aqueles que outrora ocuparam o cargo de Vereadores, hoje ocupados por V. Exas. – consideramos também que se o presente projeto trará grande benefício aos moradores desta cidade, especialmente ao comercio, uma vez que trocado o nome de uma rua, acarreta prejuízos c/ troca de endereços, impressos e notas fiscais. S.S da Câmara Municipal de Parintins, em 26-04-1977. aa) José Teixeira Barros e Geraldo Soares de Medeiros – Vereadores.

A cidade de Parintins se configurava os bairros que foram surgindo no decorrer de 1976 a 1979. Em 1976 surge os Bairros de Palmares, Santa Clara, Itaguatinga e Vitória Régia (Sham) que conforme as atas estavam sendo estruturados e organizados. Na 8ª Legislatura, surge o Bairro Emílio Moreira. Os bairros recebem novos nomes assim como seus logradouros.

Encontra-se nos Livros de Registros de Projetos e Decretos o Mapeamento do Município de Parintins. Aprovado em 22 de novembro de 1977.

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE Parintins**  
**Decreto Legislativo de nº 18/77 – CMP**

Considera oficializados os números de todos os setores e quadras constantes do mapeamento da cidade de Parintins e dá outras providências.

O cidadão Raimundo Muniz Rodrigues, Vereador a Câmara Municipal de Parintins, etc. Faz saber que este Poder Legislativo, em seu segundo período de trabalhos, decretou a seguinte:

**LEI**

Art. 1º- Considera-se oficializados todos os números dos Setores e Quadras da cidade de Parintins.

§ único - Os Setores e Quadras de que trata a presente Lei, estão inseridos no contexto do mapeamento existente, distribuídos distintamente da seguinte forma: Setor 1 contém 78 quadras, a partir da frente da cidade pela Trav. Cordovil, buscando a Av. Nações Unidas pelo lado de baixo, envolvendo partes das Ruas Rio Branco e Paraíba, bem como, os Bairros da Francesa e Santa Clara. Setor 2 contém 72 quadras, a partir da Travessa Cordovil, desde a frente da cidade, buscando a Av. Nações Unidas, pelo lado de cima, envolvendo, os Bairros de São Benedito, Conj. Residencial Vitória Régia, Itaguatinga até a Comp. Fabril de Juta. Setor 3 contém 69 quadras, as quais compreendem o Bairro de Palmares.

Art. 2º- A Prefeitura Municipal de Parintins mandará afixar, em local de destaque, as plaquetas devidamente correspondentes aos respectivos números dos Setores e Quadras existentes.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Justificativa – Nossa propositura se constitui no aspecto formal da escala urbanista da cidade de Parintins. Quem vive e trabalha em nosso meio por certo já atentou para o fato de determinadas mudanças da cidade. Vários aspectos gradativamente vêm ganhando dimensão entre nós. São obras que hoje e amanhã deixarão envergadas no conceito da história parintinense marcas precisas e palpáveis. – Considerando toda essa forma de desenvolvimento é que através de nossa proposição, apresentada à luz do douto Plenário, vimos assentar a melhor sugestão em caráter de Lei, segundo entendemos, para acrescer o nível de urbanidade desta cidade. Podemos, inclusive, nos juntar a forma miraculosa do trabalho que está desenvolvendo a empresa Norte Elétrica, aplicando o posteamento a base de concreto nas primeiras artérias de Parintins. Este é mais um grande motivo para que nos orgulhemos de nossa linha urbanística. – Considerando, ainda, a premente necessidade de melhor identificar nossos setores e quadras constantes do mapeamento da cidade, e, especialmente, oficializá-los perante a formalização da Lei, justificamos na forma mais sucinta o nosso gesto, por intermédio do presente documento. – S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 18 de novembro de 1977. a) Raimundo Muniz Rodrigues - Vereador  
(Livro de Registros de Projetos e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p.30-31).

O Bairro cognominado Itaguatinga em 1978 recebe o nome de Senador José Esteves conforme o

Projeto de Lei nº 06/78 - CMP. (Livro de Atas 1976-1977, p. 116), descreve abaixo:

**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PARINTINS**

**Decreto Legislativo de nº 06/78 – AEPMP.**

“Dá a denominação de Senador José Esteves ao Bairro Itaguatinga, e dá outras providências”.

O cidadão Raimundo Reis Ferreira, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão do segundo período ordinário, aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º- Fica denominado de BAIRRO SENADOR JOSÉ ESTEVES, o Bairro cognominado de ITAGUATINGA nesta cidade.

Art. 2º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil em, 28 de Setembro de 1978

a) Raimundo Reis Ferreira – Prefeito de Parintins

(Livro de Registros de Leis, Decretos Resoluções ano de 1978-1979-1980, p.2).

A Câmara promulga a Lei nº 01/79 – CMP, a qual dá denominações oficiais as Ruas e Travessas existentes no Bairro de Santa Clara. O presidente Sr. Raimundo Muniz Rodrigues da Câmara lê a promulgação da Lei, cuja fica esclarecida assim:

Art. 1º A Avenida cognominada de Portugal, no Bairro de Santa Clara, passa a denominar-se de “Avenida Nakauth”. a) Ficam mantidas as denominações de Rua “Joaquim Prestes”, “Avenida Desembargador João Corrêa”, Francisco Augusto Belém e Rua Isabel. b) A travessa cognominada de “Imperatriz Tereza” passa a denominar-se de “Rua Edilce Baranda”. c) As duas Ruas Paralelas a “Rua Herbert de Azevedo”, passa a denominar-se “Rua Heroshi Namura” e “Rua Francisco Ferreira”. d) A Rua paralela a “Edilce Baranda” passa a denominar-se de “Rua Luiz Gonzaga”. Art. 2º - a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. – Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 20 de março de 1979. a) Raymundo Ruy Mendes – Presidente. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 178).

Com relação ao Bairro Vitória Régia é promulgada a Lei nº 02/79 CMP, que faz a denominações oficiais as Ruas e Avenidas existentes no Bairro Vitória Régia. (Livro de Atas de 1979, 90).

**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

**Lei nº 02/79 - CMP**

“Dá denominações Oficiais as Ruas e Avenidas existentes no Bairro Vitória Régia, desta cidade, e dá outras providências”.

O cidadão RAIMUNDO RUY MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

Faz saber que o Poder Legislativo, no seu primeiro ordinário do ano de 1976, aprovou, e,

considerando a omissão do Executivo Municipal na respectiva sanção dentro do prazo legal, eu na salvaguarda do interesse público, promulgo a seguinte.

**LEI**

Art. 1º - As Avenidas e Ruas existentes no Bairro Vitória Régia, desta cidade, passam a ter as seguintes denominações, conforme abaixo:

a) A Avenida Penetração I – passa a denominar-se de AVENIDA TERESA BARBOSA RIBEIRO. b) - A Avenida Penetração II – passa a denominar-se de “AVENIDA RENATO BATISTA”. c) – A Rua nº 1 – passa a denominar-se de “RUA PICHITA COHEN”. d) – A Rua nº 2 – passa a denominar-se de “RUA WALDEMAR QUEIROZ”. e) - A Rua nº 3 – passa a denominar-se de “RUA FRANCISCO XAVIER”. f) - A Rua nº 4 – passa a denominar-se de “RUA JOSÉ PRESTES. g) - A Rua nº 5 – passa a denominar-se de “RUA ALCIDES SEIXAS”. h) - A Rua nº 6 - passa a denominar-se de “RUA SOUZA FILHO”. i) – A Rua nº 7 – passa a denominar-se de “RUA ARMÍNIO PRESTES”. j) – A Rua nº 8 – passa a denominar-se de RUA “DOMINGOS PRESTES”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, 16 de outubro de 1979.

a) Raimundo Ruy Mendes – Presidente

Esta Lei foi publicada nesta Secretaria da Câmara Municipal de Parintins, aos dezesseis do mês de outubro de mil novecentos e setenta e nove e está registrada no livro competente.

(Livro de Registros de Leis, Decretos Resoluções ano de 1978-1979-1980, p.72).

Na 18ª sessão ordinária do segundo período da Câmara Municipal de Parintins ocorrida no dia 04 de setembro de 1979, o edil Geraldo Soares de Medeiros apresenta o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei nº 02/79 – CMP, que Reconhece como povoados do Município de Parintins e dá outras providências. (Livro de Atas de 1979, p. 66-67).

*História e Memória Política do Município de Parintins*



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 02/79.

RECONHECE como povoados do Município de Parintins as Comunidades existentes, e dá outras providências.

O cidadão RAIMUNDO RUY MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em seu segundo período ordinário apresentou e aprovou a seguinte,

L E I :

Art. 1º - Ficam reconhecidas como povoados do Município de Parintins, para efeito do que prescreve o art. 104 da Lei 700 de 30.12.67, as Comunidades abaixo discriminadas:- Valéria, Paraná de Parintins de Baixo, do Meio, de Cima, Marituba, Jauri, Mirity, Mato Grosso, Vila Amazônia, Zé Açú, Colônia Boa Esperança, Zé Miry, Máximo, Maranhão, Santo Antônio do Tracajá, Folede Fizza, Terra Preta do Mamurá, Sisião, Araú, Sabina, Mocambo do Mamurá, Sumáma, Guarantuba, Catacoré, Maranhá, Marajó, Cajual, Remijo, Jacó, Jará, São Tomé, Paraíba, São Carlos, São José, Itaborari de Baixo, do Meio, de Cima, Brásfia, Gatspera, Bôto, Santa Rita, Vila Hentes, Caborí, Santa Terezinha, Buiassá, Panuará, Santa Maria, Divino Espírito Santo, Lago da Esperança, Embaubal, São João, Santo Antônio, Nossa Senhora do Carmo, São Tomé do Mocambo, Remanso, Marajá, Arrari, Arco, Arquinho, Canudo, Borrulho, Marinho, Guaribas, Araçutuba, Saracura, Água, Limão de Baixo, do Meio e de Cima.

Art. 2º - Fica o Prefeito Municipal de Parintins, autorizado a criar por Decreto, os pólos de atrações que Sub-dividirão econômica e administrativamente os povoados reconhecidos nesta Lei.

Foi aprovado no dia 16 de outubro de 1979 por unanimidade e encaminhado ao Sr. Prefeito Raimundo Reis Ferreira a Redação final do Projeto de Lei nº 04/79 – CMP, o qual dá a denominação ao Bairro Santa Clara do Ex-Prefeito, Gentil Belém. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 8).

**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PARINTINS**

**Projeto de Lei nº 04/79 - CMP**

Dá a denominação de Prefeito GENTIL BELEM, ao Bairro cognominado de Santa Clara e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, no uso de suas atribuições constitucionais, apresenta a consideração do egrégio Poder Legislativo, o seguinte:

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão do segundo período ordinário, aprovou e eu sanciono a seguinte:

**PROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica denominado de PREFEITO GENTIL BELEM, ao Bairro cognominado de Santa Clara, nesta cidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 16 de outubro de 1979.

**JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a homenagem póstuma ao ilustre Senhor Gentil Augusto Belem, levando-se em conta os relevantes serviços prestados a Comunidade Parintinense, quer como

administrador Público que foi, quer como cidadão honrado e sensível aos problemas sociais de sua terra natal.

Na vida pública deixou a marca de sua personalidade, através de um Governo austero e progressista, aonde o seu pulso firme e a honradez de seu caráter fizeram com que as gerações de então e atual sentissem sua presença amiga protetora, honesta e sincera.

O cidadão GENTIL BELEM destacou-se na vida privada pela maneira humana com que procurou ajudar na solução dos problemas sociais de Parintins doando grandes áreas de suas terras para a construção do Hospital da FSESP, Casados dos Velinhos, Estação de Meteorologia e a Casa do Bom Samaritano a ser construída pela Igreja Batista de Parintins.

Tudo isso, mais o carinho e afeição que sempre demonstrou por essa terra e sua gente, justificam a homenagem embora tardia dos Poderes constituídos aquele que tão dignamente soube viver e conviver entre os mortais.

É a nossa Justificativa.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 16 de outubro de 1979.

(aa) Raimundo Ruy Mendes – Presidente

Francisco Siqueira Neto – Vice-presidente

Admilson Duarte Ribeiro - Secretário

(Livro de Registros de Projetos e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p.3).

O Projeto de Lei nº 05/79 – CMP – Dá a atual área compreendida entre o Lago do Macurany Rua Paraíba e terreno de propriedade de João Ribeiro a denominação de Bairro Emílio Moreira e dá outras providências. Como justificativa é uma homenagem justa

ao reconhecimento do trabalho do Deputado Emílio Moreira que incansável lutou pela criação do Município de Parintins, hoje considerada como a 1ª cidade do interior do Amazonas, juntamente com Antonio Maia, Dr. Afonso Maranhão, José Alexandre Ribeiro, Balbino Noronha e Mozart de Freitas Vieira, deram muito de si para o desenvolvimento dos municípios.

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**Lei nº 05/79 - CMP**

“Dá a atual área compreendida entre o Lago do Macurany, Rua Paraíba e terreno de propriedade de João Ribeiro, a denominação de Bairro Emílio Moreira e dá outras providências”.

O cidadão RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES, Vereador da Câmara Municipal de Parintins, usando das atribuições que a Lei lhe faculta, apresenta a consideração do Poder Legislativo, o seguinte:

**PROJETO DE LEI**

Art. 1º - Passa a área de terras compreendidas entre o Lago Macurany, Rua Paraíba e terreno de propriedade de João Ribeiro, a denominar-se de BAIRRO EMÍLIO MOREIRA.

Art. 2º - As Ruas existentes no referido Bairro passam a denominar-se:

- a) RUA JOSÉ ALEXANDRE RIBEIRO
- b) RUA MOZART DE FREITAS VIEIRA
- c) RUA ANTÔNIO MAIA
- d) RUA DR. AFONSO MARANHÃO
- e) RUA BALBINO NORONHA

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins em 19 de outubro de 1979. a) Raimundo Muniz Rodrigues.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, 16 de outubro de 1979.

a) Raimundo Ruy Mendes – Presidente

Esta Lei foi publicada nesta Secretaria da Câmara Municipal de Parintins, aos dezesseis do mês de outubro de mil novecentos e setenta e nove e está registrada no livro competente.

(Livro de Registros de Leis, Decretos Resoluções ano de 1978-1979-1980, p.58).

### **Títulos de Aforamento**

O edil Paulo Marques apresenta dois requerimentos, aqui somente um exposto sobre o pedido ao Sr. Prefeito Raimundo Reis Ferreira da expedição dos Títulos de Aforamento aos moradores do Bairro de Palmares,

Srs. Presidentes e Srs. Vereadores. Requeiro na forma Regimental, após ouvir o douto plenário seja solicitado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal – Raimundo Reis Ferreira, que autorize aos serviços, digo, ao Serviço de Terras do Município, a expedição dos Títulos de Aforamento, aos moradores do Bairro de Palmares, após cumprida as formalidades legais para tal fim. Requeiro, outrossim, que determinado o dia e hora para entrega dos referidos títulos de Aforamento, a Presidência desta Casa, coloque a disposição do Sr. Prefeito Municipal, o Plenário desta Tribuna do Povo, para que em Sessão Solene, sejam entregues tais documentos aos beneficiados, como tantas

vezes tem esta casa servido, ao Governo do Estado para solenidades de tal quilates. Sala de Sessões da Câmara Municipal de Parintins, em 04 de agosto de 1978. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 97).

E ainda encontrou-se uma situação, no qual o edil José Barros apresenta o requerimento nº 16/80 que se refere ao problema do êxodo rural das comunidades Rurais Caburi e Mocambo, pedindo a titulação de aforamento para que esses moradores pudessem conseguir créditos junto as Agências bancárias, para a construção de suas residências e pediu a terraplanagem e alinhamento desses núcleos. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 47).

### **Energia Elétrica**

Quanto à energia elétrica, tinha a CELETRAMAZON, o qual atendia não somente os novos bairros, mas lugares que necessitam de reparos, as pessoas que moravam no centro da cidade reivindicavam melhorias, pediam reformas na iluminação em alguns trechos da cidade. Como podemos verificar no requerimento do edil Orlando Hatta.

(...) o edil Orlando da Silva Hatta que apresentou um requerimento quanto à iluminação no trecho compreendido entre a Rua Getúlio Vargas e Rua Paraíba da Trav. Rio branco no sentido de que o Exmo. Sr. Prefeito

Municipal de Parintins ao agente da Celetramazon solucionar o problema colocando (1) poste com uma luminária é a solução [...]. (Livro de Atas de 1976-1977, P. 34).

A Câmara recebe uma Carta da Celetramazon – nº 1566/79 – que encaminhou cópia do esboço do Projeto de Lei, que regulamenta a cobrança da Taxa de Iluminação Pública. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 9).

O edil Paulo Marques encaminha o Requerimento nº 23/82, o qual pede que seja encaminhado aos Dirigentes Regional e Local da Celetra e Deputados, e ao Sr. Governador para que unidos consigam ampliar os circuitos elétricos no Bairro de Palmares, Rua Júlio Belem e Emilio Moreira. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 174).

### **Correios e Telégrafos**

A cidade dispunha dos Correios e Telégrafos, e na reunião do dia 18 de outubro de 1977 a Câmara recebe a Gerente Sra. Zenaíde, onde a mesma fala sobre a implantação das Caixas de coletas e novos funcionários para atender as necessidades da comunidade. Também discutiu-se ainda o aumento da tarifa das cartas próprias de Cr\$ 1,00 para Cr\$ 5,00 as quais são entregues as próprias pessoas.

Também há introdução da Telefonia na cidade de Parintins, a Câmara recebeu o ofício da Diretoria das

Telecomunicações do Amazonas S.A. – Telemazon convidando o Legislativo para a Inauguração da Central Telefônica de Parintins. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 82).

Admilson Duarte apresenta o requerimento nº 110/81 – que solicita após audiência do Plenário, que seja oficializado ao Sr. Gerente da TELAMAZON – Sr. Isaías, para estudar as possibilidades de instalar “TELEFONES PÚBLICOS” em vários locais da cidade. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 141).

### **Comunicação**

Sobre Comunicação: Transmissoras de Televisão. Admilson Duarte Ribeiro faz a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/79, o qual autoriza o Exmo Sr. Prefeito Municipal de Parintins, Alienar à Sociedade de Televisão Ajuricaba Ltda, a doação de uma área de terra de Patrimônio Municipal, medindo sessenta metros de frente, por cinquenta ditos de fundo, ao norte com a Rua Itacoatiara, com cinquenta metros, ao sul, com a Rua Raul Góes com cinquenta metros, a Leste com a Travessa Rio Branco, com sessenta metros. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 170).

Havia na cidade a Rádio Emissora “Cultura de Parintins” do empresário José Pedro Faria. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 139). E ainda a Rádio Alvorada de

Comunicação, na direção Raimunda Ribeiro e Rádio Clube.

### **ABASTECIMENTO: AGRICULTURA, PESCADO, COMÉRCIO E CARNE.**

O município de Parintins com relação ao abastecimento é predominante, o comércio, agricultura, pesca e carne. No decorrer dos anos da 8ª Legislatura o comércio ganhava forças, entretanto, o Brasil, passava por crises relacionadas à inflação que durante este período chegava a 107%, fazendo com que os comerciantes aumentassem os preços, influenciando a maioria dos setores econômicos. Diante disso, os vereadores reivindicavam do Executivo fiscalização nos comércios, mercados e feiras, haja vista quem sofria com isso era a população.

#### **Agricultura: A juta**

O vereador Paulo Marques fala do problema que a juta enfrenta com relação aos preços a serem vendida, pois a juta da Índia esta sendo vendida no Brasil a Cr\$ 3,40 o tipo cinco e em melhor qualidade que a nossa, afetando todos os poderes Estaduais e Federais. (Livro de Atas1976-1977, p.73).

No dia 27 de outubro, foi lido no expediente o Ofício nº 150/81 AEPMPB que encaminhou a Cópia das

Leis nº 06/81 e 07/81 AEPMP devidamente sancionadas pelo Executivo. José Barros falou sobre “os juticultores que foram prejudicados, devido à liberação da juta do exterior que devido ao baixo preço não deu para salvarem seus compromissos com os Bancos”. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 136-137).

A Câmara recebeu o Ofício/Coopjuta nº 25/81 - Parintins-Am, respondendo ao Ofício nº 066/81 – C.M.P, com as seguintes informações: Esclarecemos o produto dentro dos parâmetros exigidos, recebem os seguintes preços por cada tipo: tipo três – 35,00 (trinta e cinco cruzeiros), tipo cinco – 30,00 (trinta cruzeiros), tipo sete – 28,00 (vinte e oito cruzeiros), tipo nove – 26,00 (vinte seis cruzeiros). (Livro de Atas de 1981-1982, p. 29).

### **Pescado**

O vereador Admilson Duarte Ribeiro fala em plenário que não concorda com o preço do pescado que estão sendo vendidos, pois o preço tabelado do pirarucu estava entre Cr\$ 8,00 e Cr\$ 9,00 e os vendedores estão vendendo a Cr\$ 11,00 e Cr\$ 12,00 pedindo providências cabíveis. (Livro de Atas 1976-1977, p. 26).

O Decreto Estadual nº 5.507 de 13 fevereiro de 1981, proíbe a saída do pescado para o outro Estado, a Colônia Z17 deve tomar conhecimento desta nova Lei. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 26).

Na Câmara na 13ª sessão, os vereadores falaram sobre a proibição da venda do pescado no Bairro de Palmares. Geraldo Medeiros questiona a informação do jornal “Expressinho”, Edição 29, última página a qual diz o seguinte: “Ninguém poderá vender nenhum peixe de escama em casas comerciais ou ambulantes sob a pena de punição”.

(...) Ele acha que qualquer comerciante que paga seus impostos, tem por obrigação vender suas mercadorias, cabe ao Prefeito fiscalizar, disse não ter no momento nenhum requerimento, mas deixava aqui o seu apelo. Acha que é justo evitar a exploração, que proíbe e não a venda do peixe. Prosseguindo os trabalhos José Maria Pinheiro ainda com referencia ao Pescado falou que fomos procurados por comerciantes do Bairro de Palmares e gostaria que o vereador Admilson estivesse presente para prestar esclarecimentos as pessoas que aqui vieram solicitar permissão para continuar vendendo o Pescado em suas Mercearias no Bairro de Palmares. (...) (Presidente) Facultou a palavra aos comerciantes que disseram que foram proibidos da venda do peixe de escama e que somente podiam vender o porco e o piracuí o que é muito difícil para eles encontrarem e queriam apenas o aumento de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) na venda, pois o peixe de escama é o único que oferece condições. Depois de tudo abordado entre comerciantes e Vereadores, o ilustre Presidente, em exercício informou que vai mandar elaborar um documento amparado pelas duas bancadas para reivindicarem o que foi solicitado pelos comerciantes: Manuel do

Carmo Vasconcelos Ribeiro, Valdomiro Pereira de Souza, Paulo Maciel, José Maria Marinho dos Santos e Emílio Batista dos Santos (...). (Livro de Atas de 1981-1982, p. 41-42).

### **Comércio**

Na sessão do dia 03 de novembro de 1981, os edis discutiram a situação dos aumentos absurdos dos preços das mercadorias, as quais os comerciantes estavam colocando os preços que quisessem devido o aumento do salário. Eles cobraram do Sr. Prefeito que fiscalizem as mercearias, já que aqui não havia a fiscalização da SUNAB e que providenciasse uma tabela de preços, para evitar que o consumidor seja prejudicado. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 1).

A Câmara também institui a Semana Inglesa para o comércio, de autoria do edil Admilson Duarte Ribeiro. (Livro de Atas 1979-1980, p. 191). Apresenta aqui o Projeto e a justificativa de Lei nº 006/80 – CMP.

*História e Memória Política do Município de Parintins*



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI 006/80-CMF.

INSTITUI a SEMANA INGLESA PARA  
o COMÉRCIO, e dá outras provi-  
dências.

O cidadão RAIMUNDO RUY MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em seu segun-  
do período ordinário decretou e aprovou a seguinte,

L E I :

Art. 1º - Fica instituída a Semana Inglesa para o Comércio do Muni-  
cípio de Parintins, sem prejuízo da jornada de trabalho pre-  
visto em Lei Federal.

Art. 2º - Para compensar a suspensão do trabalho aos sábados à tar-  
de, o comércio fica autorizado a prolongar seu expediente,  
respeitando contudo as limitações legais.

Art. 3º - Excluem-se da Semana Inglesa os Supermercados, açougues,  
farmácias, Droguarias, panificadoras, bares, boites e res-  
taurantes, que obedeceram horários especiais determinados  
pela Prefeitura Municipal.

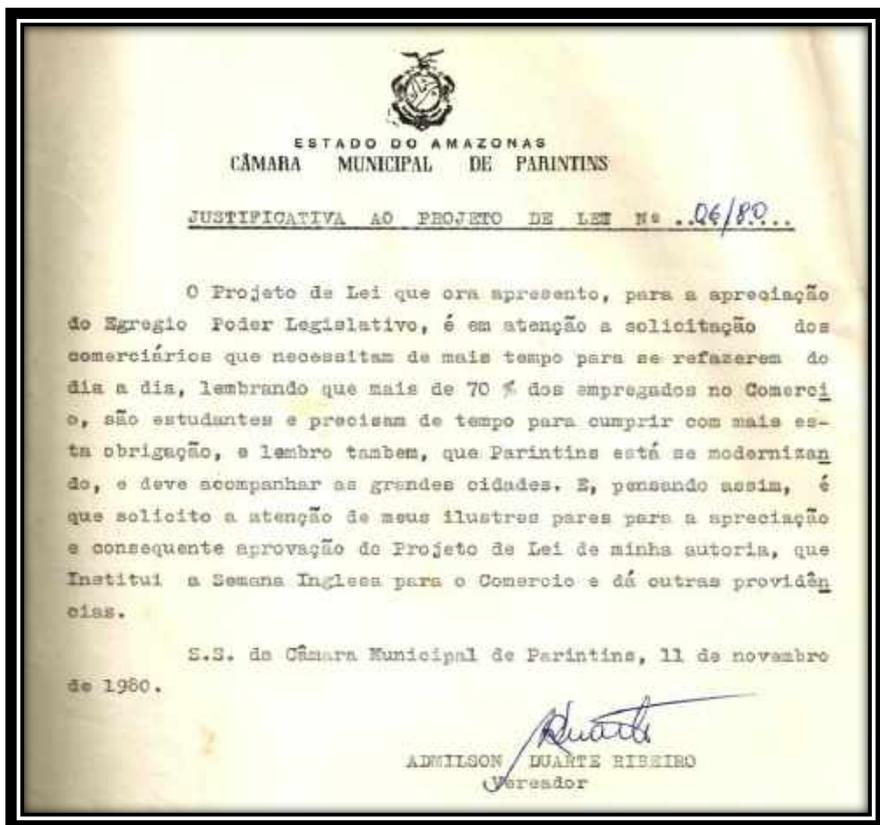
§ ÚNICO - O Comércio logístico e de eletrodoméstico, ficam resguar-  
dados o direito de abrir suas portas para o público nos dias  
23, 24, 30 e 31 do mês de dezembro de cada ano, lavando-se  
em conta em conta ser dias de NATAL e ANO NOVO.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

S.S. DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PA-  
RINTINS, 27 DE NOVEMBRO DE 1.980.

*Assinado*  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE / VICE-PRESIDENTE

*Emetido  
cópia ao Exec.  
Tivo Municipal, em  
1.980.*



## **Carne**

Houve no plenário muitas discussões sobre o preço da carne e o transporte até o mercado, pois eram transportadas em carroças a céu aberto sem preocupação devida, mas não somente isso havia também a cobrança com relação ao tabelamento preço que esse produto

estava sendo vendido, por isso as pessoas reivindicava junto ao Legislativo, fiscalização e melhoria nesse setor.

## **EDUCAÇÃO**

Em relação Educação, na 28ª sessão no dia 31 de maio de 1977, a diretora Aldair Kimura Seixas usou a palavra para falar do funcionamento, estrutura e finalidade da Unidade Educacional de Parintins, a mesma diz que:

Educação são esforços conjugados e que a Unidade é como um órgão qualquer que pode atender a qualquer pessoa desde que seja procurada para informações, ou outro problema qualquer. Falou que o ensino em Parintins está de acordo com a Lei 5.692 da reforma do ensino e que vigora em todo Território Nacional e explicou que tem sob a sua orientação 8.091 alunos em nível de 1º Grau de 1ª a 8ª séries e em nível de 2º Grau com os cursos, Técnicos com Pedagogia, técnico e m Química e Técnico em Contabilidade. Falou que com a reforma foi extinto primário e ginásial. Passando a ser ensino de 1º grau que da 1ª série até a 8ª série. Quanto à nota que o aluno tem que ser avaliado nas suas notas e nas suas habilidades e qualidades pessoais. Para isso foi criado o Conselho de classe que necessário o representante de classe os professores pra julgarem os alunos. Falou que o Grupo de Palmares que recebe o nome de Suzana de Jesus Azêdo está funcionando a título precário, que por esse motivo tem

recebido críticas, mas que as enfrenta, pois ali estão 670 crianças que estavam à espera do mesmo e o ensino ali efetuado é de 1ª a 4ª série. Quanto à pergunta se já foram contratados os professores para lecionar no referido Estabelecimento falou que em 16.03.77 encaminhou à Secretaria de Educação os nomes dos candidatos e afirmou a que a Unidade tem prioridade de indicar as pessoas e falou que os professores que se sentem prejudicados que os mesmos devem buscar canais competentes e que em breve será efetuado o Concurso e que todos precisam se submeter a fim de evitar esses problemas o que dará segurança a todos e que aqueles que hoje são contratados não tem segurança [...]. (Livro de Atas1976-1977, p. 95).

Vemos ainda também a Fundação em 23 de abril de 1980 da primeira escola de 1º Grau, a Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima, segundo Geraldo Soares de Medeiros com recursos próprios da Prefeitura. (Entrevista com Geraldo Medeiros, dia 10 de agosto de 2012).

O edil Raimundo Muniz pede que seja encaminhado a INDICAÇÃO nº 07/80, solicitando a inclusão de verbas no Orçamento de 1981, para a construção de duas escolas em alvenaria no Maranhão e no Aninga.

História e Memória Política do Município de Parintins

ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

INDICAÇÃO ..... Nº 07/80.

Dê-se vista a Comissão de Constituição e Justiça, para os devidos fins.

GABINETE DO PRESIDENTE, 09/10/80.

*[Assinatura]*  
PRESIDENTE      Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores;

Pensando em ajudar o Governo Municipal na administração do Município, é que venho através desta Indicação, solicitar do Poder Executivo, a locação de verbas para a construção de duas (2) escolas de alvenaria no Orçamento Programa do Município para o ano de 1981.

As escolas acima mencionadas serão construídas nas Comunidades do Maranhão e do Aninga pois essas Comunidades estão necessitando de prédios escolares municipais.

J U S T I F I C A T I V A

É verdade que reconhecemos as dificuldades que o poder Executivo depara diante de problemas até certo ponto irreversíveis, mas inibido de esforço e sobretudo de coragem poderá analisar todos os problemas vulneráveis para atacá-los, de certo que a mais intrincada problemática poderá ganhar solução.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 07-10-80.

*[Assinatura]*  
Maurício Nunes Rodrigues  
Vereador

E ainda foi apresentado pelo edil Admilson Duarte, o requerimento de nº 56/81 requerendo a implantação da complementação do curso de Licenciatura Curta que funcionava na cidade, nas áreas de Letras, Ciências, Estudos Sociais e Educação Física. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 91).

Geminiana teceu comentários sobre o Vestibular que viesse não somente as inscrições, mas que o mesmo fosse realizado nesta cidade. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 98).

Ela ainda pronunciou-se sobre a coleta de dados para a elaboração do livro sobre Parintins que a Unidade Educacional está realizando em nível de 5ª e 6ª série, parabenizando essa atitude, pois até o momento não tinha livros que contassem a história da cidade. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 106).

## **ESPORTE**

Do Esporte, foi entregue o Ofício nº 069/78 – da Comissão Central de Esportes que encaminha um relatório da participação dos estudantes nos VIII Jogos Estudantis do Amazonas, realizados em Manaus nos dias 22 de setembro a 1º de outubro de 1978. Através do relatório, em anexo, pede também que os edis ajudem o esporte amador, com a construção da quadra coberta e a pista de atletismo.

Registra-se no dia 17 de novembro a I Copa de Parintins de futebol, na coordenação do Sr. Eduardo Costa Ferreira. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 11).

O vereador José Barros apresenta a Indicação nº 05/82 no plenário pedindo que seja alocada verba para o ano de 1983 a fim de ajudar a Unidade Educacional de Parintins, na realização dos Jogos Estudantis.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS  
ESTADO DO AMAZONAS  
INDICAÇÃO Nº 05/82**

Senhor Presidente

Senhores Vereadores

Considerando que os jogos estudantis de Parintins, tornou-se oficial através de uma Lei sancionada na gestão do ex-prefeito municipal, em consequência de um Projeto de lei, devidamente aprovado por esta casa legislativa. Considerando que para a realização dos jogos é necessário de um suporte financeiro para atender as necessidades prementes do órgão promovedor.

Considerando que é através da prática do esporte em suas várias modalidades é que conhecemos os grandes valores de atletismo e que muito bem representam nessa cidade.

Considerando ainda que o esporte é saúde e educação e nós devemos zelar e ajudar nas promoções.

E, ao exposto, INDICO, na forma regimental após as considerações do plenário, ao Exmo, Sr. Prefeito Municipal, Paulo Vitorino de Menezes, que aloque verbas no orçamento programado 1.983, com a finalidade de ajudar a Unidade Educacional de Parintins, nas realizações

vindouras, dos jogos estudantis, através do seu Departamento de Educação Física.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, 10 de agosto de 1.982.

a) José Teixeira Barros - Vereador – PDS

(Registros de Projetos, Decretos e Resoluções, Câmara Municipal de Parintins, 1979 - 1982, p. 161).

Este Projeto de Lei foi aprovado na 11ª Sessão Ordinária na Câmara Municipal de Parintins, no dia 31 de agosto de 1982. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 28).

## **SAÚDE PÚBLICA**

Evidenciou-se na 1ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Parintins realizada dia 17 de março de 1977, a fala da Vereadora Geminiana Bulcão, a qual verbalmente faz um pedido ao Exmo. Governador Ministro Henoch da Silva Reis, ao Secretário de Saúde Dr. Carlos Borborema e aos representantes legais do município de Parintins, como Deputado Gláucio Bentes Gonçalves e José Cardoso Dutra que tomassem providências relacionadas ao fechamento do Hospital Pe. Colombo, devido à falta de manutenção, a mesma acreditava que isso causaria ainda mais problemas para a cidade e para os municípios vizinhos, dentre outras comunidades rurais que utilizavam os serviços deste hospital para solucionar seus problemas de saúde. Este requerimento foi aprovado por todo plenário.

[...] Na primeira parte da ordem do dia facultada à palavra, usou-a a Vereadora Geminiana Campus Bulcão Bringel, que apresentou um requerimento verbal, pedindo que depois de ouvido o plenário, fosse encaminhado apelo ao Exmo Sr. Governador Ministro Henocho da Silva Reis, ao Secretário de Saúde Dr. Carlos Borborema e aos representantes maiores do município de Parintins, Deputado Gláucio Bentes Gonçalves e José Cardoso Dutra – no sentido de que tomem as providências cabíveis, para que não seja fechado o Hospital Padre Colombo, pois o mesmo se encontra passando por uma fase difícil no que diz respeito à sua manutenção, embora que no ato de sua inauguração, tenha sido prometido pelo Sr. Secretário de saúde um ajuda o que não tem sido feito e caso o Hospital seja fechado só irá causar prejuízos à população de Parintins e outros municípios que aqui buscam a resolução para os seus problemas de saúde. (Livro de Atas de 1976-1977, p. 16-17).

A preocupação com a saúde pública, os edis discutiam sobre o aumento desproporcional dos animais na rua e a solução de onde abrigar e o que fazer com os mesmos, haja vista algumas pessoas já terem sido atacadas por cães.

Os vereadores Geraldo Medeiros e José Barros pediram providências para resolver uma questão de saúde pública, na qual o aumento desproporcional de animais (cães) nas ruas, mas que não fosse através de mortes, já o vereador José Maria disse que a morte seria a melhor solução, pois os mesmos estavam causando

prejuízos e mortes de pessoas. O vereador Ruy Mendes deu a ideia de que esses animais fossem mandados para o interior. Entretanto o vereador Paulo Marques não concordou, já que no interior também há um índice desses animais e que também já causaram prejuízos às pessoas daquele lugar. (Livro de Atas 1976-1977, p. 39)

## **TRÂNSITO**

Sobre o trânsito em Parintins, segundo os edis era muito violento, sem nenhuma organização e nem fiscalização por parte das autoridades competentes. Por essa questão, o edil Paulo Marques apresenta um requerimento com o seguinte teor:

[...] ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Ministro Henocho da Silva Reis, delegado de Trânsito da Capital e Exmos. Srs. Deputados Estaduais Gláucio Bentes Gonçalves e José Cardoso Dutra, para que junto aos poderes Estaduais, juntem esforços no sentido de ser doado (10) dez Semáforos, sinais de trânsito para Parintins, devido a grande população que vive em nossa cidade e o grande número de veículos motorizados que trafegam desordenadamente nas ruas da cidade e muitas vezes em alta velocidade, em flagrante desrespeito as Leis do Trânsito Nacional, o que vem causar acidentes até morte, de crianças e adultos. [...]. (Livro de Atas 1976-1977, p. 45-47).

O dia 27 de maio a Câmara Municipal recebe algumas autoridades públicas, o Sr. Prefeito Raimundo Reis, o Major Ilmar dos Santos, diretor do DETRAN, o engenheiro Sérgio do ICOTI (Instituto ), Dr. Algenor, Sr. Benedito Manso, presidente da ARENA, e os senhores edis e os motoristas profissionais, para tratar questões sobre segurança pública e educação no Trânsito. Os quais pediam que os motoristas fossem aprimorados no trânsito com suas carteiras de habilitação.

O of. nº 0772 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem libera as quotas, relacionadas ao 4º Trimestre de 1976 no valor de Cr\$ 560.139.03 (Quinhentos e sessenta mil, cento e trinta e nove cruzeiros e três centavos) para o órgão de Serviço Rodoviário Municipal [...] o major Ilmar agradece aos edis Geraldo Medeiros e Geminiana C. Bulcão Bringel e explicou o que hoje é uma realidade em Parintins, é o produto de esforços do Prefeito Municipal de Parintins, Raimundo Reis Ferreira, do Deputado Gláucio Bentes Gonçalves, e do Requerimento da Câmara de Parintins, com a ajuda do P.D.A. e PRODAI e que em esforços comuns conseguiram a realização imediata do Projeto de Circulação a Veículos em Parintins e que foi através do ICOTI, na Pessoa do Dr. Eduardo Santos que elaborou o Projeto e assim todos juntos – CÚPULA – DETRAN – ICOTI e Prefeitura de Parintins conseguiram o Sistema de Horizontal e Vertical as placas de sinalização SEMAFÓRICA. Concorde com a Vereadora Geminiana C. Bulcão Bringel no que diz respeito a orientação as crianças na faixa etária

de 10 a 15 anos e que o Tenente Omar ficará encarregado, juntamente com a Prefeitura de efetuarem uma Campanha de Orientação ao pedestre, para conhecimento do Trânsito e que já falou aos padres para também orientar através dos sermões e que aqui tido o apoio necessário do povo e do prefeito para efetuar o seu serviço e que levará ao Sr. Governador do Estado Ministro Henocho da Silva Reis a notícia de que em Parintins, trabalham de mãos dadas a ARENA e o M.D.B. em benefício do Povo. Informou que a Rua Amazonas terá o seu embelezamento dentro do Projeto do DETRAN e que a Rua João Melo será destinada ao pedestre e agradeceu a maneira que o trataram aqui falou que fez a sua obrigação e que estará pronto a ajudar no que se fizer necessário dentro do seu setor de Serviço que é o DETRAN. (Livro de Atas 1976-1977, p. 90).

O trânsito em Parintins no ano de 1978 passa por muitos conflitos, sendo discutido na Câmara, que pede providências e respeito ao Código Nacional de Trânsito, principalmente nas vias de acesso entre a Rua Faria Neto, travessa João Melo e Avenida Amazonas próximo as Escolas Brandão de Amorim, Ginásio Estadual e Ryota Oyama, o qual há maior fluxo de pedestres. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 77-78).

Em 1981, a edil Geminiana Bulcão faz um pedido verbalmente a Câmara para os órgãos competentes, no caso o DETRAN, que fiscalizem o trânsito em Parintins, pois há um aumento do índice de acidentes nas ruas. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 98).

José Maria Pinheiro também faz comentários sobre a segurança em nosso município, onde diz que nossa delegacia não apresenta nenhum recurso para o atendimento. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 98).

O edil Iranildo Azedo apresentou o requerimento nº 25/82, que solicita ao Sr. Prefeito, o alargamento da estrada que dá acesso ao Aeroporto para melhoria de trânsito. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 177).

MANAUS, QUARTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1982

# Empresário q

## BOEINGS PODERÃO POUSAR NA CIDADE DE PARINTINS

A Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas, através do secretário Sérgio Figueiredo assinou ontem com a prefeitura de Parintins, convênio no valor de cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros, destinados a pavimentação e execução da estrada de acesso ao aeroporto, com recursos provenientes do Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico do Interior (FDI).

Para o secretário de Planejamento, esse convênio representa o esforço do Governo do Estado em dotar os municípios de uma infra-estrutura capaz de solucionar em definitivo os maiores obstáculos, que são a ausência de aeroportos para aviões tipo Boeing e estradas de acesso.

Para o prefeito Raimundo Reis, essa iniciativa do governador José Lindoso em alocar recursos para a pavimentação e execução da estrada de acesso ao novo

aeroporto, significa um novo horizonte de desenvolvimento para o município, que se sentia isolado pois estava recebendo somente aviões de pequeno porte. Com a pavimentação da estrada de acesso, que é uma antiga aspiração do povo parintinense, o novo aeroporto vai proporcionar a instalação de pequenas indústrias que deverão surgir em função do acesso fácil, e também, da extensão da rede elétrica, através da Celetramazon.

Na oportunidade, o prefeito de Parintins, Raimundo Reis, agradeceu ao governador José Lindoso por haver atendido o seu pleito e também de ter realizado o sonho dos parintinenses: possuir um aeroporto com terminal para aviões 737 e uma estrada de acesso.

## **SEGURANÇA PÚBLICA**

Sobre Segurança Pública, foi apresentado um requerimento pelo edil Admilson Duarte Ribeiro, a fim de solicitar ao Sr. da Secretaria de Segurança Pública, ao comandante Geral da PM-AM, ao Exmo. Governador do Estado, ao Deputado Gláucio Bentes Gonçalves e ao Prefeito Municipal, para juntos intercedam a quem é de direito, a adquirir uma viatura, o aumento números de policiais, um posto policial no Bairro de Palmares e disponibilidade de verbas para a manutenção dos prédios e mobilização das diligências a área rural. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 170).

Ruy Mendes também apela a polícia que intensifique as rondas policiais, devido o número de jovens envolvidos com drogas, bebidas alcoólicas e até remédios. (Livro de Atas de 1979, p. 33).

A Câmara também se preocupava com a integridade do povo, apesar da cidade não comportar um número excessivo de policiais e nem de um juiz. Na reunião do dia 26 de maio discutiu-se sobre a saída do xadrez dos curradores, pessoas que cometerem crimes horríveis na cidade, dentre eles contra a filha do carroceiro José. Os edis repugnaram a atitude, pois não era a primeira vez que os mesmos praticavam o ato. E o edil José Maria apresentou o requerimento nº 43/81 a respeito do assunto.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores: - Há momentos que a nossa consciência fala mais alto do que nosso gesto. É o caso de nosso amigo José Alves, carroceiro honesto, que vive labutando em seu dia a dia, em busca de meios para sustentar (em) a sua prole, mas, não me conformo com o ato brutal, criminoso e odioso e desmoralizadores de família de Parintins, curraram uma criança, filha deste carroceiro, e por incrível que pareça, esses monstros não sofreram até agora nenhuma punição pelos canais competentes. Já que foram amparados e elogiados em seus perniciosos crimes por pessoas da alta cúpula do Partido do governo. – Assim, não concordando com a tal atitude da Justiça de Parintins venho por intermédio deste, me congratular com o senhor José Alves, pelo seu infortúnio e repudiar os curradores e seus patrocinadores de crimes. Solicitando ouvido o douto Plenário, que seja uma cópia deste, enviado ao destinatário, que reside na Rua Herbert de Azevedo sem número. É o nosso requerimento. – a) José Maria Pinheiro Ferreira. (Livro de Atas de 1981-1982, p.69-70).

Este assunto foi bastante debatido pelos vereadores, a população estava reivindicando que estas pessoas fossem julgadas e que a Lei fosse cumprida, entretanto nada aconteceu foi feito, pois envolviam pessoas de nome da cidade.

## **BALANÇO GERAL E APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXECUTIVO DOS ANOS DE 1975 A 1979**

Aqui serão apresentados os Balanços Gerais das Contas aprovadas. Na 8ª Legislatura verifica-se que segundo as Atas e Livros de Decretos, Resoluções e Leis, as Contas de 1975 a 1979 foram aprovadas, porém, até o final da leitura de janeiro de 1983, término da Legislatura, não se encontrou registros que confirme a aprovação das contas de 1980, 1981 e 1982. E ainda o Executivo fazia questão nos primeiros anos de mandar mensalmente o Parecer Prévio, porém essa organização foi se perdendo até o último ano de mandato registram-se poucos meses sendo avaliados pela Câmara.

Projeto Decreto Legislativo nº 01/77- Aprova o Balanço Geral da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Parintins referente ao ano de 1975, e dá outras providências. Este foi aprovado no dia 29 de novembro de 1977. (Registros de Projeto e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p. 23).

Ofício nº 42/78 – Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins de 1977 entregue pelo Prefeito Raimundo Reis Ferreira à Mesa da Câmara Municipal. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 29).

Após dois anos de mandato no dia 06 de agosto do ano corrente, o Presidente da Câmara Municipal Raimundo Muniz Rodrigues promulgou o Decreto Legislativo nº 178-CMP, aprovando as contas de 1976 do

Ex-prefeito Benedito Azêdo de Jesus. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 133). E no dia 06 de outubro através do Decreto Legislativo nº03/78, aprova o Balanço Geral da Prefeitura referente ao ano de 1.976.

**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS  
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/78**

“Aprova o Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins, referente ao exercício de 1.976 e dá outras providências”.

O cidadão Raimundo Muniz Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

Faz saber a todos que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão do segundo período ordinário do corrente ano, aprovou o seguinte;

Decreto Legislativo

A Câmara Municipal de Parintins, decreta:

Art. 1º - Fica aprovado o Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins, relativo ao exercício 1.976.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrario.

Gabinete da Câmara Municipal de Parintins, em 06 de outubro de 1.978.

a) Raimundo Muniz Rodrigues - Presidente

O presente Decreto foi publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Parintins, aos seis dias do mês de outubro de 1.978.

(Livro de Registros de Leis, Decretos Resoluções ano de 1978-1979-1980, p.10).

O presidente do Tribunal de Contas da União  
Dr. Iran Caminha, comunica que as Contas do Exmo. Sr.

Prefeito Municipal Raimundo Reis Ferreira, no exercício de 1977, foram aprovadas. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 51).

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**Decreto Legislativo nº 04/78 – CMP.**

“Aprova o Balaço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins, referente ao Exercício de 1.977 e dá outras providências”.

O cidadão Raimundo Muniz Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

Faz saber a todos que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão ordinária do segundo período do corrente ano, aprovou o seguinte,

**DECRETO LEGISLATIVO**

Art. 1º - Fica aprovado o Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins, relativo ao exercício 1.977.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrário.

Gabinete da Câmara Municipal de Parintins, em 28 de novembro de 1.978.

a) Raimundo Muniz Rodrigues - Presidente

O presente Decreto foi publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Parintins, aos seis dias do mês de outubro de 1.978.

a) Francisco Siqueira Neto – Secretário.

(Livro de Registros de Leis, Decretos Resoluções ano de 1978-1979-1980, p.11).

O edil Francisco Siqueira Neto, apresentou um Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre o Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins relativo ao exercício de 1978, na administração do Prefeito

Raimundo Reis Ferreira. Por isso, justificando que as contas poderão ser aprovadas. Sendo assim, com o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/80 – CMP – o Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins e o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Por cinco votos a três, o Parecer Prévio e o Projeto foi aprovado. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 60-62).

A votação para a aprovação das Contas do Exercício de 1979 ficou da seguinte forma: 04 (quatro) desaprova, 06 (seis) aprova as Contas da Prefeitura Municipal de Parintins do prefeito Raimundo Reis Ferreira. Em seguida foi feita promulgação da mesma, Decreto Legislativo nº 07/81 (Livro de Atas de 1981-1982, p. 137).

## **REAJUSTES DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES, PREFEITO, VICE-PREFEITO E FUNCIONÁRIOS.**

Na 43ª Sessão do dia 31 de novembro de 1977, o Sr. Presidente convidou os Vereadores a ficarem de pé afim promulgar o Decreto Legislativo nº 02/78, que dispõe sobre o reajuste dos subsídios e representações do Sr. Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Parintins. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 22).

**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS  
Decreto Legislativo de nº 02/78**

“Concede aumento aos funcionários da Câmara Municipal de Parintins, e dá outras providências”.

A Mesa da Câmara Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, faz saber que este Poder Legislativo aprovou e ela promulga o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO**

Art. 1º - Fica concedido o aumento de quarenta por cento (40%) ao funcionários da Câmara Municipal de Parintins, de acordo com a Lei Municipal nº 22/77 de 09 de dezembro de 1977.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor a partir do dia 1º de fevereiro de 1978, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 16 de fevereiro de 1978.

(aa) Raimundo Muniz Rodrigues - Presidente

Raimundo Ruy Mendes – Vice-Presidente

Francisco Siqueira Neto – Secretário

O presente Decreto Legislativo foi publicado nesta Secretaria da Câmara Municipal de Parintins, aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1978.

a) Francisco Siqueira Neto - Secretário

(Livro de Registros de Leis, Decretos Resoluções ano de 1978-1979-1980, p.1-2).

Resolução nº 01/80 – CMP Fixa Subsídios e Vantagens dos Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Parintins. (Livro de Registros de Leis, Decretos Resoluções de 1978-1979-1980, p.82).

Foi promulgada a Resolução nº 01/81 – CMP, que reajusta os subsídios e Vantagens dos Vereadores de Decreto Legislativo. E ainda a Resolução nº 01/81 que reajusta os subsídios, Representação e Ajuda de custo do Sr. Prefeito e Vice-Prefeito. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 08).

O Projeto de Lei nº 002/81 – AEPMP – que Reajusta os Vencimentos do Funcionalismo Municipal e dá outras providências – sendo regidos pelo Estatuto de Parintins – cargos de provimento efetivo e de provimento em Comissão da Prefeitura Municipal de Parintins. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 01).

Foi discutido o Decreto Legislativo de nº 06/81 – CMP -, que atualiza os subsídios, representação e ajuda de custo do Sr. Prefeito e Vice-Prefeito de Parintins “Ad-Referendum do Plenário”. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 94). Este foi aprovado pela bancada da situação.

Na 23ª sessão do dia 18 de maio de 1982, o Sr. Presidente colocou me votação os seguintes: o Parecer Favorável da Comissão de Finanças e Orçamento a Resolução nº 01/82 que reajusta os subsídios e vantagens dos senhores Vereadores da Câmara Municipal de Parintins.

## **PROJETOS E CONVÊNIOS**

No dia 22 de março é apresentado o Projeto de Lei nº 01/77 - PMP, que dispõe sobre a inclusão de estradas no Plano Rodoviário Municipal, e dá outras providências. Este foi aprovado em 19 de abril de 1977, após 2ª e 3ª discussão.

### **ESTADO DO AMAZONAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

#### **Projeto de Lei nº 01/77 PMP**

“Dispõe sobre inclusão de estradas de plano Rodoviário Municipal, e dá outras providências”.

O cidadão Raimundo Reis Ferreira, Prefeito do Município de Parintins, usando de suas atribuições constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, aprovou e eu sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1<sup>o</sup> – Fica fazendo parte integrante do plano Rodoviário Municipal de Parintins, as seguintes estradas e respectivas siglas:

PR 27 - Comunidade da Valéria / Col. Agrícola Valéria 4.470 mtrs.

PR 28 - Comunidade do Morituba / Col. Ag. Do Morituba 2.500 mtrs.

PR 29 - Comunidade do Laguinho / Col. Ag. Santo Antonio 4500 mtrs.

PR 30 - Comunidade de Nova Olinda / Col. Ag. Nova Olinda 4.500 mtrs.

PR 31 - Comunidade do Tracajá / Comunidade do Mirity 8.520 mtrs

PR 32 - Igarapé do Tracajá / Col. Ag. Nova Esperança 4.500 mtrs.

- PR 33 - Lago do Máximo / Com. do Zé – Miri  
6.670 mtrs.
- PR 34 - Comunidade Terra / Com. Simeão –  
Est. e Projetos 5.800 mtrs.
- PR 35 - Comunidade do Simeão / Com. do  
Cajual 6.840 mtrs.
- PR 36 - Comunidade do Cabury / Col. Ag.  
Cabury 1.800 mtrs.
- PR 37 – Comunidade do Cabury / Com. de Sta.  
Terezinha 3.910 mtrs.
- PR 38 – Comunidade do Cabury / ColoniaPe.  
Vicente 4.900 mtrs.
- PR 39 – Comunidade do Jacú / Com. S.Tomé –  
Est.e Projetos 4.500 mtrs.
- PR 40 – Comunidade de Mato – Grosso / Vila  
Amazonia 800 mtrs.
- PR 41 – S. Tomé do Maranhão / Col. Agricola  
(a concluir / 1. 084) 5.010 mtrs.
- PR 42 – Comunidade do Remanso / Colônia  
Japurá (a concluir / 3.000) 5.000 mtrs.
- PR 22 – Comunidade do Maranhão / Com. de  
S. Antonio do Tracajá – já integrada do PRM  
com 4.300 metros e passa a ter nova  
metragem.....7.820 mtrs.
- Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em  
contrário.
- Palácio Cordovil, em Parintins, 22 de março de  
1.977.
- a) Raimundo Reis Ferreira – Projeto Municipal

**JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI  
Nº 01/77 – PMP**

Honra-me apresentar ao exame e julgamento da  
Câmara de Vereadores, cumprindo o que  
determina o Departamento Nacional de  
Estradas de Rodagem DNER-, o Projeto de Lei  
nº 01/ 77. PMP, que dispõe sobre a inclusão de

Estradas no Plano Rodoviario Municipal de Parintins.

As estradas, objeto do presente Projeto, foram construídas, na sua grande maioria no exercício de 1976, com o objetivo altamente salutar para a vida sócio-econômico do Município, como sendo a inter - ligação de Comunidade, criação de Colônias Agrícolas e a fixação do nosso homem em terras não sujeitas a inundação pelo rio Amazonas.

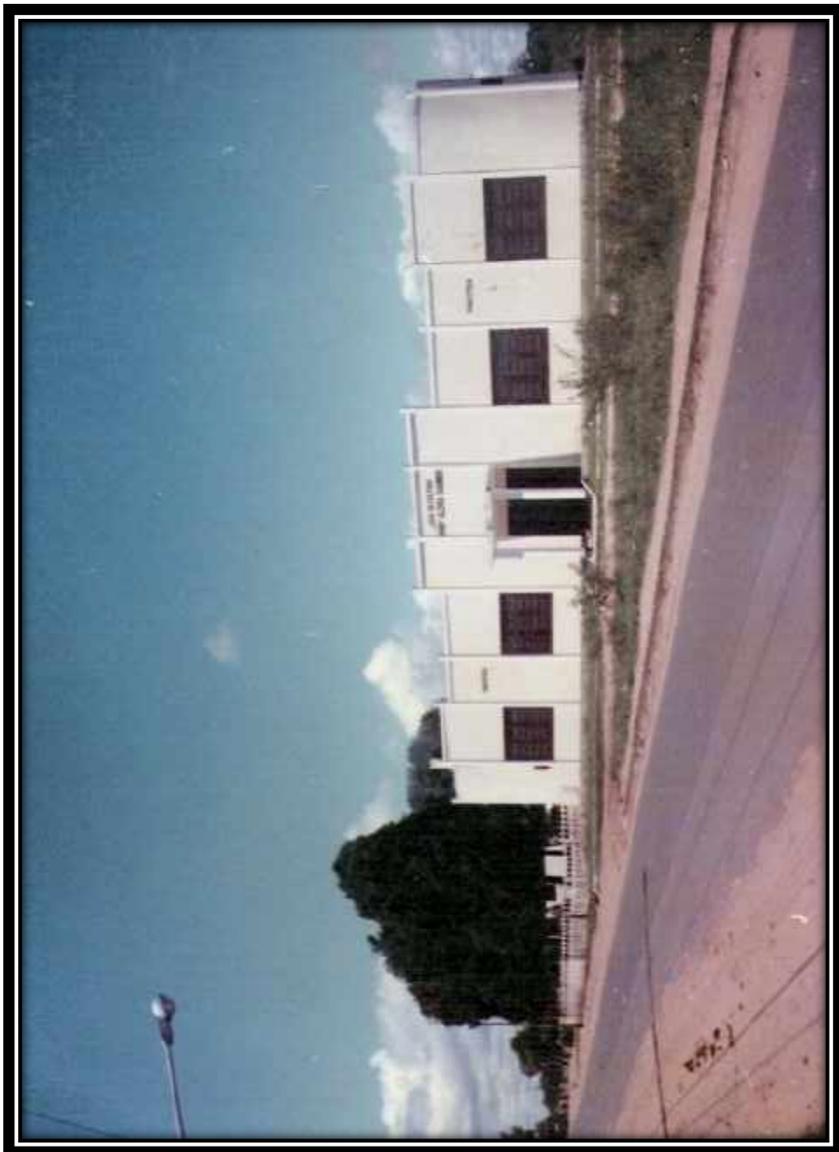
O Governo Municipal, perfeitamente consciente da relevância desse meio de transporte, continuar se empenhando na abertura de novas estradas, conclusão de outras e na restauração e conservação das já existentes. Era o que tinha que justificar. Palácio Cordovil, em Parintins, 22 de março de 1977. a) Raimundo Reis Ferreira – Prefeito Municipal.

A indicação para a construção da Casa da Cultura foi feita dia 06 de maio de 1977 (Livro de Atas de 1976-1977, p. 70) pelo edil Admilson Duarte Ribeiro, mas recebeu um parecer favorável somente dia 21 de setembro pelo edil Geraldo Medeiros através a Comissão de Constituição e Justiça.

Indicação nº 02/79 em que pediu ao Sr. Prefeito Municipal de Parintins, que alocasse Verbas no Orçamento Programa 1980 destinadas a construção da “Casa da Cultura” dotada de Auditório para formatura, com condições para funcionar Núcleos Teatrais, Portos Culturais, Bibliotecas e Cursos promovidos pelo Estado, etc. de autoria do edil Admilson Duarte Ribeiro. (Livro de Atas 1979, p. 73-74). No dia 21 de setembro o edil Geraldo Soares de

*História e Memória Política do Município de Parintins*

Medeiros apresentou o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sendo Favorável na Indicação nº 02/79. (Livro de Atas de 1979, p. 78).



**Figura 1: Primeira Casa da Cultura Alzira Saunier.  
Fonte: Arquivo IMPIN**

O edil Paulo Marques fala sobre o ante-projeto Vila Amazônia elaborado pelo ICOTI.

[...] o edil Paulo Marques Soares, que se manifestou declarando ainda pouco ter sido o ante-Projeto Vila Amazônia, elaborado pelo ICOTI, que transformou a Vila Amazônia numa nova vila, e que o Governo Municipal tem se preocupado bastante com o problema e afirmou que há pouco tempos atrás, quase que a mesma ia para mãos de estrangeiros, porém com o apoio dado pelo Governo do Estado na pessoa do ministro Henocho da Silva Reis, acha que tudo será resolvido satisfatoriamente o que irá beneficiar de modo geral aos ribeirinhos, que em época das grandes enchentes procuram abrigo na cidade. Que a Vila Amazônia em breve terá condições suficientes de amenizar esses problemas. Falou a respeito da Estrada que ligava a Vila Amazônia a Cuibá-Santarém que era de nível Municipal e que agora passou para âmbito Estadual falou que o Prefeito irá a Manaus, tratar de assuntos prioritários e entre eles o Projeto – Vila Amazônia, e da instalação dos Semáforos em nosso trânsito [...]. (Livro de Atas 1976-1977, p. 80).

Geraldo Soares de Medeiros pede reparos na Sub Unidade Ryota Oyama em votação foi aprovado. (Livro de Atas 1976-1977, p. 86-87).

O Sr. Prefeito Municipal foi a Manaus assinar um convênio com a Celetramazon na importância de Cr\$ 17.000.000,00 – Dezessete milhões de cruzeiros, para beneficiar os moradores de Parintins principalmente das

estradas do Macurani, Aninga e Parananema, também serão feitas as trocas de luminárias na Praça da Catedral. (Livro de Atas 1976-1977, p. 101).

O edil Francisco Siqueira Neto na 33ª sessão do dia 14 de junho de 1977, apresentou uma Indicação apoiando-se no orçamento vigente, o Projeto/atividade, na quantia de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) para a construção de Postos de Saúde nas Comunidades do Maranhão, Valéria, Mocambo, Cabury. (Livro de Atas 1976-1977, p. 105).

Ofício Sv. P/1 nº 1213- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que comunicou que em 04.08.78 foi liberada, a quota de Cr\$ 282.095,57 (Duzentos e oitenta e dois mil, noventa e cinco cruzeiros e cinquenta e sete centavos) em favor do Serviço Rodoviário Municipal de Parintins. (Livro de Atas 1976-1977, p. 107).

O Projeto de Lei nº 05/77 PMP, autoriza o Executivo a firmar Convênio com FSESP e dá outras providências, aprovado em 17 de junho de 1977. Com o objetivo da construção de 37 fossas secas nas Comunidades da zona rural. Consta verba de 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) provenientes do Fundo de Participação dos Municípios. (Livro de Atas 1976-1977, p. 112).

Ofício Sv. P/1 nº 1549 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – comunicando que em 05.10.78 foi liberada a quota do F. R. N., relativa ao

2º T/78, no valor de Cr\$ 523.142,24 (quinhentos e vinte e três mil, cento e quarenta e dois cruzeiros e vinte e quatro centavos) em favor do Serviço Rodoviário Municipal de Parintins-Am. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 142).

Orlando Hatta na 2ª Reunião da 19ª sessão da Câmara de Parintins, no dia 27 de setembro de 1977, solicitou através de um requerimento a inclusão da verba de Cr\$ 331.500,00 (Trezentos e trinta e um mil e quinhentos cruzeiros) no orçamento Municipal de Parintins para a instalação do Tiro de Guerra foi de para o ano de 1978. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 150).

Ofício Sv. P/1 nº 1549 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – comunicando que em 05.10.78 foi liberada a quota do F. R. N., relativa ao 2º T/78, no valor de Cr\$ 523.142,24 (quinhentos e vinte e três mil, cento e quarenta e dois cruzeiros e vinte e quatro centavos) em favor do Serviço Rodoviário Municipal de Parintins-Am. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 142).

Ofício nº 203/79 – PMP – que encaminhou o Projeto de Lei nº 01/79 – AEPMP, que abre no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Parintins, Crédito Especial de Cr\$ 6.930.652,00 (seis milhões, novecentos e trinta mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros). (Livro de Atas de 09/08/1979, 53). Este projeto foi aprovado pela Câmara no dia 21 de setembro de 1979. (Livro de Registros de Leis, Decretos Resoluções ano de 1978-1979-1980, p.71).

A indicação para a construção da Casa da Cultura foi feita dia 06 de maio de 1977 (Livro de Atas de 1976-1977, p. 70) pelo edil Admilson Duarte Ribeiro, mas recebeu um parecer favorável somente dia 21 de setembro de 1979, pelo edil Geraldo Medeiros através a Comissão de Constituição e Justiça.

Indicação nº 02/79 em que pediu ao Sr. Prefeito Municipal de Parintins, que alocasse Verbas no Orçamento Programa 1980 destinadas a construção da “Casa da Cultura” dotada de Auditório para formatura, com condições para funcionar Núcleos Teatrais, Portos Culturais, Bibliotecas e Cursos promovidos pelo Estado, etc. de autoria do edil Admilson Duarte Ribeiro. (Livro de Atas 1979, p. 73-74). No dia 21 de setembro o edil Geraldo Soares de Medeiros apresentou o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sendo Favorável na Indicação nº 02/79. (Livro de Atas de 1979, p. 78).

Na 59ª sessão ordinária da Câmara do dia 14 de novembro de 1980, a Lei nº 006/80 – AEPMP denomina a Casa de Cultura com o nome da Professora Alzira Saunier e dá outras providências, a aprovação do Executivo foi dia 19 de novembro de 1980, segue o Projeto e a Justificativa:

*História e Memória Política do Município de Parintins*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO DE LEI Nº 006/80-ADREMP

Dá a denominação de Professora ALZEIRA SAUNIER a Casa da Cultura de Parintins, e dá outras providências.

O cidadão RAIMUNDO REIS FERREIRA, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc., apresenta à apreciação do Poder Legislativo o presente,

PROJETO DE LEI:

Art. 1º - Fica denominado de Professora ALZEIRA SAUNIER a Casa da Cultura de Parintins, que será edificada na Avenida Nações Unidas, nesta cidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO CORDEVIL, em 19 de agosto de 1980

RAIMUNDO REIS FERREIRA  
Prefeito Municipal

*História e Memória Política do Município de Parintins*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS

OFÍCIO Nº 149/80-AEPMF

Parintins, 21 de agosto de 1980

SENHOR PRESIDENTE:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa Augusta Casa, o Projeto de Lei nº 006/80-AEPMF, que "Dá a denominação de Professora ALSIRA SAUNIER à Casa da Cultura de Parintins", que será edificada a Avenida Nações Unidas, nesta cidade, justificando-o com o seguinte:

O Projeto em apreço, visa perpetuar na memória de todos os parintinenses a figura humana da mestra que foi a Professora Alzira de Queiros Saunier.

A história da educação e da cultura do povo parintinense muito deve à vida e a obra da Professora Alzira Saunier, cuja existência dedicou totalmente a formação da inteligência e do caráter das nossas crianças e dos nossos jovens.

Exerceu o magistério em Parintins no antigo Grupo Escolar "Monteiro de Souza", hoje, "Araújo Filho", tendo sido sua Diretora por 22 anos consecutivos. Durante esse período acompanhando / sempre as reformas escolares, desenvolveu o ensino primário, criou o Teatro Infantil e cooperativas escolares, e, em face disso, o Grupo Escolar "Araújo Filho", foi considerado como modelo de ensino da época.

Foi autora de opúsculos que continham matérias de cultura geral resumida e que por mais de trinta anos serviram ao ensino de várias gerações.

Em sua jornada cultural destacamos entre outras:

## História e Memória Política do Município de Parintins



### PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS

1 - Em 1929 lecionou português aos doutores da Legião Japonesa que emigravam para a Amazônia.

2 - Falava e escrevia fluentemente o francês, que também lecionava.

3 - Era professora de Português e História do Brasil da antiga Escola de Comércio do SENAC em Parintins.

4 - Deixou poesias esparsas e trabalhos de pedagogia além de pesquisas sobre antropologia e etnologia local.

5 - Recebeu menções honrosas de vários Governadores do Estado e Secretários de Educação, tendo sido convidada pelo Dr. Alvaro Maia, Interventor do Estado, para dirigir estabelecimentos de ensino na Capital, respondendo na ocasião que "amava esta terra da qual não se separaria a menos que fosse uma determinação".

6 - Membro fundador do Centro de Cultura de Parintins, fundado em 17.09.55 - ocupava a cadeira nº 09 - cujo patrono é Gonçalves Dias.

Professora Alzira Saunier, era amazonense oriunda de Abufari no Rio Madeira, onde nasceu a 02 de abril de 1901, aqui fixando residência a partir de 1919. Fez seu curso primário em Manaus onde diplomou-se em 1918 pela Escola Normal como professora normalista.

Se tudo o que acima foi dito, não bastasse para justificar nossa homenagem, bastaria lembrar essa Casa Legislativa, o Título de Cidadã de Parintins que conferiu à veneranda mestra, como reconhecimento pelos trabalhos prestados à cultura e a educação em Parintins.

Pelo acima exposto e por achar justa a homenagem, ora proposta, aguardo um pronunciamento favorável dessa Augusta Casa, e renovo os meus protestos de estima e consideração.

*História e Memória Política do Município de Parintins*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS

Assim, por estas razões apresento-lhes o presente projeto de lei que encareço a V. Exa., uma urgente tramitação e apreciação, com os adminfculos que acharem por bem oferecer.

Cordialmente

RAYMUNDO REIS FERREIRA  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

RAYMUNDO RUY MENDES

DD, Presidente da Câmara Municipal de Parintins

N E S T A

O Ofício nº 004/81 AEPMP – que encaminha o Projeto de Lei nº 004 /81 – APMP – que denomina a Praça Pública de Dr. Tukasa Uetsuka no entroncamento da Pedro Cordovil, Domingos Prestes e Avenida Nações Unidas. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 115). Teve sua aprovação no dia 10 de setembro de 1981.

Decreto nº 007/81 –AEPMP de 27.04.81 – Cria a Comissão Especial de Avaliação Imobiliária, com a finalidade de avaliar a área desapropriada do novo Aeroporto de Parintins. Nessa também pede com urgência o representante da Augusta Casa para compor a Comissão.

O Sr. Presidente Raimundo Muniz através da Portaria nº 19/81 CMP designa o vereador Raimundo Ruy Mendes para integrar a Comissão Especial de Avaliação Imobiliária do Município de Parintins. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 62).

O edil Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo, apresentou um requerimento nº 38/82 solicitando ao Sr. Prefeito de incluir nos serviços de asfaltamento as ruas do Bairro Senador José Esteves. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 196).

Ofício nº 2.614/82 do Superintendente em exercício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia trazendo ao conhecimento da presidência que o município de Parintins foi contemplado com 96.200.000,00 (noventa e seis milhões e duzentos mil

cruzeiros) no ano de 1982, para cobrir algumas necessidades básicas do município. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 16).

O vereador Iranildo Nóbrega de Azedo apresenta um Requerimento nº 89/82 solicitando ao Sr. Prefeito que mande instalar no Matadouro Municipal um Posto de Inspeção com pessoas qualificadas para evitar matanças clandestinas, este foi aprovado por unanimidade. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 29).

O Sr. Prefeito encaminhou o Ofício nº 174/82 AEPMP para a apreciação da Augusta Casa o Projeto de Lei nº 16/82 AEPMP que denomina a quadra coberta de Elias Assayag, ainda requer que uma convocação extraordinária do Egrégio Poder para a apreciação da matéria, com base no artigo 58 item XVI da Lei nº 1.496 de 29/12/81. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 40). Este projeto é aprovado no dia 16 de dezembro de 1982 e recebe o nº 18/82-AEPMP.

O Ofício nº 002/82 AEPMP que autoriza ao Poder Executivo Municipal a doar à Cerâmica Moderna de Parintins Ltda – (CEMOPAR) um lote de terras do Domínio Municipal e dá outras providências. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 50).

## **DEBATES E DISCUSSÕES NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

No início da Legislatura, vê-se a preocupação dos vereadores com a integridade social devido a proliferação de prostíbulos no centro da cidade pediam o fechamento das boates “Castelinho” localizada no Bairro de Palmares, “Camarinho” e Caiçara, as quais estavam corrompendo os menores e aumentando o índice de prostituição. Mas para a Vereadora Geminiana Bulcão não bastava somente fechar as casas noturnas, mas também averiguar um local apropriado para as mesmas. (Livro de Atas 1976-1977, p. 75-76).

Ainda com a palavra apresentou outro requerimento que se refere a que o Sr. Promotor Público, para que tome as devidas providências, no sentido de mandar “fechar” a “Boite Camarinho”, localizada no bairro de Palmares nesta cidade. Devido a mesma ser outro de perdição de jovens ainda em formação e ali vem sendo feito desordens, baderna e corrupção e é uma porta aberta para a prostituição de jovens incultas e sem experiência da vida [...]. (Livro de Atas 1976-1977, p. 45-47).

Ainda os edis José Maria Pinheiro e Ruy Mendes pediram o fechamento do Bar Sombra da Lua e as Casas Noturnas, pois as mesmas estavam próximas as residências no Bairro de Palmares, transgredindo a moral dos cidadãos daquele lugar. (Livro de Atas de 1977-

1979, p. 01). Além desses citados na Sessão do dia 08 de abril de 1980, o vereador Raimundo Muniz apresenta no plenário um abaixo assinado com queixas dos moradores do bairro de Palmares Rua Alberto Mendes contra a Boite Tatuzinho. (Livro de Atas de 1977-1980, p. 52).

Observou-se na 1ª ata de sessão do segundo período ordinário, a renúncia ao cargo de vereador do Edil Sr. Elson de Oliveira, na ata não há justificativa relacionada à sua renúncia.

No expediente foi lida a Renúncia do segundo suplente do Vereador – Elson de Oliveira datada de 28 de junho de 1977 – A seguir foi lida a Declaração dada pelo Sr. Presidente – Declaração. Para todos os fins Declaro, que em virtude do recebimento de um expediente assinado pelo Sr. Elson de Oliveira, renunciando a 2ª Suplência de Vereador a Câmara Municipal de Parintins, de forma automática, o seu direito ao possível exercício do mandato eletivo está desvinculado a este Poder Legislativo – Parintins, 27 de julho de 1977. a) Raimundo Muniz Rodrigues – Presidente. (Livro de Atas 1976-1977, p. 115)

Além disso, verificou-se a reivindicação feita por José Teixeira Barros ao Sr. Prefeito Raimundo Reis Ferreira com relação a falta de merenda escolar reivindicações foram aceitas por unanimidade por parte dos edis.

A vereadora Geminiana Bulcão apresentou um requerimento no qual pedia que fosse criada uma

Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar denúncia inverídica feita sobre a sua pessoa, formulada pelo Vereador Presidente Raimundo Muniz Rodrigues. Composta a referida pelos edis: Paulo Marques Soares, Geraldo Soares de Medeiros, Francisco Siqueira Neto, Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo, Orlando da Silva Hatta e José Maria Pinheiro Ferreira. Este pedido foi indeferido pela maioria dos edis vereadores exceto dois do M.D.B. Sendo que os mesmos acharam desnecessária a criação desta Comissão, por não haver denuncia contra a vereadora. (Livro de Atas de 1976-1977, p. 160).

Na sessão foi lida a Circular da Aliança Renovadora Nacional que pede seja feita a leitura na sessão desta Câmara e que conte nos anais da mesma, e seja comunicado através de ofício a sua transcrição ao Deputado Federal Francelino Pereira. – A circular tem o seguinte teor:

Aliança Renovadora Nacional – Diretório Nacional – a nota da Convenção do Movimento Democrático Brasileiro pretende justificar o movimento pró-constituente e, contundente e contraditória, investe contra o regime e a Revolução. – A posição se vale de alguns conceitos incontentáveis, mas os aplica mal, esquecida de que há treze anos, em consequência de agitação, tropelias e desgovernados, chegamos a quase um por cento de inflação, e o País no caos, pretende ignorar que, sob a Revolução, a proteção do Estado ao trabalhador, perdeu o sentido paternalista e foi despojado das nódoas do pelenguismo, que

caracterizavam o falso trabalhismo. A presidência social universalizava-se a todas as classes. Protege agora o campo. O trabalhador rural tem o seu amparo. O sexagenário já não morre a míngua para não falar no Plano Nacional de Habitação, cada dia mais aperfeiçoado, atendendo às camadas sociais mais pobres, às quais chegam também as campanhas de saúde pública contra as endemias. As bolsas de estudos liberalizam o acesso de todos à educação superior, assegurando a democratização do ensino, e conseqüentemente, da sociedade brasileira. Os aumentos de salários são concedidos em níveis superiores aos da inflação. É a sensibilidade dos governos da Revolução para a Justiça Social, que constitui um desafio permanente ao nosso trabalho de aperfeiçoamento da política sócio-econômico da Nação. Os desníveis de renda ainda persistem porque não podem constituir solução de apenas um governo, mas do esforço conjugado e de uma política de longo prazo voltada para o homem, como a consagrada no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico. Ao chavão sempre repetido, de que o governo está em divórcio com a Nação, respondendo com as mais eloquentes argumentos das urnas. Estão, nas últimas eleições confirmaram em votação consagradora, a confiança do povo na Revolução e no seu Partido. A Arena, com o apoio do povo, vem abrindo o mais amplo debate, visando o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Não condena, como proclama a nota, aqueles que, com espírito construtivo, opinam e trabalho, voltados para o mesmo objetivo. Não aceita o sectarismo, que obstrui os caminhos. Rejeita o radicalismo, que exclui o debate amplo. A Revolução de 1964

tem força do poder indispensável à realização dos fiéis do Estado, mas nasceu do apoio decidido do povo e se vem sustentando não na força como diz facciosamente a nota, mas o rejeitando o voto do povo expresso nas urnas. A Arena crê no aperfeiçoamento das instituições, inspirada nas “virtudes inatas de cordialidade e conciliação” do povo brasileiro e neste sentindo, vem pregando e estenderá sua pregação a todos os setores e classes que pretendem colaborar com desenvolvimento social e político da Nação. – A representação Nacional, uma nação livre da vontade do povo, enunciadas nas urnas, sendo a mais alta expressão de seu poder soberano, é o mais legítimo e natural para, através do consenso, dirimir conflitos, corrigir as injustiças, eliminar confrontos e encontrar os pontos de convergências para a definição de novos rumos. E por que estes são conceitos inatacáveis é que não queremos demitir o Congresso Nacional furtando-lhe as atribuições e os poderes de sua incontestável função constituinte – Fazê-lo é dividir o País. “Dividir contra si mesmo, o Brasil perecerá na violência ou se degredará sobre os horrores de uma ditadura”, convém repetir a nota. O M.D.B. a prevê e nós lutaremos contra ela. Impõe-se, por isso, um amplo movimento de entendimento entre os políticos e governo, todas as classes em busca do consenso para aprimorar, as “estruturas de poder”.- A Constituinte é apelo eleitoral. Não é uma solução – A solução está no entendimento com o apoio do Governo e em torno do Congresso, o qual poderá expressar legitimamente, o consenso geral da Nação. O M.D.B. não alcançará seus objetivos com a agressão inútil ou negação sistemática de todo um aceno construído ao longo de treze anos.

Muito menos logrará êxito se pretende ignorar a expressão da força da maioria que representarmos e do governo a que somos solidários. – Tão confusos não são os seus objetivos que é difícil caracterizá-los, impondo-se mais uma transcrição da nota oposicionista: “O movimento Democrático Brasileiro prega uma Constituinte abrangente e não discriminatória. Não admitirá que se degrade em foco de subversão onde intranquilidade, que se negue degenerando-se em mensageira do ódio ou esclerosada no saudosismo”. A Constituinte é o confronto sob os disfarces daqueles que anunciam a Paz, mas sabem que vão provocar a guerra. (Livro de Atas de 1976-1977, p. 156-157).

O edil José Maria Pinheiro, assim como Geminiana Bulcão fizeram suas críticas ao Programa Cartão Amarelo, na direção de Edu Costa, eles dizem que os comentários são difamadores, mentirosos. Ao invés de virem a Câmara saber o que acontece ficam deturpando as falas dos edis vereadores da bancada do MDB. (Livro de Atas 1977-1979, p. 69).

Raimundo Reis Ferreira, Prefeito de Parintins faz sua defesa no Jornal “A notícia”. O jornal declarou que o prefeito tinha comprado ou mandado apreender toda edição do jornal devido a informação repassada “Prefeito de Parintins pode perder o cargo”. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 73).

## Prefeito de Parintins Faz sua Honesta Defesa.

"Prefeitura Municipal de Parintins  
Parintins, 30 de maio de 1978

Ilmo. Sr.

Jornalista Andrade Netto  
MD. Diretor do jornal "A NOTICIA"  
Manaus — Amazonas  
Senhor Diretor:

Para que a mentira e a intriga não se sobreponham à verdade e à paz, venho à sua presença prestar esclarecimentos julgados indispensáveis diante da notícia divulgada nesse seu conceituado jornal, em 24.05.78, com os títulos abaixo:

a) — "Prefeito de Parintins comprou ou mandou apreender toda edição D'A NOTICIA".

Não é verdade, Senhor Diretor. Mentiu quem forneceu essa informação. Nem comprei e nem mandei apreender. Primeiro porque não perco tempo com mesquinhez; segundo, porque quem não deve, não teme. E eu não devo. Logo, não tinha por que temer. E os documentos anexos, provam isso.

b) — "Prefeito de Parintins pode perder o cargo". Explico e justifico. Ao assumir a Prefeitura em 31.01.77, já encontrei débitos provenientes de execuções trabalhistas e uma lei-organamentária votada e aprovada, sem previsão de verba para fazer face a esse tipo de despesa. Cientifiquei tal ocorrência ao Tribunal Regional do Trabalho através de Ofício 77/78, dizendo ainda da minha disposição de solucioná-los, no exercício seguinte. Assim, fiz incluir verba no Orçamento/78 para pagamento desses débitos, o que foi acolhido e aprovado pela Câmara de Vereadores e devidamente comunicado ao Tribunal Regional do Trabalho através do Ofício n.º 78/93-Gab-PMP. Fiz, portanto, o que me competia fazer. Não houve descaso e nem descumprimento de lei. Daí ser impropriedade a denúncia e estranha a atitude do sr. José de Jesus Azedo, denunciante, como é estranha a atitude do seu advogado Paulo Lobato Teixeira.

É fácil depreender, portanto, que essa denúncia teve como móvel a intriga dos meus adversários políticos com vistas ao pleito eleitoral que se avizinha, usando como instrumento a imaturidade do Promotor de Justiça, dr. Jorge Alberto Mendes Junior. Mas se enganam, se pensam que me desgastam perante a opinião pública. Não faço da política um meio e sim um fim. Não me fiz. Já nasci político. Faço política, todos os dias, com atitudes nobres e com trabalho sério. A minha arma é a verdade. E tudo isso o povo de Parintins conhece. Como conhece as minhas origens de moço pobre, porém, honrado. Como sabe da lisura, da responsabilidade e seriedade com que encaro as coisas na vida. E, como exemplo, aí estão as minhas contas de 1977, já todas aprovadas.

Não tenho riquezas materiais e nem ambiciono tã-las. A minha riqueza é o meu nome. Honrado e sem mancha. Por isso, Senhor Diretor, permita-me defendê-lo contra aqueles que não aprenderam a respeitar a dignidade e a honra alheia.

Cheguei a Prefeitura de Parintins, como gostaria de chegar e como deveriam chegar ao poder todos os homens públicos: sem peias e sem compromissos de ordem pessoal. Meus compromissos são todos com Deus, com a minha consciência e com o povo de minha terra. Os amigos de Parintins, sempre digo, são também meus amigos; os inimigos de Parintins são também meus inimigos. A paz — "que é obra da Justiça" — só faço com quem amar o mesmo chão. E quem ainda não entendeu, há de entender.

Prometi mudanças. Já fiz, estou fazendo e vou fazer. Doa a quem dóer. Não sou do tipo emidebista que

vive dizendo não p'ra tudo, quando há muita coisa certa e nem do tipo arenista que vive dizendo "sim" p'ra tudo, quando há muita coisa errada. Não sou o dono da verdade, mas também não sou dos erros.

Prometi fazer uma grande administração com bases sólidas e reais. Uma administração onde a cidade não esqueça o campo; onde o realce não seja só para as obras materiais, mas sobretudo, para o homem, a pessoa humana, razão de toda e qualquer missão pública. E vou fazer, Senhor Diretor. Já iniciei e vou continuar. Custe o que custar. Até o mandato, se for preciso. Tenho, para isso, trabalhado com afinco e com bons propósitos. E o povo sabe que não minto.

A evidência desta realidade, Senhor Diretor, parece que já começa a incomodar àqueles que nada fazem e que não acreditam na força do trabalho ou na capacidade e coragem do caboclo, que eu e V. Sa. somos. E como não podem dizer que sou ladrão, incapaz, omissão, negligente ou o que queiram, resta-lhes apenas fazer acusações maldosas e sonham me ver sem o mandato que o povo parintinense me deu na maior votação da história política deste município.

Nada disso, portanto, me abate. Aprendi a ser forte desde cedo, enfrentando os roçados de juta e a hostilidade da natureza do nosso interior, que muita gente desconhece.

Confio em Deus e na Justiça.

Confio em mim e no povo de Parintins.

E vou em frente.

Cordialmente

Raimundo Reis Ferreira

Prefeito de Parintins".

Outra discussão que houve na Câmara Municipal foi com relação ao Promotor Dr. Jorge Alberto Mendes Júnior, o qual passa por vários conflitos com as autoridades de Parintins, Documento do jornal “A Crítica” com o pronunciamento do Vereador Messias Sampaio (MDB-AM). (Livro de Atas de 1977-1979, p. 78).

## Messias: TJE deve apurar a responsabilidade do promotor de Parintins e Maués

O vereador Messias Sampaio (MDB-AM) pediu ontem, na Câmara Municipal, que o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas mande apurar a responsabilidade do promotor substituído de Parintins e titular de Maués, Dr. Jorge Alberto Mendes Júnior, que estaria exorbitando na atuação, criando áreas de sítio com autoridades de outros poderes, além de se envolver em questões em que revela falta de equilíbrio para exercer o tão elevado cargo, inclusive tentando agredir jornalistas, num impetuoso desejo de fazer justiça com as próprias mãos.

Messias Sampaio disse tudo em detalhes e que o promotor Jorge Alberto Mendes Júnior fez em Parintins, durante um curto período de 15 dias, quando esteve substituindo o promotor titular daquela Comarca, Dr. João Batista dos Santos, que se encontra em Manaus. O pronunciamento de Messias Sampaio recebeu aprovação unânime daquela Casa de Legislação, diante da gravidade do fato.

### Desequilíbrio

O vereador Messias Sampaio entregou ao Comitê de Imprensa da Câmara Municipal um relatório que lhe foi enviado, o qual também foi apresentado àquela Casa Le-

gislativa. Eis a íntegra do relatório:

O Promotor de Justiça do município de Maués, Dr. Jorge Alberto Mendes Júnior, esteve recentemente em Parintins exercendo a Promotoria deste município, em face da ausência do Dr. João Batista dos Santos que foi transferido para a capital do Estado. Nos quinze dias que o promotor passou em Parintins o negócio não foi muito bom para os filhos da terra que vivem constantemente em clima de paz e harmonia.

Acontece que o Dr. Jorge Alberto Mendes Júnior, talvez, quem sabe, pelo seu pouco tempo de promotoria, sem a tarimba necessária, fica pelas esquinas de rua a atacar as autoridades constituídas do município, na tentativa de destruir o bom relacionamento que existe entre os Poderes locais. As pessoas que ouviam o Dr. Jorge Alberto Mendes Júnior, se retravam do local, evitando maiores problemas. Muitas dessas pessoas só não reagiam aos insultos que eram dirigidos às autoridades municipais, em respeito ao cargo que ele exerce. Este homem está usando o cargo para não só se promover pessoalmente, como também, provocar um desequilíbrio no funcionamento harmônico dos poderes constituídos.

Entretanto, o Dr. Jorge Al-

berto Mendes Júnior, não foi feliz nas suas péssimas intenções: atavés regressar ao município de origem, não deixando, porém, de fazer ameaças no aeroporto de Parintins contra as autoridades, provocando mais uma vez a sua total falta de senso de responsabilidade. E agora, o dito promotor está ameaçando de prisão, espancamento e até de meter uma bala na cabeça do jornalista Edu Costa. Este ato evidencia o seu caráter violento e irresponsável, simplesmente porque o jornalista levou ao conhecimento público, através do seu programa “Cartão Amarelo”, apresentado na emissora de rádio local, os atos não aceitáveis pela sociedade do Dr. Jorge Alberto Mendes Júnior.

Acredita-se que o promotor esteja sendo usado como instrumento de jogada política, pois não se entende o seu comportamento, quando passou a atacar e injuriar o Poder Executivo parintinense, como se o prefeito municipal represente um perigo para a Constituição. E o pior é que o promotor vivendo as suas noitadas de violação sem atender para as pessoas que o rodeavam, preferia impropérios abertamente contra as autoridades municipais, daí porque se apaixonou e os gestos do promotor foram levados ao conhecimento de todos, o que veio denvergonhar a família parin-

tinense e principalmente a Justiça do Amazonas.

Diversas pessoas afirmam não poder ficar caladas diante desses fatos las ditáveis onde o homem que é responsável pela aplicação correta das leis, não sabe fazer uso de sua posição profissional e da responsabilidade perante uma comunidade e compromisso com a Justiça. Em todos os locais desse município comenta-se que tais fatos devem ser levados ao conhecimento das principais autoridades do Estado, para que esses e outros abusos não mais aconteçam em cidades onde a paz e a tranquilidade são uma constante na vida de seus ordeiros habitantes.

O dito promotor quando em vez invoca a autoridade de seu pai com o intuito de vencer ou persuadir as pessoas que o rodeiam nas noites, dizendo: Meu pai é desembargador, minha família é importante, etc. O promotor não só cercou o jornalista Edu Costa pelas ruas da cidade como também, viveu circulando o prédio da Prefeitura Municipal, na expectativa de agredir aquele profissional de imprensa. Ontem mesmo, o Dr. Jorge Alberto Mendes Júnior tentava encontrar a jornalista, para destilar sobre este toda a sua ira e abuso de autoridade.

Na reunião do dia 15 de junho de 1978, o edil José Maria Pinheiro pede que seja encaminhado ao Governador Henoch da Silva Reis que pede em favor dos moradores da Sham que não tem condições de se retirarem das casas. (Livro de Atas 1977-1979, p. 85).

Na Ata da 24<sup>a</sup> sessão ordinária da Câmara Municipal de Parintins, em 15 de junho de 1979, a edil Geminiana Campos Bulcão fala sobre o problema da Eletrobrás, pois ela não concorda com a desaprovação do Projeto da Hidrelétrica de Balbina

Aberta a primeira parte da ordem do dia usou a palavra a edil Geminiana Campos Bulcão Bringel que falou sobre as notícias que vem estampando nos jornais sobre o problema da Eletrobrás em desativar o Projeto Hidrelétrica Balbina. Falou que os Parintinenses sempre demonstraram a sua bravura até mesmo na guerra do Paraguai na pessoa de vários filhos. A seguir falou que ouvido plenário seja encaminhado telegrama ao Sr. Presidente da República, após a audiência do Plenário no sentido do seguinte: visto que a Eletrobrás desativou o Projeto hidrelétrica Balbina, para substituir por usina movida a carvão, importada de Santa Catarina, protestou contra mais este ataque traiçoeiro, injusto para o Amazonas, pois Balbina representa amazonense sustentáculo sócio-econômico-industrial sua vinda esperamos digníssimo Presidente cumpriu promessa feita comício praça 14 quando primeira visita Manaus – Ainda encaminhou outro Requerimento encaminhando telegrama, ao Sr. Governador do Estado do Amazonas – “que diante sentença de morte hidrelétrica

Balbina determinada Eletrobrás, órgão Ministério usinas energias, através das duas Bancadas, protestam contra paralização Balbina para não permitir semelhante crime contra o nosso Estado e seu povo. (Livro de Atas de 1979, p. 30).

O edil Geraldo Medeiros recebeu do Deputado Rafael Faraco a relação dos estudantes para receber as bolsas estudantis, algumas foram deferida, o edil foi questionar ao Colégio Batista sobre o ocorrido e o mesmo disse que enviou pelo correio as prestações de contas do ano anterior, haja vista essas bolsas poderiam ter voltado. (Livro de Atas de 09/08/1979, p. 57).

Discussão entre os edis para tratar do Projeto do Senador Lázaro Barbosa, o qual visa a ampliação dos limites da Amazônia Legal até o sul de Goiás. A maioria dos edis, principalmente Geminiana Bulcão e Geraldo Medeiros são contrários a aprovação, visto que o mesmo poderá acarretar atrasos ao desenvolvimento da Amazônia. O presidente do país General João Batista Figueiredo foi contrário a esse projeto. Diante disso, a vereadora Geminiana Bulcão apresentou um requerimento nº 05/80, onde pede que após a audiência no plenário seja telegrafado ao presidente, agradecendo a sua posição contrária. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 42).

Ela ainda fala do contrabando de ouro ocorrido em Maués e parabeniza o Sr. Superintendente da Polícia Federal do Amazonas pelas investigações. Também

parabeniza e incentiva o trabalho do historiador e ecologista Samuel Benchimol, o qual produz texto em favor da preservação da pátria, defendendo a Amazônia e a reativação da hidrelétrica Balbina. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 42)

Geraldo Soares de Medeiros apresentou o requerimento nº 42/80 em que pede após a audiência do Plenário que requereu ao Sr. Prefeito Municipal que integre-se ao empenho do Governador José Lindoso, à Superintendência da Borracha à Secretaria de Produção do Estado do Amazonas, ao Sindicato dos Seringalistas no Amazonas, um gesto de apoio a estas Entidades e confiança ao Produtores Rurais, que desejam efetuar o Plantio de árvores de Seringueiras às margens das Estradas, integrantes do Plano Rodoviário Municipal, iniciado pelas pioneiras Parintins-Parananema, Parintins-Aninga, Parintins-Macurany e Contorno. Falou que a sua proposição além de incentivo será uma base da agricultura. (Livro de Ata de 1979-1980, p. 71).

O vereador Orlando Hatta faz a declaração sobre a publicação no Jornal Médio Amazonas sobre as críticas feitas ao mesmo e ao comerciante Elias Salomão Mendes, o qual diz que:

(...) o popular Lico, tenho a informar, que a sua atividade descende de honrada comerciante, defendeu o povo desta terra como Intendente Municipal (hoje vereador), nos anos de 1920 a 1930, foi fundador da Maçonaria União Paz e

Trabalho. Sua avó Sol Mendes, expulsou sozinha em 1918 os saqueadores do Paraná do Ramos, sendo considerada HEROÍNA pelo Governo do Estado – 1919. Seu pai Salomão Mendes, comerciante que na época recebeu do governo do Estado (por escrito) elogios pela maneira brilhante como exercia sua atividade, e, finalmente LICO, que sempre procurou seguir de seus fregueses o melhor possível, sendo considerado no ramo do Comércio, um grande amigo, prova está que quando o LICO se ausentou do Município por 30 dias, as donas de casa lamentaram e a Rádio Alvorada, através de sua reportagem afirmava que a ausência do mesmo era um caso de quase calamidade pública (...). (Livro de Atas de 1979-1980, p. 90).

O jornal “O Médio Amazonas” faz uma retratação sobre a reportagem “Vereador Hatta deve dar vez a Outro”, onde diz que não teve a intenção de melindrar a pessoa do vereador e sim fez uma crítica construtiva a seu respeito e a respeito da outra pessoa não tem nada a responder já que está desvinculada ao Poder Legislativo. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 96).

O edil José Maria Pinheiro pede que seja enviado Votos de Congratulações a professora Maria do Carmo Gadelha, pelo Grupo do Caprichoso, falou que houve desvio de verbas, pois a Festa é a única que no momento rendia lucro.

**Ata de 37ª sessão ordinária do segundo período da Câmara Municipal de Parintins, realizada em 22 de agosto de 1980.**

(...) o edil José Maria pediu ainda que o Sr. Presidente enviasse a professora Maria do Carmo Gadelha, votos de Congratulações pelo Grupo Folclórico do Bumbá Caprichoso em seu nome particular. Falou que ainda em agosto lembram os fatos do Festival 80 que deixou de ser representado no Estádio para ir até a Justiça, falou que a Direção maior desse grupo, tem que enfrentar com ignorância e com ódio em forma de pagamento pelo grande trabalho que tiveram os dois grupos Caprichoso e Garantido que levaram a maior renda para o Estádio e receberam apenas Cr\$ 60.000,00 – (sessenta mil cruzeiros) o que não dava nem sequer para o gasto que fizeram para a apresentação da primeira noite. Lamentavelmente não se sabe em que foi gasto o dinheiro que foi apurado. Falou que o grupo teve na professora Gadelha um baluarte e que o título foi roubado e até agora ainda se vê a injustiça. Falou que não se briga com o povo e nem se brinca, falou que a Direção maior presta solidariedade e o Repúdio nos que a acusam. Em aparte o edil Geraldo Medeiros, falou que no dia 30 (trinta) de junho, chamou o Sr. Prefeito e na presença do edil Ruy Mendes e disse que o povo não estava satisfeito, e pediu que nomeasse outra Comissão e a resposta que teve é que ele não voltaria atrás. (...). (Livro de Atas de 1979-1980, p. 130).

Na 38ª Sessão Ordinária do dia 26 de agosto de 1980, a Câmara recebe a visita do Prefeito Municipal Raimundo Reis Ferreira, que veio a pedido do vereador

Ruy Mendes para responder algumas perguntas relacionadas aos requerimentos enviados ao Executivo e que até o momento não obtiveram repostas, aproveitando o momento os vereadores também fizeram suas perguntas.

**2ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Parintins**

Ata da 38ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Parintins, realizada em 26/08/1980.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio onde funciona a Câmara Municipal, realizou-se a trigésima oitava sessão, sob a presidência do Vereador Raimundo Ruy Mendes e com a presença dos edis: Raimundo Muniz Rodrigues, Geminiana Campus Bulcão Bringel, Orlando da Silva Hatta, Admilson Duarte Ribeiro, Francisco Siqueira Neto, José Teixeira Barros, Paulo Marques Soares, Geraldo Soares de Medeiros, Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e transformou em sessão e transformou em Sessão Especial, devido à Presença do Sr. Prefeito Municipal, que veio atendendo a convocação feita por essa Casa. O Sr. Presidente convidou ao Sr. Raimundo Reis Ferreira Prefeito Municipal de Parintins, a tomar assento à sua Direita, assim como o Dr. Algenor Maria da Costa Teixeira Assessor Jurídico da Prefeitura e o Sr. João Andrade – Chefe do Gabinete da Prefeitura Municipal. Convidou ainda ao Sr. Benedito Manso a tomar

assento a sua esquerda. A seguir o Sr. Presidente convidou ao edil Paulo Marques a saudar o Sr. Prefeito. O edil Paulo Marques falou da alegria que esta Casa sentia com a presença do Sr. Prefeito e disse ser justa a homenagem, e disse que a Câmara, reflete os anseios do povo, de tantos problemas que trazem a esta Casa, pediu que o Sr. Prefeito Municipal pudesse sentir-se bem, recebendo um abraço sincero e amigo. A seguir o Sr. Presidente, lançou algumas perguntas ao Sr. Prefeito visto que foi o autor do pedido da convocação. Perguntou sobre as Verbas Liberadas para o Aeroporto, muro de arrimo, drenagem e água. Consultou no caso do aeroporto se a Verba virá para a Prefeitura ou para a Câmara. Se o Sr. Prefeito já tem plano para o aeroporto que vai desocupar. Quantos às terras do novo aeroporto e a sua indenização. O edil Paulo Marques usou a palavra e falou sobre a Escola do Macurany e o Poço Artesiano que foram inaugurados no dia 14 (vinte e quatro) esteve presente e disse que a 12 (doze) anos estavam esperando. Agradeceu ao Sr. Ely Melo que doou a terra em que fica a escola. Disse que o Sr. Prefeito esta de parabéns por mais esse trabalho em favor do povo. A seguir falou a edil Geminiana, que disse ser este o momento esperado. Disse que é assediada na rua e fica sem condições de responder falou sobre o seu Requerimento que pede informações sobre a verba adquirida no Ano Internacional das Crianças. Perguntou sobre a construção da Câmara, sobre o Mercado da Francesa, onde será a Casa da Cultura e sobre a Verba que foi apurado no Festival Folclórico. Disse que essas perguntas são sinceras. Lembrou o 25 dia do soldado e que o nosso soldado é o Sr. Prefeito, e que suas palavras ficarão registradas por isso

devem ser sinceras. A seguir falou o edil José Barros, dizendo que os erros são humanos, disse que muitas vezes o Legislativo e o Executivo erram, mas que o povo só pode acreditar nos trabalhos do Sr. Prefeito, pelos trabalhos que tem colocado em prática. Falou sobre os Postos de Saúde das Agro-vilas Mocambo e Cabory que já estão tomando as providências, sobre o Vestibular que também foi uma Vitória desta Casa. Perguntou sobre o Matadouro Municipal, se fica onde está ou em outra área. Sobre o Projeto do Frigorífico Surubim se as terras foram doadas pela Prefeitura ou irá vender. Agradeceu ao Sr. Prefeito por ter atendido o Convite. A seguir falou o edil Admilson Duarte que falou que veio a esta Casa para trazer a Voz do Povo, não para diminuir e nem criticar a ninguém, que são construtivas, e disse que o seu ideal é a Educação – falou sobre a Escola do Palmares Escola “Suzana de Jesus Azêdo” e o “Senador Álvaro Maia” são do Governo Municipal, e que não apresentam as mínimas condições, nem para os alunos e nem para os professores, por isso apela ao Sr. Prefeito que tome às providências urgentes pelo estado em que se encontram. Falou sobre a falta de Estrutura no Setor de Obras e Viação que depende de terceiros, e apelou que o Sr. Prefeito faça aquisições de pá mecânica e basculantes. Sobre a Casa da Cultura que tenha Material Didático para o professor. Pediu haja um auditório para cursos, para atender a população. Pediu que haja melhor propósito em servir. A seguir usou a palavra o edil Orlando da Silva Hatta, que agradeceu o comparecimento do Sr. Prefeito e seus assessores. Perguntou sobre o Mercado da Francesa, sobre a restauração da Rêde Escolar, da qual o Sr. Prefeito é

conhecedor. Falou que foi eleito para fazer as reivindicações em nome do povo e por isso tem feito críticas ao Sr. Prefeito. Falou que as crianças vivem ansiosas pela melhora das Escolas e que elas merecem pois são o futuro do país. Falou que o Legislativo está mal visto devido as grandes negligencias que tem havido, no não atendimento dos pedidos. Falou sobre o jornaleco que difama às autoridades e na pessoa de Tadeu Noronha, afirma que este o desrespeitou, e disse que a sua força jovem deveria, fazer o seu crescimento e não desavenças, e se assim prosseguir se deixando levar ao vento, será uma das mais vil das criaturas. Disse que ao invés de o chamar de inoperante, deveria falar das dificuldades que o município passa e não jogando terra nos outros. Falou não foi eleito para bajular e sim ajudar. Já temos algumas coisas edificadas. Consultou sobre as verbas do muro de arrimo se serão repassadas de uma só vez ou em Parcelas. Perguntou sobre o seu Projeto de Lei Tiro de Guerra que não seria divisão para si e sim engrandecimento para Parintins, principalmente para a juventude, e evitaria o Êxodo Rural. Esses jovens não teriam que sair deixar suas casas que às vezes não voltam mais, deixariam de ser vagabundos, malandros, e ladrões. Se já estivesse construído talvez existisse menos problemas. Disse que vários Secretários de Educação e outros passam por aqui e vêem as condições das Escolas prometem e nada fazem. Pediu ao Sr. Prefeito que procure agilizar o andamento dessas recuperações, para dar maior segurança aos pais e aos filhos. A seguir o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Prefeito, para responder as perguntas que lhe foram formuladas. Este falou que veio atender a Convocação e responder as perguntas do edil

Ruy Mendes, porém está aqui para prestar esclarecimentos: Falou que tem convicção que somente com Paz e integração do Legislativo e Executivo, poderão realizar o sonho e promover o desenvolvimento harmônico. Falou que hoje vivemos o momento gravíssimo de Inflação de 107%. Onde o povo enfrenta o preço exorbitante de tudo e que só com a ajuda de Deus, podemos viver. Falou que o Santo Papa ao vir ao Brasil deixou o pedido de Paz e harmonia e entre a Paz Religiosa. Lembrou a visita do professor Garcitilzo do Lago e Silva que veio atender esta Casa, com a ajuda da Prefeitura e que também se referiu a harmonia que existe entre o Legislativo e o Executivo. Disse que está aqui o Sr. Sebastião que veio instalar o Posto do Mocambo e Cabory. Falou sobre o Congresso que os edis vão participar em Belo Horizonte, e que sabe que vem dos Temas e a Integração do Legislativo e Executivo. Falou do seu atendimento e que deseja estreitar os laços. Disse que responderá as perguntas, dentro dos limites e com franqueza e sinceridade. Respondeu ao Presidente – que sobre os proprietários das terras do novo aeroporto – se serão indenizados pela Câmara ou Prefeitura. Falou que tão logo assumiu a Prefeitura, procurou se informar e lutar sobre esse novo aeroporto. Falou da situação dos Municípios e que tem a sua responsabilidade – por ser Prefeito e Presidente da Associação dos Municípios do Amazonas – AMA- e acha injusta a distribuição de Rendas do I.C.M. – em que 100%, 80% fica para Estado - - para Manaus e 6% para 43 (quarenta e três) municípios e que essa distorção precisa ser colocada certa da ingentente e que os senhores edis que vão ao congresso precisam mostrar e lutar para que haja mudanças nos

critérios de distribuição. Disse que F.P.M é que tem ajudado ao Município. Falou que os edis e Prefeitos é que o povo procuram para resolver os seus problemas. Falou que para definir Município diz que é onde o povo nasce, vive, trabalha sofre e morre e que esta célula da nação precisa ser estimulada. Disse que para fazer alguma coisa o Prefeito precisa deixar o gabinete e procurar recursos onde estão sediados. Sabe que foi criticado porque viajava muito, e se não o fizesse não poderia cumprir o que prometeu. Recorreu às Verbas Federais e dessa maneira, conseguiu realizar Obras que eram sonhos – no caso a Francesa, o Grupo Senador João Bosco, o Porto – a usina de asfalto e está conseguindo o Aeroporto, muro de arrimo, e outros com muito sacrifício pois o recurso municipal só da muito mal para a limpeza das Ruas, e pagar o funcionalismo, com os professores rurais. Falou que fêz várias viagens à Câmara em Belém e que o Sr. Otomar Souza era o Presidente e que acertou com ele que a desapropriação seria a terra paga pela Prefeitura e as Benfeitorias pela Câmara – mas este saiu e agora é o Coronel Boanerges que está na Direção e que já veio à Parintins e que falou sobre a desapropriação e este ficou de verificar se tinha verba alocada – Disse à ele que tomaria às terras a municipalidade. E que este disse que estava pronto a vir não só inaugurar mas também indenizar. Quanto ao muro de arrimo disse que será feito pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, e a Verba será repassada da SUDAM – para este disse que amanhã chegará o Dr .Aldeino e Secretário de Transporte do Estado que vem a Parintins ver problema. Quanto ao Aeroporto cabe a Comara que receberá os recursos que serão repassados pela

SUDAM, e disse que o montante da indenização não está determinado. Ainda fará um Decreto para fins de Desapropriação e enviara Projeto a esta Casa. Quando o Aeroporto foi desativado – permitirá o acesso dos moradores, inclusive rasgará as Ruas. Tem planos para as terras com Plano arrojado que conta com o Legislativo. Quanto a Casa da Cultura tem 2.000,000,00 (dois milhões) já está com a Verba e iniciará a obra se não for suficiente está pensando em recorrer ao M.E.C. ou ao F.P.M. A edil Geminiana respondeu que a Verba da Campanha do Ano Internacional das Crianças, rendeu Cr\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros) e está depositado no Bradesco e que será empregado no Parque Infantil nas proximidades São José Operário e que importará em 147.906,00 e o Plano é inaugurar no dia da Criança. Quanto a renda do Festival Folclórico Receita Bruta Cr\$ 905.000,00 Despesas 1.235.000,00 com o Déficit de Cr\$ 230.000,00. Falou que fez o Festival pelo povo, pois acha que é uma das maiores festas do Brasil, disse que emprestou Cr\$ 75.000,00 – em seu nome e foi grande o sacrifício mas que sente-se pago porque ganhou nome o nosso Festival. Falou nos amigos que o ajudaram como a T.V. Ajuricaba que filmou o acontecimento e mostrou ao Brasil, recebeu várias parabenizações pela realização de vários contreraneos. Recebeu Diploma de Conservador da Cultura pela SEPREM, pelo incentivo dado às tradições. Disse que foi o Vereador Raimundo Muniz que foi o Criador do Folclore. Falou que o Secretário de Comunicações Sociais, tem o maior interesse em preservar e incentivar e que em 1981 terá maior incentivo - pela SECON – que dará destaque ao evento. Disse que sente-se

gratificado e Parintins há de se preparar para receber visitantes no próximo ano. Apelou aos edis que tudo façam para elevar cada vez mais o evento. Quanto ao prédio da Câmara, falou que não apenas esta Casa, mas a Prefeitura e outros Órgãos já estão precisando de outro local. Falou que por isso não alocou a Verba. Quanto ao Mercado da Francesa que a verba do F.N.D.U. de Cr\$ 460.000,00 que já tem gasto com 8 (oito) carradas e pedras (131) no valor de Cr\$ 32.000,00 estão aguardando conforme o conselho dos Técnicos do ICOTI que só será possível construir na parte aterrada após três anos. Fará a cobrança ao ICOTI. Disse que o matadouro que o edil José Barros quer saber que não ficará na área onde está porque é contra indicado, é premente a necessidade de outro e será construído na Ilha de Santa Clara, e foi por isso que não negociou com a Agro-Madeiral, para deixar para o Matadouro. Projeto Surubim a sua localização – Não tem compromisso da Área para a construção do Frigorífico e sabe que já estão tomando as providências. Ao edil Admilson Duarte respondeu que a recuperação dos prédios escolares são de total responsabilidade do Estado, sendo da Prelazia, Município e que a SUPLAN – e que deve recuperar, não sabe porque não faz o mesmo com as escolas do Município. Disse que na Recuperação do Ryota Gastou muito – e sente que ao recuperar uma escola na cidade está desprovendo às comunidades. Leu o seu Relatório ao Sr. Governador que o fez dizendo dos problemas que temos e inclusive o estado precário das Escolas. O Colégio foi construído e a verba do Centro foi cortada. Falou que o Secretário de Educação já alocou as verbas e está aguardando – para repassar à Prefeitura. Quanto a Estruturação Viação e Obras – falou

que quando assumiu encontrou uma patrol – o carro do prefeito era alugado, devido aos poucos recursos – Falou que tem uma C-10 – um caminhão, fábrica de bueiros. Falou que o prefeito não tem condições de comprar maquinas se tivesse não teria que pagar alugueís. Falou que Protesta contra as autoridades que até dá angústia essa falta de confiança acha que já conseguiu alguma coisa com muita luta. Falou que não tem condições da Pavimentação das ruas e só o Estado pode fazer o que ainda vai demorar. A não ser que haja melhor distribuição. A Casa da Cultura será no terreno onde está a Comissão Central de Esportes e que a Quadra Coberta, já tem verba alocada pelo Estado – falta só repassar para o Município. Respondeu ao edil Orlando Hatta, que quanto ao Tiro de Guerra que o seu sonho desde que chegou a esta casa. Reconhece a necessidade e que sabe de sua importância. Explicou que lutou e que não sabe do silêncio da CMA e que não tem documento para provar o que falou o coronel da 29 – CR. Colocou-se a disposição do edil Orlando Hatta, caso queira ir diretamente a 29 – CR, com o pagamento de passagem e até diárias. Falou que na sua vida pública tem mais espinhos do que rosas, por incompreensões e às vezes acusações e descréditos. Disse que o maior Patrimônio que tem é o seu nome e precisa tomar sérias medidas pela sua honra. Falou que talvez o jovem Tadeu, tenha ido muito longe, mas que se tiver atrapalhado o sucesso da Administração, acha que será capaz de dialogar e chegar ao ponto de pedir desculpas. Falou que não é só o vereador Orlando que se sente desprestigiados, pois está perto de prestarem conta do que fizeram. Está na hora de se perguntarem será que fizemos alguma coisa?

Falou que tem no seu arquivo todos os requerimentos dos edis e que se não responde com ofício, responde com as obras, sem fazer distinção de Partidos Políticos. Falou que se foi deselegante e descortês com esta Casa, não usou de má fé, mas que a partir de hoje acha que devem se unir, para ao menos iniciarem os Projetos que tem e dia 31 de janeiro, possam olhar um ao outro e prestar contas ao povo, pois pensa que já tem alguma coisa a mostrar. A Prefeitura está de portas abertas para os edis e para que haja o diálogo franco e aberto. Gostaria de ter o apoio desta Casa e se houve erros pensou em acertar, se há ressentimentos que desapareçam, para que mais tarde possam louvar e dignificar o sonho de nossos filhos. O Sr. Presidente fez dois apelos que o Sr. Prefeito não permita o repasse de verbas para a Secretaria de Transportes, o que só traz tristes lembranças. O Sr. Prefeito disse que pela falta de estrutura a Prefeitura não pode fazer esse trabalho e que amanhã deveriam estar todos juntos e apelar e que eles alegam que não há verbas para a pavimentação porque o Município já está bem servido este ano, mas que essas verbas que ganhamos são Federais. Quanto ao repasse promete que não acontecerá pois a SUDAM fará o repasse para o D.N.D.S. que já deve estar fazendo a concorrência lá no sul visto que em Manaus não construtora que seja capaz de fazer o trabalho. Virá o Dr. Alduíno e que em conjunto com a secretaria estudará as condições. Ainda pediu o Sr. Presidente que o Sr. Prefeito ajude os edis que irão ao Seminário em Belo Horizonte com Diárias. Este falou que irá estudar o problema com carinho e vai ajudar na medida do possível. Apelou aos edis que o ajudem no sentido de darem apoio ao novo Canal da Rádio que à Família Faria comprou e

está lutando para implantar em Parintins, mas que o Deputado Cleuter Mendonça que já possui um canal em Itacoatiara, quer esse canal de Parintins, e que espera que seja nossa para dar trabalho aos filhos de Parintins. O Sr. Presidente falou que conte com o apoio desta Casa. Agradeceu a presença do Sr. Prefeito e que sempre que queira prestigie à Câmara vindo às sessões. Agradeceu aos presentes e sob a proteção de DEUS encerrou à sessão. Eu Suzana do Carmo Leão que lavrei a presente Ata. Admilson Duarte Ribeiro – Secretário que subscrevi. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 131-135).

É apresentado no expediente o Memorial Circular nº 011/80 – do Serviço de Assistência Técnica da DMF/AM – que encaminhou a esta casa o Boletim Informativo nº 68. Telegrama do D. Federal Vivaldo Frota parabenizando a Câmara de Parintins pela aprovação da emenda Prorrogação de Mandatos de atuais Prefeitos e Vereadores. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 140).

No dia 17 do mês de março de 1981, foi feita a leitura dos expedientes que contou com o seguinte:

(...) Ofício nº 014/81 – da Agência da Receita Federal, local que fez apelo ao Sr. Prefeito Municipal, para conseguir um terreno para a construção de um prédio para a Agência e que até agora não conseguiu e pediu aos membros da Casa que o ajudem. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 12).

Aos nove dias do mês de abril o vereador José Barros a convite do Deputado Gláucio Gonçalves visitaram pelas 20 comunidades da área rural, com o objetivo de averiguar a atual situação dos comunitários e apresentou o requerimento com o seguinte:

É com o pensamento voltado para os problemas que envolvem o Município de Parintins e com muita propriedade que na história do homem a nossa geração e as demais passadas tentaram fazer de Parintins uma menina moça e aos poucos o sonho de todos vai se realizando; estamos fazendo de Parintins a encantadora dos olhos das pessoas que a visitam. Enquanto a cidade cresce o interior se esvazia e começa surgir a crise social em vários aspectos como por exemplo: 1º Educação: Apesar do trabalho eficaz que vem realizando o setor de Educação da Prefeitura Municipal de Parintins ainda não conseguiram o objetivo e ai deparamos com os seguintes: 1.1 – Falta de qualificação dos professores, que com coragem doa os primeiros passos à luz do saber as crianças das comunidades rurais. 1.2 – Os professores não são bem remunerados muitos por necessidade sujeitam-se a prestar serviço ao município, mesmo recebendo um ordenado inferior ao salário mínimo. 1.3 – Falta de merenda escolar, se alunos da sede bem pouco gozam desse direito, quanto mais os da área rural. 2º - Saúde: As condições de saúde da população do interior deveria ter sofrido uma melhoria considerável dada a integração das comunidades ao processo de desenvolvimento de Parintins. Não restam dúvidas que continuam quase intocadas as verdadeiras causas do baixo nível de saúde da

população interiorana como seja desnutrição, péssimas condições sanitárias, e etc... Mais com tudo isso temos Universitários do Campus Avançado da Universidade do Rio de Janeiro (Projeto Rondon), que com pouca estrutura procuram dar um assistência adequada tanto medica como odontológica. 3º - Assistência Técnica: apesar dos trabalhos técnicos da Emater Local que por sua vez não cobre teoricamente toda área do município, é preciso que se agilize providências no sentido de uma melhor assistência. Mas Senhor Presidente, Senhores Vereadores, é bom que se diga que o interior de Parintins aos poucos vem se estruturando, temos as Agro-Vilas das comunidades de Mocambo e Cabury que servem de bases, as demais co-irmã. Mas só essas não basta, é preciso que criar mais Agro-Vilas nas comunidades de baixo, como na Valéria, Marajó essas servindo de bases as demais dotando-as Escolas, Unidades Sanitárias, Luz Elétrica, Assistência técnica e etc. Acredito que jamais teremos grandes problemas sociais e evitaremos que o monstro que todos combatem o êxodo rural (...). a) José Teixeira Barros. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 38-39).

No dia 23 de abril de 1981, Manaus recebe a visita do Exmo Presidente da República João Batista de Figueiredo e mais 7 ministros de Estado. Dentre as vantagens que o Presidente anunciou foi o aumento da cota da Zona Franca de Manaus de Cr\$ 300,00 para Cr\$ 700,00. E para representar o Legislativo na capital, o vereador Paulo Marques Soares, fala da sua experiência

na 16ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Parintins. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 44).

Ata da 16ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Parintins, primeiro período legislativo em prorrogação da 8ª Legislatura, realizada em 28 de abril de 1981. Conforme a Emenda Constitucional nº 14 de 09.09.80.

(...) o Vereador Paulo Marques pronunciando-se sobre a viagem feita à Manaus, dizendo que pela Portaria nº 16/81 – CMP- datada do dia 22-04-81, foi designado por essa Presidência para ir à Capital do estado assistir às Solenidades do Presidente da República João Batista de Figueiredo e mais 7 ministros. Para participar da solenidade foi um convite oficial, apesar do ato ser simples se reverteu numa grandeza sem limites. O Sr. Presidente pensou o que é salvar a situação de nosso amazonas, trazendo verbas. Um dos atos que calou em mim profundamente foi assinatura do convenio da Balbina, inclusive estipulando prazos, calou profundamente em todos os amazonenses presentes. Assinou mais de 20 convênios. Achei que o Sr. Presidente da República não está realmente satisfeito com o nosso amazonas, em mais de 20 atos não mostrou ar em sua graça, achei muita dureza e o que realmente me impressionou foi o sistema de Segurança em todos os cantos. Um homem sério que não deu sequer um pequeno sorriso, parece um robô. Trouxe com ele 7 ministros e provou que realmente tem boa vontade em ajudar e encerrou o seu pronunciamento. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 49).

Relevante também nessa sessão é a discussão sobre o pai da ideia da criação da hidrelétrica de Balbina, o qual o Senador Raimundo Parente se diz como o autor principal da obra, mas a edil Geminiana Bulcão o contesta e relembra que o Senador apenas ajudou a encaminhar o ofício com o pedido, enfatizando que a ideia saiu da Câmara Municipal de Parintins.

No dia 11 de junho abre-se a discussão sobre o encerramento das atividades da Câmara Municipal de Parintins e da ajuda de custo, no qual o prefeito municipal não estava pagando.

Aberto os trabalhos na primeira parte da Ordem do dia, foi facultada a palavra pelo Senhor Presidente, solicitou a palavra o Vereador Geraldo Medeiros, perguntando se a sessão encerra amanhã ou dia quinze. Com a palavra o Presidente, falou que iria consultar ao Plenário. O Vereador Pinheiro, referindo-se a Ajuda de Custo em que o período encerra e o Prefeito não paga. O Presidente da Casa, dizendo o edil estar certo e tem por onde agir e exigir do Prefeito o cumprimento da Lei. O Vereador Geraldo perguntou se havia alguma razão de ele não cumprir a Resolução desta casa, o Presidente lhe respondeu dizendo ter mandado expediente e ter vindo resposta. Com a palavra o Vereador Geraldo, falou que se as Leis não estão sendo cumpridas é pedir ajuda do judiciário para que o Senhor Prefeito cumpra as Leis. Ou será que o Senhor Prefeito e Vice não estão sendo pagos? E gostaria que não fosse preciso chegar ao extremo. Se até 30 de junho ele não cumprir a Resolução nesta casa, somos

obrigados a recorrer a justiça. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 87).

O requerimento nº 71/81 de autoria do edil Raimundo Ruy Mendes, pede que seja fechado as bancas de jogos de bicho. Os edis Geraldo Medeiros, Geminiana Bulcão, Raimundo Leal, Admilson Duarte, Francisco Siqueira pronunciaram-se a favor do requerimento.

(...) Com a palavra o edil Geraldo Medeiros dizendo que lamentavelmente o jogo do bicho e jogo de azar e é muito perigos, a lei do país e contra o jogo do bicho seria bom que fosse enviado expediente ao Juiz de Direito e ao Delegado de Polícia para fechar imediatamente. A edil Geminiana Campos Bulcão Bringel que o referido jogo tinha cobertura política sendo do Deputado Estadual Josué Filho, com a parte o edil Ruy Mendes que disse: Que segundo pessoas existiu uma outra banca do referido jogo sendo a mesma de Gilberto Mestrinho. O edil Geraldo Medeiros disse que não tem importância que fosse de Josué Filho ou Gilberto Mestrinho, o que importa e que seja fechado. O edil R<sup>do</sup> Mendes Leal disse que lhe tocou na alma o requerimento do edil Ruy Mendes pois até em sua casa seus filhos aventuram o jogo do bicho não importa também que seja Gilberto Mestrinho ou Josué Filho que importa que seja fechado. O edil Admilson Duarte disse que o dinheiro recolhido no jogo do bicho sai de circulação de nossa praça e não tras nenhum benefício a nossa cidade. O edil Francisco Siqueira Neto manifestou-se contrário ao jogo do bicho, dizendo que o referido jogo arrecada por dia uma média de

400.000.00 (quatrocentos mil cruzeiros) por dia. Em votação aprovado por unanimidade. (...). (Livro de Atas de 1981-1982, p. 107).

Foi citada em Ata pelo vereador José Maria Pinheiro o naufrágio do motor “Sobral Santos”, que saiu de Santarém com excesso de carga e passageiros. Um acontecimento muito triste que levou a vida de vários irmãos de Parintins, por falta de fiscalização da Capitania dos Portos de Santarém no Porto de Óbidos. Apresentou o Requerimento nº 88/81, que em nome da Bancada do PP (Partido Popular), votos de pesar pelo passamento da senhora Amélia. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 122).

#### O vereador Iranildo Azêdo

(...) o edil Iranildo Azêdo que passou às mãos do Sr. Presidente os trabalhos do Congresso em que participaram em Vitória e disse que o próximo será em Campo Grande –Mato Grosso do Sul. O edil Geraldo Medeiros falou que houve a participação e que dois Projetos foram muito discutido, sobre a Presidência Social e a obrigatoriedade de abrirem às sessões com a Mensagem Bíblica e outro sobre a Pena de Morte e quase foi aprovado este último. A seguir o Sr. Presidente falou que estava em pauta as matérias do dia para a próxima sessão, e que de acordo com a sessão anterior está em pauta a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Parintins do exercício de 1979. De acôrdo com o Regimento Interno, fêz a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº07/81 CMP – colocado em discussão o edil Geraldo Medeiros, pediu informação sobre a

documentação que solicitou do Sr. Prefeito Municipal com referência ao Mercado da Francesa, de acordo com o seu Requerimento aprovado por esta Casa. O Sr. Presidente informou que devido a ausência de alguns edis, não foi possível a reunião em que compareceram os funcionários da municipalidade com as devidas informações. O edil Geraldo Medeiros falou que não foi realizado o trabalho que consta a Verba no ano de 1979. E por isso acha erro deixar cumprir o que esta casa aprovou que foi o seu Requerimento. Ainda foi muito debatido o assunto. O edil José Maria, falou que se estão acobertando os erros do Sr. Prefeito, mas que irão desaprovar para não se responsabilizar. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 136-137).

Na 33ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Parintins, do dia 17 de novembro de 1981, o edil Geraldo Medeiros, fez um pronunciamento, que na última sexta-feira foi ameaçado de morte por telefone, acredita que seja um grupo que o perseguem, e sabe que é uma pessoa educada e sabida devido a fala ao telefone. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 146).

O vereador Admilson Duarte Ribeiro apresenta um Projeto de Lei nº 05/81 para que oficialize o Hino de Parintins, tendo como autor D. Libel Filho música de Ramiro Suso. O vereador Geraldo Medeiros manifesta-se dizendo que: “estar surpreso, pois, pensava que o autor do Hino de Parintins fosse D. Arcângelo”. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 150).

Na reunião do dia 14 de dezembro de 1981, com a presença de D. Arcângelo Cerqua e professora Aldair Kimura com o objetivo de debater o projeto de Lei do edil Admilson Duarte o qual declara o oficial o Hino de Parintins. No plenário foi ouvido dois hinos. Após ouvi Admilson Duarte disse:

(...) que jamais pensou em prejudicar qualquer pessoa principalmente se tratando da pessoa do nosso Bispo Diocesano. Em seguida, o edil retirou o projeto e assumiu o compromisso de elaborar outro projeto oficializando o Hino de Parintins de autoria de D. Arcângelo (...). (Livro de Atas de 1981-1982, p. 153).

O ano de 1982 inicia-se no dia 1º março com a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Parintins, Sessão Solene de Abertura dos trabalhos de 1982, com a presença de todos os edis vereadores. E na primeira parte do dia a edil Geminiana Campos Bulcão se solidariza com o edil José Maria Pinheiro que foi espancado na terça-feira por de carnaval por Policiais Militares, tendo a frente o Capitão PM José Adson Costa Silva, tudo iniciou quando o prefeito deixou em seu lugar O Sr. Dulcídio Vaz de Campos ainda lamentou a ausência de pessoas na Casa Legislativa, sendo era o ultimo ano da legislatura e muitos foram os trabalhos realizados por esta casa. E ainda citou a reativação da Hidrelétrica de Balbina, solicitado por ela ao Presidente da República. O edil José

Maria Teixeira Pinheiro teceu comentários sobre a agressão.

(...) disse ainda que não é a primeira vez que a Polícia agride fisicamente as pessoas de Parintins desrespeitando a população e as autoridades, disse também que Parintins teve o comando nos 3 últimos dias de carnaval de um criminoso que ainda não tinha cumprido a sua pena esse homem, era o Sr. Dulcídio Vaz de Campos proprietário do jornal semanário “Médio Amazonas”. Um homem como esse não merece viver nos seios de uma população humilde como a de Parintins. Mas tudo aconteceu quando o Sr. Prefeito com total desrespeito ao povo Parintinense, entregou a chave de Parintins a um homem que tirou a vida de um semelhante. Que o dinheiro gasto com carnaval deveria fazer serviços de utilidade a nossa cidade. Disse ainda que o semanário, Médio Amazonas, publicou uma matéria onde dizia que ele tinha companheira no bairro de Palmares e sempre que chegava em sua casa espancava sua esposa. Mas enquanto ele sustentava sua companheira com seu dinheiro o diretor do Médio Amazonas, era sustentado pelos cofres da Prefeitura Municipal, disse também que estava numa rodada no bar (Panorama) Piroca Xangô, mas conhecido como Piroca entre os senhores. Pimentel e José Pontes, quando chegou o Sr. Nelson Brilhante dizendo a eles que o Sr. Prefeito tinha deflorado a senhorita Socorrinho dentro da Prefeitura, funcionaria do Município, em troca do seu silêncio, lhe deu um apartamento na Capital do Estado (Manaus). Pediu ainda votos de pesar a família Carvalho e a família do ex-seresteiro

José Marcos Assis. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 155).

O edil Raimundo Ruy Mendes leu a Moção de Solidariedade ao Exmo. Sr. Prefeito do município de Parintins devido as acusações feitas pelo edil José Maria Pinheiro, o mesmo não estava na sessão devido a recuperação da agressão. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 160).

Sr. Presidente

Srs. Vereadores

Tendo em vista as constantes manifestações de sua excelência vereador José Maria Pinheiro, contra pessoas de bem desta terra, principalmente contra o nosso Prefeito Raimundo Reis, que sem favor nenhum, vem desempenhando o seu mandato com trabalho, equilíbrio, bom senso e sobretudo com hora. Os ataques do senhor Prefeito pelo referido edil, visam única e exclusivamente, confundir a opinião pública e jogou de encontro ao Prefeito Raimundo Reis, mas, não conseguirá, porque o povo parintinense é grato e dará a este mesmo Prefeito, que é candidato o Deputado Estadual, a maior e melhor votação de todos os tempos em reconhecimento ao excelente trabalho que vem desenvolvendo a frente de nosso município.

Dado ao exposto, é que requeiro na forma regimental, ouvido o plenário, seja enviado ao Exmo. Prefeito Municipal, que vem sendo acusado levianamente, pelo edil José Maria Pinheiro que diz o que bem entende, sem nenhum cunho de verdade, muito tal desrespeito a ética parlamentar, as pessoas que

assistem as nossas sessões, e finalmente as pessoas de bem de nossa cidade. (...). Raimundo Ruy Mendes. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 160-161).

Esta moção foi aprovada apenas pela Bancada da Situação o PDS.

Disse que a edil Geminiana está certa, pois o ódio nada constrói. Disse que a Oposição é necessária, mas que deve apresentar possíveis soluções. Lembrou a Revolução de 31 de março de 1964 e disse ter sido benéfica para o Brasil, mesmo com a Inflação ainda devemos nos sentir felizes, pois vê nos jornais países sofrendo a miséria, a fome como é o caso da África. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 166-167).

E no dia 02 de março de 1982, a Câmara recebe uma Declaração do Sr. Nelson Leite Brilhante sobre as acusações onde o edil José Maria Pinheiro citou seu nome em uma conversa no Bar. Ele diz as palavras do edil José Maria Pinheiro são mentirosas e levianas. (Livro de Ata de 1981-1982, p. 164). Ver anexo.

O vereador Admilson Duarte apresentou o requerimento nº 26/82 o qual seja enviado a Sra. Rosa Inez Ferreira, primeira Dama do Município, Votos de Confiança e Reconhecimento pelos relevantes trabalhos desenvolvidos na cidade. Nesta sessão o edil Paulo Marques lamenta a renúncia do Deputado Gláucio

Gonçalves a Candidato a Prefeito de Parintins. Após intensas discussões devido o requerimento do edil Admilson Duarte, pois os edis Geminiana, Geraldo e José Maria discordavam do mesmo, o presidente da Câmara após fazer vários sinais de pedido de ordem, decidiu suspender a sessão e deixar o requerimento para discussão na próxima sessão. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 177).

Após lida a ata do dia 21 de abril de 1982, a edil Geminiana Bulcão Bringel pede para constar em ata “que ela não é contra o voto de Confiança a Sra. Rosa Inês e sim a palavra “relevantes”. Ela ainda nessa sessão fala sobre sede do PMDB que já está instalada e convida os edis a participarem da chegada do Candidato Gilberto Mestrinho. O Sr. Presidente agradeceu o convite mas disse que não poderia devido a política atual e a edil o refuta dizendo que ““o Ex-Prefeito Benedito de Jesus Azedo foi um verdadeiro cavalheiro ao receber o Sr Ulisses Guimarães, grande figura política na esfera nacional”. E ainda o vereador Raimundo Leal falou que ficou satisfeito com a criação das J.D.S. Juventude Democrática Social, agradeceu ao edil Raimundo Ruy, e disse “os jovens precisam tomar a frente para a continuidade dos trabalhos”.(Livro de Atas de 1981-1982, p. 178-179).

Na 21ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Parintins, do dia 11 de maio de 1982, foi lido no expediente Ofício nº 71/82 – AEPMP, no qual mostra a

Renúncia do Prefeito Municipal de Parintins Sr. Raimundo Reis Ferreira, afim de que ele possa concorrer ao Parlamento Estadual. O requerimento diz o seguinte:

Raimundo Reis Ferreira, brasileiro, casado, bancário, Prefeito Municipal de Parintins, vem respeitosamente apresentar a V. Excia, sua renúncia ao cargo de Prefeito Municipal a partir de 14 do corrente mês e ano, nos termos do artigo 30 item 4º e 61, Parágrafo único da lei Estadual nº 1496 de 29 de dezembro de 1981 – Lei Orgânica dos municípios – em cumprimento a legislação eleitoral. Parintins, 11 de maio de 1982. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 193).

Na 5ª Reunião do segundo período ordinário, o Sr. Presidente Raimundo Muniz questiona o edil Raimundo Mendes Leal se ele podia assumir durante cinco dias como prefeito na ausência do Prefeito Paulo Vitorino Menezes. Mas ele não aceitou dando justificativa:

(...) muito embora eu não esteja impedido de assumir mas não vou prejudicar meu filho que é candidato a uma cadeira com acento neste poder (...) Não é apenas pelo espaço de 5 dias que assumindo a Prefeitura que me tornaria feliz, feliz mesmo é ver o meu filho representante do povo futuramente, portanto, a minha decisão é não. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 19-20).

## **HOMENAGENS, PERSONALIDADES E DATAS COMEMORATIVAS.**

Entre os anos de 1977 a 1982, observou-se a importância da mulher na história do povo amazonense, dentre elas a Doutora Marinildes Mendonça Lima, sendo a primeira mulher a fazer parte do Tribunal Pleno da Justiça do Amazonas, como Desembargadora, recebendo votos de congratulações da Vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel.

A mesma reiterou junto a Câmara o papel da mulher brasileira, a qual estava ganhando espaços em todas as áreas, dentre essas a ascensão à cadeira na Academia de Letras da primeira mulher, a escritora Raquel de Queiroz, em 1977.

[...] pediu a palavra Vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, que apresentou um requerimento falando no destaque da mulher que se firma no conceito dos povos, tornando-se credora de confiança de quantos dependem de sua atuação e quase sempre inspirada no sentido humano e cristã de distribuir a justiça com a sensibilidade feminina que lhe é inerente. Saudando com respeito e admiração a mulher que “se projeta apresentado um voto de congratulação à Justiça Amazonense, pela Convocação da Doutora Marinildes Mendonça Lima, para completar o “quorem” do Egrégio Tribunal Pleno, como Desembargadora, sendo a primeira mulher a ter assento naquele colegiado e que seja cientificada do mesmo a

Desembargadora, do Voto de Congratulação. [...]. (LIVRO DE ATAS, EM 24 DE MARÇO DE 1977, p. 25).

Os edis Geraldo Medeiros e José Teixeira Barros apresentaram novamente um Projeto de Lei em que tornaria feriado Municipal o dia 14 de maio, em homenagem ao dia da Sagração de D. Archangelo Cerqua, primeiro Bispo de Parintins. (Livro de Atas 1976-1977, p. 75).

A Comissão de Constituição e Justiça foi favorável e no dia 06 de maio após 1ª, 2ª e 3ª discussão regimental foi aprovado pela Redação Final.

**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PARINTINS**

**Lei nº 02/77 - CMP**

“Considera feriado municipal o dia 14 de maio”.

O cidadão Raimundo Muniz Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

Faz saber aos munícipes que a Câmara Municipal de Parintins, em seu primeiro período ordinário decretou e promulgou a seguinte;

**LEI**

Art. 1º - Fica considerado Feriado Municipal, o dia 14 de maio, data da Sagração do Primeiro Bispo de Parintins.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, 06 de maio de 1977. aa) Geraldo Soares de Medeiros e José Teixeira Barros.

JUSTIFICATIVA

Cabe ao município decretar até quatro (04) feriados religiosos, no ano e em Parintins, apenas o dia 16 de julho é por Lei feriado religioso, quando festejamos a Padroeira de nossa cidade “Nossa Senhora do Carmo”. A nossa proposição para eu seja decretada feriado municipal o dia 14 de maio é uma homenagem justa, por ter sido neste dia, registrado em Parintins um dos maiores eventos Religiosos que foi Sagração do 1º Bispo de Parintins. S.S. da Câmara Municipal, 06.05.1977. aa) Geraldo Soares de Medeiros e José Teixeira Barros – Vereadores.

(Livro de Registros de Projetos e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p.4-5).

O Projeto de Lei nº 03/77 que concede o Título de Cidadão Benemérito de Parintins ao edil Geraldo Soares de Medeiros, aprovado no dia 24 de maio de 1977. (Livro de Registros de Projetos e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p.5-6).

A seguir o Projeto de Lei e a Justificativa

*História e Memória Política do Município de Parintins*



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

PROJETO DE LEI Nº. 23/77.

" CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO  
BENEMÉRITO DE PARINTINS, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

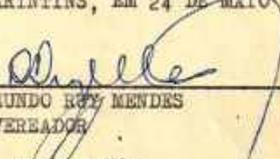
OS VEREADORES RAIMUNDO RUY MENDES, RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES E FRANCISCO SIQUEIRA NETO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, NA FORMA REGIMENTAL, APRESENTAM A CONSIDERAÇÃO DO PLENÁRIO LEGISLATIVO, O SEGUINTE,

P R O J E T O D E L E I :

ART. 1º - FICA CONCEDIDO AO VEREADOR GERALDO SOARES DE MEDEIROS, O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DE PARINTINS, EM RECONHECIMENTO AOS INÚMEROS SERVIÇOS PRESTADOS A COLETIVIDADE PARINTININENSE.

ART. 2º - ESTE PROJETO DE LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

S.S. DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, EM 24 DE MAIO DE 1.977.

  
RAIMUNDO RUY MENDES  
VEREADOR

  
RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES  
VEREADOR

  
FRANCISCO SIQUEIRA NETO  
VEREADOR

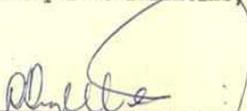
*História e Memória Política do Município de Parintins*

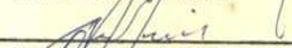
= JUSTIFICATIVA =

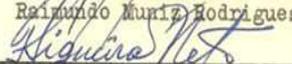
Nossa proposição tem o fim primordial de fazer justiça ao ilustre membro desta Casa, que muito tem honrado nossa Comunidade com seu trabalho honesto e dedicado. Se tal não bastasse para corroborar nossa atitude, bastaria delinear a sua vida pública aonde desempenha a treis legislaturas consecutivas, o mandato que lhe foi outorgado pelo povo. Aquí, assumiu seu papel de defensor dos parintinenses e por seu trabalho foi guindado a Presidencia e a Vice-Presidencia desta Augusta Casa, já tendo inclusive participado como Presidente de todas as Comissões Técnicas. Foi ainda, o homenageado, Presidente do Lions Clube de Parintins, MobraL, Amazonas Esporte Clube, com grande fôlha de serviços prestados. Funcionário Público Federal a varios anos servindo Parintins, aqui chegou e constituiu familia casando-se com uma parintinense da gema, que honra e dignifica nossa terra pelo seu exemplo de decencia e humildade, de irmã, mãe e dedicada esposa DONA NORMA RIBEIRO DE MEDEIROS. Possuindo 11 filhos em idade escolar.

Pelas suas qualidades morais, pela sua vida publica e amor a esta terra é mais do que justa nossa homenagem.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 24 de maio de 1.977.

  
\_\_\_\_\_  
Raimundo Ruy Mendes

  
\_\_\_\_\_  
Raimundo Muniz Rodrigues

  
\_\_\_\_\_  
Francisco Siqueira Neto

Na 2ª Reunião da 3ª sessão do segundo período Legislativo da Câmara Municipal de Parintins em 05 de agosto, o edil José Teixeira Barros homenageou a atleta “Nilba Reis Fernandes” dando Votos de Solidariedade, pela sua atuação como representante nos jogos Estudantis Brasileiros no arremesso de peso e conseguiu o primeiro lugar do Brasil. Nesta reunião também foi discutido o preço elevado da venda da carne e do peixe, onde os edis vereadores discutiam uma solução para este problema, principalmente que haja fiscalização. (Livro de Atas 1976-1977, p. 119).

O edil Sr. Geraldo Soares de Medeiros apresentou um requerimento em homenagem ao sesquicentenário do aniversário de nascimento do Marechal Deodoro da Fonseca, o Proclamador da República, abaixo a transcrição do requerimento:

Sr. Presidente, Srs Vereadores. Completa hoje cento e cinquenta anos de nascimento do Marechal Deodoro da Fonseca, o Proclamador da nossa República e primeiro Presidente do Brasil. No período em que mediu entre 1827 – Data de seu nascimento a 1892 – ano da sua morte. A História do Brasil experimentou grande mudança em seu curso, transformando-a de monarquia para República. Militar, descrevendo a partir daí, trajetória fulgurante, galgando postos elevados não só na hierarquia do Exército, como também na vida pública da nação. Desempenhou decisivo papel no movimento de 15 de novembro, assumindo a chefia de Presidente Provisório, a sua presença

no poder estende-se por duas fases: na primeira, havia um Ministro formado por Republicanos Históricos que levou a efeito a reforma Institucional. Na 2ª o ministério em que o Barão da Lucena, que desempenhava papel parecido ao de 1º ministro, tornando-se importante para solucionar a crise da época entre o executivo e Legislativo. Assim sendo Sr. Presidente Srs. Vereadores na hora em que se comemora o Sesquicentenário do nascimento deste grande Brasileiro, nascido em Alagoas, Requeiro que seja este pronunciamento transcrito nos anais da Casa, e dado ciências ao Sr. Ministro do Exército e ao Sr. Governador de Alagoas – S. S. da Câmara em 05.08.77. a) Geraldo Soares de Medeiros Vereador. (Livro de Atas de 1976-1977, p. 119).

O edil Geraldo Soares de Medeiros entregou um requerimento com o Projeto Lei nº 08/77 o qual considera o dia 15 de outubro como Feriado Municipal, sendo que seria a data de fundação da cidade de Parintins. (Livro de Atas de 1976-1977, p. 150). Foi aprovado por unanimidade pelos vereadores no dia 27 de setembro de 1977. (Registros de Projeto e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p. 19-20).

*História e Memória Política do Município de Parintins*



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

PROJETO DE LEI Nº 02/77.

Considera Período Municipal o  
DIA 15 DE OUTUBRO, data da Fun-  
dação da cidade de Parintins.

O cidadão Geraldo Soares de Medeiros, Vereador à Câmara Municipal de Parintins, apresenta a apreciação da Augusta Câmara o presente Projeto de Lei.

Art. 1º - Fica considerado Período Municipal o dia 15 de OUTUBRO, em comemoração a Fundação da Cidade de PARINTINS.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor à partir de sua publicação.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 23 de setembro de 1977.

- GERALDO SOARES DE MEDEIROS -

- VEREADOR -

A. Dê-se vista a Comissão de  
Constituição e Justiça, para  
os devidos fins.

S.S. da Câmara, 23/09/77.

- PRESIDENTE -



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

JUSTIFICATIVA

1º - Em 1952, através da Lei Sancionada pelo cidadão Gentil Augusto Belém, foi o dia 15 de Outubro daquele ano considerado Feriado Municipal, ocasião em que se festejou o 1º primeiro Centenário, da Fundação da cidade de Parintins.

2º - O dia 15 de outubro, em cada ano, vem lembrar os nossos antepassados, pois trata-se da data em que PEDRO CORDEIRO, com sua bravura, apoiado na inteligência e bom senso de FREDERICO JOSÉ DAS CHAGAS, fundaram a VILA BELA DA RAINHA, hoje a cidade de PARINTINS.

3º - Nada mais justo, será a transformação do presente Projeto em Lei, uma vez que a partir deste ano poderemos juntos comemorar a Fundação deste pedaço do Amazonas e do Brasil que é a cidade que nos acolhe como Legítimo filho. P A R I N T I N S.

O Ofício nº 37/78 do Secretário de Estado da Indústria e Comércio, acusando e agradecendo, o ofício nº 08/78 desta Casa, que enviou sentidos pêsames pelo falecimento do ilustre Homem Público, Senador José Raimundo Esteves, que exercia as elevadas funções de Secretário de Estado da Indústria e Comércio, neste Estado. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 28-29).

No dia 12 de outubro de 1978 a Câmara recebe visitas ilustres do Sr. Ex-prefeito Benedito Azêdo de Jesus, do técnico do ICOTI Dr. Josué Ferreira e

Francisco Ferreira da Silva, mais conhecido como “Chico da Silva”. Esta sessão foi para prestar uma justa homenagem ao Cantor parintinense de renome no país que voltava a Parintins, em seu discurso fala da felicidade de estar sendo homenageado pela Casa Legislativa, como a citação abaixo:

Usou a palavra o homenageado, que falou sobre o início de sua carreira no mundo da música “Em 1976 foi para São Paulo à fim de tentar uma nova vida, mas não estava em seus planos ser um cantor, foi para a cidade de “Fernando Prestes” e lá foi convidado para fazer o Hino Oficial da cidade e que elogiava as tradições da cidade e foi muito bem aceito e por esse motivo recebeu a cidadania da referida cidade. Falou que a música faz parte da nossa vida, que é um descanso para o espírito e que descontraí o espírito. Que acredita na reencarnação dos espíritos. Lembrou de sua infância o famoso “Ambrósio” tirador de prosa do boi garantido que foi uma grande inspiração na sua vida como “compositor”. Falou que aqui foi adotado pela senhora Guajarina Falcão Prestes que o apoiou moralmente e pelo que agradece. Quando resolveu ser cantor participou de vários programas e que sempre se saiu bem. Falou que no seu primeiro disco a primeira cidade que lançou foi Manaus e que teve o apoio de vários amazonenses ilustres como seja: O Vice-governador João Bosco Ramos de Lima, Josué Filho e Benedito de Jesus Azêdo e que o receberam de braços abertos. Falou que a vida do “Cantor” não lhe pertence e que Deus é quem predestina às pessoas por mais que queira se impor, não consegue. Falou que seu pai era

cearense filho de Português, a mãe Boliviana filha de africanos e que desse mistura ele nasceu amazonense. Quanto ao seu disco de maior sucesso foi “Barba Azul” e que o chamam de pau-de-arara, filho de Parintins, ainda não tinha se dado conta que estava elevando o nome de sua terra em todos os lugares do Brasil e que ao receber o prêmio do ano 1976 como o disco Revelação falou que era um cantor nascido da “Ilha Tupinambarana” o que o encheu de felicidades, falou das emoções que já passou durante a sua vida e entre elas a morte de seu genitor e o saudoso Babá irmão do edil José Maria, Admilson Duarte e outros amigos de infância dos quais guarda saudosa lembranças, mas hoje foi tocado emocionalmente pelas palavras da edil Geminiana que bateu na tecla mais sensível que foi a sua infância. Falou que sentia feliz, com a manifestação prestada por esta Casa, e que não espera o apoio que os senhores edis lhe prestaram e que tudo fará para continuar elevando o nome de Parintins, com grande dedicação e amor lembrando às homenagens de que foi alvo, nesta Casa Legislativa. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 135-136).

O dia 14 de outubro de 1978, numa sessão solene pela passagem do aniversário da cidade de Parintins dia 15, recebe visitas ilustres do Sr. Prefeito de Parintins, Raimundo Reis Ferreira, do jornalista Mário Jorge, e o escritor e poeta Jorge Tufic, dentre outras autoridades. Esta sessão especial foi para homenagear Jorge Tufic, o qual é escritor e poeta renomado no Brasil, pertencente a Academia de Letras Amazonense e

fundador do Clube da Madrugada, servindo de exemplo para toda juventude. Também foi lembrado que a data a ser comemorado o aniversário de Parintins, 15 de outubro é Dia do Mestre.

PARINTINS

(Por ocasião do 126º aniversário)

Parintins.

Palavra que ressoa como um brinde,  
silabas que lembram palmeiras,  
águas revoltas, igarités navegando  
ao saber das lendas e dos talismãs  
que dormem na foz dos mistérios escuros,  
na voz dos curupiras encantados,  
dos botos malinos e dos regatos  
que sulcam nossos lábios,  
como se nós fôssemos a terra,  
e a linfa clara uma saudade de  
pele transparente, buscando seu leite  
de pássaros transfigurados,  
de cobras viageiras,  
de furos perdidos,  
de paranás com o gosto ácido das  
flautas inventadas pela mágoa e  
pela solidão.

Parintins.

Neste vão de alumínio em que deitas  
Feito um mapa de sonhos rendilhados,  
brilhos secos do orvalho  
e tapetes que falam do teu verde,  
como a Ilha da Esperança e o  
Eden da hospitalidade;  
Neste voo que me lança como um pássaro cativo  
Nos braços do teu povo  
eu te encontro moça e cheirosa,  
apesar de um século e cinco lustros  
escorrendo dos teus cabelos

como as contas selvagens no pescoço rijo  
de teus guerreiros!  
Ainda moça e cheirosa eu te encontro,  
Cidade nascida das águas,  
estrela de cinco pétalas com voz de marulho  
e beleza de garça: aquela garça morena  
de que um dia nos falara um outro poeta:  
rendido pelo teu esplendor caboclo,  
fascinado pelos teus olhos esquivos  
Parintins.

O bronze dos teus antepassados  
rebrilha na pele dos homens simples  
que te habitam e amam. E  
cada gesto da boa vindas é uma  
tatuagem de amor que levamos para sempre,  
aos que entendem o dialeto de tuas águas  
e soletram a linguagem do teu coração.

Neste dia límpido e azul  
Nós te vemos renascer da história  
com a fibra indômita dos cabanos  
e o vigoroso chamamento de teus tambores;  
esses tambores que vêm de longe,  
levados ao sol  
lavrados de terra.

Essa terra que os antepassados vigiam,  
com seus bichos, pássaros e peixes,  
como se fossem relíquias sagradas.  
Parintins.

Festa do povo no encontro das idades.  
Putirum regado a lua, alua de sonho e prata  
Que desce dos olhos da Noite,  
Do tempo em que Cobra Norato morava  
na margem esquerda de teu rio,  
do tempo em que Brandão de Amorim  
traduzia tuas lendas e teu nheengatu,  
enquanto tuas matas cresciam  
grávidas como um fruto proibido.

(Jorge Tufic)

(Livro de Atas de 1977-1979, p. 139-141).

O edil Geraldo Medeiros apresentou o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 04/79 do edil Paulo Marques que “Declara” “Persona non grata” a sociedade Parintinense o individuo Ney de Oliveira Lopes, pois o referido Parecer não apresenta amparo legal na Constituição do Brasil.

Sendo que o Título ora proposto pelo nobre Vereador foge ao nosso idioma, pois: “Persona non Grata” define-se como expressão latina que é: Pessoa Desagradável. Qualificativo que uma chancelaria dá a determinado agente Diplomático estrangeiro em nota ao governo deste, por meio da qual pede a sua retirada do país onde se acha acreditado, em virtude de considerá-lo por motivo missão providenciou juntos as autoridades locais conhecer o procedimento do referido cidadão, cujas certidões encontram-se em anexo ao processo às folhas. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 2-3).

Em retratação a esse Projeto de Lei, o Sr. Presidente concedeu a palavra a Ney de Oliveira Lopes.

(...) que falou sobre a sua vida na cidade e os acontecimentos que deram origem a esse Projeto, e explicou que queria apenas ajudar o esporte amador e reconheceu que as suas falhas que teve ao se pronunciar, pedindo desculpas pelos momento que perdeu a calma, e que sentiu-se ferido na sua ombridade com esse Projeto de autoria do Sr. edil Paulo Marques. Falou que veio para ver se conseguem em acordo, pois deseja ardentemente a PAZ, para

viver melhor, visto que pertence a uma família Oliveira Lopes do Sul a fim de conservá-la honrada. Falou que está disposto a tudo para salvaguarda o seu nome. O Sr. Presidente falou que o Processo ainda não foi julgado e estava em suspenso. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 4-5).

A câmara recebe os conterrâneos de Itacoatiara, José Resk Malouf, Francisco Gomes Melo, Jurandir Pinheiro das Chagas, Raimundo Edmilson Fernandes Caros, José Judas Thadeu Marinho Batista, Afonso Araújo Costa e Getúlio Juliano Rosa Lima. Geminiana Bulcão Bringel e Geraldo Medeiros de Soares fizeram as saudações, num momento de confraternizações entre Parintins e Itacoatiara. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 185-86). A Câmara de Parintins retribuiu a visita.

No dia 1º de junho de 1979, é realizada uma sessão especial em homenagem aos trinta anos da funcionária Cyrene Oran Prestes e ao Prefeito Municipal de Parintins Raimundo Reis Ferreira, o qual é o novo presidente da AMA (Associação dos Municípios do Amazonas), o qual foi realizado no município de Itacoatiara. (Livro de Atas de 1979, p. 19-21).

No dia 28 de setembro de 1979, o presidente da Câmara Raimundo Ruy Mendes tornou a reunião em uma Sessão Ordinária Especial, em comemoração aos dez anos do Campus Avançado de Parintins (CAUERJ). E compôs da seguinte mensagem do vereador Geraldo Soares de Medeiros. (Livro de Atas de 1979, p. 83).

*História e Memória Política do Município de Parintins*

ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

PRONUNCIAMENTO

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Inspirado pelos ideais do grande desbravador dos Sertões Brasileiros, Estadista MARECHAL RONDON, surgiu no Brasil o Projeto Rondon, cuja finalidade é a integração do Homem no processo de desenvolvimento e realidade Brasileira, E há 28 de setembro de 1969 era implantado o Campus Avançado da UERJ em nossa cidade com a finalidade de "INTEGRAR para não ENTREGAR".

Vem, o Campus Avançado cumprindo em Parintins através de um trabalho contínuo, realizado por suas Equipes de Técnicos nos mais variados Ramos de Conhecimentos, colaborando e ativamente na participação ativa do desenvolvimento - URBANO e RURAL junto aos Órgãos Públicos e Comunidades interiorana e ainda preparando o Universitário para o exercício de suas profissões com amor e idealismo pela Pátria Brasileira.

Em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, fazendo justiça, Registro no transcurso do Décimo Aniversário de existência do Campus Avançado de Parintins, alguns de seus inúmeros trabalhos aqui realizado.

No Campo da Saúde - destaca-se o atendimento Médico Ambulatorial e Odontológico, nos Postos de Saúde - São Benedito e Dr. Toda; e em quase todos os povoados interiorano, incluindo-se levantamento parasitológico tão comum em nossa região.

No Campo Esportivo - Vale apenas ressaltar o grande trabalho do Profissional SELBY RODRIGUES, que conseguiu através de sua técnica, colocar Parintins, no mais alto Escalão do Estado, em inúmeras Modalidades Esportiva, cujas provas são os Títulos, Troféus e Medalhas que se encontram em poder do Executivo Municipal e centenas de jovens Parintinenses, que com a técnica recebida aliada a seus esforços conseguiram através de competições esportivas em Campeonatos Estudantis Amazonense e Brasileiro.



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

- 02 -

No Campo da Educação - O trabalho de suas equipes sempre foram e são incansáveis, na ajuda aos educandos do Colégio "Nossa Senhora" do Carmo e Colégio Batista de Parintins. Se Parintins conta hoje com um Quadro de Professores titulados e capacitados, devemos ao Campus Avançado da UERJ, que conseguiu Diplomar 7 Turmas de Professores nas Áreas de Ciências, Letras, Estudos Sociais e Educação Física e mais uma turma de Técnicos em Supervisão Escolar, durante os anos de 1972 a 1978, temos portanto, o melhor Quadro de Professores do interior do Estado do Amazonas, e quem vem usufruindo desse tão grande benefício somos nós, através dos nossos filhos.

Entretanto, muitos dos professores aqui preparados, já deixaram a nossa cidade para colaborar com outros Municípios Amazonense, deixando entre nós essa grande lacuna, pois já não temos quem os substituam, pois o Curso de Licenciatura já não mais funciona em Parintins, embora ainda não fosse tempo para esse cancelamento, muitos jovens que poderiam continuar seus estudos aqui, se preparam para em seguida deixar Parintins com destino a Capital do Estado e outros Municípios como é o caso de Benjamim Constant, para onde vários de nossos Professores Primários irão fazer Licenciatura Curta.

Permita-me Sr. Dirigentes da UERJ, fazer um apelo a Vs. Ssas. ao Magnífico Reitor da UERJ, ao Governador do Rio de Janeiro, ao Governador do Estado e ao Prefeito de Parintins, para que unidos façam voltar o funcionamento do Curso de Licenciatura em Parintins para o bem dos 55 mil habitantes, aqui residentes.

Obrigado, companheiros do Campus Avançado, por tudo o que já realizaram em Parintins, e levem à todos os Diretores, Professores e Alunos da UERJ o nosso abraço de Parabéns, em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, e de todos os Parintinsenses por nós representados, por tudo que aqui já fizeram realizar.

Era o que tinha a dizer.

  
GERALDO SOARES DE MEDEIROS  
VEREADOR

*História e Memória Política do Município de Parintins*

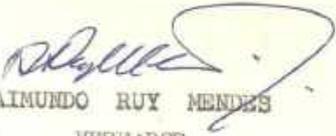
Podemos destacar esse Projeto de Resolução nº 01/79 – CMP- de maior importância para o Legislativo sendo que dá a denominação de “Raimundo Soares Almada” ao Plenário do Poder Legislativo de autoria do edil Raimundo Ruy Mendes. (Livro de Atas de 28/08/1979, 75). Foi promulgada a Resolução 04/79, no dia 16 de outubro. (Livro de Atas de 1979, p. 90). Tendo como justificativa o seguinte:

J U S T I F I C A T I V A

O PROJETO DE RESOLUÇÃO de minha autoria, que dá denominação de RAIMUNDO SOARES ALMADA no Plenário do LEGISLATIVO PARINTINENSES, dispensa qualquer comentário, pois visa exclusivamente fazer justiça e homenagear um Homem que dedicou tudo de si em prol do desenvolvimento de Parintins, os Annis da Casa registra com Letras de Ouro as atividades desenvolvidas pelo Ex-Vereador por tres Legislaturas Consecutivas.

É a minha Justificativa.

S.S. DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 18 DE SETEMBRO DE 1.979.

  
RAIMUNDO RUY MENDES  
VEREADOR

*História e Memória Política do Município de Parintins*



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/79-CEP.

Dá a denominação de RAIMUNDO  
SOARES AIMADA, ao Plenário do  
Poder Legislativo, e dá ou  
tras providências.

O cidadão RAIMUNDO RUY MENDES, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em seu segundo período ordinário do corrente ano, aprovou, e eu promulgo a seguinte:

R E S O L U Ç Ã O

Art. 1º - Passa a denominar-se de RAIMUNDO SOARES AIMADA, o Plenário da Câmara Municipal de Parintins, etc.

Art. 2º - Fica a Secretária da Câmara Municipal de Parintins, autorizada a providenciar a aquisição de uma fotografia a fim de que seja ampliada, emoldurada e colocada em lugar de destaque no Plenário do Poder Legislativo Parintinense.

Art. 3º - Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

S.S. da Comissão de Redação Final, em 16 de outubro de 1979.

A presente Redação foi  
encaminhada ao Sr. Pre-  
feito em 18.10.79.

*Opereia Orca Prestes*  
Of. Administrativo.

*Jose Teixeira Barros*  
JOSE TEIXEIRA BARROS  
Presidente-Relator

*Admilson Duarte Ribeiro*  
ADMILSON DUARTE RIBEIRO  
membro

*Orlando da Silva Hatta*  
ORLANDO DA SILVA HATTA  
membro

No dia 28 de setembro de 1979, o presidente Raimundo Ruy Mendes torna a Sessão Ordinária Especial pela Comemoração dos dez anos do Campus Avançado de Parintins, estando presente nessa, o diretor da CAUERJ, Dr. Gilberto C. Bartras, os edis vereadores. (Livro de Atas de 1979, p. 83).

Dia 18 de outubro a Câmara recebe Dr. Romualdo Castro Correa, Dr. Marcos Matos, Dr. Francinéia Rodrigues de Moura, Dr. Tarcísio Correia Layne, Dr. Rubens José da Costa, Dr. Urbano Gomes de Souza, Dr. João José de Souza. Pela comemoração do “Dia do Médico”, várias homenagens foram feitas neste dia. (Livro de Atas de 1979, p. 91).

O Ofício nº 353/80 – GP que comunicou o requerimento nº 22 do Deputado Gláucio Gonçalves, aprovado no dia 07 do corrente “Voto de Congratulações à Clínica Oculista Associados de Manaus”, na pessoa de seus dirigentes de Manaus, na pessoa de seus dirigentes de Manaus, na pessoa de seus dirigentes Des. Jacob Cohen e Cláudio Chaves, pela instalação da Clínica Oftalmológica, nessa cidade. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 39).

## História e Memória Política do Município de Parintins



### ESTADO DO AMAZONAS CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

Cópia Autêntica do Requerimento nº 30/80 - Senhor Presidente, Senhores Vereadores: Sempre que nos é oportuno devemos dizer que a cidade de Parintins, no compasso dos anos, tem alcançado um considerável índice de crescimento aliado ao progresso que toda Comunidade experimenta. É verdade que muita coisa ainda não se configura nesse contexto, no entanto, somente as cidades ou locais incipientes ou sofridos pela má ação dos negligentes é que não tem nada a reclamar. Mas, esta Cidade Amazonense, sob o tirocínio de homens capazes, conquistam hoje e conquistarão amanhã, depois e sempre um novo estágio de desenvolvimento ao lado dos principais centros brasileiros. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, neste preâmbulo de apresentação quero registrar através deste documento, o perfeito e o capacitado atendimento da "CLÍNICA OCULISTA ASSOCIADOS DA AMAZÔNIA LTDA", um empreendimento que surgiu graças a coragem e esforço de um ilustre Parintinense versado na Medicina Oftalmológico - Dr. JACOB COHEN. Esta cidade ganhou assim esta divina em virtude de movimento que se faz registrar na sua balança social e econômica. Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, não somente àqueles da classe média em Parintins, podem sofrer problemas visuais, mas, também, milhares nos outros da classe pobre, igualmente podemos sofrer dos mesmos problemas. Nos reportamos assim, porque sabemos que uma Clínica Especializada em doenças de Olhos está funcionando entre nós e os seus serviços muito representam para toda a Comunidade. Para sermos mais concisos, podemos dizer, a Clínica Oculista Associados da Amazônia Ltda, no momento está atendendo apenas a consultas particulares, cujo preço para cada uma está em torno de CR\$500,00 (QUINHENTOS CRUZEIROS). Observem aí que, somente o caixa-média pode de fato chegar lá, porém, os pobres dos pobres apenas sentem a necessidade de ir, mas não podem, pois sua economia mensal não suporta. Diante deste quadro que tentamos descrever, alguém pode pensar, ah! Não há nada a fazer. Contudo, na verdade há sim - Senhor Presidente, Senhores Vereadores, em nossos dias, o Brasil inteiro, em todas as direções configura-se devidamente assistido pela previdência social onde pretos e brancos, mulheres, homens e crianças podem usufruir de seus benefícios, muito especialmente àqueles que labutam na área Rural e que são assistidos através do INAMP, o ex-Rurural. Mas, não poderíamos omitir também a configuração do antigo INPS, no contexto previdenciário, pois esse instituto faz parte da vida social desta cidade. Sendo assim, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, verificando que até o momento nenhum desses órgãos previdenciários ainda não optaram pela formulação de convênios ou contratos junto a Clínica de Olhos de Parintins, é que vimos através deste documento, requerer sob a forma regimental da Casa, após ouvido o Plenário que seja enviado aos Senhores dirigentes dos órgãos previdenciários supra mencionados solicitação no sentido de que os mesmos, agiliza convênios com a Clínica Oculista Associados da Amazônia Ltda, desta cidade, para que seus legítimos beneficiários sejam atendidos dentro do processo normal da Previdência Social Brasileira. De acordo com a manifestação de nossos ilustres pares pediria a Presidência da Casa que fizesse a inserção deste documento na Ata do Dia, bem como, o anexasse ao expediente aos órgãos Previdenciários neste mencionado. Sala das Sessões da Câmara

*História e Memória Política do Município de Parintins*



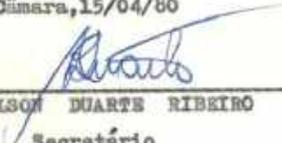
ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

- 02 -

-Municipal de Parintins, 11 de abril de 1.980 - ADMILSON DUARTE RIBEIRO - Vereador. Aprovado por unanimidade na sessão ordinária do dia 11 de abril de 1980 - RAIMUNDO RUY MENDES - Presidente.

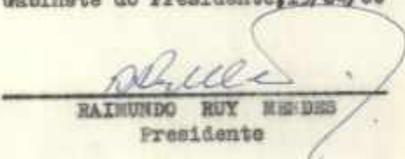
Confere com o original-

S.S.da Câmara, 15/04/80

  
\_\_\_\_\_

ADILSON DUARTE RIBEIRO  
Secretário

V I S T O -  
Gabinete do Presidente, 15/04/80

  
\_\_\_\_\_

RAIMUNDO RUY MENDES  
Presidente

Registra-se na 8ª Sessão Ordinária do primeiro período, realizada dia 11 de abril de 1980, a presença do jovem Wilson Nogueira, filho desta terra, veio a Câmara a serviço do “Jornal do Comércio” para coletar informações sobre a cidade, recebendo as boas vindas dos vereadores presentes. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 58).

O ofício nº 061/80 AEPMP foi lido no expediente sobre o Projeto de Lei nº 001/80 AEPMP, que dá a Denominação do Senador João Bosco ao Colégio de 1º Grau, constituído nesta cidade. Este foi aprovado na 9ª Sessão ordinária no dia 15 de abril de 1980. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 59). E pela Redação final dia 23 de abril

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PARINTINS**

**ESTADO DO AMZONAS**

Dá a denominação de SENADOR JOÃO BOSCO ao Colégio de 1º Grau constituído nesta cidade, e dá outras providências.

O cidadão Raimundo Reis Ferreira, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, encaminha a apreciação do poder Legislativo o presente,

**PROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica denominado do SENADOR JOÃO BOSCO, o Colégio de 1º Grau construído nesta cidade, à Nações Unidas confluência das ruas Jonathas Pedrosa e Paes de Andrade.

*História e Memória Política do Município de Parintins*

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil, em 14 de abril de 1980.

a) Raimundo Reis Ferreira – Prefeito Municipal



**Figura 2: Inauguração do Colégio de 1º Grau João Bosco.**

**1 Fonte: Arquivo pessoal Raimundo Reis Ferreira**

A Câmara municipal de Parintins recebe um Prospecto da Comemoração dos 50 dos anos do KOTAKUSEI NA AMAZÔNIA, o qual foi deferido pela Presidência e está transcrito abaixo:

O Sr. Presidente informou ao edil Geraldo Medeiros que o seu Requerimento 80 está deferido pela Presidência - que pede a transcrição do Prospecto nº 100/ da Comemoração dos 50 anos do “KOTAKUSEI” NA AMAZÔNIA. “Em 1981, a primeira turma de 47 diplomados pela Escola Superior de Colonização do Japão, ministrada pelo prof. TSUKASA UETSUKA, estarão comemorando os 50 anos de imigração à Colônia de Vila Amazônia (Antiga Vila Batista), no Município de Parintins, no Estado do Amazonas. Com início da 2ª Guerra Mundial, tornou-se impossível a vinda de colonos formados pela Escola supra citada. A sétima turma foi a última a vir ao Brasil, totalizando em 271 KOTAKUSEI (chamado os diplomandos desta Escola). – Refletindo sobre os ensinamentos do Sr. Uetsuka, que os Kotakusei seriam a base fundamental para os colonos em geral, contrariando as ideias dos imigrantes mais antigos. Os kotakusei vieram ao Brasil no intuito de se fixarem para sempre na Amazônia, mas os primeiros colonizadores tiveram que formar uma empresa de colonização pra enfrentar a floresta virgem e selvagem uma região tropical, nunca pisado pelo homem estrangeiro e além do mais, uma região estranha com clima muito diferente do Japão. Os longos sofrimentos que passaram os primeiros imigrantes, é impossível de descrevê-los em palavras. Enfrentando dificuldades,

sofrimentos, doenças como a malária e a isolamento do mundo civilizado, conseguiram ultrapassar esse caminho tão desolador e abriram um novo horizonte para os novos imigrantes que vinham à Amazônia. Ensinando, orientando em novos métodos e em novas culturas, como a Juta. A juta foi um dos maiores sucessores alcançados pelo colonos japonês na Amazônia.- O grande sucesso da cultura da JUTA despertou a opinião pública, porque naquela época, o Brasil importava por ano cerca de 40 mil toneladas dessa matéria prima para fabricar o saco de embalagem do café. Portanto, cultura da juta na Amazônia protegeu a evasão do Tesouro Nacional ao estrangeiro. Os habilidosos agricultores japoneses conseguiram expandir essa nova cultura em toda a região Amazônica, levando assim em nova esperança ao povo da região ribeirinha do grande Rio-Mar, que e o Rio Amazonas. Com a devastação sofrida pela 2ª Guerra Mundial, sobreviventes japoneses, e graças aos esforços dos Srs. UETSUKA e TUJI, conseguiram do Saudoso Presidente da República Getúlio Vargas, permissão para 5.000 famílias japonesas para cultura de juta na Amazônia, após a 2ª Guerra chegou em 1953, levando assim a este povo carente e sofrido para guerra novas esperanças e felicidades. O grande êxito alcançado pela realização da Comemoração do Quinquagésimo Aniversário da Imigração Japonesa na Amazônia no ano passado, deve-se aos esforços e sucessos dos imigrantes que vieram após a guerra. – Nós, KOTAKUSEI, em gratidão à primeira turma, queremos celebrar a festa do Quinquagésimo Aniversário da Imigração do KOTAKUSEI à Amazônia com grande alegria e desejamos todas as pessoas relacionadas ao KOTAKUSEI

próxima colaboração espiritual e material para que este evento seja realizado com grande sucesso. Como também pretendemos erguer o busto do Prof. Dr. TSUKAZA UETSUKA, numa praças principais na cidade de Parintins, em sua Homenagem. a) atenciosamente a) Kenji Kawakami. Coordenador do Programa. (Livro de Atas 1979-1980, p. 162-164).

Benedito de Jesus Azêdo apresentado como Delegado do M.E.C. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 15).

Em 23 de março de 1981 os edis comentaram sobre a Elevação da Prelazia à Diocese e a edil Geminiana Bulcão apresenta um Requerimento nº 16/81 em seja enviado ao Reverendíssimo Bispo D. Arcângelo Cerque votos de felicidade pela transformação da Prelazia em Diocese. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 23).

Na 16ª sessão de 28 de abril de 1981 Geminiana Bulcão diz ter lido o Memorial do Prefeito Municipal de Parintins Raimundo Reis Ferreira ao Exmo Presidente João Batista Figueiredo. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 50).

A vereadora Geminiana Bulcão fez um pronunciamento apresentando o requerimento de nº 36/81, em relação ao atentado contra a vida do Papa João Paulo II, ocorrido no dia 13 de maio de 1981 e o Telegrama a Dom Carmine Rocco.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores: - Neste Mundo de terror, angústia, falta de liberdade e Justiça Social, onde o próximo não é tratado como um irmão, só faltava mesmo aterrorizarem e agredirem Sua Santidade o Papa João Paulo II. Nós, deste Brasil imenso, jamais poderíamos imaginar, que o nosso “João de Deus” em menos de um ano de sua visita aqui, fosse sofrer odioso atentado contra sua vida. Temos certeza que esse insano e perverso já foi perdoado pela sua vítima, porque dentro de João Paulo II, não há lugar para ódio e sim para o perdão, para amar, mas é revoltante saber, que mãos criminosas e odientas tentaram contra o representante de Cristo, aqui na terra, Nós de Parintins, compartilhamos da dor e dom sofrimento do Sumo Pontífice. Concluindo, peço ouvido o Plenário, seja enviado cópia autêntica deste requerimento e do telegrama abaixo, ao nosso Bispo Dom Arcângelo Cerqua. Também apresentou Telegrama a Dom Carmine Rocco – Núncio Apostólico do Brasil – DF. “Na qualidade representante povo parintinense, manifestamos o nosso repúdio e repulsa ao tentado contra Sua Santidade João Paulo II, o Papa Peregrino dos Direitos Humanos. De fundo nosso coração, expressamos em nome desta Casa, o desejo de ver o nosso Papa, João de Deus, promovendo no Mundo, a Justiça, a Paz, Uma sociedade mais humana e distribuindo amor ao próximo. S.S. da Câmara Municipal de Parintins, 15 de maio de 1981. a) Geminiana Campus Bulcão Bringel – Vereadora. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 59).

José Maria Pinheiro apresenta votos de reconhecimento pelos relevantes trabalhos do Sr. Goutran

Campebell Pena, gerente do Banco do Estado do Amazonas (BEA), o mesmo está sendo transferido para o Município de Manacapuru. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 98).

Na Sessão Especial em Comemoração ao dia do Mestre e Dia do Aniversário do Município 15 de outubro, a Câmara recebeu a visita dos professores e diretores dos Colégios da cidade, tais como: Diretora da Unidade Educacional Aldair Kimura Seixas, Diretora do Colégio Nossa Senhora do Carmo Irmã Zenir. Representante do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Parintins Dr Algenor Maria Teixeira. Esta constou também dos vereadores mirins, o Prefeito mirim e Delegado de Polícia mirim, escolhidos devido à festividade do Dia da Criança. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 131).

Aberta a sessão o Sr, Presidente facultou a palavra ao edil Admilson Ribeiro que falou em nome desta Casa, cumprimentando as autoridades presentes e demais professores. Falou sobre o significado desta Data, que se uniu para provar a validade do tão importante evento, falou que o mestre é aquele que se preocupa com o seu semelhante desejando o seu crescimento. Disse que a Câmara lhes deseja felicidades pelos muito que desempenharam em sua árdua missão, embora alguns tenham chegado a esse nível com os maiores sacrifícios, suor que hoje são recompensadas pelo que tem a dar e doar em troca de melhores dias dos seus alunos. (...) Falou ainda sobre os 129 (cento e vinte nove)

anos que completa o nosso município, dizendo que hoje são a força viva, e ao Brasil dos quais se orgulha em ter sido o seu berço. Terra onde o povo sabe o que quer e onde ainda reina a paz e a harmonia, onde ainda se vive e não se vegeta. Disse do dever de cada um em preservar o nome de primeira cidade do Baixo Amazonas e que se destaca pela sua hospitalidade a tantos aqui chegam. (...) usou a palavra o Representante do Sr. Prefeito que homenageou aos professores agradecendo o trabalho difícil que é o de educar (...) lembrou alguns mestres do passado dos quais vê o fruto presente: citou: Alzira Saunier, Beatriz Maranhão, Alberty Menezes, Anita Freitas e outros. Falou que os frutos é que se destacam em outros lugares por esse Brasil a fora. Agradeceu a todos e disse que as vezes são incompreendidos pelos pais. Dia da criança 12 de outubro e que foi bastante festejado. Dia 15 de outubro e lembrou que é o aniversário de do povo através de suas lendas e folclore que hoje é conhecido. Falou que ainda não houve quem contasse tudo sobre o nosso povo e as belezas naturais. Disse que os Políticos são adversários e não são inimigos. Disse que existem falhas e erros, porque são humanos. (...) A seguir usou a palavra o Delegado mirim que agradeceu as homenagens que recebeu. O Sr. Presidente agradeceu a todos e colocou a disposição de todos esta Casa. (...). (Livro de Atas de 1981-1982, p. 131-132).

Foi dado o conhecimento ao Plenário da Medalha e Diploma à Câmara por ocasião das festividades do Cinquentenário da Imigração Japonesa. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 133).

Admilson Duarte na sessão do dia 23 de outubro de 1981 apresenta o Requerimento nº 98/81 – apela ao Sr. Prefeito que por ocasião do “Dia do Funcionário Público” que reajuste os vencimentos de todos os Servidores Municipais.

Na 6ª sessão do dia 30 de março, o edil Paulo Marques também apresenta um Requerimento nº 13/82, em que apresenta Votos de Congratulações pela Data comemorativa de um ano da Associação dos Motoristas. E ainda, teceu comentários sobre as discussões em Plenário entre José Maria e Ruy Mendes.

Na 8ª sessão do dia 02 de abril a Câmara recebe a visita da vereadora Suely Rodrigues de Souza Soares presidente da Câmara Municipal de Nhamundá. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 169).

No expediente da 12ª sessão, do dia 20 de abril, foi lido a Circular da Associação Brasileira dos Municípios, convidando os edis e funcionários pra participarem do II Seminário Nacional de Assuntos Municipais. Comunicação de um Curso de Administração Pública, da (ISLA) – Instituto Superior de Administração – que será realizado em Portugal. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 177).

Nessa sessão também o Plenário recebe a visita de dois membros que foram os Promotores da Semana da Cultura, o poeta Jorge Tufic e o presidente da UBE e poeta Jaime Pereira, foram dadas as boas vindas pelo edil Geraldo Medeiros, José Teixeira Barros e Geminiana

Bulcão. Jorge Tufic e Jaime Pereira falaram da sua vinda e agradeceram a recepção do povo:

Me sinto bastante emocionado quando a Câmara Municipal presta a sua homenagem e a valoriza a cultura Parintinense, esta já é a segunda vez que visito a Câmara Municipal, sei inteiramente que é um povo bom e acima de tudo hospitaleiro, portanto o meu incentivo, os meus agradecimentos a esta casa Legislativa. Usou a palavra o Presidente da União dos Escritores Sessão do Amazonas, (...) dizendo que também se sentia feliz em estar participando de uma reunião na casa do povo, veio a Parintins para participar da Semana da Cultura e aqui fundar um núcleo da UBE, o primeiro no interior do Estado da Amazônia, pediu apoio dos senhores vereadores para a divulgação e a valorização da cultura, pois sem cultura não há desenvolvimento e a abertura política exige do cidadão um certo grau de qualificação. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 20).

Na 8ª sessão do dia 02 de abril a Câmara recebe a visita da vereadora Suely Rodrigues de Souza Soares presidente da Câmara Municipal de Nhamundá. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 169).

## **INAUGURAÇÕES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS**

Registra-se também em ata através do ofício nº 09/77 a Fundação do Clube de Campo da Associação Comercial.

O of. nº 09/77 do Clube de Campo da Associação Comercial que comunica que no dia 1º de janeiro do corrente ano foi fundado o Clube de Campo, situado na Rua Terra Santa, banhado pelas Águas do Paraná do Macurani, com o objetivo de proporcionar as seus associados e respectivos famílias e a juventude Parintinense em local de lazer [...]. (Livro de Atas de 1977, p. 41).

A Prefeitura Municipal de Parintins, que encaminha um ofício com o Projeto Lei que dá a denominação de “SUZANA DE JESUS AZEDO”, ao Campo Escolar do Bairro de Palmares, nesta cidade. A Comissão de Constituição e Justiça, composta por Geraldo Soares de Medeiros – Presidente, Paulo Marques Soares – Relator, Iranildo Nóbrega de Melo Azedo – membro, deu o Parecer Favorável e no dia 20 de maio de 1977 foi aprovado pela Comissão de Redação Final e encaminhado a cópia ao Executivo. (Livro de Atas 1976-1977, p. 67).

**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PARINTINS**

**Projeto de Lei nº 02/77**

Dá a denominação ao Grupo Escolar do Bairro de Palmares, nesta cidade de Parintins, e dá outras providências.

O cidadão Raimundo Reis Ferreira, Prefeito Municipal de Parintins, no usando das atribuições que a Lei lhe faculta, apresenta a consideração do Poder Legislativo, o seguinte: Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão do segundo período ordinário, aprovou e eu sanciono a seguinte:

**PROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica denominado de SUZANA DE JESUS AZEDO, o Grupo Escolar do Bairro do Palmares, nesta cidade de Parintins.

Art. 2º - O presente Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil em, 05 de maio de 1977. a)  
Raimundo Reis Ferreira – Prefeito Municipal.

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores – A indicação do nome da Sra. SUZANA DE JESUS AZEDO, ao Grupo do Palmares, nesta cidade de Parintins, é antes de tudo em feito de gratidão e reconhecimento aquela que durante muitos anos, ensinou, na qualidade de professora rural, as primeiras letras a muitos e ilustres filhos desta terra. – Se tal não bastasse para tornar efetiva nossa homenagem, e reconhecimento, senhor Presidente e senhores Vereadores, estaria justificada pelos filhos que deu a esta terra e que ilustram, honram e dignificam com o seu amor e trabalho, destacando-se entre eles o Dr. Benedito de

Jesus Azedo, ex-prefeito de nosso Município, criador imortal do Bairro do Palmares, construtor do majestoso Campos Escolar a que ora nos reportamos e atualmente enobrecendo o nome de Parintins como Diretor de Planejamento da Emantur, na Capital do Estado – Pelo exemplo de professora, de esposa, de cidadã e de mãe e pelos filhos que deu a esta Comunidade, acho justa e merecida a homenagem que o Grupo de Palmares irá perpetuar. Palácio Cordovil, 05 de maio de 1977. a) Raimundo Reis Ferreira – Prefeito Municipal.

(Livro de Registros de Projetos e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p.3).

Foi lido também o preâmbulo do Decreto nº 81 408 de 27 de fevereiro de 1978 publicado em Diário Oficial, que outorga concessão a Radio Alvorada de Parintins Ltda para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda tropical. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 28-29).

Ver em anexo o histórico da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

Evidencia-se nas atas o convite da Central, Inauguração da Central Telefônica de Parintins. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 82)

A Câmara também recebeu neste dia um convite especial da Caixa Econômica Federal, para a inauguração da Agência de Parintins, na Rua Silva Meireles, esquina com à Rua Jonathas Pedrosa. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 152).

Na 13ª Sessão do dia 25 de abril de 1978 a edil Geminiana Bulcão Bringel que falou sobre a inauguração da nova Igreja Evangélica Assembleia de Deus, instalada no Bairro de Palmares. A nobre Vereadora esteve presente e sentiu que naquela Casa de Oração a presença de Deus, pois mesmo sendo católica, acredita que crente é aquele que crê na palavra de Deus. E solicitou que fosse transcrito nos anais desta Casa e oficiado ao Pastor Oziel dos Santos Santiago transmitindo sua satisfação por essa iniciativa que também partiu do Pastor Silva Rufino. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 50). No dia vinte de março de 1979, o vereador Francisco Siqueira apresentou quatro requerimentos, dentre eles, o pedido de uma Agência da Lotérica Esportiva.

A Câmara recebe um convite do BRADESCO para a inauguração de sua Agência em Parintins/AM no dia 04 de julho de 1979, às 10hs. (Livro de Atas de 28/08/1979).

José Teixeira Barros falou da Instalação do Posto da SUDEPE que é fruto dos esforços da Prefeitura, e da Câmara Municipal de Parintins, juntamente com a SEPROR na Av. Amazonas. (Livro de Atas de 1979, p. 74).

Convite do Capitão-de-Mar-e-Guerra – Gauthier José Pereira Filho, para a Cerimônia de Inauguração da Capitania dos Portos em Parintins, no dia 23 de setembro de 1980. Situada à Rua Boulevard 14 de maio nº 1643. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 144).

**Ata de Sessão Extraordinária Especial para a Instalação da Capitania dos Portos – Agência em Parintins, da Câmara Municipal de Parintins, etc.**

Realizada em 13 de julho e 1979. Sob a Presidência do nobre edil Raimundo Ruy Mendes, e com a presença dos edis: Admilson Duarte Ribeiro, Francisco Siqueira Neto, Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo, José Maria Pinheiro Ferreira, Geminiana Campus Bulcão Bringel, Raimundo Muniz Rodrigues, Paulo Marques Soares, Orlando da Silva Hatta, Geraldo Soares de Medeiros e José Teixeira Barros. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a sessão sob a proteção de Deus e convidou o Capitão de Corveta Antônio Jaúsen Ferreira Filho, ao Capitão Tenente José da Silva Andrade, ao Exmo. Sr. Raimundo Reis Ferreira, Prefeito Municipal de Parintins e ao Exmo. Sr. Ubaldino da Silva Meireles, Deputado Federal à tomarem assento para formarem a mesa dos Trabalhos Legislativos. (...) A seguir o Sr. Presidente falou da alegria que sentia pela Instalação da Agência da Capitania dos Portos em Parintins o que já era esperado por todos. A seguir facultou a palavra ao Capitão de Corveta Antonio Janseu Ferreira Filho que explicou que ao chegar a Parintins, entrou em contato com o Prefeitura Municipal através do Sr. Prefeito Municipal em exercício Sr. Paulo Vitorino de Menezes e falou que foi através do Decreto Presidencial nº 83.570, no art. 2º e item I, de 12 de junho de 1979, e com a publicação no Diário Oficial de 13 de junho de 1979 – que foi criada a Agência da Capitania dos Portos em Parintins e outros municípios assim como Santarém no Pará passou a ser Delegacia. Falou da alegria da Marinha ao chegar a Parintins, e que a Segurança da

Capitania está no apoio que receberá dos Poderes Constituídos, Legislativos, Executivo e Judiciário. Espera corresponder, com os anseios do povo, pois só assim haverá uma total Integração do Amazonas no contexto do Brasil, falou que ficará respondendo pela Direção da Agência em Parintins o Capitão Tenente José da Silva Andrade. (Livro de Atas de 1979, p. 41).

## **UTILIDADE PÚBLICA EM PARINTINS.**

O Projeto de Lei nº 06/77 torna Utilidade Pública a Associação Comercial de Parintins (ACP) de autoria da Vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel. Aprovado em 20/09/1977. (Registros de Projeto e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p. 17)

O esporte em Parintins no ano de 1977 ganhou forças ao se tornarem Utilidade Pública através do Projeto de Lei nº 07/77 de autoria do Sr. Edil Raimundo Muniz Rodrigues, delas podemos conferir: JAC, Atlético Clube, Estrela do Norte, Esporte Clube e São Cristovão Atlético Clube. (Livro de Atas de 1976-1977, p. 151). Aprovado em 27/09/1977. (Registros de Projeto e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p. 18-19)

O Projeto de Lei nº 09/77, Considera Utilidade Pública a Associação dos Pecuaristas de Parintins.

**ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS  
Projeto de Lei nº 09/77**

Considera Utilidade Pública à Associação dos Pecuaristas de Parintins.

O cidadão Geraldo Soares de Medeiros, Vereador da Câmara Municipal de Parintins, apresenta para estudo da douta Casa, o seguinte:

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão do segundo período ordinário, aprovou e eu sanciono a seguinte:

#### PROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública à Associação dos Pecuaristas de Parintins.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 23 de setembro de 1977. a) Geraldo Soares de Medeiros, Vereador.

#### JUSTIFICATIVA

A pecuária em Parintins, representa para a economia do Município, nada menos de 40% de sua economia, uma vez que a principal fonte de alimentação, e foi justamente pensando na defesa da economia municipal e de seu povo que os pecuaristas do Município fundaram aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 1977 esta agremiação sem fim lucrativo, conforme estabelece o seu Estatuto publicado no Diário Oficial em 04 de março de 1977, conforme número anexo. A Associação tem por fim a defesa do rebanho do Município, combatendo as epizootias verificada na região como seja: A febre aftosa, Raiva, Brucelose, Carunco e etc. A aprovação do presente Projeto de Lei em muito ajudará a entidade em conseguir medicamentos preventivos junto aos laboratórios do Sul do País – S.S. da Câmara Municipal de Parintins, 23 de setembro de 1977. a) Geraldo Soares de Medeiros –

Vereador..(Livro de Registros de Projetos e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p. 20).

Projeto de Lei nº 17/77 – CMP, considera Utilidade Pública o “Grupo Escoteiro Padre Colombo de Parintins”, aprovado em 22 de novembro de 1977, de autoria do vereador Raimundo Muniz Rodrigues. (Livro de Registros de Projetos e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p. 20).

O Projeto de Lei nº 20/77 da Comissão de Constituição e Justiça de autoria do edil José Teixeira Barros o qual declara de Utilidade Pública a Colônia dos Pescadores Z17, com sede em Parintins, com sede em Parintins. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 03). O Projeto de Lei é aprovado e recebe a titulação de nº 11/77 no dia 10 de novembro de 1977. (Registros de Projeto e Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977, p. 22)

Raimundo Muniz Rodrigues apresentou um Projeto de Lei nº 16/77 a Câmara Municipal que considerava Utilidade Pública o Festival Folclórico de Parintins, promoção oficial da Associação JAC Atlético Clube. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 02). Este foi aprovado por unanimidade, porém na 2ª reunião da CMP, 41ª sessão colocou em discussão o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça que pede arquivamento do Projeto, em votação foi aprovado por unanimidade. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 17).A seguir o documento do Projeto citado:

## História e Memória Política do Município de Parintins



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### J U S T I F I C A T I V A

A propositura que explanamos a luz do douto Plenário, sublinha, naturalmente, a intenção de todos aqueles que de modo direto ou indireto ' estão ligados a maior festa folclórica do Amazonas, ou, porque não dizer - mos do extremo norte brasileiro.

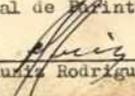
A cada ano que passa verifica-se a ~~evhlativa~~ colorida dessa festa popular que, envolve e apaixona todas as classes e todos níveis de pessoas, haja vista, que no ultimo ano a Empresa Amazonense de Turismo (EMANTUR), através de seu setor de relações públicas, assistindo "in loco" o ' grande acontecimento festivo, documentando inclusive, todos os ângulos que marcaram o nosso festival. Fato que, segundo nos consta esta mesma documentação para todo o Brasil, está sendo exibida.

Há de se convir que a nossa festa folclórica começa a despertar o interesse de estudiosos no ramo e, conseqüentemente, a tendencia é abrir novas perspectivas no caminho do turismo e da identificação maior desta cidade.

Por outro lado, seria justo registrar a data de fundação da ' grande festa do povo. O FESTIVAL FOLCLORICO PARINTINENSE iniciou-se a primeiro de junho de 1965, desde o seu primeiro estágio foi uma consequencia do idealismo de uma plêiade de jovens arraigados às cores da Associação Atletica Jac Clube. Frutificou desde aquela época o desejo e gosto pela organização do festival, acontecimento que apesar dos pesares jamais redimiu sacrificios e até mesmo paciencia para se conseguir realizar. Mas, o festival é uma grande realidade e, anualmente proporciona o maior desenvolvimento da época junina, reunindo vários grupos folclóricos, entre estes, os inconfundíveis "bois-bumbás" e outras formas típicas como danças e pássaros que se enveredam por dentro do mundo colorido <sup>de</sup> folclore local.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, por tudo isso que acabámos de expor, achamos que é de justiça emprendermos esta homenagem ao Festival Folclorico de Parintins, tornado-o, através de Lei de Utilidade Pública.

S. S. da Câmara Municipal de Parintins, em 17 de novembro de 1977.

  
Raimundo Muniz Rodrigues - Vereador

Projeto de Lei nº 01/78 considera Utilidade Pública a Sociedade Beneficência Cristã acompanha a sua justificativa e de cópia xérox do Diário Oficial de 16 de fevereiro de 78 que publicou o Estatuto desta sociedade, projeto de autoria do vereador Francisco Siqueira Neto. (Livro de Atas de 1977-1979, p. 39).

**ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PARINTINS**

**Decreto Legislativo de nº 02/78 – AE-PMP.**

“Considera Utilidade Pública a Sociedade de Beneficência Cristã e dá outras providências”.

O cidadão Raimundo Reis Ferreira, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão do primeiro período ordinário, aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º- Fica considerada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficência, com sede a Rua Silva Meireles nº 169, nesta cidade de Parintins.

Art. 2º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil, 11 de maio de 1978

a) Raimundo Reis Ferreira

(Livro de Registros de Leis, Decretos Resoluções ano de 1978-1979-1980, p.2).

Projeto de Lei nº 02/79 de Francisco Siqueira Neto onde torna “Utilidade Pública o Teatro Nutepin de Parintins, promoção oficial do Movimento Brasileiro de

Alfabetização “MOBRAL” de Parintins” e dá outras providências. (Livro de Atas de 09/08/1979, p. 59). Este foi promulgado em 25 de setembro de 1979.

Sessão Especial da Câmara Municipal de Parintins, com a finalidade de Assinatura do DECRETO Nº 14/79 AEPMP – que DECLARA de Utilidade Pública, para fins de desapropriação o imóvel e benfeitorias que menciona, e dá outras providências – O imóvel é Propriedade Rural denominada “VILA AMAZÔNIA” na cidade de Parintins-Am, com área 950 has. Referida sessão realizou-se em 28 de agosto de 1979. (Livro de Atas de 28/08/1979, p. 62). A seguir o documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS

DECRETO nº 24/79-ARMP.

DECLARA de Utilidade Pública,  
para fins de desapropriação o  
imóvel e benfeitorias que men-  
ciona, e dá outras providênci-  
-as .

O cidadão RAIMUNDO REIS FERREIRA, Prefeito Municipal  
de Parintins, usando das atribuições que lhe são conferidas  
pelo art. 31 item XVIII, combinado com o art. 1º, IV da  
Lei nº 700 de 30.12.1967 e, tendo em vista o esta-  
belecido no Decreto Lei nº 3.365 de 21.06.41 - arts. 5º letra  
E e seguintes, com as alterações introduzidas pela Lei nº  
-2.786 de 21.05.56,

D E C R E T A :

Art. 1º - FICA declarado de Utilidade Pública para  
fins de desapropriação, na forma da legislação vigente, o  
imóvel e benfeitorias a seguir discriminados :- Propriedade  
Rural denominada VILA AMAZONIA, localizada na Cida-  
de de Parintins -Am, com área de 950 has, aproximadamente,  
com os seguintes limites -

Ao NORTE - Com o Rio Amazonas, numa reta de 1.270 mts  
lineares, partindo da desembocadura do Paraná do Ramos até  
o lote de terras denominado IRAJÁ ;

A LESTE - Com o lote de Terras Irajá numa reta de  
1.580 mts lineares, partindo do Rio Amazonas em direção ao  
centro ; de lá, numa outra reta de 300 mts, cortando a  
cabecreira do Lagunho Irajá até o lote de terra denomi-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

fls-02- ESTADO DO AMAZONAS

anda S. João, prosseguindo em linha reta de 935 mts lineares em direção à cabeceira do Mato Grosso, prosseguindo numa reta de 880 mts, com terras devolutas até a cabeceira do Igarapé do Arumã, daí partindo uma reta de 500 mts atravessando o Igarapé do Manoel Pedro, prosseguindo neste, numa reta de 580 mts até atingir à margem direita do Lago Sé Aquí.

A OESTE - Com o lote de terra CANAÃ, numa reta de .. 2.500 mts, partindo da cabeceira do Igarapé do Inferno até a cabeceira do Igarapé do Mendongo, daí uma reta de 890 mts, cruzando todo o Igarapé do Mendongo até o Paraná do Igarapé digo, Paraná do Ramos, prosseguindo numa reta de 780 mts pela margem direita do Paraná do Ramos até o ponto / em que se encontra com o Rio Amazonas.

Ao SUL - Com o Lago do Sé Aquí por uma reta de 1200 mts lineares, partindo do Igarapé do Manoel Pedro (margem do Sé Aquí), até a cabeceira do Igarapé do Porto, prosseguindo numa reta de 350 mts até o Igarapé do Inferno com mais uma reta de 430 mts até a cabeceira do Igarapé do Inferno.

Art. 2º - FICA também declarado de Utilidade Pública as benfeitorias constantes de Ol casa de residencia deng minada S. Joaquim, toda de alvenaria, coberta de telhas de barro, possuindo diversas dependencias, piscina etc, toda mobiliada, possuindo instalações elétrica e hidráulica, construída em estilo colonial; Dois (02) armazens com estrutura metálica e de alvenaria, no estado, e outras benfeitorias em ruínas.

Art. 3º - Os imóveis e benfeitorias descritas nos /



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

fls-03- ESTADO DO AMAZONAS

artigos 1º e 2º do presente Decreto, são de propriedade de ANTONIO CABRAL ABREU e de HERDEIROS de LUIS DO VALE MIRANDA e constam de Escritura lavradas nos Cartorios ' do 1º e 2º Ofício desta Comarca de Parintins-Am .

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação .

Art.5º - Revogam-se às disposições em contrário .

PALACIO GOROVIL, em 28 de agosto de 1979

RAIMUNDO REIS FERREIRA  
Prefeito de Parintins

O vereador Paulo Marques que apresentou os Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça nos Projetos de Lei nº 01/80 – CMP que DECLARA, Utilidade Pública a Associação Esportiva BEASA de Parintins, com sede em projeto e a ser construída em Parintins, Estado do Amazonas, conforme parecer favorável da diretoria, pela sua constitucionalidade e demais necessidade que regem o assunto.(Livro de Atas de 1979-1980, p. 75).

Of. nº 160/80 – AEPMP – que encaminhou e justificou o Projeto de Lei nº 007/80 – AEPMP – que Desapropria por Utilidade Pública os imóveis e benfeitorias existentes na área destinada ao novo Aeroporto de Parintins, e dá outras providências. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 140). A seguir o Projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO DE LEI Nº 007/80-ARPM

DESAPROPRIA por Utilidade Pública os imóveis e benfeitorias existentes na área destinada ao novo AEROPORTO DE PARINTINS, e dá outras providências.

O cidadão RAIMUNDO REIS FERREIRA, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Encaminha à apreciação do Poder Legislativo, o seguinte,

PROJETO DE LEI:

Art. 1º - Desapropria por utilidade pública, na forma da legislação vigente, o imóvel e benfeitorias existentes na área destinada ao novo Aeroporto de Parintins, situado no Km. da Estrada Parintins-Parananema, medindo 700 (setecentos) metros de frente, por 2.900 (dois mil e novecentos) metros de fundos, perfazendo um total de 2.030.000 m<sup>2</sup> (dois milhões e trinta mil metros quadrados), limitando-se ao Norte e ao Sul com áreas pertencentes a família Laureano; a Leste com terrenos das famílias Marchão e Wilmar Martins Vianna, e a Oeste com terras pertencentes a Miguel Bentes da Silva.

Parágrafo Único - Os imóveis e benfeitorias existentes na área desapropriada, pertencem à família Laureano e outros.

Art. 2º - Após a tramitação legal do processo de desapropriação a área de que trata o art. 1º da presente Lei, passará a pertencer ao Ministério da Aeronáutica, que nela construirá o novo Aeroporto da Cidade e seus anexos.

*História e Memória Política do Município de Parintins*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

ESTADO DO AMAZONAS

Art. 3º - O montante da indenização a ser pago aos desa propriados, será apurado através de Laudo Técnico de Avaliação a ser procedido pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Serviço de Terras do Município de Parintins.

Art. 4º - As despesas decorrentes das indenizações, pre vistas no art. 3º, correrão à conta de recursos próprios do Município ou transferências da área estadual e federal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL, em 29 de agosto de 1980

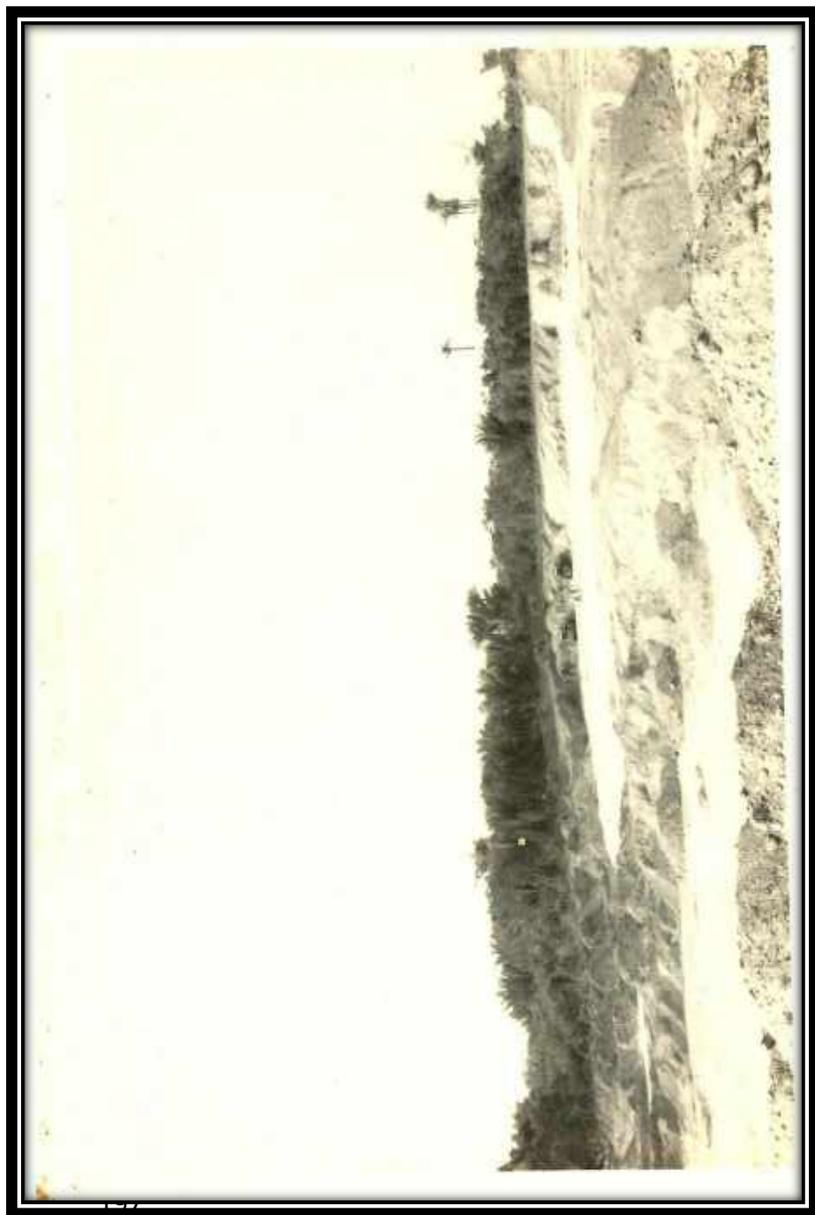
RAIMUNDO NEVES FERREIRA

Prefeito Municipal

Remetido o original para  
o Executivo para publicação  
por decurso de prazo.

Em, 09/12/80

*[Handwritten signature]*



**Figura 3: Desapropriação do Novo Aeroporto**

**Fonte: Arquivo pessoal de Raimundo Reis Ferreira**



**Figura 4: Pista do Novo Aeroporto**

**Fonte: Arquivo pessoal de Raimundo Reis Ferreira**

Sobre o Matadouro Público vimos o Decreto nº 35/79 AEPMP – que “Declara Utilidade Pública” para fins de desapropriação o imóvel que menciona e dá outras providências.

Art. Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação, na forma da Lei vigente, o imóvel denominado Santa Clara, localizado na cidade de Parintins, com área de 42.264,00 m<sup>2</sup> . Explicou que pertencia à Firma Catalonia Industrial Ltda, e se destina ao novo Matadouro Público de Parintins. (Livro de Atas de 1979-1980, p. 163).

Raimundo Leal apresentou a Redação Final do Projeto de Lei nº 05/81 – AEPMP que Declara Utilidade Pública o Sindicato dos Estivadores de Parintins. (Livro de Atas de 1981-1982, p. 134).

Projeto de Lei nº 02/82 que declara Utilidade Pública a Associação dos Motoristas Profissionais, o Projeto do edil Jose Barros.

## **TÍTULOS DE CIDADÃO PARINTINENSE CONCEDIDOS ENTRE OS ANOS DE 1977 A 1982.**

### **1977**

\*Projeto de Lei nº 03/77 CMP – Deputado Dr. Rafael Faraco

\*Projeto de Lei nº 05/77 CMP– Profª Celby Rodrigues Vieira dos Santos

\*Projeto de Lei nº10/77 CMP – Profº Marcílio Coelho Dias

\*Projeto de Lei nº 04/77 CMP – Dra. Lenira Mendes Gomides

\*Projeto de Lei nº 12/77 CMP– Sr. Eládio Delfino Carneiro.

\*Projeto de Lei nº 13/77 CMP – Profº José Manuel Gomes Leonor.

\*Projeto de Lei nº 14/77 CMP – Profº Wilson Choeri.

\*Projeto de Lei nº 15/77CMP – Profº Cáio Tácito.

## **1978**

Na Sessão Solene ocorrida no dia 06 de julho de 1978, receberam Títulos de Cidadão Parintinense o Governador Ministro Henocho da Silva Reis, o Vice-governador João Bosco Ramos de Lima e ao Ex-secretário de Turismo Sr. José de Oliveira Fernandes.

\*Projeto de Lei nº 07/78 PMP-AE –Sr. Demócrito Salgado

\*Projeto de Lei nº 08/78 AEPMP – Dra Terezinha Maria Pinto de Souza que não compareceu e nem mandou justificativa

\*Projeto de Lei nº 08/78 CMP – Profª Englatina Brelaz Lessa

\*Projeto de Lei nº 09/78AEPMP – Dr. Alcioly Ribeiro  
Teixeira

\*Projeto de Lei nº10/79 CMP –Dr. Carlos Henrique  
Rodrigues

### **1979**

\*Projeto de Lei nº 06/79 CMP – Pe. Emílio Butelli

\*Projeto de Lei nº 13/79AEPMP – Sr. José Pessoa Filho

\*Projeto de Lei nº 13/79 AEPMP – Sr. Gontran Campbel  
Pena

\*Projeto de Lei nº 13/79AEPMP – Sr Marcos da Silva  
Ventilare

\*Projeto de Lei nº 14/79 AEPMP – Sr. Kenji Kawakami

\*Projeto de Lei nº 15/79 AEPMP – Francisco Siqueira  
Neto

\*Projeto de Lei nº 15/79 AEPMP – Paulo Marques  
Soares

\*Projeto de Lei nº 15/79 AEPMP – Orlando da Silva  
Hatta

### **1980**

\*Projeto de Lei nº 02/80 – CMP: Walter Leandro  
Coutinho

\*Projeto de Lei nº 03/80 – CMP: entrega de 39 Títulos de  
Cidadão a:

01- Messias Augusto das Neves

02- José Alves do Nascimento

- 03- Professora Maria de Lourdes Bagatelli
- 04- Irmã Lidia Vicentim
- 05- Ozorio de Melo Azêdo
- 06- Benedito Araújo Manso
- 07- Israel Monteiro da Costa
- 08- Emilio Henrique de Lima
- 09- Wilson Oliveira de Souza
- 10- Raimundo Desterro da Rocha
- 11- Ernando Gomes da Costa
- 12- Eneas de Albuquerque Dias
- 13- Professora Maria Valda Maciel
- 14- Luiz Anselmo Maciel
- 15- Manoel Coêlho Pinheiro
- 16- Padre Mario Pasqualotto
- 17- Severino de Moraes Coêlho
- 18- José Pedro de Almeida Faria
- 19- Pastor Lucimar Rocha
- 20- José Pantoja do Carmo
- 21- Alfredo Monteiro de Lima
- 22- Anuar Zacarias
- 23- João Hagra de Souza
- 24- José Walmir de Lima
- 25- José Walmir de Souza
- 26- José da Silva Saul
- 27- José Maria Fernandes
- 28- Glaphina Barbosa Machado
- 29- Dr. Algenor Maria da Costa Teixeira
- 30- Irmão Francisco Galliani

31- Camilo Lopes Bringel

32- Raimundo Fernandes Porto

33- José Estevam da Silva

34- Yoshinaka Taketomy

35- Francisco Edmilson Prado

36- Mauro Magalhães

37- Nilza Noronha de Souza

38- Sabino Alves de Souza

39- Denizal Pereira Rodrigues

Autoria dos vereadores da Câmara Municipal de Parintins.

### **1981**

\*Projeto de Lei nº 04/81 – CMP: Professor Aldo Gomes da Costa

### **1982**

\*Projeto de Lei nº 03/82 – CMP: Dr. Ricardo Alexandre Gonçalves Guimarães

\*Projeto de Lei nº 04/82 – CMP: Capitão Adson José da Costa da Silva

\*Projeto de Lei nº 05/82 – CMP: Dr. Menandro Tapajós Filho

\*Projeto de Lei nº 06/82 – CMP: Dr. Rubens José da Cruz

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A 8ª Legislatura encerra no dia 28 de janeiro de 1983, na presidência da Câmara estava o vereador Geraldo Soares de Medeiros e na Prefeitura o Sr. Paulo Vitorino de Menezes.

Pode-se destacar que nos primeiros anos de 1977 a 1979, os trabalhos por parte do Legislativo e Executivo eram intensos, entretanto, durante os últimos anos 1980 a 1982, os conflitos entre esses dois setores foram se intensificando, principalmente pela oposição. A gestão do Sr. Prefeito Raimundo Reis mantinha uma relação harmoniosa com os vereadores, em comum acordo de trabalharem juntos pelo bem do povo, porém, houve o distanciamento entre os dois poderes, ficando evidente nas atas, pois os edis não tinham respostas dos requerimentos, indicações e pedidos encaminhados ao Executivo.

Parintins passou por muitas mudanças entre os anos de 1977 a 1982, vários investimentos e convênios foram assinados, os quais levariam a cidade ao desenvolvimento econômico e melhoria de vida. Dentre as obras realizadas estão: o novo aeroporto, o aterramento e escadaria da Francesa, o muro de arrimo e o Porto Fluvial, obras realizadas na administração de Raimundo Reis Ferreira, Vice Paulo Vitorino de Menezes, os vereadores em parceria com os órgãos Estadual e Federal.

21/06/1980

## PARINTINS COMEÇA O NOVO AEROPORTO

Parintins — Do Correspondente — Foram iniciadas as obras de construção do novo aeroporto deste município, por uma equipe de técnicos e funcionários da COMARA, chegada a Parintins no dia 19 passado, sob a chefia do Sargento Monteiro.

O novo aeroporto da "Velha Tupinambarana" ficará localizado no interior da própria ilha, na localidade denominada Paranana, distante do centro cerca de 9 quilômetros, mas que deixará de expor perigo à população parintinense.

### NOVO AEROPORTO

Segundo informações do Prefeito Raimundo Reis Ferreira o novo aeroporto será construído dentro dos modernos padrões técnicos de conforto e segurança e terá capacidade de atender aeronaves até do tipo Boeing.

A pista de pouso terá 30 metros de largura, com uma extensão de 1.800 metros, e ficará encravada numa área patrimonial de 700 metros de largura por 3 mil metros de comprimento, em condições de sofrer qualquer ampliação que seja

necessário.

O prefeito Raimundo Reis é o principal responsável pela realização do empreendimento, e como tal, tem demonstrado satisfação, levando-se em conta que a construção do novo aeroporto era uma das promessas e uma das metas de sua administração, que mesmo antes de completar quatro anos já desponta como uma das mais eficientes da história de Parintins.

Ontem, o Prefeito Raimundo Reis e o Sargento Monteiro estiveram reunidos com posseiros para acertar as bases da desapropriação da área a ser utilizada pelo aeroporto, a qual será feita pela Prefeitura Municipal e também pela COMARA. Os posseiros ficaram satisfeitos pelas propostas e explicações que foram apresentadas.

Ao ser indagado a respeito, o prefeito Raimundo Reis disse que o novo aeroporto de Parintins é mais uma promessa cumprida pela sua administração, além de um forte instrumento de progresso de seu município, bem como da região do baixo Amazonas.

21/08/1980

## PARINTINS RECEBE RECURSO DA SUDAM

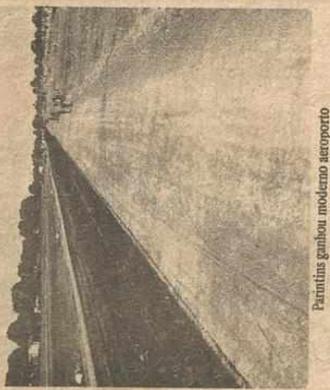
PARINTINS — Do Correspondente — O Superintendente Adjunto da SUDAM, professor Mário Amorim comunicou, ontem, ao Prefeito Raimundo Reis que o referido órgão acaba de liberar, através do Banco do Brasil para a COMARA e DNOS, os primeiros recursos no valor de 29 milhões e 505 mil cruzeiros para o início das obras do novo aeroporto e do muro de arrimo deste município.

Segundo o Prefeito Raimundo Reis isto significa que as duas obras serão mesmo transferidas em realidade para a alegria do povo parintinense e para o maior desenvolvimento deste município que é polo econômico da região do Médio e Baixo Amazonas.

Ontem mesmo, as primeiras horas da tarde, em avião da Força Aérea Brasileira, chegou a Parintins o Ten-Cel. Boanerges, Chefe da COMARA que, em companhia do Prefeito Raimundo Reis, visitou o canteiro de obras do novo aeroporto, onde os serviços de desmatamento já foram iniciados. Como se sabe, o novo aeroporto ficará localizado na localidade de Paranana, distante 9 quilômetros do centro deste município.

**Fonte: Arquivo pessoal do Ex-prefeito Raimundo Reis Ferreira**

## Parintins com novo aeroporto, bairro e energia elétrica



Parintins ganhou moderno aeroporto

A abertura do aeroporto de Parintins, e o início das obras de urbanização do antigo Bairro do Burgu, agora denominado Palmares, são os dois fatos de destaque na visita que o Governador Henoch Reis fará hoje em Parintins no oitavo dia de permanência no interior do Estado, em visita administrativa aos municípios do Baixo e Médio Amazonas.

O novo aeroporto de Parintins tem 1.200 metros de pista asfaltada e sinalizada, num trabalho totalmente realizado pela Secretaria de Transportes, que quebrou uma das barreiras de isolamento que cercava o desenvolvimento do município, ligado às demais cidades do Estado apenas pela rede hidrográfica.

Sem condições de pouso, servindo tanto para pasto dos animais como para partidas de futebol, o antigo aeroporto de Parintins, limitava o tráfego aéreo, e nem sempre era capaz de receber aeronaves, que não se arriscavam a pousar no campo de grama. Investimento fortemente no setor de Transportes, o Governo Estadual definiu o aeroporto de Parintins na sua escala de prioridades e entregou o trabalho à Secretaria de Transportes. Hoje, no momento em que o Governador Henoch Reis corta a fita simbólica de inauguração, estará abrindo para Parintins as portas de um veículo de transporte, que para a região é fundamental, e absolutamente indispensável, diante da falta de estrada, já que Parintins está situada em uma ilha.

Uma hora depois da inauguração do aeroporto o Governador Henoch Reis estará percorrendo os setores do Bairro dos Palmares, onde a Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas – SHAM – fará a urbanização de 500 lotes para entrega aos habitantes, devidamente servida pelos sistemas de água, luz e saneamento.

Além destes benefícios o Governador Henoch Reis vai identificar a situação do Município e constatar as realizações, a partir do dia do II Operação Ajuricaba que foi realizada em Parintins, e que mediu as possibilidades de crescimento do município.

Os integrantes da Cooperativa e Sindicato dos Produtores de Parintins estão organizando uma homenagem ao Governador pelo que ele tem feito pelo futuro, investigando seus problemas e diagnosticando a fórmula para os reparos necessários, na medida do possível.

## Aeroporto está quase concluído

Estão bem avançadas as obras de construção do novo aeroporto que a Comara está construindo em Parintins, e que já conta com 800 metros de pista prontos para receber a camada asfáltica, aguardando somente a chegada em Parintins da usina de asfalto da Comara, a fim de que se proceda o início dos serviços de revestimento asfáltico dos 800 metros já concluídos. "Podemos assegurar, que, pelo andamento dos serviços, a gigantesca obra estará inteiramente concluída e entregue ao povo parintense até o fim do corrente ano" — disse o Prefeito Raimundo Reis.

O moderno aeroporto de Parintins, constituído por 1.200 metros de pista asfaltada, com padrões sofisticados de conforto e segurança, vem substituir o atual aeroporto que, dado o crescimento da cidade, encontra-se em pleno centro urbano, gerando problemas de toda ordem e, acima de tudo, não mais oferecendo condições de segurança, tanto para as aeronaves como para os passageiros e moradores de sua periferia.

O Prefeito Raimundo Reis, de Parintins, informou que a Comara acaba de receber novas máquinas para acelerar ainda mais as obras do aeroporto, a fim de que sejam entregues dentro do prazo previsto. A exemplo do muro de arrimo, o aeroporto que está sendo construído pela Comara é uma obra de grande porte e elevada importância para aquela cidade, do médio Amazonas, pois além de melhorar o sistema de transporte aéreo — da cidade, impulsionará o desenvolvimento do município e da região do Amazonas, da qual Parintins se constitui em grande centro econômico e pólo de atração.

**08/07/82—Jornal A Crítica**

## PARINTINS TEM NOVOS RECURSOS: AEROPORTO

A liberação de recursos da ordem de 65 milhões de cruzeiros, alocados através de entendimentos entre a SUDAM e o Governo do Estado, via SEPLAN, para a conclusão total das obras do aeroporto de Parintins, foi o resultado de uma reunião técnica entre o governador Paulo Pinto Nery, representantes da Comara e secretários da Fazenda, Planejamento, Transportes e o superintendente-adjunto da SUDAM, Manoel Alexandre. Na reunião o governador Paulo Nery anunciou que o Presidente João Figueiredo deverá vir para a inauguração do aeroporto.

Durante a reunião, que teve como principal objetivo alocar recursos necessários para a conclusão total da pavimentação da estrada (4 mil e 800 metros) que dá acesso ao aeroporto, além da conclusão do terminal de passageiros, ficou decidido o dia da inauguração do aeroporto de Parintins: o próximo dia 12 de agosto, possivelmente pelo Presidente João Figueiredo.

Na opinião dos representantes da

Comissão Regional de Aeroportos da Amazônia-Comara, Srs. Aluizio Lima e Major Dias, "trata-se de uma das mais importantes obras, devido o seu alto padrão de construção e que comportará aeronaves de pequeno, médio e grande porte como os aviões "Boeings". Segundo o secretário Sérgio Figueiredo (SEPLAN/Aim), "o papel da Secretaria no processo foi o de viabilizar financeiramente e orçamento e os recursos necessários para a conclusão deste empreendimento, juntamente com a SUDAM, como prioridade do Governo no desenvolvimento do Estado".

As obras do aeroporto de Parintins foram iniciadas em janeiro do ano passado e serão concluídas no próximo mês de agosto. Ontem uma equipe constituída pelos secretários Sérgio Figueiredo, Orlando Holanda, pelo representante da SUDAM, Manoel Alexandre e mais o representante da Comara, Aluizio Lima estiveram em Parintins, onde em reunião com o prefeito daquele município discutiram os acertos finais da obra.

**Fonte: Arquivo pessoal do Ex-prefeito Raimundo Reis Ferreira**

Em 22/09/82

## Parintins ganha aeroporto que custou Cr\$ 150 milhões



Muitas autoridades estiveram na inauguração.

O governador Paulo Nery inaugurou na manhã de segunda-feira o novo aeroporto de Parintins, denominado "Júlio Furtado Belém", em solenidade que contou com as presenças do brigadeiro Arison de Carvalho, comandante do 1º COMAR e presidente da COMARA, do prefeito Paulo Menezes, e da viúva do homenageado sr. Iris Belém.

O brigadeiro Arison de Carvalho, comandante do 1º COMAR e presidente da COMARA, ao abrir a solenidade de inauguração do novo aeroporto de Parintins, disse que "mais uma vez, o ato se repete na Amazônia: a inauguração de aeroportos modernos", fruto do trabalho integrado dos governos municipal, estadual e federal.

O brigadeiro Arison citou outras obras da Comissão de Aeroportos da Amazônia — COMARA — destacando os aeroportos de Barcelos, Coari, Tefé, Tabatinga, Itacoatiara, Lábros e Maués, o que representa que dentro da política o possível se pode realizar muita coisa, e a união de esforços dos governos federal, estadual e municipal juntamente com a comunidade é um fato real.

O aeroporto Internacional de Parintins recebeu o nome de "Júlio Belém", numa homenagem ao ilustre filho da filha Tupinambara, que foi prefeito e seu representante na Assembleia Legislativa por várias legislaturas. Custou aos cofres dos governos federal (SUDAM — PROMAM —), estadual e municipal a soma de cento e cinquenta milhões de cruzeiros. Possui mil e seiscentos metros de pista asfaltada, por trinta metros de largura; um terminal de 700 m<sup>2</sup>, pátio para estacionamento e nove quilômetros de pista de acesso totalmente asfaltados, ligando a cidade ao aeroporto.

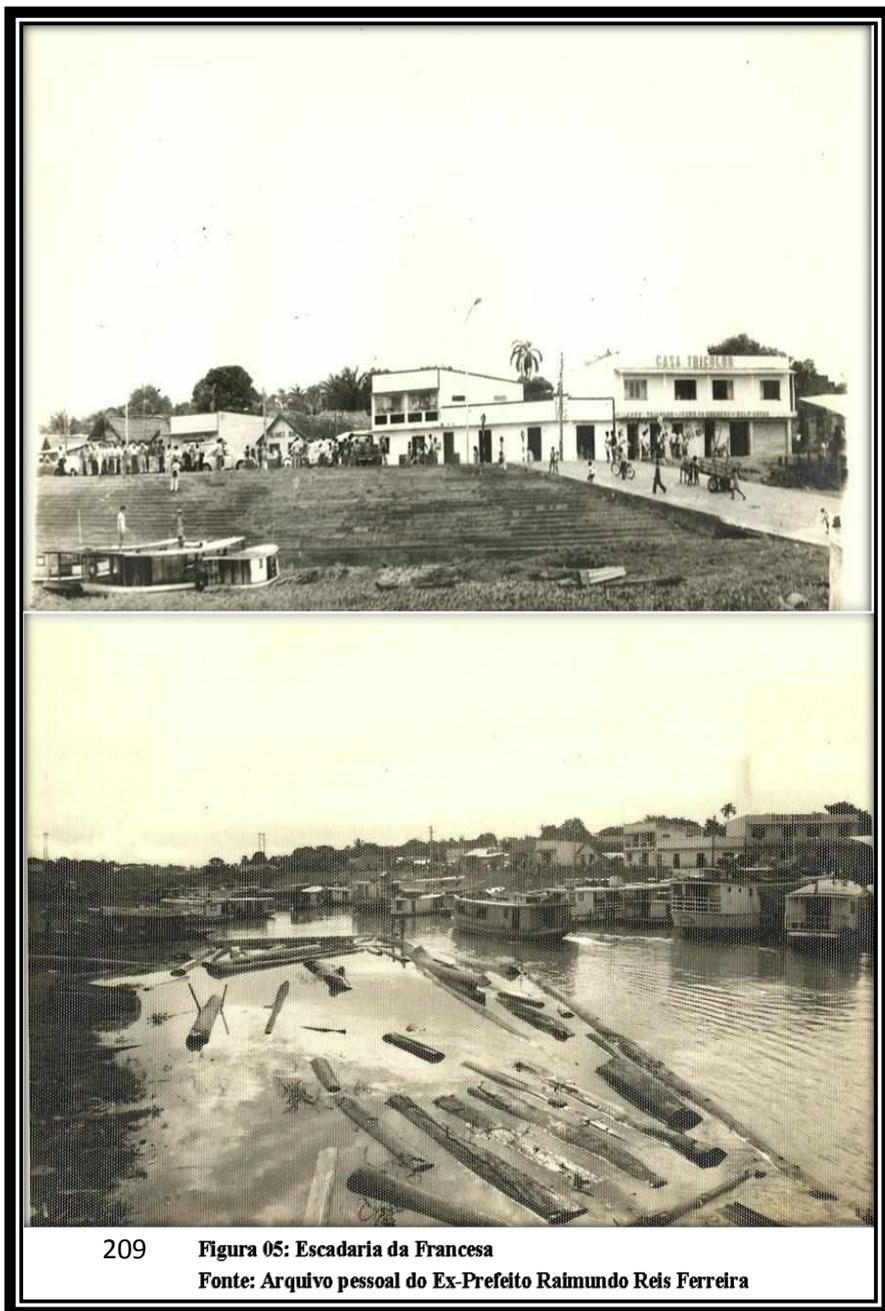
### OBRA DA REVOLUÇÃO

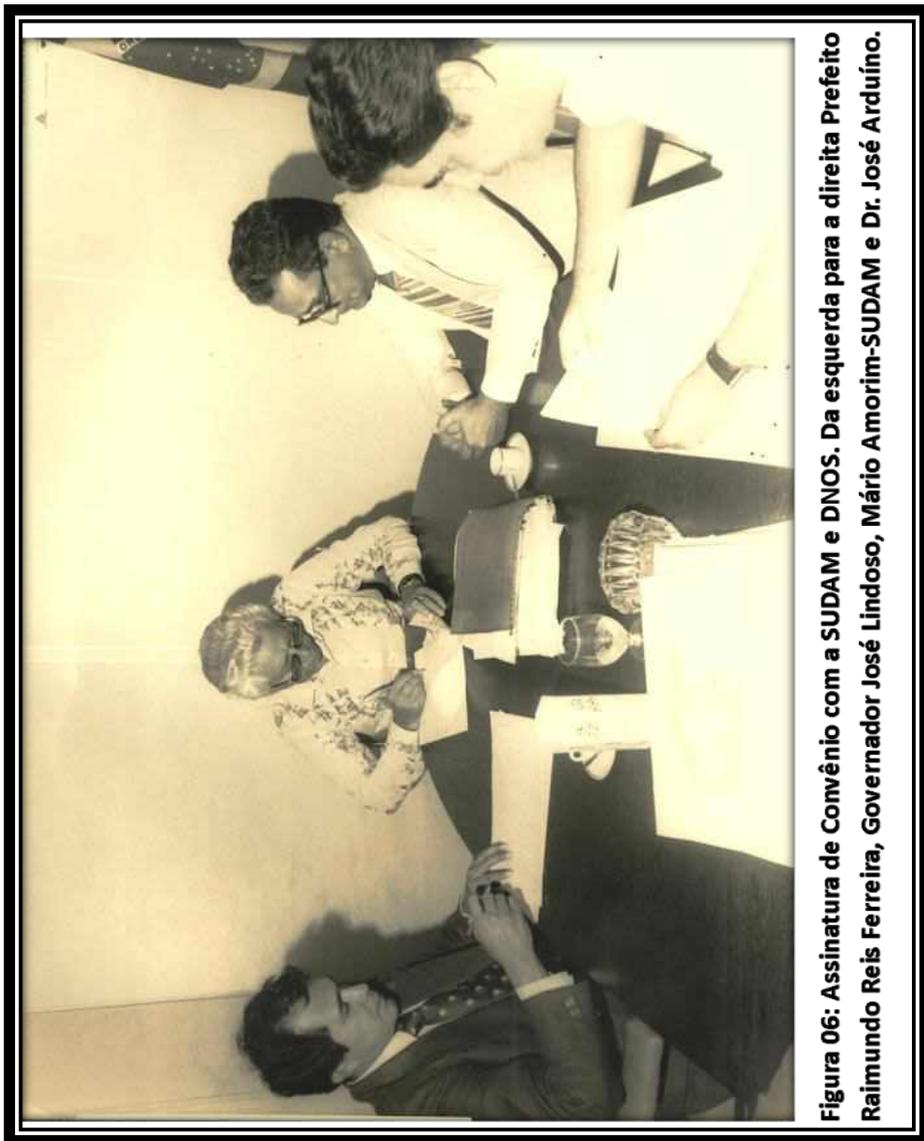
O governador Paulo Nery ao discursar na inauguração do aeroporto "Júlio Belém" disse que "isto sim, é trabalho, é obra da revolução, que infelizmente os nossos adversários, os nossos inimigos não querem reconhecer e serão capazes até de negar a existência de obras tão magníficas como esta, pelo simples prazer de não aceitarem a execução de um trabalho integrado, sério, honesto, exclusivamente voltado para o bem comum".

Paulo Nery elogiou o trabalho que a COMARA realiza na Amazônia e a integração existente entre os governos municipal, estadual e federal. Traçou o perfil do grande homenageado, Júlio Belém, de quem foi colega de Assembleia Legislativa e correligionário, relembrando fatos das campanhas políticas de 1958 e 62.

Falaram ainda, o superintendente da SUDAM, Elias Sefer, o prefeito Paulo Menezes e o ex-prefeito de Parintins, Raimundo Reis, iniciador da obra. A fita simbólica dando com inaugurado o aeroporto internacional de Parintins, foi cortada pela viúva de Júlio Belém, sr. Iris Furtado Belém.

Após a solenidade, antes de se dirigir até a cidade, o governador Paulo Nery e o brigadeiro Arison de Carvalho firmaram convênio para a administração e segurança do novo aeroporto. Em seguida, Paulo Nery se dirigiu à Prefeitura de Parintins onde entregou ao prefeito Paulo Menezes cheques no valor de vinte e seis milhões de cruzeiros para continuação de obras, enquanto o brigadeiro Arison de Carvalho e comitiva regressavam a Belém.



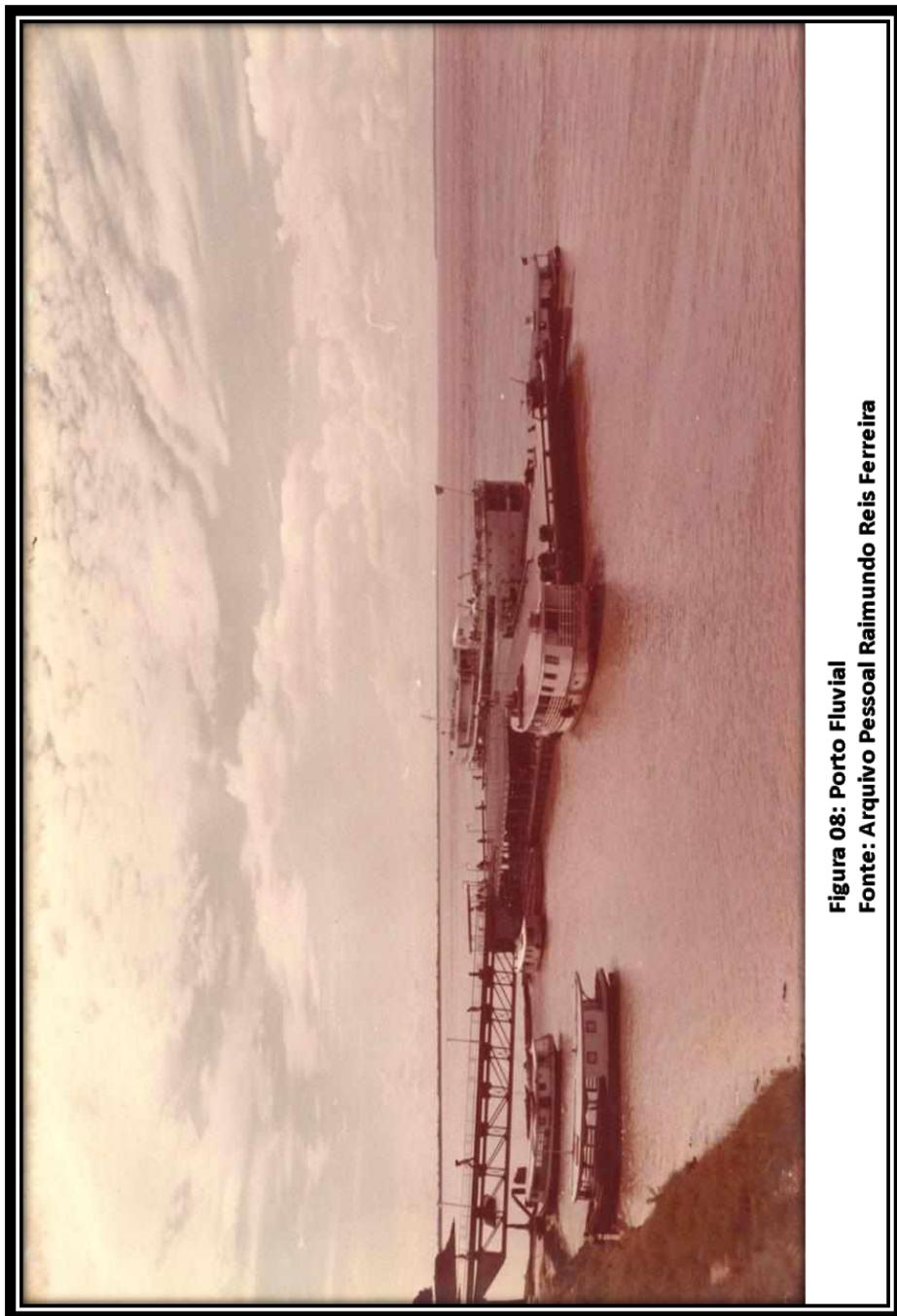


**Figura 06: Assinatura de Convênio com a SUDAM e DNOS. Da esquerda para a direita Prefeito Raimundo Reis Ferreira, Governador José Lindoso, Mário Amorim-SUDAM e Dr. José Arduíno.**



**Figura 07: Obra e Inauguração do Muro de Arrimo**

**Fonte: Arquivo Pessoal do Ex-Prefeito Raimundo Reis Ferreira**



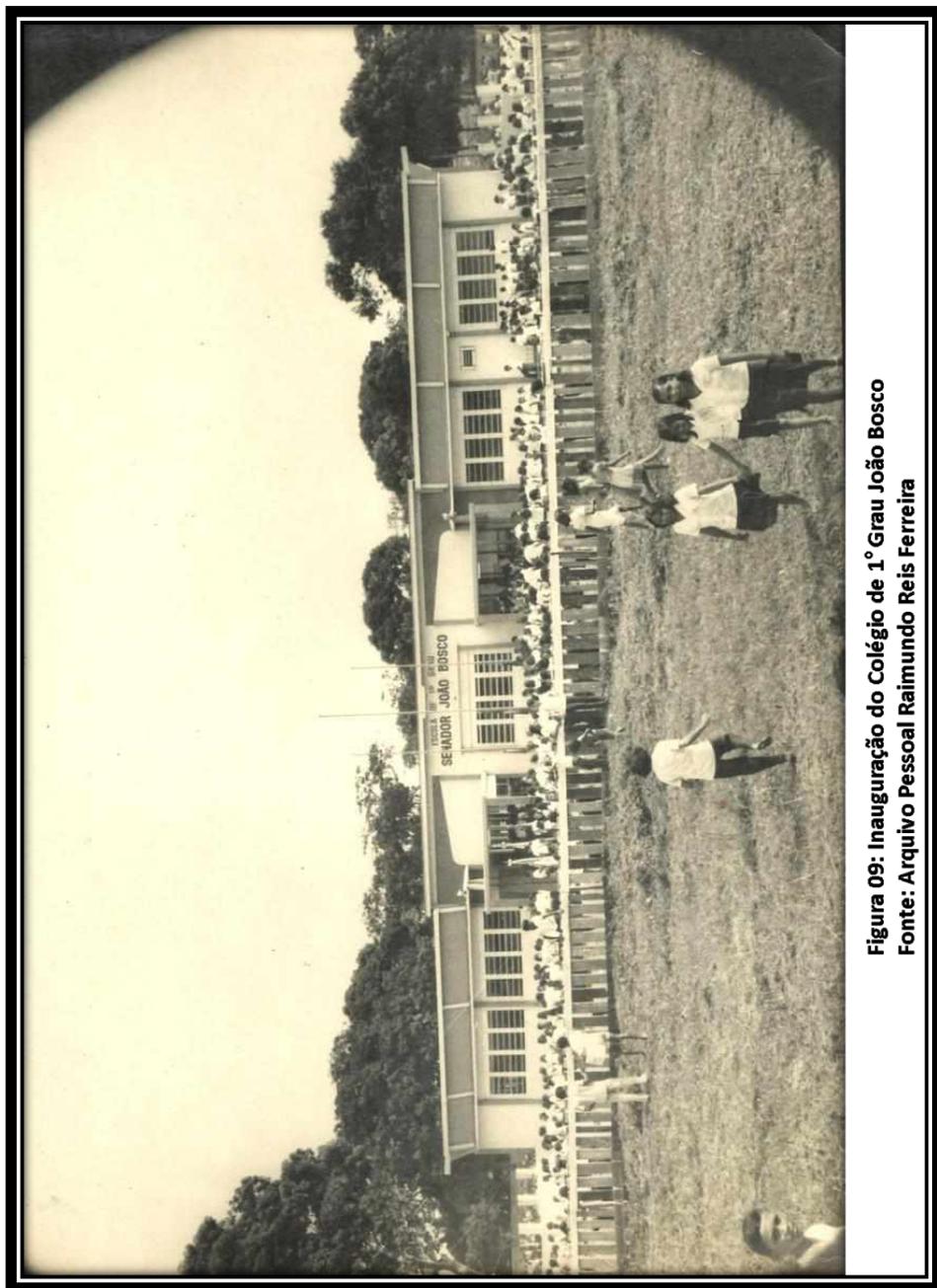
**Figura 08: Porto Fluvial**  
**Fonte: Arquivo Pessoal Raimundo Reis Ferreira**

No entanto a cidade ainda tinha muitos problemas a serem resolvidos, dentre eles a Segurança Pública, não tinha um policiamento que atendesse uma população de quase 54 mil habitantes, havendo assim um índice considerável de criminalidade e insegurança nas ruas. Haja vista ter sido aprovado o Projeto de Lei nº 04/78 Tiro de Guerra cujo objetivo era tirar os jovens da ociosidade, da marginalidade, porém até o término da leitura das atas em janeiro de 1983, não se encontrou algo relacionado à realização deste Projeto.

E ainda não havia fiscalização do trânsito na cidade, e as atas registram mortes fatais relacionadas a motos e automóveis que circulavam pelas ruas sem nenhuma preocupação e responsabilidade.

Outra questão são os bairros que estavam se estruturando entre os anos de 1977 a 1982, no qual os vereadores pediam melhorias para os mesmos, no entanto os pedidos eram atendidos lentamente e na maioria das vezes sem retorno e sem explicação, por isso foram realizadas reuniões pedindo a presença do Prefeito Raimundo Reis Ferreira, para dar respostas às perguntas dos vereadores. Identificamos pela primeira vez nos autos da Câmara o surgimento do Bairro Emílio Moreira.

Houve várias inaugurações de instituições que beneficiaram a população dentre elas a Clube de Campo, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Capitania dos Portos, a Escola de 1º Grau João Bosco de Lima.



**Figura 09: Inauguração do Colégio de 1º Grau João Bosco**  
**Fonte: Arquivo Pessoal Raimundo Reis Ferreira**

Foram feitos vários convênios em Parceria com o Município, pois o Prefeito Raimundo Reis Ferreira viajava muito em busca desses recursos dentre eles: Celetamazon (17.000.000,00) para melhoria das estradas do Macurany, Aninga e Parananema, Casa da Cultura Alzira Saunier (2.000.000,00), Tiro de Guerra (331.500,00), Ano Internacional da Criança (147.906,00), Mercado Municipal da Francesa (460.000,00). FSESP (140.000,00). Dentre outros. Em anexo um relato do prefeito em exercício do Sr. Paulo Vitorino de Menezes sobre as mudanças ocorridas na cidade de Parintins por volta do ano de 1980.

A seguir destacamos os vereadores se desta Legislatura:

**Geraldo Soares de Medeiros**, homem ativo e estudioso, elaborou muitos projetos e indicações, nada fazia que não fosse embasado e em comum acordo com a Lei. Destacaram-se vários projetos de suma importância para a cidade de Parintins. Dentre eles o Projeto de Lei nº 01 / 77, CMP, veda a troca de Ruas e Logradouros Públicos e denominação dos mesmos, na cidade de Parintins, o Projeto de Lei nº 02/77 do Feriado Municipal pela Sagração do primeiro Bispo Dom Arcângelo Cerqua e o de nº 08/77 que marca o dia 15 de outubro feriado municipal pela passagem do aniversário da cidade. Ele também recebe da Câmara Municipal o Título de Cidadão Benemérito de autoria dos edis Raimundo

Muniz Rodrigues, Raimundo Ruy Mendes Francisco Siqueira Neto, por ser um cidadão que trabalhava em nome do povo, e por ter permanecido na cidade casando-se com Dona Norma Ribeiro. Foi o último presidente da Câmara em janeiro de 1983

**Geminiana Campos Bulcão Bringel**, a primeira mulher a adentrar a Câmara Municipal desde a terceira legislatura como suplente, e na quarta como vereadora eleita, sendo que nesta oitava era seu quinto mandato como vereadora. Sua participação foi também efetiva, sempre voltada para o papel histórico da mulher na sociedade, faz homenagens a Raquel de Queiroz, a primeira Desembargadora do Estado do Amazonas Marinildes Mendonça Lima, é autora de várias homenagens as datas comemorativas, reivindica a Verba do Ano Internacional da Criança. Congratula-se ao atentado ao Papa João Paulo II, através da Lei nº 06/77 torna Utilidade Pública a Associação Comercial de Parintins (ACP), dentre outras ações. Foi secretária na última Mesa Diretiva da Câmara.

**Raimundo Muniz Rodrigues**, homem de boa índole, humilde, foi o primeiro presidente da Câmara nesta Legislatura, apresentou muitos requerimentos e projetos à Câmara. Dentre eles o Projeto de Lei nº 18/77 que faz um mapeamento da cidade de Parintins com seus respectivos setores e quadras, Cria o Projeto de Lei

nº16/77 que tornaria naquele período Utilidade Pública o Festival Folclórico de Parintins. Como se viu pouco foi falado sobre o Festival Folclórico nas atas, haja vista hoje ser um grande espetáculo conhecido no mundo todo, nesse período não havia uma preocupação voltada para a festa, tanto que este projeto foi arquivado. Outra ação deste vereador torna Utilidade Pública os Clubes de Esporte: JAC, Atlético Clube, Estrela do Norte, Esporte Clube e São Cristovão Atlético Clube, dentre outros.

**Raimundo Ruy Mendes** foi o segundo presidente da Câmara. Mostra em sua atuação uma grande preocupação com a população. Seus projetos também edificaram a cidade dentre eles dá nome ao atual Bairro Emílio Moreira, denomina as ruas e avenidas do Bairro Vitória Régia, através do projeto de Lei nº 04/79, dá nome ao Plenário da Câmara Municipal de Raimundo Soares Almada, o qual edifica ainda mais o Legislativo.

Admilson Duarte Ribeiro procurava atender aos pedidos da população, apresentou o requerimento de nº 56/81 sobre a implantação da complementação do curso de Licenciatura Curta, nas áreas de Letras, Ciências, Estudos Sociais e Educação Física.

**José Maria Pinheiro** é o vereador que mais criticava o trabalho e viagens do Senhor Prefeito. Apresentava-se como a “voz do povo”, sempre atuou com sinceridade, apresenta o requerimento nº 43/81: a

respeito da saída dos rapazes que estavam presos por violentarem uma garota e as Congratulações ao naufrágio do Navio Sobral Santos, etc. E junto com o edil Geraldo Medeiros luta em favor dos comerciantes pela venda do pescado.

**Paulo Marques Soares** pede Títulos de Aforamento aos moradores do Bairro de Palmares, questionava sobre o preço da juta que perdia seu espaço para a Índia, questionava sobre o trânsito em Parintins, pedindo semáforos, marcação das ruas e avenidas.

**José Teixeira Barros** apresentou o Requerimento nº 16/80 que se refere ao problema do êxodo rural das comunidades rurais Caburi e Mocambo, o qual pediu a titulação de aforamento para que esses moradores possam conseguir créditos junto as Agências bancárias, para a construção de suas residências e pediu a terraplanagem e alinhamento desses núcleos.

**Iranildo Nóbrega de Melo Azêdo** teve um atuação nos últimos anos da Legislatura, apresentando o Requerimento nº 89/82 solicitando ao Sr. Prefeito que mande instalar no Matadouro Municipal um Posto de Inspeção com pessoas qualificadas para evitar matanças clandestinas.

**Orlando da Silva Hatta** foi mentor do Projeto que se tornou Lei o Tiro de Guerra, porém até o final desta legislatura, não houve sua realização, apresentou ainda o Decreto Legislativo nº 01/79 que trata sobre o aumento do salarial de 40%, aprovado pelos vereadores.

**Francisco Siqueira Neto** apresenta uma Indicação apoiando-se no orçamento vigente, o Projeto/atividade, na quantia de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) para a construção de Postos de Saúde nas Comunidades do Maranhão, Valéria, Mocambo, Caburi. Torna Utilidade Pública o Teatro Nutepin de Parintins.

A oitava legislatura encerra com a aprovação da Lei nº 017/82 – AEPMP o qual autoriza o Executivo Municipal a determinar estudos e fazer o Loteamento urbano da área do antigo aeroporto de Parintins. (Livro de Atas de 1982 - 1983, p. 51). A seguir o a Lei.



ESTADO DO AMAPÁ

CÓPIA

LEI N.º 017/82 - ABRIL

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DETERMINAR ESTUDOS E FAZER O LOTAMENTO URBANO DA ÁREA DO ANTIGO AEROPORTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CIDADÃO PAULO VITORINO DE MENEZES, PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, SIG.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES, QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CORRENTE ANO, APROVOU E SU SANCIONOU A SEGUINTE,

L E I

ART. 1.º - FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, AUTORIZADO A FAZER ESTUDOS E LOTAR URBANISTICAMENTE AS TERRAS DEVOLVIDAS AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E QUE PERTENCIAM AO ANTIGO AEROPORTO PICHITA COHEN, DESTA MUNICÍPIO.

ART. 2.º - O LOTAMENTO EM ABRIGO ALEM DO PROJETO URBANISTICO A SER ELABORADO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL, DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE PRIORIZAR AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E ENTIDADES ABAIXO RELACIONADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS, CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, FORUM DE JUSTIÇA, RECEITA FEDERAL, BANCO DO BRASIL, UNIDADE EDUCACIONAL DE PARINTINS, SUPRAMA, I.B.G.E., I.B.D.F., AGÊNCIA DA CAPITANIA DOS PORTOS DE PARINTINS, ESPILHO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA-LEA, MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO-MORRAL, DETRAN, SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARINTINS-SAAE, JUNTA DO SERVIÇO MILITAR, ASSOCIAÇÃO DOS CARROCEIROS, ASSOCIAÇÃO DOS MOTOCICLISTAS, ENTIDADES ESPORTIVAS: AMAPÁ ESPORTE CLUBE, SUL AMÉRICA ESPORTE CLUBE, ESTEREA DO NORTE ESPORTE CLUBE, NACIONAL ESPORTE CLUBE, JAG ATLÉTICA CLUBE, ESPORTE CLUBE PARINTINS, SÃO CRISTOVÃO ESPORTE CLUBE, CORINTHIANS ESPORTE CLUBE E UNIÃO ESPORTE CLUBE, ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE UM HOSPITAL, ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE UM COLÉGIO, ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL, ÁREA PARA A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL POLICÊNICO, ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE UM HOTEL, ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA DE POLÍCIA E ÁREA

*Paulo Vitorino de Menezes*  
*Paulo Vitorino de Menezes*



- 2 -

ESTADO DO AMAZONAS

PARA CONSTRUÇÃO DA SUCAM.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS TERRAS DOADAS ÀS ENTIDADES DISCRIMINADAS NO ART. 2º DA PRESENTE LEI, CABERÁ UTILIZÁ-LAS DE ACORDO COM O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, SENDO QUE, O NÃO CUMPRIMENTO DO QUE TRATA O CÓDIGO EM TÊLA, ESSAS TERRAS VOZARÃO AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, QUE TORNARÁ-AS EM PRAÇAS PÚBLICAS, BEM COMO AS DEMAIS ÁREAS QUE NÃO FORAM DOADAS ÀS REFERIDAS ENTIDADES.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

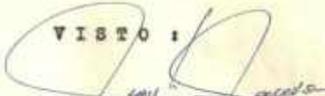
PALÁCIO CONDOVIL, 16 DE DEZEMBRO DE 1962.

(a) PAULO VITORINO DE MENEZES  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTE DOCUMENTO, FOI EXTRAÍDO DO LIVRO Nº 040 DO REGISTRO DE LEIS EXISTENTE NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, E ESTÁ CONFORME O ORIGINAL.

EM, 19.03.96.

  
Valdete Freitas Pimentel  
1º Secretária

VISTO :   
Frank Luiz da Cunha Garcia  
- Presidente

## **ANEXOS**

*História e Memória Política do Município de Parintins*

ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº04/78-AEPMP.

AUTORIZA o Poder Executivo a requerer a criação de um TIRO DE GUERRA no Município de Parintins, e dá outras providências.

O Cidadão RAIMUNDO REIS FERREIRA, Prefeito Municipal de Parintins, etc.

FAZ saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão do primeiro período ordinário, aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I

- Art. 1º - FICA o Sr. PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, autorizado a requerer, de acordo com os regulamentos militares, a criação de um TIRO DE GUERRA no Município de Parintins.
- Art. 2º - As despesas com a criação do Tiro de Guerra, mencionado no artigo anterior, correrão à conta da rubrica prevista na Lei Municipal nº 22/77-PMP de 10 de novembro de 1977.
- Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALACIO CORDOVIL, 12 de junho de 1978.

at/at.

RAIMUNDO REIS FERREIRA  
Prefeito de Parintins.

*História e Memória Política do Município de Parintins*



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

PROJETO DE LEI Nº 02/77-CMP.

" Considera feriado municipal  
o dia 14 de maio."

O cidadão RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

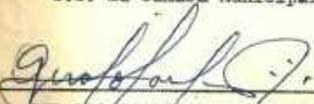
Faz saber aos seus munícipes que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em seu primeiro período ordinário decretou e promulgou a seguinte,

L E I :

Artº 1º - Fica considerado Feriado Municipal, o dia 14 de Maio, data da Sagração de Primeiro Bispo de Parintins.

Artº 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, 06 de maio de 1977.

  
- GERARDO SOARES DE MEDEIROS -  
= VEREADOR =

  
- JOSÉ TEIXEIRA BARROS -  
= VEREADOR =

# História e Memória Política do Município de Parintins

Autue-se e dê-se Vistas à Com.  
de Constituição e Justiça, para os  
devidos fins. Em 28/03.77.



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

= Presidente =

PROJETO DE LEI Nº 01/77 PMP

" DISPÕE SOBRE INCLUSÃO  
DE ESTRADAS NO PLANO  
RODOVIÁRIO MUNICIPAL,  
E DÁ OUTRAS PROVIDEN-  
CIAS".

O CIDADÃO RAIMUNDO REIS FERREIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO  
DE PARINTINS, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, FAZ SABER QUE A  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE,

## L E I :

ART. 1º - FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DO PLANO RODO -  
VIÁRIO MUNICIPAL DE PARINTINS, AS SEGUINTE ESTRADAS E RESPECTIVAS SIGLAS:

PR 27 - Comunidade da Valéria/Col. Agrícola Valéria	4.470/mtrs.
PR 28 - Comunidade do Morituba/Col.Ag. do Morituba	2.500 " "
PR 29 - Comunidade do Laguiño/Col.Ag.Santo Antonio	4.500 " "
PR 30 - Comunidade Nova Olinda/Col.Ag.Nova Olinda	4.500 " "
PR 31 - COMUNIDADE DO TRACAJÁ/COMUNIDADE MIRITY	8.520 " "
PR 32 - Igarapé do Tracajá/Col.Ag.Nova Esperança	4.500 " "
PR 33 - Lago do Maximo/Comunidade do Zé-Miri	6.670 " "
PR 34 - Comunidade Terra/Com. Simão - Est.e Projetos	5.800 " "
PR 35 - Comunidade do Simeão/Com. do Casal	6.840 " "
PR 36 - Comunidade do Cabury/Col.Ag. Cabury	1.800 " "
PR 37 - Comunidade do Cabury/Com. de Santa Terezinha	3.910 " "
PR 38 - Comunidade do Cabury/Colônia Pe. Vicente	4.900 " "
PR 39 - Comunidade do Jacú/Com. São Thomé- Est.e Proj.	4.500 " "
PR 40 - Comunidade de Mato-Grosso/Vila Amazonia	800 " "
PR 41 - S.Tomé do Mocambo/Col. Agrícola -(a concluir) <sup>(1.084)</sup>	5.010 " "
PR 42 - Comunidade do Remanso/Colônia Japurá(a concluir)	5.000 " "
PR 22 - Comunidade do Maranhão/Com. de S.Antonio do Tra- cajá - já integrante do PMP com 4.300 metros e, passa a ter nova metragem.....	7.820 " "

ART. 2º - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

PALÁCIO CORDOVIL, em Parintins, 22 de março de 1.977



RAIMUNDO REIS FERREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

*História e Memória Política do Município de Parintins*



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 01/77-PMP

Henra-me apresentar ao exame e julgamento da Câmara de Vereadores, cumpri-me e que determina o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER -, e Projeto de Lei nº 01/77 PMP, que dispõe sobre a inclusão de Estradas no Plano Redeviário Municipal de Parintins.

As estradas, objeto do presente Projeto, foram construídas, na sua grande maioria no exercício de 1976, com objetivos altamente salutarés para a vida sócio-econômica do Município, como sendo a inter-ligação de Comunidades, criação de Colônias Agrícolas e a fixação de nesse homem em terras não sujeitas a inundação pelo rio Amazonas.

O Governo Municipal, perfeitamente consciente da relevância desse meio de transporte, vai continuar se empenhando na abertura de novas estradas, conclusão de outras e na restauração e conservação das já existentes.

Era e que tinha a justificar.

PALÁCIO CORDOVIL, em Parintins, 22 de março de 1977

RAIMUNDO REIS FERREIRA

Prefeito Municipal



*História e Memória Política do Município de Parintins*



C Ó P I A

ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

OFICIO Nº 045/80-AEPMF

Parintins, 14 de março de 1.980

SENHOR PRESIDENTE:

Honra-me dirigir a VVs. Exas. palavras que expressarão as alegrias do Poder Executivo neste reencontro que assinala e reinicia dos Trabalhos Legislativos.

"Como todo órgão colegiado, a Câmara é, no regime democrático, soberana na maneira pela qual decide as questões de sua competência. Ninguém pode dizer a qualquer colegiado qual será a decisão, nem mesmo a uma comissão, junta ou conselho, pois o que se quer é precisamente que a decisão resulte do debate livre e seja portanto, coletiva. Nisso repousa, em grande parte, o conceito de autonomia municipal." "A função Legislativa da Câmara é eminentemente política. A Câmara deve orgulhar-se do seu papel político, pois a atividade política, corretamente desempenhada, é das mais nobres que o homem pode exercer. O homem é um ser político, pois vive em sociedade e só em sociedade pode realizar-se. O Estado é a sociedade organizada e o Município a base dessa organização."

O importante é que exercendo sua função política, o Vereador individualmente e a Câmara coletivamente estejam sempre voltados para realização do bem comum. O bem comum se opõe ao egoísmo, aos interesses particularistas, às ações que beneficiam apenas uns poucos em detrimento da maioria. "A prática da democracia" e a defesa do bem comum, é feita pela Câmara Municipal quando exerce seus poderes de fiscalização e controle do Executivo. Essa fiscalização consiste em acompanhar de perto a ação do Prefeito e de seus auxiliares, para verificar se eles estão agindo conforme o bem comum e o interesse público".

## História e Memória Política do Município de Parintins



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

= 03 =

No Campo Educacional Parintins desponta ainda com o maior índice de escolaridades do interior do Estado. A Prefeitura e o Promunicípio estão presentes hoje nas mais humildes e mais distantes escolas da área rural.

Na área urbana estamos construindo, em convênio com o Governo do Estado, o mais moderno Colégio da rede pública com 10 salas, 01 auditório para 400 pessoas e todos os requisitos técnicos pedagógicos para atender a demanda cada vez mais crescente. A par de tudo isso, o estudante pobre de Parintins compra hoje material escolar barato no Posto da FENAME, uma das mais belas criações do Governo Revolucionário e sua instalação em Parintins representa uma das mais importantes conquistas da nossa administração.

É verdade que muito já fizemos em Parintins, como é verdade que muito ainda está por fazer. Parintins é uma cidade grande com recursos de cidade pequena, é uma cidade pequena com problemas de cidade grande. Muitos problemas já foram solucionados, mais muitos ainda estão desafiando a nossa disposição de luta. Nenhum em tratanto, nos amedronta ou nos intimida.

Estamos empenhado agora na luta por um novo Aeroporto, confiando no apoio do Governador José Lindoso, bem como da Superintendencia do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e COMARA. Estamos igualmente empenhados na luta pela construção do muro de arribo da parte frontal da cidade, um Parque Infantil, um Armazém da Cidade, com capacidade para 50 mil sacos de cereais, a Casa da Cultura, o Mercado da Francesa e o Módulo Esportivo.

Estamos também tentando numa iniciativa revolucionária e pioneira, levar Escola de 1º grau para a área rural do Município, como forma de minimizar o êxodo rural, responsável pela grave transformação de produtor em consumidor. Finalmente, alimentamos a esperança de ver instalado em Parintins um Terminal Pesqueiro para o aproveitamento racional de uma das nossas maiores riquezas que é o pescado.

## *História e Memória Política do Município de Parintins*

### MOVIMENTO HISTÓRICO DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS.

Em 1948, enviado pela Igreja Evangélica "Assembléia de Deus", autorizado pela Convenção Estadual do Pará, chegou nesta cidade de Parintins-Amazonas, o pastor Manoel Nilo de Sousa, para fundar a primeira Igreja Evangélica "Assembléia de Deus", nesta cidade.

Por ocasião de sua chegada aqui, encontrou uma família crente, a do senhor Francisco Januário, também chegada de Belém do Pará, com residência na Avenida Getúlio Vargas nº nesta cidade onde começaram as primeiras reuniões da Igreja Evangélica "Assembléia de Deus", nesta cidade.

<sup>Logo depois.</sup>  
Logo mais, chegaram da Ilha do Valha, mais duas famílias crentes, a do senhor Manoel da Silva Bruce e José Vinente de Figueiredo, destinadas a residirem nesta cidade.

Com a chegada de mais essas famílias foi tirada a residência do senhor José Vinente de Figueiredo para mais um ponto de Evangelização.

Foi da reunião dessas famílias que surgiu a primeira Igreja Evangélica "Assembléia de Deus" nesta cidade.

Pastor Manoel Nilo - teve sua atenção voltada ao interior do Município, onde fundou um local de Evangelização no lugar chamado "Betânia", no Rio Uaicurapé, deixando como encarregado do trabalho, o senhor José Bahia e como auxiliar, o senhor Reimundo Avelino Barbosa.

O pastor Manoel Nilo de Sousa, ao completar dois anos de trabalho neste Município, por determinação da Convenção Estadual Paraense, foi transferido à cidade de Óbidos do Estado do Pará, onde continuou o trabalho de Evangelização da Igreja "Assembléia de Deus".

Em 1950, a Convenção Estadual paraense mandou a Parintins o pastor José Marcelino da Silva para continuar o trabalho que durou apenas um (1) ano. Quando o pastor presidente da Convenção Estadual de Amazonas tinha sua atenção voltada a esta cidade e enviou o pastor João Francisco de Castro, que assumiu a frente do trabalho desta Igreja, ele também dedicou-se muito a esse trabalho chegando também ao interior do município onde estabeleceu mais um local de Evangelização, desta vez no lugar chamado lago do Pequeno, deixando na frente do trabalho, o senhor Casiodório de Sousa Frata e como auxiliar o senhor Dionísio Esperedião de Sousa.

## *História e Memória Política do Município de Parintins*

Em 1955, a Convenção Estadual do Amazonas enviou a esta cidade para substituir o pastor atual, Osório Ferreira Pinho. Seu trabalho teve um período de um ano.

Em 1956 deixou a direção deste trabalho o pastor Osório Pereira Pinho, assumindo a direção o pastor Francisco Matias autorizada pela Convenção Estadual do Amazonas. No seu período de trabalho foi construído o primeiro templo Evangélico da Assembléia de Deus nesta cidade, situada na Avenida Amazonas s/nº. Ao completar um (1) ano de trabalho, foi transferido para outra cidade.

Assumiu o pastor Eliceu Feitosa, por apenas oito meses, enquanto aguardava determinação da Convenção, que determinou a vinda do pastor José Guedes dos Santos, para o substituir.

O pastor José Guedes, se destacou com muito entusiasmo à frente deste trabalho, não medindo esforços. Mandou o prédio da Assembléia de Deus da Av. Amazonas, para a Rua João Melo onde permaneceu por vários anos e fundou também, mais um no lugar chamado Valéria, deixando à frente, o Sr. Pedro Costa, que o desenvolveu e que ainda hoje permanece. Abriu mais um local de trabalho no lugar chamado de Macedônia, deixando à frente o Sr. Domingos Fensêca.

Pastor José Guedes dos Santos trabalhou de mãos dadas com os crantes da Ilha do Valha que cooperaram bastante com o desenvolvimento deste trabalho nesta cidade. Após a ausência do Pastor José Guedes, ficou à frente nesta cidade, o Diácono Manoel da Silva Bruce que trabalhou, um período de 4 meses. Quando chegou o pastor Joaquim de Lima e Silva para atuar como pastor desta Igreja que se desenvolveu bastante, concluindo o trabalho do prédio da Rua João Melo e edificando uma casa Pastoral, em alvenaria, fundando também vários trabalhos no interior como: Monte Morebe, Trazejá e na cidade de Nhamundá. O pastor Silva após, seu longo tempo de trabalho foi transferido pela Convenção Estadual do Amazonas para Belém do Pará.

Em 15 de maio de 1977 chegou nesta cidade o pastor Oziel dos Santos Santiago enviado pelo Ministério do Amazonas para substituir o pastor Joaquim de Lima e Silva.

O pastor Oziel trabalhou um período de um ano, no decorrer do seu trabalho foram construídas duas casas de Oração nesta cidade: Uma na rua Rio Branco s/nº, no bairro de Palmares, outra na Rua Francisco Belém s/nº, no bairro de Santa Clara.

E também planejou a mudança do prédio da Rua João Melo

## História e Memória Política do Município de Parintins

para a Avenida Amazonas, por estar muito pequeno não comportando o número de pessoas assistentes.

Fez a compra do terreno para o novo prédio onde permanece até hoje.

No dia 30 de setembro de 1978 o pastor Oziel deixou à frente deste trabalho para assumir o pastor Osmar Rodrigues de Araújo, que passou a atuar como pastor desta Igreja.

O senhor pastor Osmar Rodrigues de Araújo ao assumir o pastoreado desta Igreja, desenvolveu seu trabalho desta maneira: Fundou uma congregação na Agrovila do Caburi; fundou uma Congregação no Bairro de Nossa de Fátima. Deu início à construção do Templo Central da Igreja Evangélica, situada na Avenida Amazonas, 1578.

Em 21 de Agosto de 1980 o pastor Osmar foi transferido para a cidade de Guajara-Mirim.

Chegando nesta cidade no dia 31 de Agosto o pastor Raimundo Nonato Cruz Braga, que foi empossado como pastor desta Igreja no dia 20 de setembro de 1980, no início de seu trabalho concluiu o Templo Central na Avenida Amazonas nº 1578 e fundou uma Congregação no lugar José Miri, colocando na frente do trabalho o Irmão Pedro Carlos Ribeiro, abrindo mais 3 pontos de pregação sendo um no Paraná do Ramos, na residência do senhor Pedro Barbosa; um no Lago do Némino na residência do senhor Pedro Barbosa; um na Colonia Brasil Roça na residência do senhor João Batista. Construiu uma casa Pastoral em Alvenaria junto ao Templo Central. Comprou um motor para a Igreja, medindo o casco 11 metros de comprimento com uma máquina YANMAR de 4 HP a diesel, o qual continua exercendo suas atividades até a presente data.

Parintins, 30 de outubro de 1982

Visto:

Raimundo Nonato Cruz Braga  
Raimundo Nonato Cruz Braga  
Pastor

João de Souza Falcão

Secretário

## **REFERÊNCIAS**

Atas 001/80 – Comissão Representativa da Câmara Municipal de Parintins, 1981.

Livro de Atas de 1976-1977.

Livro de Atas de 1977-1979.

Livro de Atas de 1979.

Livro de Atas de 1979-1980.

Livro de Atas de 1981-1982

Livro de Atas de 1982 – 1983

Registros de Projetos, Decretos da C.M.P. e P.M.P. de 1977.

Registros de Leis, Decretos e Resoluções. Ano de 1978-1979-1980.

Registros de Projetos, Decretos e Resoluções. Câmara Municipal de Parintins. Ano de 1979 a 1982.

Entrevista cedida pelo senhor Geraldo Medeiros, no dia 10/07/2012 às 17:00 horas.

Entrevista cedida pelo senhor Raimundo Reis Ferreira, no dia /08/2012 às 11:30 horas.

**NONA LEGISLATURA  
1983-1988**

## **PRÓLOGO**

A Nona Legislatura da Câmara Municipal de Parintins aconteceu entre 1983 a 1988, período este em que, no Brasil, vivenciava-se um momento de instabilidade política e econômica bastante conturbada, os anos finais de um sistema ditatorial militar indigesto para população brasileira, ocasião em que a abertura política estava em pleno desenvolvimento no país e conseqüentemente em Parintins. De acordo com os documentos oficiais desta legislatura, os vereadores titulares e suplentes desenvolveram seus trabalhos direcionados a questões culturais, sociais, políticas e econômicas, além de se empenharem na organização e embelezamento da cidade e melhorias do interior, buscando, principalmente uma aproximação mais eficaz da zona urbana com a rural, a qual se encontrava abandonada por administrações passadas. A participação efetiva das administrações Municipal e Estadual, na execução dos pedidos e solicitações legislativas, foi fundamental para a melhoria estrutural e aparelhamento do Município de Parintins, que já evidenciava um considerável crescimento, ainda que desordenado da população na cidade e no interior, principalmente ocasionando problemas de cunho social.

Os principais trabalhos da parceria Legislativo/Executivo e Governo do Estado nesta legislatura foram direcionados principalmente a

urbanização da cidade, construção e recuperação de escolas na zona rural e urbana visando melhorias na educação; aprovação de loteamentos de novos bairros e doações de áreas do antigo aeroporto para construção de casas populares, órgãos públicos e praças; melhorias na infraestrutura do município, segurança pública, limpeza, abastecimento, cultura, esporte e lazer.

A cidade foi recebida da administração anterior deficiente em todos os seus aspectos. Os serviços de água e luz, esgotos e pavimentação das ruas eram totalmente precários, atingiam apenas aproximadamente 40 a 50% da extensão urbana. A educação seguia o modelo do país, “Educação Bancária”, que precisava de reformas. A Segurança Pública era um dos aspectos menos estruturado e deficiente para a época. O Serviço de Saúde deixava muito a desejar, assim, também, como o Serviço de Trânsito, Limpeza Pública e Abastecimento. Na área de transporte a cidade já possuía o novo aeroporto, no entanto, sua estrutura precisava ser melhorada. O esporte e a cultura precisavam de mais incentivos, contudo, o Festival Folclórico, nesse período, pelo seu crescimento, começa a expandir-se além das fronteiras do município e a despertar interesses econômicos, políticos e sociais. A zona rural, por conseguinte, sem esses serviços, passa, no decorrer desta Legislatura, a ser olhada com mais interesses pelo poder público.

O perímetro urbano da cidade, nessa época, sofre considerável crescimento. Na Zona Sul o seu limite

estava compreendido até aos bairros, em formação, São Vicente de Paula, Nossa Senhora de Fátima, Palmares e Santa Rita de Cássia. Este último foi aprovado o seu loteamento nesta Legislatura.

Ao Norte, os limites de Parintins compreendido à Margem Direita do Rio Amazonas, tinha parte de sua extensão, principalmente na área do centro, protegido com muro de arrimo, Cais do Porto, Rampa do Mercado; além de escadas de acesso na frente da Praça do Sagrado Coração de Jesus, Praça do Cristo Redentor, Porto Tamaquaré e Praça de São Benedito.

Ao Leste, os limites estendiam-se até os Bairros da Francesa e Gentil Belém (hoje Bairro De Santa Clara), os quais estavam em fase de estruturação.

Ao Oeste, a área de urbanização já chegava ao Bairro Dejard Vieira, o qual, também, surge nesta Legislatura. Na localidade onde hoje é denominado Distrito Industrial, foi construído a Escola Agrícola, a Rádio Clube e A Exposição Agropecuária. Nessa direção estavam, ainda, interligadas com a cidade através de avenidas, as comunidades do Aninga, Parananema, Macurany e Aeroporto Júlio Belém.

Com a difusão da crise econômica em todo o país, a principal fonte de renda da cidade, FABRILJUTA, fecha suas portas e, conseqüentemente, os cultivadores de juta e cooperativas são atingidos diretamente, chegando, a economia do município, sofrer sérios danos. A aposta para sair da crise foi direcionada ao setor primário, como,

à pecuária, à pesca, à agricultura e, mesmo incipiente, o festival Folclórico.

O município de Parintins, nestes termos, conduziu a Nona legislatura, num período de seis anos. Nesse processo, a comuna desenvolveu seu crescimento político, econômico e social com a participação efetiva do Legislativo, representado por onze Vereadores eleitos e quatro suplentes; do Executivo, na pessoa do Sr. Gláucio Bentes Gonçalves, e do Governo Estadual, representado pelos governadores Gilberto Mestrinho, até 1986 e Amazonino Mendes a partir de 1987.

## **NONA LEGISLATURA 1984 /1988**

### **Prefeito e Vice-Prefeito**

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

EDUARDO DA COSTA FERREIRA

### **Vereadores eleitos**

FRANCISCO SIQUEIRA NETO

EDSON GADELHA DA SILVA

JOSÉ MARIAPINHEIRO FERREIRA

ANTÔNIO PONTES DE JESUS

JOSÉ WALMIR DE LIMA

JOSÉ TEIXEIRA BARROS

FRANCIASCO DAS CHAGAS RIBEIRO

RAIMUNDO DESTERRO DA SILVA ROCHA

ORLANDO DA SILVA HATTA

WASHINGTON LUIS TEIXEIRA  
ADMILSON DUARTER RIBEIRO

**Vereadores suplentes**

IRANILDO NOBREGA DE MELO AZEDO  
RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES  
MESSIAS AUGUSTO DAS NEVES  
ADERALDO FREITAS PRESTES

**CONTEXTO HISTÓRICO: Crise Política e Econômica no Brasil**

A década de 80 foi uma época em que no Brasil se vivenciava o governo de regime ditatorial militar, mas que, também começava a emergir significativas mudanças e novos ordenamentos no quadro político de sua sociedade.

A Ditadura Militar, a partir do golpe de 1964, aos poucos vai se fortalecendo e minando a realidade liberal que o país já havia conquistado. Nesse período foram cassados pelo Novo Regime partidos políticos, o Congresso Nacional, a Justiça e a Soberania Popular, que dantes já haviam votado e escolhido o seu presidente. O poder dos militares foi elevado, anulando a democracia, calando e amordaçando a boca do povo.

Após um longo período de ditadura militar, a abertura política emerge lenta e gradual, a partir dos anos 80, com o surgimento de novas organizações civis e

políticas dentro da sociedade, a população começa se mobilizar a participar dos destinos do Estado e a intervir, nos diferentes níveis de governos.

Embora vivenciasse essa ebulição de mudanças o país convivía com grandes contrastes sociais e econômicos, fruto de um modelo de sociedade extremamente excludente, marginalizando a população sem acesso aos bens sociais básicos, entre outros, a educação, saúde, saneamento básico, habitação e salário digno.

Dentro desse contexto, partidos e organizações como PT, PMDB, PDT, CUT (Central Única dos Trabalhadores), OAB e CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), formaram a “Frente Única” em campanha pelas “Diretas Já”, reivindicando eleições diretas para Presidente da República em 1985.

A campanha foi bastante difundida em todo o Brasil, no entanto a “Emenda Dantes de Oliveira”, proposta em 1984 pelo Deputado Dantes de Oliveira, a qual concedia ao cidadão o direito ao voto para Presidente, não foi aprovada pelo Congresso Nacional, gerando descontentamento e frustração nacional. Apesar da derrota, porém, a campanha foi uma das maiores manifestações popular já vista no Brasil, sensibilizando indivíduos da sua condição enquanto sujeitos de direitos e conseqüentemente de deveres.

Para a escolha do novo Presidente da Nação, apesar de indireta, é realizada, em 1985, uma nova

eleição no Congresso Nacional. A disputa se deu entre dois candidatos civis, demonstrando resultados na abertura política. Paulo Maluf do PDS, simbolizando o Regime Militar; Tancredo Neves do PMDB, apoiado pela Frente Liberal, simbolizava a democracia e os anseios do povo brasileiro. Sai vencedor Tancredo Neves com considerável margem de votos, renovando as esperanças de muitos brasileiros. Esse período foi denominado por muitos de “Nova República”

Uma doença inesperada e fatal tira de cena o Presidente eleito Tancredo Neves. Internado no Hospital, na véspera de sua posse, em Brasília, com fortes dores abdominais, toma posse interinamente em seu lugar o Vice-Presidente José Sarney em 15 de março de 1985. Tancredo Neves, contudo, Não resistiu às sete cirurgias e veio a óbito a 21 do ano em curso, aos 75 anos de idade, com infecção generalizada. Assume em seu lugar oficialmente, em 22 de abril desse mesmo ano, José Sarney, governando o país até 1990, um ano a mais que o previsto na carta-compromisso da Aliança Democrática, pela qual chegou ao poder.

O crescimento econômico trazido pelo modelo do Estado desenvolvimentista mostrava sua fragilidade. Com a competitividade externa dos mercados mais fortes, o país não conseguiu acompanhar a Terceira Revolução Industrial (microeletrônica, biotecnologia, química fina, etc.), deixando claras a desorganização e instabilidade econômica interna, afastando os

investidores, diminuindo drasticamente o fluxo de capitais estrangeiros.

Uma hiperinflação leva a população a sofrer. O governo de Sarney tenta amenizar a situação implantando, em 1986, o “Plano Cruzado”, causando um choque na economia com o congelamento dos salários e dos preços, além de instalar uma nova moeda, o Cruzado.

O país foi tomado por um clima de euforia. A população com a tabela da SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento) nas mãos vigiava os preços dos comércios e denunciava as demarcações dos produtos nas prateleiras. Por essa ação, os brasileiros foram denominados de “fiscais do Sarney”. O Plano Cruzado, entretanto, não surtiu efeito, como podemos observar em Moreno 2010, p.340:

Com o otimismo inicial, a queda momentânea da inflação e o aumento do consumo, o PMDB venceu as eleições de 1986 em 22 dos estados. Passada as eleições, as pressões contra o plano cresceram. Mercadorias desapareceram das prateleiras e algumas passaram a ser vendidas com ágio (adicional cobrado sobre o preço tabelado). O desequilíbrio na balança comercial e nas contas públicas, somado as distorções de preços e ao desabastecimento, fizeram a inflação voltar a subir. O Plano Cruzado havia fracassado. De todo modo, esse período revelou uma grande manifestação de cidadania e de luta pelos direitos do consumidor.

## **CONTEXTO HISTÓRICO EM PARINTINS: Crise Política e Econômica**

O Município de Parintins durante o desenvolvimento da Nona Legislatura, entre 1983 a 1988, não ficou imune das oscilações políticas e financeiras em que se encontrava a Nação Brasileira. Em março de 1983 toma posse como Governador do Estado do Amazonas o Sr. Professor Gilberto Mestrinho, o qual foi eleito por eleição direta, fruto da abertura política que estava se desenvolvendo em todo país. A seguir um comentário a respeito da posse do Governador:

[...] Aberta à primeira parte da ordem do dia usou a palavra o edil Raimundo desterro que fez o seguinte pronunciamento: Sr. Presidente, senhores vereadores: como é do conhecimento de Vs. Exas., quis Deus que fosse testemunha da apoteótica ascensão do Prof. Gilberto Mestrinho ao Governo do Estado do Amazonas. Não se pode negar a participação do povo na posse e transmissão de cargos do governador do Estado. É a vitória da Democracia, é a vitória de João Batista de Figueiredo, Presidente da República, que como disse o Professor Mestrinho somente com a abertura efetivada por este ilustre homem público foi possível democraticamente o povo escolher livremente seus governantes [...] Testemunhamos ainda na maneira carinhosa com que Gláucio Gonçalves foi recebido por Gilberto Mestrinho e sua equipe de trabalho, que demonstrou ser ele o Governador de todos amazonenses, independente de coloração política. O professor

lembrou a velha amizade que o liga a Gláucio Gonçalves e deixa patente que ajudará seu Governo pela certeza que tem, de que Parintins tem no seu comando um homem digno, trabalhador, sincero e sobretudo consciente de suas responsabilidades com um objetivo apenas, de servir seu povo. [...] (Livro de Atas 1982/83, p. 67 frente e verso)

Esse momento de euforia estampado no rosto da população era pela alegria de desfrutar da democracia plena e poder escolher os seus governantes, reavivando a esperança de dias melhores para todos. No entanto, a situação econômica era crítica no País, no Estado e em Parintins, ao ponto de o Vereador José Maria Pinheiro dizer, conforme Livro de Atas 1982/83, p. 68, que apesar da boa vontade do Governador em ajudar a população, “não terá condições de dentro de quatro anos superar o que foi destruído em 18 (dezoito) anos”. O Vereador Orlando Hatta, na mesma página, reforça o argumento de seu colega Parlamentar dizendo:

[...] que houve um novo raiar para o Estado do Amazonas, [...] Falou que a situação financeira em que o Amazonas está sofrendo é pela incompetência e safadeza dos que acabam de deixá-lo. Parintins também sofreu os maiores abusos de poder, vistos que os recursos destinados a atenderem vários programas de trabalhos foram desviados. [...] o edil Orlando Hatta falou que o dinheiro destinado ao agricultor era usado em outras coisas o que

gerou a inflação [...] (Livro de Atas 1982/83, p. 68 verso).

O Município de Parintins, nesse momento, passava por um momento de turbulências econômico, política e social. O número de desempregados era alto, todavia, havia um espírito de luta, superação e esperança, que impulsionava novos dirigentes da comuna a superar essas dificuldades O Executivo Municipal objetivando uma parceria amigável com o Legislativo em prol do desenvolvimento da Comuna discursa em Plenário dizendo que:

[...] reconhece que todos tem contribuído para que Parintins chegue a se desenvolver e apesar de sérias dificuldades, mudanças sociais e políticas, ainda vivemos momentos de paz e não tem dúvidas que todos contribuíram com o bom senso, espírito de concórdia e renúncia. Embora seja elevado o número de desempregados ainda existe a paz, pediu a todos que prossigam com esta bandeira. [...] Prometeu trabalhar pela cidade e pelo campo e pediu a todos que o ajudem a alcançar as suas metas. [...] acha que devem trabalhar sem siglas partidárias e que deve prevalecer apenas o DEVER para orientar e inspirar, pois Parintins é o grande Partido. [...] (Livro de Atas 1985/86, p. 52)

A caminhada do município era em meio às oscilações políticas e econômicas, que assim como em todo Território Nacional. A desativação de empresas do

Setor Têxtil, como a FABRILJUTA e as Prensas de Juta, aumentam ainda mais o a dificuldade de emprego, afetando a arrecadação do Município e deixando muitos pais de famílias sem condições de sustentar sua casa, muitos deles buscando alternativas na pesca. O “Plano Cruzado”, implantado pelo Governo Sarney, não surtiu efeito esperado, desaparecendo os produtos das prateleiras, desencadeando, também em Parintins, uma grande inflação. O Vereador Francisco Ribeiro sintetiza, em sua fala no Plenário, o momento em que passava o Município:

[...] comentou sobre a difícil situação econômica que atravessamos com os constantes aumentos e os juros altos, enfim uma série de agravantes que vem tornando-se insuportável ao homem do povo que é o assalariado que luta para sobreviver. [...] (Livro de atas 1987/88, p, 49 verso e 50).

### **Prefeito e Vice-prefeito**

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

EDUARDO COSTA FERREIRA

Durante a Nona Legislatura o Prefeito e Vice-Prefeito governaram o município num período de seis anos. Conforme reza o Livro de Posse a seguir, em 31 de janeiro de 1983, na Câmara Municipal de Parintins, com a presença de várias autoridades civis e militares, foi

empossado Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito, e, Eduardo Costa Ferreira, Vice-Prefeito:

**Ata de posse**

**Ata da Sessão Solene de Posse dos Srs. Gláucio Bentes Gonçalves e Eduardo Costa Ferreira, nos cargos de Prefeitos e Vice-Prefeito, respectivamente, do Município de Parintins.**

Aos trinta e um (31) dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e três (1983), nesta cidade de Parintins, município do mesmo nome, Estado do Amazonas, às 16:00 hrs, na Câmara Municipal de Parintins, presentes os Srs. Vereadores: Geraldo soares de Medeiros, Orlando da silva Hatta, Admilson Duarte Ribeiro, Francisco Siqueira Neto, José Teixeira Barros, Paulo Marque Soares, Raimundo Ruy Mendes, Raimundo Muniz Rodrigues, Iranildo Nóbrega de Melo Azedo, etc., realizou-se a sessão solene convocada especialmente para a posse dos senhores Gláucio Bentes Gonçalves e Eduardo Costa Ferreira, nos Cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, nos termos da Lei Nº 1496 de 29 de dezembro de 1981.

O caráter solene da sessão determinou a presença das principais autoridades constituídas residentes no Município de Parintins, bem como de pessoas convidadas para o importante ato.

O vereador Geraldo Soares de Medeiros, presidente da Câmara, ao abrir a sessão, comunicou o sentido da solenidade, convidando a uma comissão de Vereadores para que introduzissem no plenário os senhores Gláucio Bentes Gonçalves e Eduardo Costa Ferreira, que tomaram assento na mesa que dirigia os

trabalhos, bem como autoridades, especialmente convidados e presentes ao ato.

A seguir, o Senhor Presidente da Câmara, pronunciou palavras sobre o significado do ato, saudando, os novos governantes de Parintins. Ato contínuo convidou os Srs. Gláucio Bentes Gonçalves Eduardo Costa Ferreira, a tomarem posse nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, do Município de Parintins, o que foi feito, inclusive com a apresentação pública da declaração de seus bens, tendo os empossados, proferidos de acordo com a Lei nº 1496 de 29 de dezembro de 1981, artigo 50, o seguinte compromisso: “Prometo defender e cumprir a Constituição, observar as leis e desempenhar com honra e lealdade minhas funções, trabalhando para o desenvolvimento do município”.

Falou já investido no seu cargo de Prefeito Municipal, o Sr. Gláucio Bentes Gonçalves em rápido improviso.

A seguir o Presidente da Câmara, Geraldo Soares de Medeiros, encerrou a sessão solene de posse agradecendo a presença de todos das qual eu Admilson Duarte Ribeiro lavrei, como secretário, lavrei a presente ata que vai assinada, pelo Presidente, por mim, pelos senhores presidentes por mim pelos senhores vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito empossados e autoridades presentes.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 31 de janeiro de 1983 (Livro Nº 02, Ata de Posse, p. 15 e16)

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Não foram encontradas, durante esta pesquisa, nos documentos oficiais da Câmara Municipal da Nona Legislatura, as prestações de contas do Executivo Municipal dos anos de 1984, 1985, 1986, 1987.e 1988. Somente o primeiro ano (1983) desse período foi recomendado pelo Tribunal de Contas dos Municípios, através de Ofício, a aprovação pela Câmara de Vereadores:

[...] o expediente constou do Ofício nº 477/GP/TCM/88, encaminhando para os devidos fins, o Parecer Prévio nº 036/TCM/88, do Tribunal de Contas dos Municípios – através do qual recomenda a aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Parintins, exercício de 1983, gestão do Prefeito Municipal Gláucio Bentes Gonçalves, o qual foi encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, para as providências legais. [...] (Livro de atas 1987/88, p. 159 verso).

O Prefeito Municipal ao assumir a Prefeitura formou uma comissão de auditoria interna para apurar irregularidades da administração anterior, conforme citação a seguir:

[...] Ofício que encaminhou o Relatório da Comissão de Auditoria Interna desta Prefeitura – incumbida de apurar fatos relacionados com irregularidades ocorrida na

administração Municipal, período compreendido entre 1987 à 31 de janeiro de 1983 e de responsabilidades dos Srs. Raimundo Reis ferreira e Paulo Vitorino de Menezes, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito. [...] (Livro de atas 1982/83, p. 166 verso).

O resultado dessa investigação levou a Comissão de Finanças e Orçamento do último ano desta Legislatura a dar seu parecer em relação às contas da administração anterior, nestes termos:

[...] Facultada à palavra ao edil Antônio Pontes de Jesus, que apresentou o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento de nº 14/88 CFO, que tem o seguinte teor; Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Parintins, por forças de circunstâncias ao reexaminar os autos do Processo Prévio nº 003/TCM/88, e documentos que o acompanham, correspondentes às contas dos exercícios financeiros de 1980, 1981, 1982 e janeiro de 1983 – responsabilidade do Ex-Prefeito Raimundo Reis Ferreira e Paulo Vitorino de Menezes 15/05/82 a 31.01.83. considerando inicialmente os fatos ocorridos no dia 16 de setembro próximo, quando o Prédio da Câmara foi arrombado, e entre outras coisas levaram peças importantes dos referidos Autos inclusive o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento com aprovação do Plenário – contrário ao citado Parecer Prévio por não concordar pela transferência da responsabilidade do desaparecimento dos bens móveis da Prefeitura para o Ex-Prefeito Paulo Vitorino de Menezes, considerando que os bens em referência não foram repassados pelo Ex-

Prefeito Raimundo Reis Ferreira ao Ex-Prefeito Paulo Vitorino de Menezes, quando de sua posse em 15/05/82, sendo, portanto o ex-prefeito Raimundo Reis Ferreira, o principal responsável pelo desaparecimento de bens móveis da Prefeitura, além do mais, o Parecer Prévio não estava devidamente assinado pelo Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios – Conselheiro José Araujo Cavalcante. Considerando finalmente que o Ex-Prefeito Raimundo Reis Ferreira fora convocado para esclarecer pontos vagos e obscuros nas contas de sua responsabilidade quando Prefeito de Parintins, sendo que o seu não comparecimento foi uma demonstração inequívoca de desrespeito ao Poder Fiscalizador dos Municípios. Ao contrário o Ex-Prefeito Paulo Vitorino de Menezes, também convocado, compareceu trazendo as provas de sua regular e curta gestão. Diante do exposto amparado no artigo 52 da Lei Orgânica do tribunal de Contas dos municípios, requeremos seja pela Presidência da Casa, solicitado uma Comissão de Auditoria do próprio Tribunal para que reveja os conceitos emitidos no Parecer prévio nº 003/TCM/88, bem como a decisão 003/TCM/88, e coadjuvando o Poder Legislativo de Parintins, possamos julgar as irregularidades existentes na administração do Ex-Prefeito Raimundo Reis Ferreira e Paulo Vitorino de Menezes, correspondente ao exercício de 1982 a janeiro de 1983, quanto aos exercícios de 1980 e 1981, somos contrários à aprovação das contas - considerando-se que nesses exercícios foram encontradas várias irregularidades constatadas pela Comissão de Inspeção do Tribunal [...] Entre as várias irregularidades encontradas destacamos as seguintes: as obras sem conclusão denominadas

“Mercado do Produtor do Bairro da Francesa, Casa da Cultura, e Casa de Recuperação Dr. Gérson Freire, foram deixadas em total abandono, divergência entre valores apresentados no balanço Geral e os documentos de despesa examinado, pagamento de pessoal sem a devida comprovação; motivos que nos levou a apresentar o Projeto de decreto Legislativo nº 003/88, a saber: Desaprova as Contas que constituem os Balanços Gerais da Prefeitura Municipal de Parintins, exercícios de 1980 e 1981, e da outras providências [...] Art. 1º Ficam desaprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Parintins referentes aos exercícios de 1980 e 1981 – Gestão do Ex-Prefeito Raimundo Ris Ferreira. [...] (Livro de atas 1987/88, p. 160 verso e 161)

## **MESA DIRETORA DA CÂMARA**

A Mesa Diretora da Câmara era escolhida entre os vereadores de dois em dois anos, respectivamente, em eleições realizadas nas sessões preparatórias do biênio. Os membros eram escolhidos com o dever de conduzirem os trabalhos dos legisladores da Casa. Sua composição acompanhava a seguinte ordem: presidente, vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário. Em ordem anual desta Legislatura, organizam-se os eleitos dessa maneira:

**1983/84**

EDSON GADELHA DA SILVA – Presidente  
FRANCISCO SIQUEIRA NETO – Vice-  
Presidente  
JOSÉ TEIXEIRA BARROS – Primeiro  
Secretário  
ADMILSON DUARTE RIBEIRO – Segundo  
Secretário

**1985/86**

RAIMUNDO DESTERRO DA ROCHA -  
Presidente  
ADIMILSON DUARTE RIBEIRO – Vice -  
Presidente  
FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO –  
Primeiro Secretário  
FRANCISCO SIQUEIRA NETO – Segundo  
secretário

**1987/88**

WASHINGTON LUIZ TEIXEIRA – Presidente.  
Por ser o mais idoso, após votação empatada. No dia  
dezesesseis de novembro de 1987 veio a óbito.

EDSON GADELHA DA SILVA – Vice-  
Presidente, com a morte do Presidente Washington Luiz,  
assume a Presidência do Legislativo.

FRANCISCO SIQUEIRA NETO – Primeiro  
Secretário

RAIMUNDO DESTERRO DA ROCHA –  
Segundo Secretário

## **VEREADORES**

O quadro dos legisladores desta legislatura foi composto de onze vereadores, os quais, mediante juramentos, foram empossados em 15 de novembro de 1982 na Sessão Solene realizada no Plenário da Câmara para este fim, conforme consta a Ata de Posse a seguir:

### **Ata de posse**

#### **Ata da Sessão Solene de posse dos senhores Vereadores eleitos a 15 de novembro de 1982, para a Câmara Municipal de Parintins.**

Ao primeiro dia de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e três, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio da Câmara, realizou-se a Sessão Solene de posse dos senhores Vereadores.

Às dezesseis horas compareceram os edis Francisco Siqueira Neto, Edson Gadelha da Silva, José Maria Pinheiro ferreira, Antônio Pontes de Jesus, José Walmir de Lima, José Teixeira Barros, Francisco da Chagas Ribeiro, Raimundo Desterro da Silva Rocha, Orlando da Silva Hatta, Washington Luis Teixeira e Admilson Duarte Ribeiro.

De acordo com o Regimento da Câmara assumiu a Presidência o Senhor Francisco Siqueira Neto, por ser o vereador mais idoso. Ao abrir a sessão o edil Francisco Siqueira

Neto, Presidente em exercício, comunicou o sentido da solenidade, convidando os nobres vereadores a apresentarem seus Diplomas, declaração de bens e certificado de reservista, o que foi feito. A seguir convidou o Senhor Gláucio Bentes Gonçalves, D.D. Prefeito Municipal de Parintins, Tenente Necelio Estevan de Freitas, D.D. Delegado Geral de Polícia, e Dr. Joaquim Parente, digníssimo Juiz de Direito, para tomarem assento a Mesa Diretiva dos trabalhos, a Presidência convidou os Vereadores e demais presentes a ficar em pé para a leitura de um trecho da Bíblia o que foi feito pelo edil José Teixeira Barros. O Senhor Presidente mandou que fossem distribuídos a todos os edis o papel que contém o compromisso e logo convidou os demais a ficarem em pé para prestarem o devido compromisso: “Prometo cumprir e fazer cumprir as constituições do Brasil e do Amazonas e as Leis Federais, Estaduais e Municipais e exercer o cargo sob as inspirações do patriotismo da lealdade e dá honra”. A seguir foi declarado pela Presidência, empossados em seus cargos de Vereadores. Ato contínuo o edil Siqueira, Presidente em exercício, disse ir proceder à eleição para Mesa desta Casa, designando para escrutinadores os edis José Teixeira Barros e José Walmir de Lima, os quais verificaram a urna, estar em condições de iniciar a eleição por escrutínio secreto. Procedendo, foi obtido o seguinte resultado: em onze (11) chapas votadas. Para Presidente: Edson Gadelha da Silva 7 votos, para Vice-Presidente: Francisco Siqueira Neto 7 votos; para Secretário: José Teixeira Barros 7 votos; para Presidente: José Maria Pinheiro Ferreira 4 votos; Vice-Presidente: Orlando da Silva Hatta, 4 votos; para Secretário Admilson

Duarte 3 votos. Para Secretário: José Walmir de Lima 1 voto. Sendo declarado pela Presidência, eleitos e empossados no cargo de Presidente desta Casa o edil Edson Gadelha da Silva, Vice-Presidente o edil Francisco Siqueira Neto, para Secretário José Teixeira Barros. Ato contínuo o Sr. Presidente, em exercício, convidou o Presidente eleito a tomar assento à Presidência. Feito isto o ilustre presidente agradeceu a confiança que lhes foi depositado pelos seus colegas. Após facultou a palavra fazendo uso os ilustres edis: Admilson Duarte Ribeiro, Orlando da Silva Hatta, José Teixeira Barros, José Maria Pinheiro, Francisco das Chagas Ribeiro, Antônio Pontes, Raimundo Desterro da Rocha, José Walmir de Lima, Washington Luis Teixeira, que fizeram seus discursos improvisados, de muita importância, com agradecimentos, de esperanças, de explanação, solicitações e saudações aos eleitos. Usou também a palavra o ilustre Prefeito Gláucio Bentes Gonçalves que fez seu pronunciamento congratulando-se com os ilustres edis empossados, assim como à Mesa eleita, confiando na capacidade de todos, fazendo a seguir algumas explanações. Ato contínuo o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos para ser lavrada a presente ata. Submetida em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. (Livro N° 02, Ata de Posse, p. 17 verso, 18 frente e verso e 19 frente)

### **Atuações dos vereadores**

Nesta legislatura atuaram 11 (onze) vereadores eleitos, os quais buscaram no decorrer desse período a trabalhar voltados para a melhoria da cidade e do interior, principalmente nas áreas de infraestrutura, educação, segurança, economia, abastecimento, empregos e outros. A grande maioria desses vereadores trocou de partidos, o que não foi possível detectar os motivos dessas mudanças, somente os nomes das siglas partidárias as quais cada edil pertenceu. Os trabalhos dos legisladores relacionados a seguir são apenas uma amostra das inúmeras ações desses parlamentares, as quais, as principais, estão inseridas nesta pesquisa.

### **FRANCISCO SIQUEIRA NETO – (PDS, PFL)**

Seu segundo Mandato como vereador. Foi presidente da Comissão de Finanças e Orçamento 1983/84 e da Comissão de Constituição e Justiça 1985/86.

Preocupado em melhorar a organização do espaço urbano, conforme registro no Livro de Atas 1982/83, p. 57, “Solicita do Executivo Municipal que estude a possibilidade de colocar placas indicativas com o nome de ruas e avenidas da cidade”. Segundo Livro de Atas 1982/83, p. 99, “lutou pela inclusão do Bairro São Vicente de Paula no Sistema Administrativo do Município, além da confecção de um novo mapa

incluindo as ruas do referido Bairro e adjacências”. Reivindicou, conforme Livro de Atas 1982/83, que fosse respeitado o direito das pessoas em relação ao loteamento das terras do antigo aeroporto Pichita Cohen. “falou das proporções que o assunto tomou, chegando a nível estadual, e que espera seja respeitado e assegurado o direito dos que pagaram ou não de seus lotes de terra”. No Livro de Atas 1982/83, p. 57, “solicitou reparos no esgoto da Rua Benjamim da Silva, esquina com Rua Gomes de Castro”.

#### **EDSON GADELHA DA SILVA – (PDS, PFL)**

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento e da Comissão de Cultura e Assistência Social, 1985/86. Foi Presidente do Legislativo 1982/83 e Vice-Presidente do biênio 1987/88, Com a morte do Presidente Washington Luiz, assumiu a presidência da Casa em 1988.

Foi Líder do Prefeito no primeiro biênio na Câmara. Atou na defesa do melhoramento do trânsito da cidade e pela proibição de menores dirigindo. No Livro de Atas 1983/84, p. 99 verso, apresentou um Requerimento de nº 57/84 em que “solicita Juizado, DETRAN, Delegacia de Polícia, para tomarem medidas em relação a menores que dirigem motocicletas em automóveis, proibindo-os”. Fez solicitação do

calçamento da área que dá acesso ao Cruzeiro do Sul do Cemitério São José, (Livro de Atas 1985/86, p. 81).

**JOSÉ MARIA PINHEIRO FERREIRA – (PMDB, PSB, PMDB)**

Membro da Comissão de Constituição e Justiça 1983/84 e 1985/86. Atuou no seu Segundo Mandato.

Líder da Oposição e do PMDB na Casa. Um dos vereadores mais atuantes nas reivindicações e denúncias. Elogiava quando um trabalho era em benefício da coletividade. No entanto, sempre que algum direito da população fosse ameaçado ou corrompido, não hesitava em combater na tribuna tais irregularidades. Defendeu os moradores que habitavam nos bairros mais carentes objetivando a obterem serviços básicos como asfaltamento, saúde, água, luz e segurança. Combateu a Ditadura e defendeu a abertura política, as Diretas Já para Presidente da República e exaltava a Democracia. Foi um dos grandes defensores da conservação de logradouros públicos e manifestações Culturais com intuito à conservação da memória parintinense. No Livro de Atas 1984/85, p. 57, disse que “não há mais Clube de Futebol Tradicional. Festa de São Benedito não se realiza mais”. Segundo o Livro de Atas 1983/84, p. 36 verso, o vereador denunciou o desvio das verbas destinado à Casa da Cultura “falou que já havia reclamado e que os que

usaram a verba indevidamente deveriam ser punidos”. Sobre os dirigentes da Empresa Têxtil no Município, conforme registro no Livro de Atas 1985/86, p. 40, em seu discurso legislativo comenta sobre o déficit deixado pelo Diretor da FABRILJUTA no Estado, que foi de “um bilhão de cruzeiros, não pagou o ICM por (sete) 7 meses” e que, segundo ele, “não deseja compactuar com esse capitalista sujo”. Cobrou do Governo Estadual as 50 (cinquenta) empresas que havia prometido para Parintins, disse, ainda, que “em termos de trabalho para o povo o Sr. Governador é totalmente negativo”, (Livro de atas 1985/86, p. 182). Não aceitou a interdição de se proibir a falar do Festival Folclórico no Plenário da Câmara, (Livro de atas 1982/83, 119). Denunciou o tráfico de entorpecentes na cidade (Livro de atas 1982/83, p. 78). Cobrou, também, melhorias na educação rural e na instalação de energia elétrica nos bairros periféricos.

### **ANTÔNIO PONTES DE JESUS – (PDS, PFL)**

Em seu primeiro Mandato foi Presidente da Comissão de Redação Final e Membro da Comissão de Finanças e orçamento 1983/84.

Sua atuação foi buscando melhorias para a cidade e o interior do município. Defendeu os produtores rurais, (Livro de Atas 1982/83, p. 70). Solicitou calçamento da Rua Armando Prado, (Livro de Atas 1982/83, p. 78). Requereu asfaltamento dos bairros de

São Benedito, Senador José Esteves e Conjunto Vitória Régia, além das estradas do Aninga e Macurany, (Livro de Atas 1987/88, p. 186). Cobrou cobertura de escolas nas comunidades rurais, (Livro de atas 1982/83, p. 59).

**JOSÉ WALMIR DE LIMA – (PMDB)**

Membro da Comissão de Redação Final, 1983/84. Presidente da Comissão de Cultura e Assistência Social e membro da Comissão de Redação Final, 1984/85.

Neste seu primeiro mandato atuou cobrando melhorias no aparelhamento da polícia em Parintins e mais patrulhamento da mesma nos bairros periféricos, (Livro de Leis 1983/84, p. 40, verso e 41). Solicita dos bancos da cidade que liberem recursos financeiros para os pecuaristas protegerem seus rebanhos da enchente, (Livro de Atas p. 89). Atua, ainda, pedindo melhorias nos transportes aéreo e fluviais, além de cobrar sobre a limpeza pública.

**JOSÉ TEXEIRA BARROS – (PDS, PMDB, PSB)**

Primeiro Secretário 1983/84, membro da Comissão de obras e Serviço Público e da Comissão de Cultura e Assistência Social 1987/88.

No seu terceiro mandato legislativo, com bastante experiência como vereador, buscou, nesta legislatura, a firmar compromisso com a causa pública,

tanto na cidade como no interior. Denunciou a violência na cidade, uma delas foi à ação do 1º Tenente da Marinha, agente da Capitania dos Portos de Parintins, pelos vários espancamentos que já havia cometido contra cidadãos parintinenses, (Livro de Atas 1987/88, p. 8 verso). Defendeu os proprietários de terras do antigo aeroporto Pichita Cohen, com uma Sub Emenda pedindo mudanças no Projeto de Lei nº 05/83, (Livro de atas 1982/83, p. 83). Lutou em defesa dos pecuaristas e produtores rurais, (Livro de atas 1982/83, p. 70). Solicitou serviço de esgoto para a Baixa da Xanda. (Livro de atas 1984/85, p. 48). Pediu abertura de estradas para a zona rural, (Livro de Atas 1982/83, p. 55). Pediu luz e água para as agrovilas do Cabory e Mocambo, (Livro de Atas 1982/83, p. 64). Solicitou, também, a transformação das agrovilas do Cabory e mocambo em Vilas, (Livro de 1982/84, p. 134). Foi um grande defensor das “Diretas Já” para Presidência da República.

**FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO – (PDS, PFL)**

Primeiro Secretário 1985/86, membro da Comissão de Finanças e Orçamento 1983/84.

Como primeiro mandato, fez um bom trabalho na frente da Liga desportiva de Parintins que, segundo o vereador, no Livro de Atas 1987/88, p. 143, estava com sérios problemas, “falou nos mutirões com a participação

de desportistas, jogadores e em especial o apoio integral do Sr Prefeito”. No Livro de Atas 1983/84, p. 71 verso, “solicitou a inclusão no plano de melhoramento viário da cidade, construção de sarjetas e meio fio na Av. Vicente reis”. Lutou, ainda, pela recuperação e permanência da Usina de Asfalto, registrado no Livro de Atas 1982/83, p. 46, verso e 45.

**RAIMUNDO DESTERRO DA SILVA ROCHA –  
(PDS, PFL)**

Presidente do Legislativo, 1985/86 e Segundo Secretário, 1987/88. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, 1983/84. Chegou a Ser Líder do Prefeito na Câmara 1983/84. Esse foi seu primeiro mandato.

Solicitou drenagem das águas pluviais da Rua Senador Álvaro Maia (Livro de Atas 1987/88, p. 1 verso). Pediu que fosse disciplinado o estacionamento de Bicycletas nas proximidades do Mercado Municipal (Livro de Atas 1983/84, p. 35). Solicitou das autoridades a erradicação ou amenização da casa noturna “Fusão Preto”, no Bairro Senador José Esteves (Livro de Atas 1983/84, p. 30). Solicitou Pavimentação e restauração da Rua Vicente Reis e Rua Ruy Araújo (Livro de atas 1987/88, p. 186). Realizou trabalhos direcionados a zona rural pedindo a contratação de 50 (cinquenta) professores normalistas para lecionarem nessa área (Livro de Atas

1982/83, p. 119. Não deixou de reivindicar sobre a segurança, saúde, educação e trânsito.

### **ORLANDO DA SILVA HATTA – (PMDB)**

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento em 1983/84 e 1985/86 e da Comissão de Cultura e Assistência Social em 1987/88.

Eleito no seu segundo mandato foi um dos vereadores mais atuantes. Atou como oposição buscando denunciar e lutar contra qualquer irregularidade que, segundo ele, afetasse o direito da população. Denunciou, conforme registro no Livro de Atas 1982/83, p. 79, o não pagamento dos proprietários da área de terras do Parananema, hoje Aeroporto Júlio Belém, “que foram aprovados por esta Casa Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) e não foi gasto um terço”. Falou no fechamento da Olaria do Sr. João Novo e da FABRILJUTA, cobrando mais indústrias para Parintins, (Livro de Atas 1985/86, p. 27). Cobrou melhoramento de sarjetas. Combateu o desemprego que vinha afetando grande parte da população, (Livro de atas 1982/83, p. 83). Pediu uma sindicância sobre o desvio de verbas destinadas à indenização das terras do Aeroporto Júlio Belém, (Livro de atas 1983/84, p. 05 verso). Denuncia o tráfico de entorpecentes em Parintins (Livro de Atas 1987/88, p. 74). Denuncia o desfio da merenda escolar

pela pessoa responsável da mesma, (Livro de atas 1983/84, p. 53). Solicita instalação de água no Bairro Nossa Senhora de Fátima (Livro de atas 1982/83, p. 130).

### **WASHINGTON LUIS TEXEIRA – (PSB, PFL)**

Membro da Comissão de Constituição e Justiça em 1983/84, 1984/85 e Presidente da Comissão de Obras e Serviços Públicos em 1985/86. Esse foi seu primeiro mandato.

Presidente do Legislativo, 1987/88. Veio a óbito No dia dezesseis de novembro de 1987, não completando o seu mandato. O Vereador Raimundo Desterro usando a Tribuna da Câmara relatou:

[...] falou estar completando 8 (oito) dias que Deus levou para a mansão dos bons o humilde e simples companheiro que nunca se exaltou, nem nos momentos mais difíceis que foi o edil Washington Luiz, que deixou uma lacuna nesta Casa. [...] (Livro de Atas, 1987/88)

Durante o seu período de mandato trabalhou em harmonia com seus pares, sempre buscando a paz entre eles. Combateu o descaso dos ruralistas agricultores e pecuaristas, cobrando soluções das autoridades “para a “Febre Aftosa” que estava atacando o gado em épocas diferentes”. (Livro de Atas 1982/83, p. 71). Defendeu os julcutores que sofriam com a cheia e a falta de bom preço para seus produtos, (Livro de Atas 1982/83, p. 96).

Combateu as casas noturnas em relação à prostituição, além do jogo do bicho que se propagava na cidade, (Livro de Atas 1984/85, p. 02 verso)

**ADMILSON DUARTE RIBEIRO - (PSB, PFL)**

Primeiro Secretário em 1983/84 e Vice-Presidente em 1985/86. Membro da Comissão de Redação Final 1983/84 e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, 1985/86. Foi líder do Prefeito na Câmara em 1987/88.

Na sua segunda legislatura, atuou em defesa da Saúde Pública e contra a violência. Um de seus Requerimentos nº 80/83, registrado no Livro de Atas, 1982/83, p.118 verso, pede ajuda ao Hospital Padre Colombo, dizendo que “se o mesmo fechar o Município estará regredindo”. No Livro de Atas 1982/83, p. 78, o vereador comenta a situação de repúdio que se encontra a cidade em relação à violência, dizendo que antes “era tão pacata e hospitaleira e que hoje está cheia de violências, roubos, acurramento<sup>1</sup> nas menores e que em nome da profissão repudia estas coisas”. Militou em favor dos juiticultores e pecuaristas “pedindo dos bancos a prorrogação das dívidas, sem correção monetária bem como, a possibilidade de novos créditos”, (Livro de atas 1988/88, p. 63). Pediu drenagem nas ruas Senador

---

<sup>1</sup> Termo utilizado no discurso do vereador Adimilson Duarte Ribeiro, para se referir a violência sexual.

Álvaro Maia e Travessa São Benedito, (Livro de Atas 1987/88, p. 126)

## **SUPLENTES**

### **RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES (Primeiro Suplente do PDS)**

Foi vereador e Presidente da Legislatura anterior, assumiu pela primeira vez no dia dezoito de março de 1983 em lugar do Vereador Admilson Duarte licenciado, (Livro de Atas 1982/83, p. 69 verso e 70). Em dezembro de 1987, com a morte do titular Washington Luiz, assumiu definitivamente o mandato de vereador, (Livro de Atas 1987/88, p. 58 verso 59). Militou cobrando melhorias no serviço de energia elétrica dizendo “que seria melhor tirar a iluminação das ruas, mas que as residências fossem sempre iluminadas”, (Livro de atas 1984/85, p. 02). Cobrou e falou da situação precária do futebol local.

### **IRANILDO NOBREGA DE MELO AZEDO - (Primeiro Suplente do PMDB)**

Foi Ex-Vereador da Legislatura anterior, assumiu em três de abril de mil novecentos e oitenta e quatro, em lugar do Vereador José Walmir de Lima que

foi licenciado a tratamento de saúde. (Livro de Atas 1983/84, p. 50).

### **MESSIAS AUGUSTO DAS NEVES**

Foi Ex-Presidente e Ex-Vereador da Legislatura anterior, assumiu em 10 de março de 1984, após prestar juramento. Em seguida apresentou o seu Diploma de Vereador e sua Declaração de bens, prestou juramento foi investido no cargo de vereador, (Livro de Atas 1983/84, p. 77). Em um de seus trabalhos, apresentou uma Indicação solicitando a “liberação da pista do Aeroporto Júlio Belém para outras empresas aéreas, bem como que sejam levantados estudos sobre o balizamento e iluminação da pista e construção da torre de comando e pouso de decolagem”, (Livro de atas 1985/86, p. 02).

Radialista da Rádio Alvorada de Parintins foi defensor da Cultura Parintinense. Veio a óbito em maio de 1985, recebendo homenagem em Plenário de todos os vereadores, (Livro de Atas 1985/86, p. 14 a 16).

### **ADERALDO FREITAS PRESTES – (2º Suplente do PDS)**

O Livro de atas 1985/86, p. 22, dá referência sobre a posse deste vereador.

Um de seus poucos trabalhos “solicita o funcionamento do expediente da Biblioteca Pública nos

dias de sábado, para que os estudantes possam melhor pesquisar”, (Livro de Atas 1985/86, p. 26).

## **UM RELATO DESTA LEGISLATURA**

Os trabalhos Legislativos da Nona Legislatura, conforme registro inserido no Livro de Atas 1982/83, páginas 52, verso e 53, frente e verso, iniciam-se no dia primeiro de março de 1983 em Sessão Especial com a presença de nove vereadores, prefeito e vice-prefeito municipal, autoridades civis e militares. No discurso do Vereador Raimundo Desterro da Rocha, escolhido para saudar o prefeito, disse da esperança de entendimento e respeito mútuo pelos dois poderes (Legislativo e Executivo), cada um procurando desempenhar seu papel, “o qual lhes foi outorgado pela Constituição Brasileira e pelo povo que os escolheram para serem seus legítimos defensores de seus direitos”. A seguir o edil Orlando Hatta, fala da grande responsabilidade dos vereadores em defender a população, fazendo menção à má administração passada, denominando-a de “fantasiosa e mentirosa” a qual deixou, segundo o mesmo, a população marginalizada e sofrendo os problemas da péssima gerência, “que devido à falta de equilíbrio nada ficou que se possa apontar como prova do contrário”. Francisco Siqueira Neto, em seu pronunciamento conclama os edis a buscarem soluções para amenizar os menos favorecidos e prestar serviços à sociedade; enfatizou sobre a área

industrial que passa por situação difícil e existem empresas como “a Fabril-juta, a Caçapava e várias madeireiras necessitando de apoio por parte do Executivo e Legislativo” para que não venham entrar em crise financeira. Necessitam, também, desse apoio, segundo o mesmo, “os pastores evangélicos e o Prefeito Municipal”. Apesar da crise, acredita na ajuda de Deus para mostrarem seus trabalhos e amor pelo povo parintinense. Este momento é finalizado com a mensagem do Prefeito Gláucio Gonçalves enfatizando da difícil situação em que passa o município, mas acredita e pede apoio de todos, principalmente dos vereadores para que juntos possam conduzir e libertar o povo, “tendo para isso que mencionar os fatos reais que trazem graves problemas ao município”.

É nesse ambiente de instabilidade e insatisfação dos parlamentares e do prefeito, juntamente com a população parintinense, que desenvolve, a princípio, este primeiro momento da Nona Legislatura. Os vereadores, no entanto, apesar do momento político e econômico em que se encontrava o Brasil e o Município de Parintins iniciam seus trabalhos direcionados às necessidades básicas mais relevantes que a cidade e a população precisavam.

O Executivo Municipal recebe o Município de Parintins dentro de uma inconstância política, econômica e de possível improbabilidade administrativa municipal do governo anterior. Buscando ajustar alguns desmandos,

segundo o que consta no Livro de Atas 1982/83, p. 54 a 56, a atual administração municipal envia Ofício nº 58/83 –AEPMP – ao Dr. Vinícius Câmara D.D. Presidente do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Amazonas “pedindo providências devidas às irregularidades encontradas na Prefeitura”. Era necessária a formação de uma comissão para apurar esses fatos. Para a composição da mesma, foi enviado à Câmara Municipal um Ofício nº 23/83-AEPMP – solicitando “um vereador para compor a Comissão de Auditoria, para apurar irregularidades da Administração Municipal recém-finda”. O vereador José Maria Pinheiro argumenta dizendo “que a seu ver deveria ter um edil da oposição”

Os trabalhos dos vereadores titulares ou suplentes durante esse tempo se deram, entretanto, em boa harmonia entre eles e o Executivo Municipal, sempre fiscalizando, cobrando e produzindo documentos direcionados ao bem comum. Os embates ficavam apenas no campo das ideias, em seguida o que prevalecia era o respeito e a consideração um pelo outro. É nesse sentido que a seguir é apresentado às principais ações desta Nona Legislatura.

### **AÇÕES DA NONA LEGISLATURA: Legislativo e Executivo**

Essas ações compreendem as atuações parlamentares dos legisladores legalmente constituídos,

através de projetos de leis, indicações, requerimentos, discursos e outros, apresentados em plenário, de acordo com as Leis Regimentais da Câmara Municipal, objetivando elogiar, denunciar, resolver ou amenizar os problemas e as necessidades da população parintinense, sejam na área urbana ou rural. Está inserido, também, nessas ações, o desempenho do Executivo durante todo o período de gestão desta legislatura, seja ele digno de louvor ou não. Os relatos a seguir estão embasados nos documentos oficiais do Legislativo da Nona Legislatura.

### **Formação das Comissões permanentes**

As comissões técnicas permanentes eram constituídas de dois em dois anos, período de governo de cada presidente. O presidente apresentava aos vereadores em plenário, uma fórmula com os nomes dos componentes de cada comissão, as quais, sem discrepância de opiniões, eram normalmente aceitas. Essas comissões tinham por objetivo, auxiliarem a presidência da Casa nos trabalhos e análises de documentos antes de serem colocados em votação pelo plenário. Cada comissão era constituída apenas de presidente e seus membros, suas funções eram de acordo com o tipo de documento a ser analisado. A seguir o nome e a formula de cada comissão por biênio:

**1983/84**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Presidente: Raimundo Desterro da Rocha.

Membros: José Maria Pinheiro Ferreira, Washington Luiz Teixeira.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**

Presidente: Francisco Siqueira Neto.

Membros: Antônio Pontes de Jesus, Orlando da Silva Hatta e Francisco das Chagas Ribeiro.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL**

Presidente: Antônio Pontes de Jesus.

Membros: José Walmir de Lima e Admilson Duarte Ribeiro.

**1985/86**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Presidente: Francisco Siqueira Neto.

Membros: José Maria Pinheiro Ferreira e Washington Luiz Teixeira.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Presidente: Admilson Duarte Ribeiro.

Membros: Antônio Pontes de Jesus, Orlando da Silva Hatta e Edson Gadelha da Silva.

**COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Presidente: Washington Luiz Teixeira

Membros: Orlando da Silva Hatta e José Teixeira Barros

**COMISSÃO DE CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Presidente: José Walmir Martins de Lima

Membros: Edson Gadelha da Silva e José Teixeira Barros

**COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL**

Presidente: Antônio Pontes de Jesus

Membros: José Walmir Martins de Lima e Francisco Siqueira Neto

**1987/88**

Não foi encontrado nos documentos oficiais desta Legislatura, no decorrer desta pesquisa, o registro das Comissões Permanentes deste biênio.

**URBANIZAÇÃO**

**Pavimentação**

A Cidade de Parintins até o final de 1982 encontrava-se aproximadamente com 30% de seu perímetro timidamente urbanizado. Com uma extensão que ao Sul já chegava até ao Bairro do Palmares, ao Leste, ao Bairro Gentil Belém (hoje Bairro da Santa Clara) e ao Oeste, aos Bairros São José e Senador José Esteves. Os primeiros trabalhos dos vereadores recém-eleitos direcionados à questão da urbanização eram bastante efetivos por grande maioria dos parlamentares municipais, os quais preocupados com a situação que receberam a cidade da administração passada, não mediam esforços em solicitar do Executivo, na pessoa do Sr. Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito eleito, para que

dentro das possibilidades pudesse amenizar ou melhorar a situação de algumas ruas e artérias da cidade. Segundo o Livro de Atas, 1982/83, p.70 frente e verso, o Vereador Raimundo Desterro da Rocha, líder do Prefeito na Ocasão, através do Requerimento nº 29/83, “solicitou pavimentação e restauração na Rua Gomes de Castro, entre a Rua Silva Campos e Avenida Amazonas, e no cruzamento da Praça Eduardo Ribeiro com a Rua João Melo e Rua Faria Neto”, além, ainda, da Restauração das Escadarias de São Benedito e Tamaquaré. Os parintinenses, também, imbuídos na busca de pavimentação das ruas locais, se organizavam e cobravam dos vereadores, aos que tinham mais afinidades, reivindicação a quem de direito pelas melhorias de seus bairros. O Legislador Antônio Pontes, no Livro de Atas 1982/83, p. 78, apresentou em Plenário o Requerimento de nº 46/83, anexado ao mesmo um Abaixo Assinado de 40 moradores do Bairro São Benedito, em que “solicitava do Executivo que, dentro das possibilidades, estudasse a realização do calçamento da Rua Armando Prado no trecho entre a Praça de São Benedito e a Rua Ruy Araújo”. Essa ação dos moradores deste local, mesmo que timidamente, evidenciava o descontentamento dos mesmos em que cansados de esperar e de ser castigado por governos ditatoriais que amordaçavam, calavam e oprimiam a população, buscavam na medida do possível fazer valer seus direitos de cidadãos parintinenses, amazonenses e brasileiros.

Nesse período de tempo, 1983, havia alguns bairros que tinham sido formados poucos anos atrás e encontravam-se totalmente desprovidos de urbanização e pavimentação de suas artérias. Os vereadores, independentes de oposição ou situação, a par das circunstâncias em que passavam os moradores dessas localidades, eram cientes do compromisso que tinham em representar e defender a população. Mediante esses fatos, os legisladores realizavam cobranças do governo municipal e estadual que efetuassem ações que viessem contribuir para melhorias dessas localidades. O vereador Orlando da Silva Hatta, segundo o Livro de Atas 1982/83, p 105, faz um comentário a respeito do Bairro de Santa Clara recorrendo ao líder do Prefeito na Câmara que fosse tomado providências a respeito das vias do referido bairro, dizendo do “estado lamentável das ruas”. Quando chegava o período do inverno em que a chuva era mais constante, as condições das ruas dos bairros periféricos e artérias da cidade que não tinham pavimentação ficavam quase sem condições de locomoção. No Livro de Atas 1983/84, p. 75 e 76, na 23ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Parintins, os vereadores fazem referências das condições precárias das ruas do Bairro do Palmares e outros, pedindo melhorias urgentes. No Livro de Atas 1984, p. 78, o edil José Maria Pinheiro comenta sobre “a situação em que se encontram os bairros sem assistências, entregues à própria sorte”. Nas mesmas condições, porém, estavam os becos da área

central da cidade que nunca haviam recebidos pavimentação adequada e calçamentos ou asfalto, causando sérios transtornos à população dessas localidades. O Livro de Atas 1984/85, p. 38 verso, registra, através do Requerimento nº 05/85, a solicitação do Vereador José Maria Pinheiro ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Gláucio Gonçalves, que segundo as possibilidades, procure realizar estudos para abrandar a aflição dos habitantes do Beco Independência, “onde poços com água estão servindo de viveiros para insetos, causando perigo à saúde dos moradores”.

A cidade precisava urgentemente de melhorias nas ruas dos bairros e centro da cidade, no entanto a Usina de Asfalto estava inativa. No Livro de Atas 1984/85, p. 46, verso e 45, estão registrados a fala do Vereador Francisco das Chagas, dizendo da luta que os vereadores tiveram para que a Usina de Asfalto permanecesse na cidade, porém, até hoje não foi reativada. Apresentou, a seguir, o Requerimento de nº 10/85, apelando junto às autoridades competentes, Deputado Enéas Gonçalves, Governador Gilberto Mestrinho, “objetivando a recuperação total da Usina de Asfalto e a conseqüente reativação de seus trabalhos”.

Reativada a Usina de Asfalto, em meados do segundo biênio da Nona Legislatura e com alguns convênios estaduais e federais, como por exemplo, o BNH (Banco Nacional de Habitação), Parintins Começa a vivenciar, mesmo que de pouca qualidade, a retomada

de pavimentação de suas vias terrestre. O Vereador José Teixeira Barros, segundo registro no Livro de Atas 1986/87, p. 130 verso e 131, falou que em 1986 foi realizado um convênio com BNH e a Prefeitura de Parintins, no valor de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzados), “para o trabalho do saneamento básico no Palmares e houve apenas a compactação de poucas ruas e o asfaltamento de 2 (duas)”. Comentou, ainda, que o serviço de esgoto deveria ser concluído, evitando sérios prejuízos para muitos moradores que, devido o aterro de algumas ruas, as casas dessas referidas áreas sofreram alagações no período das chuvas. Nas mesmas condições, entretanto, se encontravam outras localidades da cidade, como por exemplo, o Conjunto Habitacional Vitória Régia, do qual o Vereador Raimundo Desterro, mediante o Requerimento de nº 23/87, apresentado em Plenário, faz apelo com o seguinte teor:

[...] apela ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Presidência, pedindo serviço de restauração, com aterro, terraplenagem e compactação das ruas e vias de acesso existentes no Conjunto Habitacional Vitória Régia, enviando os esforços necessários, junto ao Governador Dr. Amazonino Mendes e ao Sr. Presidente da SHAM, Sr. Gregório Dias, para constar no orçamento do Estado para o exercício de 1988, de verbas para o serviço de pavimentação asfáltica das artérias [...]

As reivindicações e apelos dos vereadores em relação à pavimentação dos bairros periféricos continuam sendo intensificados. O Executivo, por conseguinte, sem equipamentos adequados para o serviço, sem recursos devido à situação econômica precária da Nação que refletia em todo território Nacional, na medida do possível, prosseguia bem gradativamente amenizando algumas situações mais urgentes. Mediante a cobrança de populares de algumas áreas, os parlamentares realizam seus trabalhos com a esperança de que seus pedidos fossem realizados. No Livro de Atas 1986/87, p. 186 frente e verso, o vereador Raimundo desterro, através do Requerimento de nº 60/87, faz apelo ao Sr. Prefeito no sentido de providenciar restauração e pavimentação da Rua Ruy Araujo e Avenida Vicente Reis. O vereador Antônio Pontes, por conseguinte, vai mais além e faz apelo ao Sr. Governador Amazonino Mendes e ao Sr. Prefeito Gláucio Gonçalves, no sentido de estudarem a possibilidade de ampliarem o serviço de asfaltamento aos bairros São Benedito, Senador José Esteves e Estradas do Aninga e Macurany. Na página 67, verso do mesmo livro, é registrado a preocupação e o protesto do vereador Admilson Duarte, pedindo que seja cumprido o prometido de asfaltamento das ruas do Bairro do Palmares. Disse, também, que “o seu protesto apoiado por esta Casa surtiu efeito e a Usina de Asfalto está sendo instalada e vai servir a todas as ruas de Parintins”. O asfalto realizado em algumas ruas da cidade, como do

Palmares, não eram de boa qualidade, pois logo estavam se deteriorando pela pouca espessura do mesmo e a falta do meio fio. A esse respeito o Vereador José Maria Pinheiro argumenta a respeito dos buracos das ruas dizendo que:

[...] viu um rapaz tirando a casquinha do asfalto da rua, disse que é pura brincadeira com o povo de Parintins e que é vergonhosa a administração do Sr. Prefeito (Livro de Atas 1987/88, p. 135 verso)

## **INFRAESTRUTURA**

### **Serviço de Abastecimento de Energia Elétrica**

O problema da energia elétrica na Cidade de Parintins é muito antigo, vem desde o período das Intendências, e vem se arrastando até os dias atuais. Não seria diferente, portando, nesse período da Nona Legislatura. A população da zona urbana e principalmente da zona rural do município, sofriam constantemente com o a má qualidade do serviço oferecido pela empresa responsável do mesmo.

No início desse período Parintins estava em pleno crescimento urbano e populacional. Os bairros mais distantes ainda estavam sem energia elétrica, mesmo as áreas em que este serviço era oferecido ficavam constantemente sem o mesmo. Os moradores insatisfeitos cobravam das autoridades soluções para o

problema. No Livro de Atas, 1982/83, p. 55, o Vereador José Maria Pinheiro ao usar a tribuna, apresenta o Requerimento nº 01/83, em que requer da Empresa CELETRAMAZON (Central Elétrica do Amazonas), “providências em estender a rede elétrica até o Bairro Nossa Senhora de Fátima, para atender os moradores que estão sem energia”. O Vereador Orlando da Silva Hatta, em um de seus muitos requerimentos direcionados a melhorias dos serviços públicos, de nº 24/83, segundo registra o Livro de Atas 1983/83 p. 66 verso, solicita do Sr. Prefeito Municipal um estudo junto à diretoria da CELETRAMAZON para que se estenda a rede de energia elétrica até o Aeroporto “Júlio Belém”. Em sua justificativa, “o autor falou que o seu pedido prende-se ao fato de que inúmeras pessoas têm lhe procurado pedindo o afastamento de “Meretrícios” localizados na cidade”.

Mediante a insatisfação com o abastecimento de luz, realizou-se uma Sessão Ordinária na Câmara Municipal de Parintins, com a finalidade de tentar resolver ou amenizar essa situação. Os discursos dos vereadores foram direcionados a possíveis culpados e, também, em busca de soluções sem, entretanto, chegarem a um consenso, como podemos observar a seguir:

[...] O vereador Raimundo Muniz Rodrigues falou da necessidade do Sr. Prefeito em manter contato com a chefia da Celetra em Manaus para dar uma solução ao problema [...] para que ao menos fosse mantida a iluminação na

metade das iluminações existentes. O edil Francisco Ribeiro falou que a prefeitura possui dívida de iluminação pública. O edil Raimundo Muniz falou que existe o projeto que passou por esta Casa e foi aprovado onde a Iluminação Pública seria paga pelo consumidor. O edil José Barros Falou que apenas 50 (cinquenta) por cento pelo consumidor a outra parte pela Prefeitura. O edil Raimundo Muniz falou que seria melhor tirar a iluminação pública, mas que as residências fossem sempre iluminadas. [...] o edil Orlando Hatta falou que a Maior parte do problema da Famigerada Celetramazon é ligada por agentes passados. Falou que não acredita mais no agente local, pois entende que o problema da iluminação ocorre por descuido. Agora se fala que é devido o não pagamento da Prefeitura, se não fosse à demagogia e descaso do ex-prefeito Raimundo Reis, que em vez de pagar a CELETRA usufruía o dinheiro do povo em suas orgias. Disse que foi o prefeito do século, disse que não pagou por vandalismo [...]. (Livro de Atas 1982/83, p. 71, frente e verso).

Com esperança de melhorias no abastecimento de luz na cidade, os vereadores a par das dificuldades que passavam os moradores dos bairros periféricos sedentos desse serviço, empenhavam-se, cientes da árdua luta, em realizar os trabalhos necessários direcionados a esta demanda. Em um dos requerimentos de nº 109/83, registrado no Livro de Atas, 1982/83, p. 130, o Vereador Orlando Hatta solicita ao Sr. Agente da Celetramazon local e à direção da empresa para “estudarem a possibilidade de mandar instalar energia elétrica no

281

Bairro Nossa Senhora de Fátima”. Com a mesma finalidade, desta feita direcionada às comunidades ligadas à cidade por vias terrestres, as quais se encontravam do mesmo modo que o citado bairro, o Vereador Raimundo Desterro, no Livro de atas 1983/84, p. 51, frente e verso, apresentou o requerimento de nº 22/84 em que “pede energia elétrica para as comunidades do Macurany, Aninga e Parananema”.

A Celetramazon muda de sigla e passa a ser denominada CEAM (Central Elétrica do Amazonas), (não foi encontrado, contudo, nos anais da Câmara desta Legislatura, a data nem o motivo da troca). Mesmo com a mudança não se observou melhorias, as cobranças dos vereadores e protestos da população continuavam e o fornecimento de energia elétrica persistia precário, não se via perspectivas de melhorias. Muitas eram as opiniões a respeito de quem seria a culpa. Os blecautes causavam transtornos e prejuízos à população, chegando a ser denominada por muitos essa situação, de “Pisca-Pisca da Ceam”. Em Sessão Especial a pedido do Vereador Raimundo Desterro, realizada em 28 de agosto de 1987 na Câmara Municipal de Parintins, com a presença dos vereadores e funcionários a nível estadual da referida prestadora de serviços, tratou-se sobre esclarecimentos a respeito dos altos preços e prejuízos causados pela má qualidade do serviço prestado por essa empresa. Os relatos a seguir corroboram com essa pesquisa:

“[...] José Barros falou que quem pagava Cr\$70,00, estava pagando Cr\$500,00. Disse que o trabalhador não está mais tendo condições de pagar e que os vereadores são cobrados e precisam estar bem informados, espera que os visitantes [...] esclareçam esse aspectos necessários que serão repassados aos usuários [...] A seguir o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. Ernesto Guedes que é o agente financeiro da Ceam no Estado. – Disse que o problema da Ceam está quase em todas as suas agências por falta de manutenção preventiva. Falou que existe falta de preparo técnico nas equipes e que chega a causar BLECAUTE que torna difícil a reposição de peças que na sua maioria, são importadas [...] prometeu que vai alocar recursos para possíveis soluções. O edil José Barros consultou se Parintins assume com os gastos feitos em Barreirinha e Nhamundá. A resposta foi que cada usina é independente e disse que se fosse cobrado pelo óleo diesel que se gasta não seria possível pagar as tarifas. Explicou que já viu os problemas de rede de distribuição e grupos geradores, assim como transformadores que a CEAM precisa modificar e que esses materiais exigem muito dinheiro, que precisam ser colocados com antecedência [...] fará todo o possível para alocar verbas para fazer o escoamento do óleo queimado da CEAM, para evitar o derramamento desse óleo que poderá causar graves problemas de fogo [...]” (Livro de Atas 1987/88, p. 10 verso a 12 versos).

Os transtornos e prejuízos, entretanto, não foram solucionados. Havia um sentimento de impotência da população que não sabiam mais a quem apelar, pois todas

as promessas haviam falhado. No Livro de Atas 1987/88, p. 21, o Vereador Orlando Hatta ao se pronunciar em plenário, aborda, mais uma vez, sobre o descaso e danos causados pela CEAM. “Disse dos prejuízos que vem acontecendo, onde os motores não suportam mais e os transformadores estão sobrecarregados”. Temendo um blecaute total alguns empresários, como Dodó Carvalho, na Serraria “Boa Vista” e a “CEMOPAR”, providenciaram seus próprios geradores. Os vereadores José Barros e José Walmir não satisfeitos com a situação, segundo registro no Livro de Atas 1987/88, p. 29, foram às ruas da cidade coletar, junto aos moradores, assinaturas para um abaixo assinado, o qual foi enviado ao Governador do Estado Dr. Amazonino Mendes, pedindo ajuda para melhorar o serviço de energia elétrica em Parintins.

### **Serviço de Abastecimento de Água**

O abastecimento de água na Cidade de Parintins era fornecido pelo SAAE (Serviço de Autônomo de Água e Esgoto de Parintins). Nessa época a instalação abrangia o centro da cidade e alguns bairros da periferia como São José, Itaguatinga, Santa Clara e Palmares. Esse último, a grande maioria da população ainda não tinha o serviço instalado para suas residências, devido o bairro está em processo de urbanização. Os bairros que ainda não possuíam o sistema de abastecimento de água deviam-se ao fato de estarem a pouco tempo em formação, como

por exemplo, Dejard Vieira, parte do São Vicente de Paula, Santa Rita de Cássia e Nossa Senhora de Fátima. Os vereadores, conhecedores das dificuldades e necessidades da população desprovida do líquido tão precioso para suas vidas, solicitavam, através de documentos, do órgão responsável pelo serviço, que providenciasse a chegada da água até os lugares mais distantes que houvesse necessidades da mesma. No Livro de Atas 1982/83, p. 55 e 130, os vereadores José Maria e Orlando Hatta, solicitam junto à direção do SAAE que providencie ou estude possibilidades de mandar instalar o precioso líquido no Bairro Nossa Senhora de Fátima. Os proprietários das residências, que tinham esse serviço estavam sendo lesados com um grande aumento no valor das taxas cobradas dos usuários. A esse respeito o Vereador Orlando Hatta comenta:

[...] Falou que está ao lado dos que tiveram o aumento de 100% da água. Disse que se a Câmara fosse ouvida não teria cedido esse aumento. Falou que foi o Executivo, o SAAE e a F. SESP acertaram o aumento que vem causando sérios prejuízos aos que possuem menos poder aquisitivo. Falou que vai lutar para ver se reduz a 60% ou 50% esse aumento [...] (Livro de atas 1987/88, p. 66).

O que se pode observar nesta pesquisa é que, assim como nos dias atuais, o Serviço de abastecimento de água não oferecia condições para atender a população

com um serviço de qualidade do precioso líquido aos parintinenses. Todas as vezes que era interrompido o serviço elétrico, as residências ficavam sem água e como sabemos a falta de energia era constante. Sabedores da situação alguns vereadores cobravam da direção do SAAE um gerador de energia próprio, segundo eles o dinheiro arrecadado pelo serviço dava condições para tal ato. O Vereador Raimundo Desterro faz comentário a esse respeito:

[...] criticou o SAAE pelo fato de o mesmo não possuir um gerador próprio, e depender da CEAM, as taxas recolhidas pelos usuários é suficiente para se adquirir um gerador próprio, e o mesmo não o faz, deixando com isso o nosso povo na inófia do líquido precioso e imprescindível à vida [...] (Livro de Atas 1987/88, p. 153).

### **Sistema de esgoto, sarjeta e meio-fio**

O sistema de esgoto da cidade de Parintins, nesse período, atingia somente as principais ruas do centro da cidade, equivalente a 10 ou 20%, aproximadamente, das áreas que necessitavam desse serviço. Parte deles foi construída na década de 60, com a administração do Ex-Prefeito José Esteves. Em alguns locais os mesmos já precisavam de reparos. Foi o que sugeriu o vereador Francisco Siqueira Neto, segundo Livro de atas 1982/83, p. 57. Solicitando “ao Sr. Prefeito, pedindo que faça os reparos no esgoto da Rua Benjamim

da Silva, esquina da Rua Gomes de Castro”. Existiam outras localidades, as quais, nas administrações passadas, não puderam ou não deram importância para essas deficiências, que vinham causando transtornos aos moradores desses logradouros públicos. Alguns legisladores buscando solucionar tais situações entravam com recursos junto às autoridades competentes visando receber respostas positivas. O vereador José Barros requereu do Executivo Municipal, através do Requerimento de nº 13/85, registrado no Livro de Atas 1984/85, p. 48 verso, “que mande estender o serviço de esgoto, nas proximidades da Baixa da Xanda, próximo ao Curral do Boi-bumbá Garantido”. A Rua Senador Álvaro Maia, na época, era um dos espaços que mais precisava de drenagem das águas pluviais. Pelo fato de ser uma área alagadiça, devido à baixada, agrava mais ainda no período de inverno, em que a chuva é bem mais intensa, deixando o local quase que intransitável. Um dos primeiros trabalhos legislativo, por meio de um requerimento de nº 79/87, apontado no Livro de Atas 1987/88, p. 1 verso, apresentado em Plenário, foi do vereador Raimundo Desterro. Seu objetivo era que esse documento chegasse às mãos das autoridades, “mobilizando as bancadas na câmara federal e Estadual, assim como ao Governador Amazonino Mendes e o Sr. Prefeito Municipal de Parintins”. Nessa mesma situação encontravam-se os moradores da Travessa São Benedito, os quais, quando caía uma chuva intensa, passavam por

vários transtornos e prejuízos. O vereador Admilson Duarte apresentou em Plenário um Requerimento de nº 56/88 com o seguinte teor:

[...] solicitou após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado Dr. Amazonino Mendes, solicitando ajuda para o serviço de drenagem de águas pluviais, nos trechos compreendidos: Rua Senador Álvaro Maia e Travessa São Benedito. Pediu estudos das áreas pelas equipes técnicas da secretaria de Transporte que se encontra nesta cidade [...]. (Livro de Atas 1987/88, p. 48 verso)

As sarjetas e o meio-fio não foram possíveis identificar, nessa ocasião, quais as vias dotadas desses trabalhos. Entretanto, em algumas ruas do centro da cidade, segundo registro no Livro de atas 198/82, p. 126 verso, como por exemplo, a Avenida Amazonas, necessitava de melhorias em suas sarjetas. O Vereador Francisco das Chagas Ribeiro, direciona sua atenção à Zona Oeste da cidade visando pavimentação da Avenida Vicente Reis:

[...] Apresentou Requerimento de Nº 36/84 em que solicita do Prefeito Municipal a inclusão no plano de melhoramento viário da cidade, a construção de sarjetas e meio-fio na Avenida Vicente Reis, visando o asfaltamento da área [...] (Livro de Atas 1983/84, p. 71 verso).

### **Limpeza pública**

A coleta do lixo era deficiente no início da Nona Legislatura. Grande parte dos resíduos ocasionados pela população, não eram recolhidos e depositados em lugar adequado. A limpeza das ruas sem pavimentação não recebia, também, constante limpeza, principalmente nos bairros mais distantes que tinham suas ruas tomadas pelo mato. No Livro de Atas 1982/83, p. 55, o Vereador José Maria apresenta no Plenário da Câmara, o Requerimento de nº 01/83, solicitando “desmatamento do Bairro Nossa Senhora de Fátima”, em seguida fez referência sobre remoção de um entulho que há muito tempo estava exposto em via pública sem providências, falou “sobre um lixo que está ao lado do SAAE desde a administração passada e pediu que o Sr. Prefeito Providencie a retirada”. Algumas pessoas chegavam a jogar entulhos na frente da cidade às margens do Rio Amazonas, deixando a área com aspecto de abandono e exalando odor. Preocupado com a situação, o Vereador Orlando Hatta pondera sobre o caso:

[...] falou sobre o lixo depositado em frente à cidade e disse que o mesmo causa prejuízos e que não é lícito que os comerciantes jogando. [...] apresentou requerimento nº 08/83 – em que solicita ao Sr. Prefeito Municipal para que estude a possibilidade de mandar construir um depósito de “lixo” a fim de serem removidos periodicamente [...]. (Livro de Atas 1982/83, p. 55 verso).

Essa situação precária da coleta de lixo devia-se também à falta de equipamentos para realizar o trabalho. O Prefeito de Manaus, na época, Sr. Amazonino Mendes, Pré-candidato ao Governo do Estado, fez algumas doações para Parintins e uma delas, segundo consta no Livro de Atas 1984/85, p. 82, o vereador José Maria se refere à doação de dois carros para coleta do lixo, contribuindo consideravelmente com a execução deste serviço.

### **Serviço de Saúde Pública**

A população da Cidade de Parintins estava em pleno crescimento, nessa época. Alguns bairros em formação com moradores vindos da zona rural e de outras cidades vizinhas procuravam adaptar-se ao convívio da cidade. A demanda da saúde pública, nesse período, era grande e os hospitais e postos médicos existentes tinham dificuldades, tanto na sua estrutura física, quanto de profissionais qualificados na área. Visando melhorias nesse serviço público, o Vereador Admilson Duarte apresentou um Requerimento de nº 80/83, conforme leis regimentais, pedindo ajuda para a manutenção da Casa de Saúde e melhorias ao Hospital Padre Colombo:

[...] solicita do Sr. Prefeito Municipal ajuda através de convênios para manutenção da Casa de Saúde, assim como do Sr. Governador do Estado para reativar os convênios Firmados

entre a Secretaria de Estado de Saúde. [...] que trata do Hospital Padre Colombo. O autor falou que se o mesmo fechar o Município estará regredindo. O edil José Maria falou que é um caso muito melindroso, pois sabe do desentendimento entre o Ex-Deputado Ubaldo e a Prelazia, mas o que interessa é que não feche, pois será um grande prejuízo para todos [...] (Livro de atas 1982/83, 118, verso).

O posto Médico de São Benedito necessitando de reformas despertou interesse no Vereador José Teixeira Barros em reivindicar ao Prefeito Municipal, através do Requerimento 116/83, segundo consta no Livro de Atas 1982/83, p. 139, solicitando “nova estrutura ao Posto Médico de São Benedito”. O prefeito Municipal Gláucio Bentes Gonçalves, ciente das exigências impetradas através de documentos pelos legisladores municipais, atende algumas necessidades mais urgentes da população. Registradas em sua Mensagem apresentada na Câmara Municipal:

[...] recuperação do Posto Médico de São Benedito, contratou uma médica pediatra para o atendimento das crianças necessitadas – além da ajuda que conta dos hospitais de nossa cidade. Estabeleceu convênios com a clínica de olhos para o pronto atendimento dos mais necessitados. [...] (Livro de Atas 1983/84. P. 17 verso).

Essas poucas mudanças, no entanto, não resolveriam a demanda da população que não era

somente da cidade, mas também do interior. Era necessária a ampliação desse serviço tão fundamental à sociedade. O Vereador Edson Gadelha da Silva, preocupado com a situação, apresenta documento:

[...] No Plenário apresentou o Requerimento nº 35/84 – em que solicita após audiência do Plenário que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal SUGERINDO para que entre em entendimento com a superintendência do INAMPS ou a Secretaria de Saúde do Estado, visando à instalação (através de convênio) de um PRONTO SOCORRO em Parintins, podendo ser utilizado um dos postos médicos já existentes. [...] (Livro de atas 1983/84, p. 66 verso).

Ainda em relação à saúde pública, o Vereador Antônio Pontes conhecedor das deficiências odontológicas, busca melhorias nesse setor. Disse que:

[...] vai continuar a luta que iniciou. Apresentou o Requerimento nº 37/84, que se refere sobre a ociosidade do consultório odontológico do IPASEA e solicitou após audiência do Plenário que seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente do IPASEA pedindo que funcione o Consultório Odontológico do IPASEA em Parintins a fim de atender a todos os Beneficiários e Contribuintes. [...] (Livro de Atas 1983/84, p. 69).

A carência de médicos era evidente, inclusive em relação ao plantão que precisava da presença dos

mesmos nos hospitais da cidade, os quais só se apresentavam quando eram chamados em caso de emergências. A esse respeito o Vereador José Walmir explica:

[...] A seguir o vereador José Walmir teceu comentários sobre os trabalhos da Fundação SESP e os seus médicos e disse que a culpa não cai sobre os mesmos e sim de um sistema do Governo Federal – onde o médico não dá plantão e sim fica de sobreaviso para que não seja pago as horas extras a que tem direito. Disse que essa reclamação da falta de assistência deveria ser levada ao Ministro Jarbas Passarinho. [...] (Livro de Atas 1983/84, p. 132).

## **Educação**

Nesta Legislatura a educação foi um dos setores que mais se dedicou atenção. Ao receberem o Município de Parintins da administração anterior, a educação do município, principalmente da zona rural, se encontrava bem debilitada. Segundo o Vereador José Maria Pinheiro, no Livro de Atas 1982/83, p. 61, referindo-se às escolas do interior disse que “foi às comunidades e viu a realidade das mesmas e disse ser vergonhoso o estado em que se encontram”. Alguns vereadores que tinham conhecimento da situação educacional em que se encontravam essas áreas, pelo fato de estarem continuamente em contato com diversas comunidades, principalmente as mais populosas, empenharam-se em

seus trabalhos parlamentares visando reivindicar e autorizar o Prefeito Municipal, a realizar ações destinadas a melhorias estruturais e pedagógicas do Ensino Municipal, além dos subsídios dos professores. No Livro de atas 1982/83, p. 59verso, o Vereador Antônio Pontes faz um apelo, dentro das disponibilidades financeiras do Município, ao Sr. Prefeito de Parintins que mande efetuar melhorias na “cobertura das seguintes escolas: Catispera, Brasília, Araçatuba, Buiuçú e Remanso”. O edil Admilson Duarte, Livro de atas 1982/83, p. 61, “falou que na realidade nem os prédios da Zona estão em condições de atender os seus alunos”. Esses relatos evidenciam a realidade em que se encontrava, no início dessa época, a Educação no Município de Parintins, a qual precisava urgentemente de melhorias com a finalidade de conceder aos estudantes um despertar para o conhecimento, pois, como disse o Vereador Raimundo Desterro, no Livro de Atas 1982/83, p. 61, “a educação é um fator primordial na vida do homem, daí a necessidade de terem uma assistência por parte dos governantes”.

O Executivo Municipal tinha poucos recursos, as verbas federais direcionadas a essa área, principalmente para construção de escolas era ausente. Com empenho dos Vereadores e esforço do Executivo Municipal juntamente com a parceria do Estado e PDRI (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado), que o

Município passa a ter um salto na qualidade da educação. Gonçalves, 2012, p. 114, afirma:

[...] Do mesmo modo como assegurei a ampliação do número de escolas e de professores, visando oferecer Maiores estruturas às comunidades rurais. Assinei convênio com o PDRI (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado), foi uma boa ajuda que o município recebeu, tanto na área educacional, quanto na área de saúde. [...]. (Gonçalves, Gláucio Bentes, Manaus, 2012, p. 114).

O aumento de escolas nas Zonas Rurais do município já era evidente, várias comunidades necessitavam, agora, de professores. O vereador Raimundo Desterro, no Livro de Atas, 1982/83, p. 119, em seu Requerimento de nº 91/83, faz apelo ao Prefeito Municipal que procure acordo com o Governador, Sr. Gilberto Mestrinho, “objetivando a contratação de 50 (cinquenta) professores normalistas para lecionarem na zona rural do Município”.

Muitos Jovens concluíam o Segundo Grau, nesse Período, no entanto, não era realizado na cidade inscrições nem realizações do vestibular, o que fazia com que os jovens, os que tinham mais posse, se deslocassem para a Capital do Estado para efetuarem suas provas. Baseado nesses fatos e, também, no atraso dos vencimentos de alguns professores rurais. O Vereador

José Barros, em Plenário, fez um pronunciamento em que:

[...] falou sobre o Vestibular que acha necessário a inscrição e realização das provas em Parintins. A seguir apresentou Requerimento nº 104/83 – em que solicita a inscrição e realização do Vestibular de 1984 em nossa cidade, na pessoa do Magnífico Reitor Amilton Mourão e do Professor Garcitilzo do Lago e Silva, no sentido de ajudar os jovens dessa terra. Apresentou ainda o Requerimento de nº 105/83 – em que solicita ao Sr. Prefeito Municipal que procure efetuar o pagamento das professoras rurais referente ao mês de abril e maio. [...] (Livro de atas 1982/83, p. 126).

O mesmo vereador observando, além disso, a necessidade de novos cursos para esses jovens que, muitas das vezes, precisavam ter que sair da cidade, enfrentando sérias dificuldades, apresenta Indicação de nº 02/84, Livro de Atas 1983/84, p. 69, sugerindo ao Prefeito a reativação do convênio perdido com a SEDUC (Secretaria de Educação e Cultura do Estado Do Amazonas) e com a Reitoria da Universidade do Rio de Janeiro, “pedindo novos cursos de Licenciatura Curta, nas áreas: administração, Ciências, Letras, Estudos Sociais e Educação Física”. Com intento de prestar tributos à educação, o mesmo Vereador homenageia um Colégio Tradicional de Parintins pelos seus 29 anos de existência e pelos relevantes serviços prestados ao ensino parintinense:

[...] prestou ainda sua homenagem maior ao Colégio Batista de Parintins pelos seus 29 (vinte e nove) anos pelo que o colégio tem dado pela educação dos jovens desta terra, e que o seu trabalho tem sido demonstrado através dos frutos com os ex-alunos que hoje são médicos, doutores em outras áreas e dão prova do esforço e capacidade do seu diretor – Pastor Eduardo França Lessa e Prof. Eglantina Brelaz Lessa assim como o corpo docente do referido educandário que continue a sua missão de Educar até formar novas gerações futuras. [...] (Livro de Atas 1983/84. P. 74, frente e verso).

A partir de 1985, no Brasil, com o Governo de Sarney, (o qual, devido à morte do Presidente Tancredo Neves, havia assumido a direção do país), iniciava-se um novo momento na educação brasileira. Com abertura política caminhando em direção à democracia, novas propostas surgiam através de debates realizados entre diferentes seguimentos da sociedade, vislumbrando mudanças na Educação Básica Brasileira. Parintins, desse modo, não ficaria de fora dessa ocasião tão singular na história do país. Um telegrama do MEC de nº 23187, lido em Sessão Ordinária realizada no dia dezesseis de setembro de 1985, Na Câmara Municipal, do Ministro da Educação, Marco Maciel, sugere tal debate sobre o tema “Escola que temos e Escola que queremos”:

[...] Cumprimento Ministro Educação Marco Maciel, comunico este Ministério realizará, através Secretaria Ensino Primeiro e Segundo Graus MEC, juntamente com Secretaria Educação, Estados, Municípios, Territórios e Distrito Federal, dia dezoito corrente mês, dia Nacional debate sobre educação visando obter sugestões para subsidiar políticas melhoria qualidade educação Básica Brasileira. Muito estimaria participação em Câmara Municipal incluindo sessão dia dezoito momento para discutir Educação desse Município sobre “Escola que temos e Escola que queremos” [...] (Livro de Atas 1985, 92).

O debate aconteceu no dia dezessete de setembro de 1985 no Plenário da Câmara Municipal, com a presença de vereadores, professores, estudantes e outros. Alguns questionamentos e respostas foram apresentados, demonstrando o que os vereadores pensavam, na época, a respeito da educação no município, como podemos observar a seguir:

[...] Como é julgada a educação básica no nosso município? Resposta – É deficiente. Justificando não esta atendendo com eficiência aos alunos e mestres. O edil José Walmir acha que ainda vem ser culpado o próprio Sistema. Disse que o paternalismo chega a dificultar o trabalho. Acha que dada muita liberdade ao aluno, precisa um ajustamento à escola. O Sr. Presidente acha que se olha mais a quantidade do que a qualidade. O edil Admilson acha que

em educação não deve haver meio termo. O estudante deve ser de fato e de direito. O professor deve saber difundir a educação e o aluno deve saber receber e cultivá-la imediatamente. Deve ser obrigatório de 1ª a 4ª série, para que a Escola possa ser moralizada. [...] Deve haver a participação do professor na elaboração da Lei para ser, para que sejam concretos os problemas, dentro da validade legal, para atender melhor aos alunos. – Que propostas visando a melhoria Básica em curto prazo poderiam ser encaminhadas aos setores competentes? – R. 1º instalações mais adequadas ao aluno. – 2º Revogar a Lei 5.692 e formular dentro da realidade atual. 3º - O aluno deve ter maiores obrigações de estudar. [...] Deveria ser de 5 (cinco) anos as primeiras séries do 1º Grau incluindo o Pré-Escolar em um ano, com o aluno iniciando aos seis anos de idade. O que vai dar um preparo ao aluno para cursar a 1ª série. – Acha que houve deficiência no ensino? – Os cursos oferecidos em nossa cidade, não estão sendo capazes de dar o preparo necessário aos alunos por falta de prática, ou seja, o estágio, por falta do material próprio, no caso os que fazem o Curso de Técnico em contabilidade. [...] Precisa haver uma mudança radical no próprio Sistema Educacional. Se a educação não se transformar a níveis locais, esfera municipal, obedecendo ao escalão da hierarquia, não haverá progresso a curto prazo. [...] (Livro de Atas 1985/86, 93 verso e 94, frente e verso).

Ao final da Quarta Legislatura, segundo entrevista realizada com o Ex-Vereador desse Pleito

Legislativo Municipal, Sr. Antônio Pontes de Jesus, foram construídas na zona rural, 50 (cinquenta) escolas.

### **Abastecimento**

O abastecimento dos produtos de primeira necessidade, principalmente do setor primário, estava diretamente ligado ao Mercado Municipal, no qual era feito a venda da carne, pelos magarefes, do pescado, pelo pescador e da farinha por agricultores e revendedores. Os dois primeiros ingredientes estavam, na época, sendo vendidos acima do tabelamento do município, causando descontentamento à população, que pediam providências das autoridades locais. O Vereador Orlando Hatta culpando os fiscais por não estarem exercendo suas funções faz críticas e apresenta protesto:

[...] falou sobre os fiscais que às vezes ajudam a prejudicar. A seguir apresentou o Requerimento de nº 09/84 – em que seja encaminhado ofício ao Sr. Prefeito Municipal de Parintins, Gláucio Bentes Gonçalves, para junto à administração do Mercado Municipal procure solucionar o problema do tabelamento de preço que não vem sendo cumprido pelos pescadores e magarefes, o que causa sérios problemas à nossa população. [...] (Livro de Atas 1983/84, p. 36).

Não bastassem os altos preços da carne e peixe, surgia outro problema, a falta de carne no mercado. Alguns vereadores cobram da Associação dos Pecuáristas providências, outros culpam os grandes criadores e até

mesmo a fiscalização A seguir relatos que discorrem a esse respeito:

[...] Admilson Duarte Ribeiro [...] Apresentou o Requerimento nº 27/85 pedindo providências da Associação dos Pecuaristas de Parintins, com relação ao abate da carne em nossos mercados e açougues. [...] o Sr. Presidente colocou em discussão o requerimento [...] O autor falou que o seu trabalho é devido a Associação dos Pecuaristas ter interesses em honrar os associados e tirar os direitos dos magarefes. Servirá de respaldo ao Sr. Prefeito para bem servir a população. O edil Francisco Chagas falou que é um trabalho digno, o que falta é os criadores grandes abaterem o gado, uma vez que são os pequenos criadores é que estão abatendo e mantendo o Município. O autor falou que o seu trabalho fará a Associação ter força de interferir junto ao grande criador. O edil José Maria disse que o grande criador nem se associa. O pobre não come carne, pois só pode quem tem uns três salários mínimos. Não vê condições nem na Associação e nem na Câmara para resolver o problema. O edil Washington acha o trabalho bom, mas não irá surtir nenhum efeito. Disse que a venda do gado é mantido pelo preço da Capital e o criador vende a quem der mais. Falou que o açougueiro vende por três preços e não existe fiscalização, uma vez que os fiscais não estão atuando, seria melhor não ter tabela. [...] (Livro de atas 1985/86, p. 109 e 110).

A carne que era abatida para o consumo do parintinense continuava sendo insuficiente para a

demanda da população. Havia uma tabela do município, mas a mesma não era cumprida, devido à escassez do produto, que em sua grande maioria era exportado para a Capital do Estado. Na ausência da carne, os consumidores passavam a procurar mais o pescado, o qual passava ser mais valorizado e conseqüentemente alterado o seu valor. Em uma Sessão Ordinária realizada em 16/10/86, foi debatido entre os vereadores esses assuntos:

[...] Admilson disse que os pescadores estão vendendo peixes nos barcos com preços acima da tabela e que os fiscais nada podem fazer, pediu ajuda da Casa. Francisco das Chagas disse que o problema não é só do pescado e sim do pecuarista que está usando de desonestidade com o povo, e não está abatendo o gado [...] Edson Gadelha falou que a desonestidade não é dos pecuaristas e sim dos comerciantes que estão vendendo os produtos a vários preços. Admilson disse que a falta de abastecimento de gado é que os grandes pecuaristas levam o gado para Manaus. [...] (Livro de atas 1986 a 1988, p. 97 e 98).

A farinha é um produto que está constantemente presente na mesa do parintinense, sua falta sempre causa embaraço a população. Nessa época, estava havendo, igualmente, uma saída do produto pelos atravessadores que compravam quase toda a produção que chegava à cidade, deixando o produto racionado e com o preço alterado. Um requerimento de nº 57/85, apresentado em

Plenário pelo Vereador Admilson Duarte é discutido entre os vereadores:

[...] requer o controle de saída da Farinha do Município e o seu tabelamento [...] em discussão o Requerimento [...] com a palavra, o edil José Maria Pinheiro falou que não se deve proibir a saída da farinha, mas sim discipliná-la. O edil Washington Luiz falou então que não sabe como frear a saída do produto. Disse que o comerciante quer é monopolizar a farinha. Disse que detestava o trabalho porque o que falta é ajudar o produtor a produzir. Disse que se tabelar aqui, o produtor venderá na boca do forno. Com a palavra, o autor disse que não queria coibir, apenas constatou que atravessadores arrebata tudo sem deixar um alqueire para o consumidor. Em aparte o edil Orlando da Silva Hatta falou que o que falta é a presença do fiscal. Disse que agora a cooperativa faz falta e que melhor seria disciplinar. O edil José Barros concordou com isso, afirmando que Parintins sente o reflexo da grande saída do produto. Com a palavra o edil José Maria Pinheiro [...] disse que seria melhor pedir do Prefeito a criação da Feira do Produtor. O autor respondeu então que está mostrando apenas que não pode faltar na mesa do pobre tal produto. [...] (Livro de Atas 1985/86, p.19, frente e verso e 20).

## **Trânsito**

Em relação ao trânsito da cidade nessa ocasião o que podemos observar é que existia um departamento, mas que, no entanto, nada se cobrava dos condutores de veículos, até porque não existia sinalização nas ruas. A grande maioria dos veículos, nesse período eram as bicicletas, depois as motocicletas, em seguida os carros, além das carroças que eram bastante frequentes. Por falta de fiscalização alguns condutores de motocicletas, inclusive alguns menores de idades, dirigiam em alta velocidade colocando em risco os populares que transitavam nas ruas, principalmente as crianças nas saídas das escolas.

Um fato curioso aconteceu nessa época. O agente do DETRAM, Sr. Samuel Ferreira, tentando, segundo ele, amenizar o grande número de bicicletas roubadas, coloca em prática uma de suas medidas, qual seja, o emplacamento de bicicletas. Essa situação chega a envolver o Tenente Macedo, Comandante do 2º Batalhão, que se recusando em fazer o policiamento desses veículos afirmou segundo Livro de Atas 1982/83, p. 194, “não dar os seus policiais para agirem contra a população”. Esse episódio veio gerar muita confusão, inclusive chegando o caso na Câmara Municipal:

[...] José Maria diz que é contra o agente do DETRAM sobre o emplacamento de bicicletas.  
[...] Orlando Hatta disse que não está satisfeito com as atitudes do Agente contra o povo e que

após as respostas que der, se não justificar a sua atitude, irá tomar as providências na justiça, para que seja devolvido o dinheiro que já foi arrecadado.[...] (Livro de Atas 1982/83, p. 195 verso e 196).

O Agente do DETRAN, Sr. Samuel Ferreira, compareceu à Câmara Municipal a prestar esclarecimentos aos senhores vereadores, os quais o interrogaram a respeito do caso das bicicletas dizendo:

[...] 1º Qual Lei que ampara o emplacamento de bicicletas? – O Sr. Agente agradeceu o convite e respondeu que tem uma Lei e não está colhendo Ônus para o Estado e que não é emplacamento e sim identificação. 2º Qual o número da conta e em qual banco está sendo depositado o dinheiro da arrecadação e no nome de quem? Respondeu o Sr. Agente que é o Bradesco e em seu nome, e disse que é uma colaboração do povo, e não vê corrupção, pois pensou em promover um momento de lazer, com sorteio de uma bicicleta e que visa melhorar os equipamentos do escritório do DETRAN. [...] o Sr. Agente disse que o seu trabalho visa apenas amenizar o grande número de bicicletas roubadas e a sua fácil identificação, pelo seu proprietário. [...] (Livro de Atas 1982/83, p. 196).

As motos e os carros, também, são alvos de protestos pelos vereadores a respeito da alta velocidade com que são conduzidos. O Vereador Admilson Duarte, conforme Livro de Atas 1983/84, p. 1 verso, faz um

apelo à Bancada do PMDB, que o ajude a comunicar ao Sr. Agente do DETRAN que observe com mais frequência “às motos e carros que passam em frente das escolas desrespeitando as Leis de Trânsito e chegam a causar graves acidentes”.

Preocupados com a prevenção da violência no trânsito em Parintins, alguns vereadores tomam algumas medidas e solicitações às autoridades competentes. O Vereador Orlando Hatta em seu Requerimento de nº 25/84, p. 53 verso, no mesmo livro, fez solicitação ao Secretário de Segurança do Estado do Amazonas, “uma viatura para a polícia de Parintins, e ao representante de Trânsito em Manaus, que solicita a fixação dos sinais de trânsito nas ruas de Parintins”. O Vereador Admilson Duarte, referindo-se a uma portaria do juizado de menores, conforme Livro de Atas 1983/84, p. 97, “proibindo os mesmos a dirigirem carroças em nossa cidade”, segundo o mesmo vereador, os pais desses menores carroceiros lhe procuraram para queixarem-se, os quais diziam que “a necessidade levava-os a deixarem seus filhos dirigirem carroças”. Ainda em relação aos menores de idade que estavam dirigindo, o Vereador Admilson Duarte, no Livro de Atas 1983/84, p. 99, verso, apresentou Requerimento de nº 57/84, em que “solicita do Juizado, DETRAM, Delegacia de Polícia, para tomarem medidas em relação a menores que dirigem motocicletas e automóveis, proibindo-os”.

## **Transporte**

O transporte público na Cidade de Parintins, em sua grande maioria, eram as bicicletas. A área urbana estava em pleno processo de crescimento, no entanto, pelo fato de a mesma ser uma ilha e de terras planas, com seu perímetro, ainda, pouco extenso, favorecia a locomoção das pessoas através desse tipo de veículo. Dificilmente não houvesse uma bicicleta em cada residência. As frentes ou laterais dos colégios, das casas noturnas, dos grandes comércios, das igrejas e outros logradouros públicos, organizavam seus estacionamentos direcionados basicamente para as bicicletas. Na frente do Mercado Municipal e a Praça Eduardo Ribeiro, em frente o Palácio Cordovil, onde funcionava a Prefeitura Municipal, eram áreas que se aglomeravam as bicicletas desordenadamente, dificultando, muitas vezes, o acesso das pessoas que faziam suas compras no Mercado Municipal. A esse respeito o Vereador Raimundo Desterro, no Plenário da Câmara Municipal, apresentou o requerimento de nº 08/84 pedindo providências:

[...] em que solicita após audiência do plenário que seja enviado expediente ao Sr. Manoel Ferreira para que estude as possibilidades de disciplinar o estacionamento de bicicletas junto e em frente ao Mercado Municipal, devido estar prejudicando o acesso das pessoas que vão até ao mercado. [...] (Livro de 1983/84, p. 35).

Os outros veículos eram os carros, as carroças puxadas por cavalos e as motocicletas. Esta última, também, já havia um considerável número nas ruas, conduzidas, em grande parte, por menores que nem sempre respeitavam as Leis de Trânsito. Os mesmos conduziam esses veículos em alta velocidade, causando, muitas vezes, acidentes fatais. O Vereador José Maria, segundo registro no Livro de Atas 1983/84, p. 38, preocupado com alguns infratores no trânsito, faz um apelo ao Sr. Agente do DETRAN em Parintins, que passe a observar com mais frequência “as motos e carros que passam em frente das escolas desrespeitando as Leis de Trânsito e chegam a causar graves acidentes”.

Em relação aos acessos de saídas e entradas na Cidade de Parintins, eram através de vias aéreas e aquáticas. A grande maioria da população que chegavam e saíam do município usavam os transportes aquáticos, embarcações de madeira, que já exigiam melhorias. A via aérea, na época, com o funcionamento do novo aeroporto Júlio Belém, era competência de uma só empresa, a TABA, com poucos voos durante o dia. Esse tipo de transporte, também, era alvo de críticas, em que, o Vereador Messias Augusto das Neves, no Livro de Atas 1985, p. 02, sugere a liberação da pista do aeroporto a outras empresas aéreas, além de que sejam “levantados estudos sobre o balizamento e iluminação da pista e construção da torre e comando de pouso e decolagem”. Nesse aspecto de buscar melhorias, o Vereador Admilson

Duarte, no Plenário da Câmara, apresentou o Requerimento de nº 97/83, com a seguinte solicitação:

[...] após sérios esclarecimentos solicitou providências ao Sr. Governador do Estado, Deputado Enéas Gonçalves, representantes Federais, Ministro dos Transportes, Prefeito Municipal e Associação Comercial de Parintins, Escritório da TABA em Manaus e Capitania dos Portos de Parintins, no sentido de estudarem uma forma de atenderem o nosso município e a Nossa Região com um sistema de transporte adequado e mais responsável. [...] (Livro de atas 1982/83, p. 121 verso)

### **Segurança Pública**

A Cidade de Parintins, nesse recorte de tempo, 1983 a 1988, lidava com situações complexas em relação à Segurança Pública. O Legislativo Municipal, através dos seus legisladores, discutiam, em Plenário, sobre vários fatores causados pelos diferentes aspectos da violência, evidenciando, dificuldade na Segurança Pública do município. Assuntos como Corpo de Bombeiros, perda da tranquilidade que existia antes, violência a menores, espancamentos por militares, necessidade de uma viatura, prisão e soltura de delinquentes, a falta de patrulhamento na cidade e morte no trânsito, foram os mais discutidos e cobrados providências a quem de direito.

Havia, segundo o Vereador José Barros, grande risco de incêndios nas plantações e casas humildes da cidade, (possivelmente de madeiras e cobertas de palhas) pelo calor causticante que estava acontecendo naquele período. Argumenta, ainda, o vereador sobre a CELETRA que estaria colocando em pânico a população dos arredores com risco de incêndio. Preocupado com a segurança e prevenção de acidentes fatais a esse respeito, conforme registro no Livro de Atas, 1982/83, p. 60 verso, apresentou o Requerimento de nº 10/83, “solicitando ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal a sugestão de criar um “Corpo de Bombeiro” ou um “CARRO PIPA”. A esse respeito o edil Admilson Duarte disse “que já esteve em Parintins um Sargento do Corpo de Bombeiro. Inclusive foram escolhidas as áreas próprias”.

O crescimento urbano e demográfico da cidade traz em seu bojo as mazelas do cotidiano que causam transtornos à sociedade parintinense, deixando um sentimento de saudades dos tempos em que a cidade era pacata, hospitaleira e sem violência. O vereador Admilson Duarte, preocupado com a onda de brutalidades que vinham acontecendo constantemente, argumentou no plenário da Câmara Municipal, a esse respeito:

[...] falou sobre a situação da nossa cidade que era tão pacata e hospitaleira e que hoje está cheia de violência, roubos, acurramento nas menores e que em nome de sua profissão

repudia essas atitudes, [...] o edil Raimundo Desterro falou sobre os problemas que se vê em nossa sociedade. Falou sobre os graves problemas onde as meninas ficam desamparadas por pessoas desumanas e conclamou a todos para darem as mãos e procurem soluções em favor do povo. [...] (Livro de Atas 1982/83, p. 78)

Um fato hostil envolvendo a polícia do município contra um cidadão parintinense motivou o mesmo a procurar justiça junto ao Poder Legislativo. Mesmo não encontrando nos documentos oficiais da Câmara o motivo deste acontecimento, se pode constatar, através do registro em ata de uma carta enviado ao Vereador José Maria Pinheiro, a agressividade dos atos praticados contra esse sujeito. A seguir o conteúdo da carta apresentado em Plenário:

[...] Leu uma carta endereçado a ele pelo Senhor Ademar Azevedo Tavares com o seguinte teor: Venho através desta declarar ao Vereador José Maria Pinheiro. A injustiça que a polícia vem fazendo em seu posto. O qual declaro, que o Delegado de Polícia de Parintins, tendo dado ordem quinta para sexta me levarem para longe da cidade para cometerem um ato cruel. Chegando ao local espancaram-me bastante. No dia seguinte eu já farto de espancamentos. Tornou-me a tirar da prisão para mandar os prisioneiros me espancarem novamente, sendo eu quase desmaiado, ele tornou-me espancar de maneira injusta e cruel. Com essa aflição eu sente que o mesmo estava

embriagado. Por esse motivo acho que esse indivíduo esta fora da Lei, não cumpre com seu cargo, o qual acho que não convém isso a Polícia, espancar ou até matar uma pessoa só por suspeita injusta. Continuando o edil disse que novamente a polícia vêm maltratando as pessoas em Parintins, hoje reprova a atitude que tomou mandando espancar um filho Parintinense. [...] (Livro de atas 1982/83, p. 98, frente e verso).

A violência estava em toda a cidade assim como nos bairros periféricos, como por exemplo, no Palmares, onde estavam acontecendo seguidamente roubos nas residências pela parte da noite. A situação do aparelhamento da polícia era precária e se justificava da não ação, pelo fato de não haver condução para as diligências, deixando a população a mercê dos assaltantes. Os vereadores incomodados com a situação, usando de suas atribuições políticas, aplicavam-se em encontrar soluções para resolver tais circunstâncias. A citação a seguir mostra o empenho de alguns vereadores inconformados com essas ocorrências:

[...] A seguir o edil José Walmir de Lima apresentou o Requerimento nº 14/84, em que solicita após a audiência do Plenário que seja enviado ofício ao Sr. Capitão Joaquim Preste Colares Filho – Comandante do 2º Batalhão da 2ª Companhia da Polícia Militar, apelando para que seja intensificado o patrulhamento no Conjunto “Vitória Régia” – SHAM – devido à grande onda de roubos que ali são praticados.

[...] O edil Orlando Hatta pediu que o edil olhasse o policiamento que alega a falta de transporte para o seu trabalho. Pediu que fosse feito apelo às autoridades competentes pedindo melhores condições. O edil Admilson Duarte disse que é muito precária a situação da polícia e que no Palmares quase toda a noite acontece roubos em que levam quase tudo e que gostaria que houvesse uma maior intensificação, no Palmares, pois é a cidade toda que está atravessando esse problema. O edil José Maria falou que o Sr. Delegado e o Sr. Capitão estão se omitindo a agir. Disse que não aceita a desculpa da falta de condução e que devemos viver a nossa realidade, e que cabe à Câmara cobrar um policiamento intensivo e que seja dado conhecimento ao Governador das ocorrências que vivemos. [...]” (Livro de Atas 1983/84, p. 40 verso e 41, frente e verso).

Após essas reivindicações o policiamento passa a ser feito apenas nas áreas mais próximas do centro da cidade, como o Conjunto Vitória Régia – SHAM, o qual foi privilegiado com duas duplas de policiais que se revezavam somente à noite. Entretanto, as ocorrências continuavam acontecendo. Uma Sessão Especial Realizada na Câmara Municipal de Parintins, no dia vinte e um de maio de 1985, com a presença de autoridades civis e militares, tinha por objetivo tratar da Segurança Pública do Município. Alguns relatos de autoridades refletiam a realidade em relação à violência e o aparelhamento policial em nível municipal e estadual, que se encontravam nessa ocasião:

[...] o edil Raimundo Desterro perguntou ao Tenente Maués como podemos resolver o problema de segurança revelando os fatos trágico? O Tenente Respondeu que a função da Polícia Militar é limitada e que seu objetivo é dar segurança interna ao país. Disse que nossa polícia não tem condições de trabalhar pois Parintins tem 60 mil habitantes e eles são 60 soldados e nenhuma viatura. Disse que a polícia é colocada de acordo com a condição monetária do Estado e que o ideal seria aumentar o efetivo e dar condições de trabalho. Disse que a delegacia não tem nem material de burocracia e que o Prefeito é que tem ajudado. Afirmou que no último homicídio o papel da polícia foi feito dentro do possível e que a falta de trabalho é que gera a marginalização. O edil Raimundo Desterro perguntou então a respeito das batidas. O Tenente respondeu que estão sendo feitas com o carro da prefeitura.[...] o edil José Maria perguntou se o Prefeito não conhecia as precariedades. O professor Algenor Teixeira respondeu que sim, mas não possuía verbas para aplicar na segurança pública. O edil José Maria falou então que nenhuma autoridade pode negar a situação. Disse que o carro da Prefeitura corre o fim de semana inteiro com banhistas e como contabilizar essa gasolina?.[...] (Livro de Atas 1985/86, p. 11 verso e 12, frente e verso).

Foi encontrado, por conseguinte, nesta pesquisa o relato da conduta de um Tenente da Marinha conhecido por Mauro, Comandante da Capitania dos Portos em Parintins e baseado no Livro de Atas 1987/88, p. 5, o

mesmo já havia cometido espancamento em dez pessoas, recebendo o repúdio do Vereador José Maria Pinheiro por usar a farda militar para cometer os delitos e humilhar as pessoas. Após ouvirem depoimentos de algumas vítimas, em Plenário, a respeito dos atos desse cidadão, os vereadores tomaram algumas providências cabíveis:

[...] Falou o Sr. Alcimar Almeida Rocha que falou ter comprado uma lancha que ao chegar a Parintins foi ameaçado pelo Tenente Mauro e até preso sendo levado a socos e pontapés para a delegacia de polícia, sem motivos suficientes para tanto uma vez que a lancha estava regularizada e era sua propriedade – falou ainda o jovem Paulo Malcher da Silva que foi cruelmente espancado a tapas e pontapés pelo Sr. Delegado Ronaldo Hatta quando estava em uma festa. [...] José Maria Pinheiro apresentou o Projeto de Lei de nº 03/87 – CMP – que considera “Persona NON GRATA” ao Município de Parintins o Sr. Mauro Dias Grunfeld e dá outras providências. A seguir usou a palavra o Vereador José Teixeira Barros que falou sobre o Tenente Mauro pelo seu procedimento quanto as agressões que vem praticando, desrespeitando às Leis. Falou também das agressões feitas pelo Sr. Delegado. Apresentou o Requerimento nº 88/87 em que pede após ouvido o Plenário – Denúncia, ao Capitão de Mar e Guerra Renato Jorge Kelpp Galvão, Comandante dos Portos do Amazonas, Acre, Rondônia e Territórios Limítrofes, contra o 1º Tenente Mauro Dias Grunfel, Agente da Capitania dos Portos em Parintins, pelo abuso de autoridade em desrespeito ao Art. 153 e §10

da Constituição da República Federal do Brasil ainda em vigor.[...] (Livro de atas 1987/88, p. 8, frente e verso).

Outro fato comum nessa época causava horror à população era o uso e tráfico de entorpecentes que circulava livremente na cidade. Sobre esse assunto o Vereador Orlando Hatta enfatiza:

[...] falou que esta preparando um documento sobre a circulação livre da cocaína e maconha em Parintins. Procurou algumas pessoas que já fizeram algum trabalho a esse respeito e que não surtiu efeito. Pediu ao Sr. Prefeito informações sobre o assunto dos órgãos competentes. O Sr. Presidente falou em uma reunião realizada que não surtiu efeito devido as pessoas não estarem preparadas mas que deve ser feito outra reunião. Orlando Hatta falou que as “bocas de fumo” continuam vendendo abertamente. Disse que cresce a cada dia o número de viciados o que só vai trazer sérios problemas para os nossos jovens. [...] (Livro de Atas 1986/88, p. 74 verso).

## **Obras**

A relação das obras aqui inseridas, referente à Nona Legislatura, encontrada nos documentos oficiais da Câmara, possivelmente não refletem ao conjunto mais completo de todas as realizações nesse período. No Livro de Atas 1983/84, p. 17, verso e 18, fazem alusão á apresentação da Mensagem do Executivo. No entanto, somente refere-se a “recuperação e conservação das

Praças Públicas para o embelezamento da cidade”, não houve registro da relação, em Ata, dos nomes e da quantidade de praças. A seguir, faz-se referência a algumas dessas realizações registradas dispersamente nos Livros de Atas:

- Posto Médico na Agrovila do Cabory (Parc. Fundação SESP e Prefeitura), (Livro de Atas, 83/84, p. 30);
- Restauração da Praça Suzana de Jesus Azêdo, (Livro de Atas 1983/84. P. 38 verso)
- Escola Agrícola, (Livro de Atas 1985/86, p. 56)
- Calçamento do acesso ao Cruzeiro do Sul do Cemitério São José, (Livro de atas 1985/86, p. 81)
- Ligação da Francesa com o Bairro Gentil Belém (hoje Santa Clara) e Palmares, (Livro de Atas 1985/86, 69)
- Pavimentação das ruas Pe. Vitor e Terra Santa, (Livro de Atas 1987/88, 140 verso)
- Construção da Praça do Folclore, com grande tablado, que passou se chamar “Messias Augusto”, para o Festival Folclórico, (Livro de Atas 1985/86, p. 14 verso e 15)
- Construção do Novo Bumbódromo, em substituição ao “Tabladão” (Parc. Prefeitura

e Governador Amazonino Mendes), (Livro de Atas 1987/88, 134 verso)

- Reforma e instalação dos Refletores do Estádio Tupy Cantanhede, (Livro Atas 1987/88, p. 143)
- Segundo o Ex-vereador Antônio Pontes foram construídas cinquenta escolas na zona rural (Parc. Executivo, Legislativo, Governo Estadual e PDRI)
- Segundo Gonçalves 2012, p. 121 a 122 e 119, foram construídos nesse período o Mercado “Mundico Barbosa”, no Bairro da Francesa, Mercado “Raul Góes”, no Bairro São Benedito, creches na zona urbana, pavimentação de várias ruas do centro com cimento, pedra e areia; além da Estrada do “Contorno” (hoje Estrada Eduardo Braga) e Estrada do Parananema, as quais foram revestidas somente piçarra.

O vereador Antônio Pontes ao se referir sobre a administração do Sr. Prefeito Municipal faz uma lista de algumas de suas atividades, as quais se observam a seguir:

[...] falou sobre a administração do Sr. Prefeito Municipal que vem superando as dificuldades financeiras do Município com esforço e coragem e pediu que sejam transcrito as suas

atividades: 1- construção da Escola Guajarina Prestes, 2- construção da quadra de esporte na Escola “Ryota Oyama”, 3- reconstrução do Jardim de infância Hipólito Correa, 4- construção da Escadaria do Mercado “Raul Góes”, 5- construção de esgotos para escoar água pluvial – Ruas: Armando Prado, Clarindo Chaves, Travessa Cordovil e Avenida Amazonas, 6- terraplenagem e aterro do Beco Independência, 7- terraplenagem, aterro e esgoto dos becos Furtado Belém e Coronel José Henrique, 8- conclusão do asfaltamento da Rua Paraíba, 9- terraplenagem e aterro da Rua Maués, 10- construção da escolas rurais – Brasil/Roça, Ilhas das Guaribas, Santa Terrezinha do Cabory, 11- Pré-Escolares do Cabory e Comunidade evangélica do Zé Miri, 12- reconstrução da Escola do Araçatuba, 13- entrega de material de construção – Posto de Saúde do Mato Grosso, Valéria, Jauari e Nova Olinda, 14- aquisição de casas de professores no Maranhão, 15- recuperação do trato – Colônia Santa Fé – Zé Açú, 16- terraplenagem e limpeza das ruas do Cabory, 17- construção do muro de contenção na Comunidade do Zé Açú. [...] (Livro de atas 1987/88, P. 20).

### **Loteamento de Terras**

O crescimento urbano e demográfico na Cidade de Parintins, na década de 80, continuava em evidência. Novas áreas de terras foram loteadas nesse período para atender uma demanda populacional que migravam, principalmente da zona rural, para a zona urbana do Município, em busca de melhores condições de vida.

Um dos locais do Município, no processo de loteamento, que gerou inúmeras opiniões entre o Legislativo, o Executivo e muitos populares, foi à área do Antigo Aeroporto Pichita Cohen, localizada entre o Bairro do Palmares e o centro da cidade, a qual, nesse período, foi muito disputada. Uma das principais áreas da Cidade de Parintins, onde hoje estão instalados a Praça da Liberdade, a Primeira Igreja Batista de Parintins, a Câmara Municipal, o Conjunto Macurany, o Bumbódromo, o SAAE, e outros. Essa localidade já vinha sendo especulada desde a Sétima Legislatura com a Administração do Ex-Prefeito Benedito Azedo, em seguida, na Oitava Legislatura, na Administração do Ex-Prefeito Raimundo Reis e Paulo Vitorino, essa área foi loteada e distribuída, vindo, em seguida, a ser anulada pela atual Administração.

Visando solucionar os problemas de expansão da zona urbana do município, como também atender em parte a população de baixa renda e aproveitar em benefício do povo de Parintins uma área nobre da cidade, ao final da Oitava Legislatura foi aprovado uma Lei com o seguinte teor:

**LEI n° 01|83–AEPMP.**

ALTERA e acrescenta dispositivo à Lei n°17, de 16 de Dezembro de 1982, que autoriza o Poder Executivo a determinar estudos e fazer loteamento urbano da área do antigo Aeroporto, e dá outras providências.

O cidadão PAULO VITORINO DE MENEZES, prefeito municipal de Parintins, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Extraordinária aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

ALTERA e acrescenta dispositivo à Lei nº17, de 16 de Dezembro de 1982, que autoriza o Poder Executivo a determinar estudos e fazer loteamento urbano da área do antigo Aeroporto, e dá outras providências.

Art. 1º - O parágrafo único do art. 2º da lei nº 17, de 16 de Dezembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º- .....

Parágrafo 1º-O lote dado a qualquer das entidades discriminadas neste artigo deverá ser utilizada de acordo com o Código de Postura do Município, sob pena de nulidade, hipóteses em que voltará a pertencer ao Patrimônio Municipal, independente de qualquer indenização ou de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo 2º-Os lotes revestidos ao Patrimônio Municipal, na forma do parágrafo anterior, bem como os não utilizados poderão ser doados a particulares com vista à expansão da zona urbana do Município, obedecido o disposto nos artigos. 30 e 31 da Lei nº 09, de 20 de novembro de 1980. [...]” (Livro de Registro de Leis, de Cadastros e Resoluções ano 1981 a 1988)

A justificativa do Projeto dessa Lei, segundo o Livro de Registros de Projetos, Decretos e Resoluções de 1983 a 1985, não era modificar o objetivo da mesma,

“apenas tornar claro as obscuridades existentes”. No entanto, com a posse da nova Gestão Municipal, o Executivo, analisando a situação dos documentos das terras da referida área que foram doadas, encontrou várias irregularidades, motivando esse Poder a apresentar, para apreciação e aprovação do Executivo, o Projeto de Lei Nº 05/83 – AEPMP e sua justificativa mediante o Ofício nº 90/83 – AEPMP:

Autoriza o poder Executivo Municipal, a fazer cancelamento dos Títulos de Aforamentos e Definitivos na área do antigo aeroporto PICHITA COHEN, justificando-o com o seguinte:

1 – O executivo Municipal encaminhou a esta Augusta Casa, Projeto de Lei, pedindo autorização para fazer estudos e lotear urbanisticamente as terras do antigo aeroporto PICHITA COHEN, nesta cidade, tendo aprovado e transformado em Lei sob o nº 17/82 – AEPMP de 16.12.82.

2 – Posteriormente foi sancionada a Lei Municipal nº 01/83 – AEPMP de 14.01.83, que alterou e acrescentou dispositivo a Lei de nº 17/82 – AEPMP de 16.12.82.

3 – Com base nesses dois Diplomas legais o Executivo fez a distribuição gratuita para uns e onerosas para outros, de títulos definitivos num total de 290 Títulos expedidos na área.

4 – O valor arrecadado com a alienação das terras não foram contabilizadas, apenas 20 Títulos tiveram seus valores recolhidos em Banco oficial, como determina a Legislação Municipal em vigor.

5 – Requer-se os cancelamentos dos Títulos tanto de aforamentos como de definitivos para reordenamento e localização das novas áreas

Entretanto, o Vereador José Teixeira Barros entendendo que algumas pessoas que já possuíam terras, doadas pela administração, por infração da Lei federal nº 6.766 de 19.12.79 (Lei do Solo Urbano) [...] combinando com a Lei de Terras do Estado do Amazonas e a Lei Municipal nº 09/80 – AEPMP de 21.09.80, (Lei de Terras do Município de Parintins em face de não ter sido elaborado o Projeto de Loteamento Urbano da área, em apreço, o que por si só, constitui-se em infração a Lei Municipal nº 17/82 – AEPMP – de 16.12.82.

6 – O Executivo Municipal na justificativa do Projeto de Lei nº 012 A/82 – AEPMP, de 01.01.82, encaminhado do Ofício nº 160/82, diz textualmente: “É mister esclarecer a Vs. Exas, que o loteamento com a conseqüente distribuição, somente se realizará após ser elaborado Projeto Urbanístico pelo setor competente do Município, aquém caberá dar destinação específicas aos lotes urbanos, inclusive com a preservação do meio ambiente”, logo a distribuição e vendas dos terrenos do pseudo-loteamento na área do antigo Aeroporto PICHITA COHEN, fraudulenta, demagógica, mentirosa e ilegal, isto porque não foram realizados nem os estudos e nem o loteamento a que se propôs fazer este Poder e como determina a Lei: como material descritivo, planta de localização, preservação de áreas verdes, sistema de circulação, espaços livres para usos públicos, etc, tudo de acordo em o art. 4º item I e seguintes da Lei nº 6.766.

7 – Não houve por parte da administração anterior nenhum ato jurídico aprovando o loteamento autorizado [...]

8 – Nem tão pouco respeito a Legislação Federal [...] que diz respeito ao parcelamento do solo urbano e Lei de terras do Município.

13 – Foram alienadas terras da área do antigo Aeroporto PICHITA COHEM, as pessoas já portadoras de concessões anteriores sem nenhuma justificativa plausível, num total desrespeito ao art. 36 parágrafo 1º, 2º da Lei Municipal nº 09/80 – AEPMP de 20.11.80.

Atentem senhores vereadores, para o crime cometido contra a coisa pública e contra a própria população, isso porque os interessados, [...] pagaram ao então chefe de Serviço de Terras [...] a importância de Cr\$ 32.000,00 [...] por lote adquirido, sem que esse dinheiro desse entrada na Tesouraria do Município [...].

Vale salientar que o ex-Prefeito Paulo Vitorino de Meneses, ciente de que a Comissão de Auditoria estava ouvindo em depoimento, as partes lesadas por sua administração, na tentativa de regularizar os processos de alienação de terras do aeroporto, recolheu ao BANCO DO BRASIL S/A, Agência de Parintins a importância de Cr\$1.850.371,01 [...], no dia 08.02.83, quando já não era mais Prefeito, embora a guia esteja datada de 28.01.83, comprovando de forma documental sua apropriação indébita e o reconhecimento da emissão fraudulenta dos Títulos Definitivos na área do Aeroporto (Doc. Xerocopiado anexo). (Livro de Registros de Projetos, Decretos e Resoluções 1983 a 1985, p. 15 a 17)

O Vereador José Teixeira Barros, percebendo que algumas pessoas poderiam ser lesadas nos seus

direitos em relação a terras dessa área adquiridas por aforamento ou compra, apresentou em Plenário uma Subemenda Substitutiva ao Art. 1º do Projeto de Lei nº 05/83 – AEPMP, objetivando assegurar esses direitos, a qual gerou embates entre alguns vereadores:

[...] Considerando, ainda, a Emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, não assegura o direito aos proprietários de terra na área do antigo Aeroporto PICHITA COHEN, indo assim de encontro com o art. 153, parágrafo 1º, 2º, 3º e 22 da Constituição Brasileira

E ao exposto as considerações, apresento a consideração do Egrégio Poder Legislativo “SUB EMENDA”, acrescentando “Parágrafo Único” ao Art. 1º com nova redação no Projeto de Lei nº 05/83, oriundo do Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Assegura o direito até cinco (5) lotes de terras individualmente às pessoas que na área do antigo Aeroporto PICHITA COHEN, com Títulos Definitivos ou Aforamentos pago ou não. (Livro de Registro de Projetos, Decretos e Resoluções, p. 19)

Em uma Sessão Ordinária realizada no dia cinco de abril de 1983, segundo Livro de Atas 1982/83, p. 80 a 82, foi bastante discutida essa Subemenda. Tentando justificar a sua posição, o Vereador José Barros afirma “que esta sempre ao lado do povo que o elegeu e que essa emenda foi resultado de sérios estudos [...] Pois esse parecer assegura o direito dos cidadãos, que possuem as

terras”. O Vereador José Maria disse que “o parecer esta cheio de incertezas e engano”. O Vereador Orlando Hatta argumenta dizendo que “esse projeto tão falado foi feito para satisfazer um esquema Político que até a planta que veio para esta Casa foi apenas um papel enxovalhado”. Continuando o seu discurso, afirmou, ainda, que “o ex-prefeito Raimundo Reis ficou durante cinco anos avacalhando o povo, que não fez escolas com o dinheiro público”. Por motivo de ter sido esgotado o tempo regimental, ficou para a próxima Sessão a discussão e votação da subemenda.

Na sessão seguinte realizada no dia sete de abril de 1983, continua a discussão sobre a Subemenda do vereador José Barros. O Vereador José Maria Pinheiro defende a inclusão do documento no Projeto de Lei nº 05/83, pelo fato de já haver doado os três (3) lotes de terra que havia adquirido, em seu nome, na área do antigo aeroporto Pichita Cohen, da administração anterior. A esse respeito o vereador justifica:

[...] Falou que ganhou três (3), doou um para o Boi Caprichoso, outro para um amigo e o terceiro que está no nome de sua mulher e conhecendo o problema da Escola de Santa Clara que precisa de um terreno em frente a Capela e que o dono faz permuta resolveu doar o terreno de sua esposa aos representantes daquele Bairro que vieram em Comissão e passou às mãos os documentos do referido terreno para que seja transferido o terreno do aeroporto para o dono do terreno em frente à

Capela e este transfira para a construção da Escola do Bairro. Falou que irá aguardar que seja confirmado. [...] (Livro de Atas 1982/83, p. 84).

O vereador Raimundo Muniz, tomando a palavra, nesta mesma sessão, p. 84, frente e verso, dá ênfase a Lei nº 17/82 aprovada na Legislatura passada, dizendo que a mesma “autorizava o Sr. Prefeito a doar às terras e não disse a quem mas que proibia dar a quem já tivesse terras”. Após o vereador Orlando Hatta afirmar que “devem ficar com os terrenos os que tenham condições de construir”, o Vereador José Barros, na página 84 verso, agradeceu seus pares pelo apoio dizendo, ainda, que quando aprovou a Lei nº 17/82 e a Nº 01/83, foi pensando em ajudar o povo, e que “não sabe se terá punição do seu partido talvez até com cassação de seu mandato, mas fez a subemenda pensando apenas no povo que o elegeu”. Na página 88 verso, o Vereador José Maria, em plenário, comentando sobre os vereadores que compunham a Comissão de Redação Final, afirma que os mesmos estão sendo usados e manipulados pelo Executivo por serem inexperientes. Disse mais, “que é membro da comissão e não reuniu para discutir o Parecer para ser dado, pediu o Projeto e não foi atendido. Disse que a Câmara é independente, se há boa fé por que não foi atendido?” este assunto ainda foi bastante discutido, no entanto, ao ser colocado em votação o parecer contrário à Subemenda, deu empate, sendo desempatado

pelo Sr. Presidente, que deu voto favorável ao parecer da Comissão.

Aprovado o Projeto de Lei nº 05/83, sem a Subemenda, pelo Legislativo Municipal, o mesmo se transformou na Lei de nº 04/83 – AEPMP que:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REEXAMINAR OS PROCESSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS E DE AFORAMENTOS, CONCEDIDOS NA ÁREA DO ANTIGO AEROPORTO “PICHITA COHEM”, NESTA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc. Faz saber a todos que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão ordinária realizada dia 15 de abril de 1983, aprovou e sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a reexaminar os processos de emissão de Títulos Definidos e de Aforamentos na área do antigo Aeroporto “Pichita Cohen”, nesta cidade e a cancelar se necessário forem, os Títulos emitidos irregularmente.

Art. 2º - O cancelamento autorizado no artigo anterior será processado nos termos da Lei de Terras em Vigor, após análise individual dos processos que emitiram os Títulos Definitivos e de aforamentos.

Art. 3º - O Poder Executivo resguardará para fins de ordenamento Técnicos –Jurídicos do loteamento, os princípios que regem a Lei do Solo Urbano, bem como as áreas de entidades públicas e autarquias, previstas na Lei

Municipal nº 17/83 de 16.12.82. [...] (Livro de Registros de Leis, Decretos e Resoluções 1981 a 1988, p. 56 verso e 57).

Depois de regulamentado a documentação dessa área, o novo processo de loteamento é colocado em ação, conforme a Lei nº 042/84 no seu “Art.1º - Fica aprovado o projeto de Loteamento e Urbanização da área do antigo Aeroporto “PICHITA COEHN”, nesta cidade”, o qual continuava sendo alvo de crítica de alguns populares e vereadores. No dia quatro de abril de 1986, no Plenário da Câmara Municipal, realizou-se uma Sessão Ordinária em que esteve presente o Assessor Jurídico da Prefeitura, Dr. Algenor Teixeira, atendendo solicitação da Casa para elucidação a respeito das ações do Governo Municipal quanto às terras do antigo Aeroporto Pichita Cohen. A seguir o esclarecimento:

[...] – O Sr. Presidente [...] concedeu a palavra ao Dr. Algenor Teixeira. [...] Disse que alguns títulos foram dados ainda em comício, em troca de votos [...] falou que o Sr. Prefeito não podia dar a terceiros, uma vez que teria que ter o prazo de dois anos para construir, houve a alteração da Lei nº 17/83 – citou a Lei nº 09/... em seu artigo 30º e 31º em que o município não pode dar a quem já tem terras. Através da Portaria nº 07/83 – de 07.02.83, Nomeou uma Comissão de Auditoria para estudos dos problemas de ordem legal do Município da qual fazia parte o edil Washington, que no relatório encontraram vários erros legais, foram encaminhado cópia do relatório ao Tribunal e à Câmara Municipal que não tomaram as

providências, contra os que estavam no Poder. Disse que cabia a promotoria se pronunciar, o que não foi feito. O Sr. Prefeito Gláucio Gonçalves entrou na Justiça pedindo esclarecimentos. A seguir o Dr. Algenor leu o Relatório e Sentença do Sr. Juiz Dr. Cezar Bandeira que está nos arquivos dos Autos do referido Processo e disse que foi arquivado, de plano. Disse que o Sr. Prefeito Não Revogou a Lei 17/83 e nem a 01/84 – CMP. Disse que todos os títulos foram liciados. Disse que o Tribunal deve ter conhecimento por ser público e que a Prefeitura só anulou os Títulos depois da sentença do Sr. Juiz em 14.03.84. decreto nº 05.10.84 – nº 004/84 – AEPMP e encaminhou um Projeto de Lei à Câmara Municipal que autorizou a conceder títulos. Através da 042/84 – a Câmara anulou os Títulos. Disse que muitos foram lesados e deram recibos até em Certidões de Cemitério. Foram 290 (duzentos e noventa) títulos no valor de Cr\$ 9.000.000,00 – nove milhões de cruzeiros – Disse que resolveram estudar e resolver o problema pela parte administrativa. Disse que foi criada a Lei nº 0001/86 – autorizando a desapropriar as terras. Disse que o Conselho de Contas está chamando os responsáveis a se defenderem. Afirmou que o Sr. Prefeito vai dar terras a quem precisar. [...] O edil José Barros falou que o Dr. Algenor deixou de relatar que o Sr. Paulo Vitorino fez concessões a Órgãos. E que o Sr. Prefeito Gláucio Gonçalves baixou Decreto suspendendo às construções de obras na área. Disse que o Sr. Paulo Vitorino recolheu Cr\$ 1.200.000,00 – um milhão e duzentos mil cruzeiros referente a 60 (sessenta) lotes, assegurando os direitos dessas pessoas. Disse que o Sr. Prefeito atual não chamou os proprietários e por isso recorreram ao seu

Representante. Daí o motivo de recorrerem à Justiça e que por isso os defende. O Dr. Algenor disse que quem cometeu a fraude foi a administração passada. Disse que o recolhimento do ex-Prefeito foi ilegal que tem depoimento que provam. [...] O edil José Barros falou que a Prefeitura trocou uma área do aeroporto com o Italiano com a ilha. O Dr. Algenor falou que foi a Câmara que aprovou a área em janeiro de 1983, e não houve troca com o Italiano. O edil Admilson Duarte disse que acompanhou passo a passo todas as leis que foram acatadas pela Câmara e que esta não é culpada. Acha que é hora de um esclarecimento. Disse que se agora a Câmara tomasse uma decisão contrária estaria se contradizendo. Disse que o projeto foi claro que concedeu às terras e que vai beneficiar aos que não tem suas moradas [...] O edil José Barros falou lembra de ter aprovado a Lei nº 17/82 e nº 001/83, mas não lembra de ter aprovado a Lei que doou as terras ao Italiano.[...] (Livro de Atas 1985/86, p. 189 verso a 191).

Outras áreas de terras, nesse período, foram loteadas, aprovadas e denominadas pelo Legislativo Municipal. O bairro que hoje é o Dejard Vieira foi aprovado seu loteamento, segundo Livro de Leis, Decretos e Resoluções, 1981 a 1988, p. 58, frente e verso, através do Decreto de Lei nº 26/83 – AEPMP que “APROVA O LOTEAMENTO “MACUCAUA” DE PRORIEDADE DE RAYMUNDO DJARD VIEIRA, NESTA CIDADE”. Em seguida, no mesmo Livro, p. 66 verso, registrou-se a LEI nº 016/83 – AEPMP que “DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL AO LOTEAMENTO

“MACUCAUA” NESTA CIDADE”, o qual, segundo o Artigo 1º da mesma Lei, na mesma página, reza: “O loteamento “MACUCAUA” nesta cidade passa a denominar-se de “BAIRRO SOUZA FILHO” (Atualmente Bairro Dejard Vieira). Os nomes das ruas do referido bairro, receberam denominação oficial através da LEI nº 017/83 – AEPMP, inserida no mesmo Livro de Lei, p. 67, frente e verso, em anexo.

Os loteamentos de terras na cidade de Parintins visavam o crescimento urbano de maneira legal e organizada. O DECRETO nº 027/83 – AEPMP, registrado no Livro de Leis, Decretos e Resoluções, 1981 a 1988, p. 58 verso e 59, “APROVA O LOTEAMENTO “MULUA” DE PROPRIEDADE DO Sr. LUIZ LOBATO TEIXEIRA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Visando melhor organização da área foi aprovado outro documento em que, segundo está registrado no mesmo livro, na p. 65, frente e verso, na LEI Nº 014/83-AEPMP, “DÁ A DENOMINAÇÃO OFICIAL AO LOTEAMENTO MULUA E ÀS RUAS E AVENIDAS NELE EXISTENTES”. N artigo 1º letra a, reza: “Ficam mantidas as designações de BAIRRO SANTA RITA DE CÁSSIA [...], constante no mapa de loteamento de acordo com o DECRETO Nº 027/83-AEPMP”. A área em que hoje é o Distrito Industrial foi desapropriada, também, nesta Legislatura, documentada, ainda, no mesmo Livro de Lei, p. 79, frente e verso, na Lei Nº 03/84-AEPMP. No seu Art. 2º, “Os imóveis e

benfeitorias descritos no art.1º da presente Lei, são de propriedade da família Alaggio e de Manoel Esteves do Rosário Junior”. O nome das ruas, extensão e limites das áreas, estão em anexo nesta pesquisa.

## **ECONOMIA**

### **Agricultura, pecuária e pesca**

O Município de Parintins, nesse recorte de tempo, não ficava isento da situação econômica crítica em que o Brasil se encontrava. A instabilidade financeira atingia as principais fontes de capital da municipalidade, principalmente no setor primário como, agricultura, pecuária e pesca. Tanto no período do verão, com a estiagem, quanto no inverno, com a cheia, as dificuldades do agricultor e do pecuarista eram evidentes em relação aos preços baixos. A esse respeito o vereador Washington Luiz fala:

[...] sobre os graves problemas que estão afligindo o nosso agricultor, como seja o problema da água e a falta de bom preço para os produtos agrícolas, a juta, que será uma safra menor que do ano passado, o gado que não tem preço suficiente e que os criadores não estão em condições de criar [...] (Livro de Atas 1982/83, p. 96).

Além desses fatores que vinham contribuindo para a desestabilidade financeira do município, foi

detectado, além disso, na fala do Vereador Washington Luiz, no Livro de Atas 1982/83, p. 71, uma menção relacionada a doenças que estavam afetando o rebanho bovino do município: “Falou da “Febre Aftosa” que está atacando o gado em época diferente”. Apesar das dificuldades com a pecuária, a situação da juta era bem mais difícil. O mesmo vereador, na p. 96, do mesmo Livro, desta feita, refere-se “sobre os graves problemas que estão afligindo o nosso agricultor, como seja, o problema da água e a falta de bom preço para os produtos agrícolas, a juta”. Sobre a mesma situação, o Vereador Admilson Duarte, na p. 116, direciona o seu apelo ao Governador do Estado, Sr. Gilberto Mestrinho, Deputado Enéas Gonçalves, a Assembleia Legislativa e Prefeitura Municipal, para “que seja estudado com carinho os problemas da juta quanto ao preço, e que juntos analisem a situação dos juticultores”. No Livro de Atas 1983/84, p. 38 verso e 39, O Edil Washington, enfatizando sobre a preocupação dos juticultores em relação o compromisso do Governador que havia prometido que o quilo da juta seria de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), “soube que as Prensas se reuniram e não querem pagar mais de Cr\$ 450,00 – Apelou ao líder do Governador nesta Casa que procure [...] saber se tem fundamento esse preço” Em uma Sessão Ordinária realizada em vinte e nove de setembro de 1983, compareceu em plenário o Sr. Raimundo Mendes Leal, Presidente em exercício da Cooperativa Mista dos Juticultores de Parintins, para

prestar esclarecimentos sobre a situação em que se encontrava essa entidade:

[...] falou que o seu trabalho foi o mais difícil que já encontrou, chegando a chorar de tantas dificuldades que tem atravessado. Falou que a Cooperativa esta doente pela falta de responsabilidade dos seus dirigentes que o antecederam, por falta de cuidado. [...] uma dívida de Cr\$ 303.699.260,00 [...] e bens penhorados na Justiça do Trabalho [...] (Livro de Atas 1982/83 p. 167, frente e verso).

### **Distrito Industrial**

Embora a Cidade de Parintins fosse privilegiada com algumas empresas em relação a outros municípios, já começavam a emergir sintomas de algumas crises de empregos e conseqüentemente financeiras as quais exigiam medidas a serem tomadas pelo poder público. Pensando em crescer à comuna alternativas de renda com a finalidade de melhorar a economia municipal, o Governador do Estado, Sr. Gilberto Mestrinho, em um encontro com autoridades municipais visou, segundo o Vereador Orlando Hatta, no Livro de Atas 1982/83, p. 106 verso, “formar 50 (cinquenta) empresas”. Disse, ainda, o Vereador que “o financiamento é que é pouco o prazo para repor. Acha mais viável o empréstimo dado pela SUDAM que é mais leve os juros”.

A partir de então, começa-se a ser pensado na desapropriação de uma área que dessem condições de serem implantadas essas novas empresas. Foi

apresentado em Plenário no dia 21 de maio de 1984, o Ofício nº 175/84 – AEPMP, com o seguinte teor:

Senhor presidente: Encaminho a V Exc. para ser submetido a apreciação do Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 007/84 – AEPMP, que autoriza o Município de Parintins a desapropriar por utilidade pública, os imóveis pertencentes à família Alaggio e Manoel Esteves do Rosário Junior, para implantação do Distrito Agro-Industrial de Parintins, justificando-o com a seguinte:

1 – Parintins, como mostra a pesquisa socioeconômica, possui características similares à Itacoatiara, entretanto melhores qualidades de serviços urbanos – bancários, médicos-hospitalares e direcional – do que Itacoatiara. Nota-se também que, apesar do setor madeireiro ser significativo em número de estabelecimento, o têxtil é o que mais emprega – 70% do pessoal ocupado na indústria local. Seu perfil industrial e de produção encontra-se significativamente mais diversificado que Itacoatiara.

Este fato se deve particularmente, a menor polarização por Manaus sobre este Município. De fato, Parintins alcança um menor um menor número de relacionamentos urbanos que Itacoatiara. E se constitui no principal eixo hidroviário da Micro-região, polarizando diretamente os núcleos urbanos de Barreirinha, Nhamundá, Urucará e exercendo influência numa área de 250 Km de raio, até os limites de área de polarização de Santarém, centro com o qual mantêm maiores ligações econômicas, apesar de fazer parte da área de influência de

Manaus em função das relações de ordem administrativas.

Tal como Itacoatiara, Parintins apresenta maior parte da população – (51,4%) no núcleo urbano, indicando uma urbanização precoce tendo em vista a produção municipal estar essencialmente dependente do setor primário.

2 – A estratégia de desenvolvimento através de pólos de crescimento, tem demonstrado, que, o crescimento acelerado do pólo regional, ao invés de apenas atrair investimentos extra-regionais, na maioria das vezes drena os recursos naturais financeiros e humanos de outros centros regionais, em função das oportunidades dispare criadas, e da própria expectativa das populações periféricas de melhoria de qualidades de vida no polo regional.

Observa-se também o artificialismo da economia criada dependentes de insumos e mercados externos, guardando pouca vinculação com a economia local o que torna-se ainda graves na situação de portos livres, onde a indústria regional, voltada a produção de bens especiais, tende a dar lugar a uma indústria de supérfluos.

Desta forma é necessário um esforço um esforço no sentido de manter-se as indústrias de vocação regional, já que Parintins possui um incipiente parque industrial integrado a economia local, entretanto, já demonstra um processo de esvaziamento em relação ao centro de Manaus.

Neste sentido, o centro de Parintins deve voltar-se essencialmente ao estímulo de uma indústria de aproveitamento dos insumos abundantes na região.

Assim, a política de desenvolvimento econômico para esses municípios deverá se

pautar por diretrizes que contenham estímulo ao direcionamento da indústria rumo à sua vocação regional.

3 – Para implantar e ajudar no desenvolvimento econômico de Parintins havia a necessidade de aquisição das áreas mencionadas no Projeto de Lei em apreço. [...] (Livro de Registro de Projetos, Decretos e Resoluções, p. 125 verso a 127).

Após apresentação do projeto e sua justificativa contendo, também, os limites e tamanho da área, foi discutido e aprovado em Plenário, sendo sancionado pelo Prefeito Municipal em 13 de dezembro de 1984, como Lei N° 03/84-AEPMP. O que se observa a seguir:

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PARINTINS A DESAPROPIAR POR UTILIDADE PÚBLICA, O IMÓVEL ABAIXO DESCRIMINADO.

O Cidadão Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Ordinária do primeiro período Legislativo do corrente ano, aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. – 1º Fica o Município de Parintins autorizado a desapropriar por utilidade pública, os imóveis com as benfeitorias neles existentes, conforme discriminação abaixo:

Imóvel “1”- Imóvel de propriedade da família Alaggio

Área – 525.397,13m<sup>2</sup>

Limites:

NORTE – com Estrada Parintins/Parananema c/ 374,05m.

OESTE – com José Rolim c/1.282,10m.

LESTE – com Raimundo Dejard Vieira c/ 1.208,95m.

SUL – com Osmar Faria c/ 402,50m

Benfeitorias – a área total possui campo natural de pastagem.

Imóvel “2” – Propriedade de Manoel Esteves do Rosário Júnior.

Área – 74.275,47m<sup>2</sup>

Limites:

SUL – com Estrada Parintins/Parananema c/ 373,00m

Leste – com Companhia Fabril Juta de Parintins c/228,65m

Oeste – com José Rolim c/ 174,20m

Norte – com Aningal Vista Alegre c/ 363,40m

Benfeitorias – a área total possui campo de pastagem natural.

Art. 2º - Os imóveis e benfeitorias descritos no art.1º da presente Lei, são de propriedade da família Alaggio e de Manoel Esteves do Rosário Junior, destinam-se a implantação do Distrito Agro Industrial de Parintins.[...]” (Livro de Registro de Leis 1981 a 1988, p. 79 e 80)

O desmembramento da área foi efetivado, no entanto, a crise econômica que afetava toda a Nação Brasileira não deixava isento a Região Norte, neste caso, o Município de Parintins, o qual lamentavelmente amargava o fechamento de algumas indústrias na cidade, deixando muitos pais de famílias desempregados. O

Vereador Orlando Hatta em um de seus discursos no Plenário da Câmara enfatiza a esse respeito:

[...] falou que tem os seus colégios para os alunos, mas é vazio de indústrias. Disse que deparamos com o fechamento da INDIL, Olaria do Sr. João Novo e Finalmente a FABRILJUTA. [...] Disse que a Empresa Carneiro levou um dos conjugados da FABRILJUTA e que a atual fechou, e que talvez tenha sido pela fraqueza do PDS, e possivelmente a utilização de verbas indevidas. [...] (Livro de Atas 1985/86, p. 27).

O vereador José Maria Pinheiro, conforme registro no Livro de Atas 1985/86, p. 40, em seu discurso legislativo relacionado a esse assunto comenta sobre o deficit deixado pelo Diretor da FABRILJUTA no Estado, que foi de “um bilhão de cruzeiros, não pagou o ICM por (sete) 7 meses” e que, segundo ele, “não deseja compactuar com esse capitalista sujo”.

O Vereador Orlando Hatta visando lembrar promessas feitas pelo Governador Gilberto Mestrinho à população parintinense em praça pública a respeito do Distrito Industrial de Parintins, que viria a empregar até mesmo os que haviam perdido seus empregos na FABRILJUTA, apresentou um Requerimento de número 24/86, sendo apoiado, em seguida, pelo Vereador José Maria Pinheiro:

[...] em que pede após ouvido o Plenário que seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Comércio, Indústria e Turismo, para informar qual o motivo dá estagnação do propalado Distrito Industrial de Parintins e se há perspectiva de funcionamento. [...] o edil José Maria falou que a dias atrás tirava a culpa do Secretário; mas hoje analisa que está chegando ao fim o mandato do Sr. Governador do Estado Professor Gilberto Mestrinho que fechou os olhos para os apelos feitos por representantes e demais autoridades de Parintins quanto ao “Grave” problemas de empregos e não tem dado a mínima importância. Disse que tem observado a chegada de Secretários de Estado em lanchas e aviões e que nada fazem, estão semelhantes aos do PDS. [...] (Livro de Atas 1985/86, p. 180 verso a 182).

O Executivo Municipal observando que as promessas do Governador Gilberto Mestrinho em implantar 50 (cinquenta) empresas em Parintins, precisamente na área do Distrito Industrial, não seria concretizado, toma uma medida que, a princípio é elogiada por alguns vereadores:

[...] o edil Admilson Duarte apresentou “MOÇÃO DE APLAUSOS” ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Gláucio Bentes Gonçalves, pela tomada de Posição, em autorizar as firmas interessadas a utilizarem a área destinada para implantação do Distrito Agro-Industrial. [...] Disse que nem a SUFRAM, nem o Sr. Governador estão se importando com o Problema. Disse que é louvável a atitude do

Prefeito em liberar a referida área. [...] (Livro de Atas 1986/88, p. 15 e 16).

Para complemento desta pesquisa em relação a este assunto, buscou-se na oralidade depoimento do Vereador da época, Antônio Pontes, o qual afirmou que “as promessas feitas em relação ao Distrito Industrial era somente propaganda política que nada foi feito de concreto, foi só especulação”.

### **Desemprego**

A situação econômica em que se encontrava o Brasil, no andamento da Nona Legislatura, era complexa. Um vasto volume de desemprego afetava todo o país, e Parintins não estava fora desse contexto, ao ponto de o Vereador Orlando Hatta em Sessão Parlamentar, registrado no Livro de Atas 1982/83, p. 83, fazer um comentário preocupante a esse respeito, “Falou sobre a calamidade pública que o país vem sofrendo e que é a falta de desemprego que todos sentem, pediu ao Sr. Prefeito que estude uma maneira de minimizar esse problema”.

A crise chegava aos cofres do Poder Público Municipal, ao ponto de muitos pais de famílias perderem seus empregos, ficando esses trabalhadores em situação difícil. Segundo o edil José Barros, no Livro de Atas 1982/83, p. 162, havia um grande número de pessoas que haviam sido demitidas pela atual Administração Municipal, “e que muitos não foram indenizados, apelou

ao Executivo para que faça esse pagamento. Apelou ao Líder do Sr. Prefeito para que torne a posição desse pagamento”. O mesmo vereador em outra ocasião comenta sobre a situação financeira de muitos cidadãos parintinenses desempregados, os quais estão buscando alternativas no pescado:

[...] Falou que visitou os bairros e viu a grande quantidade de desempregados que estão a mercê da sorte, labutando diariamente pela sobrevivência de seus familiares. Disse que algumas empresas estão aguentando e o Governo do Estado com um maior número de funcionários. Disse que esse desemprego é uma consequência da falência da FABRILJUTA que abrigava a mais de 700 (setecentos) famílias. Falou que a safra do pescado tem ajudado a nesses pais, mas a entressafra do gado não dá condições, o que passa a gerar um grave problema social. Disse que se as autoridades não tomarem sérias providências vai gerar um grande problema social, onde vão surgir mais ladrões e pivetes [...] (Livro de Atas 1985/86, p. 125, frente e verso).

### **Crédito Bancário**

O clima na Região Norte do Brasil é verão e inverno. O amazônida, principalmente o parintinense, nesse tempo tinha dificuldade em adaptar a pecuária e a agricultura nessas duas situações climática. No verão, por exemplo, existia o problema da seca ou estiagem que era muito intensa; já no inverno, a região era castigada com um grande volume de chuvas causando grandes

enchentes. O pecuarista e o agricultor, principalmente os jaticultores, em que na sua totalidade produziam nas terras de várzeas, sentiam o maior impacto climático, perdendo, muitas vezes, grande parte de suas produções, não tendo condições, porém, de sanar suas dívidas com os bancos, que os financiavam. Os vereadores conhecendo a situação do homem do campo tentavam, através de documentos, encontrarem soluções para esses transtornos. A seguir os vereadores José Barros e Antônio Pontes comentam e pedem providências sobre a situação:

[...] Falou sobre a situação crítica os criadores e produtores rurais, em consequência de mudança de clima da região, causando sérios prejuízos aos produtores. Falou sobre os vencimentos dos empréstimos feitos nas Casas Bancárias que estão vencidos e não há condições de pagá-los. Apresentou o Requerimento n.º 27/83, em que solicitou que seja enviado expediente ao atual presidente do Banco do Estado do Amazonas e Governador Professor Gilberto Mestrinho, solicitando estudos para ajudarem os criadores, determinando a prorrogação de débitos para o corte de capim em 1982 e que vence por todo este mês. [...] A seguir o edil Antônio Pontes falou [...] quanto ao atendimento dos mesmos junto as Casas Bancárias os quais perdem dias em busca de ajuda financeira que tanto precisam e são mal recebidas e gastam as suas reservas por dias e dias o que se transforma em sérios prejuízos para o agricultor. Apelou no sentido de que haja uma providência pelas autoridades no sentido de um melhor

atendimento ruralistas, para que haja uma produção mais atuante do pobre homem do campo. [...] (Livro de Atas, 1982/83, p. 70).

Nessa ocasião as maiorias dos pecuaristas, sobretudo os pequenos criadores, não possuíam campos de pastagens suficientes nas áreas de terra firme. No período de inverno, quando a enchente alagava os campos de várzea, os pecuaristas transferiam seus rebanhos para essas localidades que não possuíam pastagens suficientes para alimentar os animais. Era necessário, porém, mão de obra para o corte de capim das barrancas submersas dos lagos, que serviam de alimento para o rebanho. Para a concretização desse trabalho eram necessários recursos financeiros, os quais, normalmente vinham através de financiamentos bancários. No Livro de atas 1983/84, p. 89, o vereador José Walmir de Lima, faz uma solicitação direcionado ao Presidente do Banco do estado do Amazonas (BEA), Dr. Silvestri de Castro Filho, e outras entidades estaduais, “apelando para que use medidas atendendo Parintins através do B.E.A. de recursos para proteção dos rebanhos bovinos sacrificados pelas enchentes, o corte de capim e implementos agrícolas: vacinas, canoas, terçados, etc”. A busca desses créditos emergenciais para evitar um colapso na economia do município de Parintins era evidente entre, cooperativas, sindicatos rurais e entidades estaduais que lidavam com o setor primário na região. A seguir relatos a esse respeito:

[...] TELEX DE APELO aos vereadores em favor dos Pecuaristas de Parintins – Cooperativa mista dos Juticultores de Parintins – Sindicato dos Trabalhadores Rurais – EMANTER-AM – devido aos prejuízos sofridos devido ao clima de estiagem, para que se prorrogue as dívidas sem correção monetária e se consiga crédito de emergência subsidiado aos produtores da região, para evitar um colapso na economia do município [...] o edil Admilson Duarte apresenta Requerimento nº 146/87 – em que solicita após ouvido o Plenário que a Presidência envie expediente aos representantes na Câmara federal e Assembleia Legislativa do Estado para que intercedam junto à direção dos Bancos do Brasil, da Amazônia, do Estado do Amazonas, do Bradesco e da Caixa Econômica Federal pedindo a prorrogação das dívidas sem correção monetárias, bem como a possibilidade de novos créditos, devidos aos prejuízos causados pela falta de chuva. [...] (Livro de Atas 1987/88, p. 62 verso a 63 verso).

## **CULTURA**

Parintins, como se ressalta nos dias atuais, é um campo de produção cultural diversificado. Nesta pequena ilha, já emergiram muitos talentos caboclos, os quais somente com a força de vontade, sem recursos financeiros, lutaram e ainda lutam pelo amor a arte e amor à cultura. No andamento desta Legislatura foram detectadas, nos anais da Câmara Municipal referente a

este recorte temporal, ações voltadas à produção cultural local, as quais se inserem a seguir.

### **Esporte e Lazer**

O parintinense, apesar das dificuldades financeiras do poder público, usava de criatividade para desenvolver na comunidade ações direcionadas ao esporte local. No Livro de Atas 1982/83, p. 148, uma carta foi enviada à Câmara Municipal pela Comissão de Esporte Recreativo de Parintins, “pedindo apoio e incentivo para conseguir materiais esportivos e materiais de expedientes para promoções em Esporte para Todos”. Esse evento também foi conhecido por “Rua de Lazer”. Os Jogos Estudantis, do mesmo modo, era outra atividade esportiva que se realizava sem recursos suficientes e com a boa vontade e esforços dos professores de educação física. Em sequência relatos desses acontecimentos:

[...] Admilson Duarte fez um pronunciamento sobre os Jogos Estudantis que se aproximam e disse é uma forma de se dá oportunidades ao jovem de ter a mente sadia e que esses jogos se realizam com grandes sacrifícios uma vez que a Unidade Educacional de Parintins, não dispõe de recursos suficientes para dar a assistência necessária para os jogos. Falou que os Professores de Educação Física não medem esforços para a realização da Colônia de Férias que é tão importante para o desenvolvimento de nossas crianças e pediu ao líder do Sr. Prefeito que incluía a Colônia de Férias nas programações do Executivo

para que possam realizar esse trabalho com apoio de todos. [...] (Livro de Atas 1982/83, p. 187).

O futebol parintinense, segundo o Vereador Raimundo Muniz, no Livro de Atas 1984/85, p. 02, estava atravessando uma situação precária. “Disse que antes se via o Estádio Tupy Cantanhede cheio e hoje não se vê mais isso”. Uma Sessão Ordinária realizada no dia 16 de novembro de 1984, com a presença de todos os dirigentes de clubes de futebol local, com o intuito de encontrarem soluções para amenizar a situação precária em que se encontrava o futebol parintinense:

[...] O edil Raimundo Desterro consultou se a Prefeitura tem dado auxílio na parte de atletismo. O Sr. José Nazareno, Presidente do Corinthians Esporte Clube, falou que a Prefeitura, tem dado ajuda, mas que o Sr. Prefeito não tem muita visão no campo do esporte. Falou que está faltando estímulo ao Esporte. Falou que já houve propostas para a Liga fazer uma permuta, mas não foi possível. Disse que a Liga possui várias dificuldades e sente que está faltando união. [...] Falou que não existe o representante legal junto à Federação. Só há interesse pelo voto, acha que está na hora de todos se unirem num só trabalho. [...] (Livro de Atas 1984/84, p. 09 a 12).

O Vereador Francisco Ribeiro assumiu a Presidência da Liga e iniciou um trabalho de recuperação

do estádio Tupy Cantanhede com parceria dos clubes, de populares desportistas e da Prefeitura, no qual foram construídos arquibancadas, vestiários e cabine para imprensa. A seguir o depoimento do vereador:

[...] falou sobre a reinauguração do Estádio Tupy Cantanhede que está recuperado e que como Presidente da Liga Desportiva de Parintins, encontrou sérios problemas que só serviram para dar mais coragem para prosseguir. Falou nos mutirões com a participação de desportistas, jogadores e em especial o apoio integral do Sr. Prefeito com os materiais de construção [...] falou que o Sr. Governador Amazonino Mendes vai dar a iluminação do estádio. [...] (Livro de Atas 1986/88, p. 146, frente e verso).

Após a reinauguração do Estádio, as atividades esportivas, principalmente o futebol, tiveram novo ânimo, inclusive com eventos esportivos em parceria com as rádios locais. No Livro de Atas 1986/88, p. 186, registra uma promoção da Rádio Alvorada e Liga Desportiva de Parintins que viria acontecer como sendo “a mais arrojada uma vez que virá o BOTA FOGO do Rio de Janeiro, acontecimento inédito, o que trará benefícios ao desenvolvimento do esporte local”.

### **Obras Literárias e Teatrais**

A literatura parintinense foi, nessa ocasião, enriquecida com vários frutos literários de autores da

própria localidade, as quais vieram contribuir e valorizar o conhecimento, a cultura deste município e, conseqüentemente, de seu povo. Nos anais oficiais da Câmara, desta Legislatura, estão registrados menção de alguns vereadores a esse respeito. O edil José Barros refere-se, a seguir, do lançamento do segundo trabalho de Tadeu Noronha, com o apoio de outro ícone da Literatura Parintinense:

[...] Falou sobre o Jovem Tadeu Noronha sobre o seu valor que tem procurado desenvolver dentro da cultura e que no dia 06/06/83 lançou o seu segundo livro “Crônicas de Vila Nova”. Desejou pleno êxito no seu trabalho, com o apoio que tem de outro valor que é o Sr. Toninho Saunier que procura que procura incentivá-lo pelo engrandecimento da cultura de nossa terra. [...] (Livro de Atas, 1982/83, p. 126).

No dia vinte e quatro de abril de 1984, o mesmo vereador citado acima, segundo Livro de Atas 1983/84, p. 69, ressalta em plenário o lançamento de mais uma obra literária parintinense. “falou do livro [...] “Sangue de Caboclo” do jovem Charles Garcia, que é um jovem pobre que vem procurando enriquecer os seus conhecimentos e que poderá ter um futuro feliz”. O Parlamentar José Maria Pinheiro, no Livro de Atas 1983/84, p. 161, “parabeniza a Jornalista Walda Amaral pelo lançamento de seu livro “Ecos do Silêncio”.

A produção cultural despontava, ainda, em outras direções, como por exemplo, peças teatrais, que mesmo sem apoio do poder público estavam sendo realizadas com sucesso por jovens parintinenses. A esse respeito o vereador José Maria Pinheiro comenta e apresenta moção de solidariedade a esses artistas:

[...] falou sobre o incentivo que o executivo precisa dar aos jovens de nossa terra que tanto precisam de apoio. Pediu ao líder da prefeitura que fale em nome do cultivo da cultura parintinense. A seguir apresentou uma moção de solidariedade aos integrantes do grupo teatral “Nutepin” e ao artista parintinense Pedrinho Ribeiro pelo sucesso da peça teatral “Conto do Igarapé dos Currais. [...] (Livro de Atas 1982/83, p. 72 verso e 73).

### **Conservação de logradouros públicos**

Um dos vereadores que deu bastante relevância a esse assunto foi José Maria Pinheiro, o qual, sempre que oportuno, não deixava de dar ênfase a obras que necessitavam de conservação ou restauração objetivando a preservação da memória parintinense. Em um de seus trabalhos parlamentar cobra do Executivo Municipal a conservação de um marco histórico parintinense:

[...] apresentou Requerimento nº 18/85 – em que solicita após ouvido o Plenário que seja oficiado ao exmo. Sr. Prefeito Municipal no

sentido de efetuar o serviço de conservação da Escada em frente a Praça Cristo Redentor e que a transforme em monumento histórico, visto que foi construída durante a Superintendência do Sr. José Furtado Belém no ano de 1.895 [...] (Livro de atas 1984/85, p. 57 verso).

O mesmo vereador, no Livro de Atas 1984/85, p. 58, preocupado com monumentos e marcos históricos que estavam caindo no esquecimento, comprometendo possibilidades futuras dos registros da memória parintinense, fez um comentário no Plenário da Câmara lembrando “os caracóis que foram substituídos pela Nova Arquitetura, as Igrejas que também foram alteradas, o Relógio da Matriz que não foi conservado, os clubes que não estão mais em atividades”. Em outro momento, o mesmo vereador, observando o esfriamento festivo de alguns eventos religiosos tradicionais da cidade, além da dissipação de prédios antigos, apresentou protestos:

[...] sobre as mudanças que tem sofrido a nossa cidade. Lembrou os arraiais que não existem mais. A festa de São Benedito que acabou. Os prédios que desapareceram, e que nada existe do nosso passado [...] (Livro de Atas 1986 1988, p. 66 verso).

### **Casa da Cultura**

A Casa da Cultura de Parintins começou a ser construída na Oitava Legislatura, a qual, entretanto, não foi concluída. O vereador Admilson Duarte na Nona

Legislatura, segundo consta no Livro de Atas 1983/84, p. 32, visando alocar recursos financeiros para o término da obra, a qual certamente seria muito importante para a população parintinense, apresenta em Assembleia Legislativa, o requerimento nº 06/86, constando em sua justificativa “que lá está perpetuado o nome de uma grande educadora, Professora Alzira Saunier que tanto lutou pela nossa cultura e que deu tudo no campo da educação”. Em seguida, no mesmo livro, p. 36, foi colocado em discussão e votação pelo Plenário, suscitando os seguintes comentários:

[...] o edil Francisco Siqueira Neto falou que não está em segundo plano e sim que ainda não tem condições de funcionar. O edil José Maria falou que já havia reclamado e que os que usaram a verba indevidamente deveriam ser punidos. Falou que deixará de votar na matéria por saber que veio a verba e para não culpar esta Câmara. O edil Orlando Hatta falou que é feio falar de quem está ausente. Mas que a verba veio Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões) e que foi desviada assim como outras. Disse que a Casa da Cultura está condenada só tem a lamentar. [...] o edil Desterro ainda falou que o edil Admilson pede a reinauguração da Casa da Cultura e que não está em condições de funcionar. Colocada em votação o edil José Maria declarou o seu voto contrário devido saber que a verba já foi liberada e não foi usada. Foi aprovado por maioria. [...] (Livro de Atas 1983/84, p. 36 verso).

## **Festival Folclórico**

No início desta legislatura, em relação ao Festival Folclórico de Parintins, se observou que alguns parlamentares queriam evitar um maior envolvimento do poder público com essa manifestação cultural, a qual já dava indícios de crescimento e disseminação além das fronteiras do município. O vereador Admilson Duarte, em Plenário, comentou sobre a entrevista que concedeu a uma emissora de rádio da Cidade de Parintins da sua opinião em relação a esse assunto:

[...] Falou deu entrevista ao Repórter da Rádio Alvorada e disse que está achando estranho o envolvimento do Poder Público no Festival da maneira como está acontecendo. Falou que existem problemas mais graves a serem tratados. Disse que o Sr. Vice-Prefeito está tomando caminho que não deve. Em aparte o edil José Maria que ele não é parintinense e fica a causar problemas acusando alguns parintinenses da Direção do Caprichoso. [...] Raimundo Desterro Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, falou que está surpreso por motivo do Festival está sendo motivo de debate nesta Casa, pois acha que não está havendo desentendimento. Em a parte o edil Admilson falou que [...] existem necessidades mais prementes a exemplo os buracos das ruas. Falou que o Vice-Prefeito deseja superar Grupo Folclórico com a sua incoerência. O edil Raimundo Desterro disse que está dividindo as famílias.[...] (Livro de atas 1982/83, p. 116, frente e verso).

O Vereador José Maria Pinheiro não concordando com a atitude de alguns vereadores, inclusive o Presidente da Mesa Diretora, apresenta na tribuna da Câmara o seu repúdio contra essas decisões. A seguir o seu pronunciamento:

[...] falou sobre a decisão do Presidente desta Casa sobre a proibição de se falar no Festival, nesta Casa. Falou que no Regimento não tem nenhum item que proíba o vereador falar. Falou que a Direção do Boi Caprichoso vem brigando contra um prepotente e incapaz, e que é a vergonha dos filhos desta terra. [...] (Livro de atas 1982/83, p. 119 verso).

O Executivo Municipal responsável pela organização e concessão de verbas para o Festival Folclórico de Parintins, ao se aproximar mais uma realização desse evento, instituiu uma Comissão por meio de um Decreto Municipal com a responsabilidade de organizar e prestar contas dos gastos. O Vereador José Barros sabendo que seu nome estava indicado para acompanhar e fiscalizar o evento e prestar relatório, falou:

[...] sobre a sua designação para acompanhar o Festival Folclórico e depois dar relatório. Esclareceu que o Executivo criou uma Comissão através de um Decreto Municipal e que prestará contas após o término do Festival, onde esta Casa tomará conhecimento de tudo que ocorrer. Não aceita a designação por achar

que não terá condições de fiscalizar. [...] (Livro de Atas 1982/83, p. 124 verso).

O Festival Folclórico, neste ano de 1983, foi bastante debatido na Câmara Municipal. O Sr. Presidente, segundo o Livro de Atas 1982/83, p. 128 verso, consultou Plenário a respeito de uma resolução de nº 02/82 – CMP, a qual suspende as sessões da Câmara no período do Festival Folclórico. “perguntou se os senhores edis concordavam em suspender as sessões até o dia 30 de junho o que foram unânimes”. Ainda sobre essa manifestação folclórica, o edil Orlando Hatta faz o seguinte comentário:

[...] Falou sobre o Folclore que acha, em termos de educação e cultura, não aceita o desentendimento que houve entre a Comissão do Boi Caprichoso e do Sr. Prefeito Municipal, achando que não houve o diálogo tão necessário às pessoas de brios e bom senso para que houvesse o entendimento tão necessário. Falou que se digladiaram através da Rádio em verdadeiro desrespeito ao povo de Parintins. falou sobre o dinheiro gasto com os cantores importados que levaram vários milhões que deveriam ficar em Parintins, o que vai quebrando a força do Festival. [...] (Livro de Atas 1982/83 p. 130).

A Festa Popular Parintinense crescia e aumentava as revanches entre as duas agremiações, Garantido e Caprichoso. A festa a cada ano atraía cada

vez mais a população a prestigiar o evento enfraquecendo outras manifestações culturais. O edil José Maria Pinheiro, no Livro de atas 1984/85, p. 57, frisou que “a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo vem sendo ofuscada pelo Festival Folclórico. Não há mais clube de Futebol Tradicional. Festa de São Benedito não realiza mais”.

O Vereador José Maria Pinheiro, um dos que mais lutava em favor do crescimento e reconhecimento dessa Festa Popular, conforme está contido no Livro de Atas 1984/85, p. 96 verso, apresenta um Projeto de Lei nº 07/85, em que “fica oficializado o dia 30 de junho como o “Dia do Folclore Parintinense” em homenagem a cultura popular de Parintins.” Através da aprovação de um Requerimento de nº 09/85, do Vereador Admilson Duarte, conforme Livro de Atas 1985 p. 14 e 15 foi homenageado, desta feita, um dos grandes defensores da cultura parintinense, o Ex-vereador e Radialista Messias Augusto das Neves, com a inserção do seu nome ao Bumbódromo. As outras manifestações culturais, como por exemplo, quadrilhas, pastorinhas e danças, não foram encontradas registros, nesta pesquisa, nos documentos oficiais da Câmara, desta Legislatura.

A participação do Governo do Estado com aplicação de recursos financeiros ao Festival Folclórico de Parintins passa a ser mais efetivo a Prefeitura Municipal de Parintins nesse período, é quem recebia estes recursos para repassar aos grupos folclóricos. A

esse respeito os vereadores José Barros e José Maria enfatizam:

“[...] José Barros disse que a EMANTER enviou á Prefeitura Municipal a Importância de 150 milhões para ajudar os grupos folclórico e que estes não estão recebendo o total. [...] o edil José Maria afirmou que não pode vir 150 milhões para os bumbás (e que soube que só deram 10 milhões para cada) pois a situação do Estado não o permite. [...]” (Livro de Atas 1985/86, p. 17, frente e verso).

O sucesso do Festival Folclórico já atraía muitos visitantes, principalmente da Capital do Estado, aumentando as torcidas dos dois bumbás e, por conseguinte, dos ingressos e camarotes provocando protesto de alguns parlamentares, como por exemplo, o vereador José Maria que faz um comentário, descrito no Livro de Atas 1985/86, p. 26, dizendo: “já começo a discordar do preço elevado do camarote, onde só o rico pode comprar e o pobre assistir do chão, pois a festa é do povo”.

O mesmo vereador habituado à reivindicação quando detectava alguma irregularidade, desta vez, após a realização e sucesso da Festa Folclórica realizada no Bumbódromo, denominado de Messias Augusto, mas conhecido como “Tabladão do Povo”, parabenizou, conforme registro no Livro de Atas 1985/86, p. 53 verso, “o sucesso do Sr. Prefeito Municipal Gláucio Bentes Gonçalves pelo sucesso do Festival Folclórico de

Parintins nestes XX anos”. Por conta deste acontecimento positivo dessa manifestação folclórica em relação à festividade e por haver liberado a venda dos camarotes aos bumbás, o Executivo Municipal, responsável pela organização do evento, recebe de alguns parlamentares municipais, o devido reconhecimento, conforme registro a seguir:

[...] o edil Raimundo Desterro [...] Apresentou o Projeto de Lei nº 003/86 – CMP – concede o título de Honra ao Mérito, ao Sr. Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, e dá outras providências. Falou de uma pessoa que quando erra e querendo acertar, Sr. Gláucio Bentes Gonçalves, que pela sua atitude e evitando a má querência dos bois de Parintins. desejando que o Festival seja brilhante, deu os camarotes e cadeiras aos bois, para ajudá-los. Apresentou a Moção em reconhecimento da Câmara Municipal de Parintins ao Sr. Prefeito Municipal à frente de sua administração. Levando o apoio e confiança ao Executivo. [...] O Sr. Presidente consultou ao Plenário se o Projeto de Lei nº 003/86 – CMP – do edil Raimundo Desterro. Sendo aceito por unanimidade [...] (Livro de Atas 1986/87, p. 18, frente e verso)

A partir de então o Festival Folclórico de Parintins ganhou fama nacional e até mesmo internacional. A esse respeito o Vereador Raimundo Desterro, segundo o Livro de Atas 1986/87, p. 41, comentou “sobre a abertura do 21º Festival Folclórico,

afirmando que o mesmo é conhecido até no exterior pela nossa cultura”. Já se cogitava, porém, a partir de então, uma parceria do Governo Municipal e Governo Estadual, uma formula de melhorar a estrutura do palco em que essa grande festa era realizada. Segundo o Ex-Vereador, desta Legislatura, o Sr. Antônio Pontes:

O Sr. Governador do Estado, na época, Sr. Amazonino Mendes, em um encontro com a população parintinense, realizada em frente ao Bumbódromo de madeira, perguntou a massa popular que se encontrava reunida nessa localidade, qual era o desejo deles: um hospital todo equipado ou um Bumbódromo novo de concreto? Todos de braços levantados pediram o novo Bumbódromo, o que ficou firmado o compromisso do Governador.

## **PROBLEMAS SOCIAIS**

### **Jogatinas**

O crescimento urbanístico e principalmente populacional da Comuna trazia em seu bojo alguns problemas sociais inerentes das grandes cidades. As jogatinas, sobretudo, o “Jogo do Bicho”, era bastante praticado pelos moradores da Cidade de Parintins, inclusive os interioranos e as crianças. Os vereadores em busca de resolverem ou amenizarem tal situação, usavam suas tribunas para denunciarem essa irregularidade. A seguir relatos de alguns vereadores sobre esse fato:

[...] o edil Washington falou sobre o jogo do bicho que está trazendo sérios problemas, principalmente aos ruralistas e as crianças. Disse do seu repúdio e que espera aja um basta e falou que não tem a quem apelar, queria que controlado um pouco. Em a parte o edil Orlando Hatta falou que concorda e acha que todos os pais devem tomar providências e que também repudiam. O edil José Maria falou que é um mal fora de discussão. O edil Orlando falou que o jogo de azar já faz parte da sociedade. Disse que o bingo é preciso controlar. Disse que a luta é difícil de resolver. O edil Washington falou que se preocupa com a sociedade no futuro pelos seus filhos. O edil Francisco das Chagas falou que os ricos estão mais ricos e os pobres mais pobres e estão dominados para jogar. O edil Washington falou que o assunto vai ferir, mas fala de coração. Sabe que o problema é no país inteiro, mas espera em Deus que seja resolvido o problema. O Sr. Presidente falou que o Grande Ruy Barbosa já temia e repudiava o jogo do bicho. [...] (Livro de Atas 1984/85, p. 02).

### **Casas noturnas**

As casas noturnas localizadas em várias áreas da cidade foram, nesse tempo, alvos de repúdios e acusações dos vereadores, os quais cobravam das autoridades locais, providências cabíveis com a finalidade de fechamento das mesmas. O vereador Washington Luiz apresentou um Requerimento de nº 154/83, solicitando que:

[...] após audiência do Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Delegado Geral de Polícia, para as providências legais cabíveis de determinar o fechamento imediato da BOITE RODA VIVA – localizada em área do antigo aeroporto Pichita Cohen, uma vez que o local é um centro de prostituição e depravação, trazendo sérias conseqüências às famílias parintinenses. [...] (livro de Atas 1982/83, p. 190).

O Vereador Raimundo Desterro atendendo apelo de moradores do Bairro Senador José Esteves, que denunciavam o funcionamento de uma casa noturna, apresentou o Requerimento nº 04/84, em que:

[...] solicita na forma regimental, seja enviado pela Presidência expediente aos Exmos. Srs. Juízes de direito e Promotores de Justiça, e ao Ilmo. Sr. Delegado Geral de Polícia apelando para que estudem a possibilidade de erradicar ou amenizar o FUSCÃO PRETO que é um antro de prostituição e que atende aos apelos dos moradores das proximidades do local, na Rua Raimundo Almada no Bairro Senador José Esteves. [...] (Livro de atas 1983/84, p. 30).

### **Títulos de Cidadãos e homenagens**

Essas ações tanto do Legislativo quanto do Executivo foram bastante praticadas nesta Legislatura. Os Títulos de cidadãos foram concedidos a pessoas que prestaram relevantes serviços à sociedade parintinense, como professores, médicos, padres, pastores evangélicos

e outros. Alguns que receberam esses títulos, segundo o Vereador José Maria pinheiro, no Livro de Atas 1983/84, p. 170, não prestaram nenhum serviço proeminente a Parintins, criticando o excesso de homenagens. A seguir registro de Leis que comprovam alguns títulos concedidos a alguns cidadãos:

**LEI nº 08/83 – AEPMP**

CONCEDE O “TITULO DE CIDADANIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Ordinária realizada dia 04 de outubro de 1983, aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI nº 08/83 – AEPMP**

CONCEDE O “TITULO DE CIDADANIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Ordinária realizada dia 04 de outubro de 1983, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica concedido “TÍTULOS DE CIDADÃO DE PARINTINS”, às seguintes pessoas: IRMÃ ZENIR DE CASTRO ALVARES, DR. VICENTE AUGUSTO CRUZ DE OLIVEIRA, JOSÉ PETRÚCIO CORDEIRO E EMANUEL DO BONFIM PINHEIRO DE SOUZA, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados no

desenvolvimento educacional, jurídico, social e econômico Município de Parintins.

**LEI nº015/83 – AEPMP**

CONCEDE “TÍTULO DE CIDADÃO DE PARINTINS”, AOS SENHORES DR. JOSÉ CARDOSO DUTRA E DR. JOSÉ HONÓRIO DE QUEIROZ FARIA.

O Cidadão Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Ordinária realizada dia 05 de dezembro de 1983, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI]:

Art.1º - Fica concedido o Título de “CIDADÃO DE PARINTINS” aos Senhores DR. JOSÉ CARDOSO DUTRA E DR. JOSÉ HONÓRIO DE QUEIROZ FARIA, pelos relevantes serviços prestados à comunidade Parintinense”. (Livro de Registro de Leis 1981 a 1988)

Um dos Títulos de Concedido nesta Legislatura a dois cidadãos foi cassado pelo Poder Executivo Municipal de Parintins:

**Lei nº 02/86 – CMP**

CASSA TÍTULOS DE CIDADÃO DE PARINTINS e da outras providências.

O Cidadão RAIMUNDO DESTERRO DA ROCHA, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

Faço saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão Ordinária do primeiro Período Legislativo do corrente ano, aprovou e eu embasado no 2º do Art. 122º do Regimento

Interno do Poder Legislativo, PROMULGO a seguinte (Lei)

LEI:

Art. 1º - Cassa os Títulos de Cidadão de Parintins, concedidos aos senhores Antônio Nonato do Amaral e Antônio Nonato do Amaral Junior concedidos através da Lei Municipal 4º 027/84 – AEPMP de 31 de maio de 1984. (Livro de Registro de Leis 1981 a 1988)

O Vereador Orlando da Silva Hatta homenageia os professores que se empenham em preparar os futuros líderes do Município:

[...] congratulou-se com os mestres que lutam para preparar os futuros líderes de nosso município. Falou sobre o herói que veio, aqui formou sua família e até hoje convive com os parintinenses que é o Pastor Eduardo França Lessa que aniversariou no dia sete (sete) de setembro e pediu que sejam enviado voto de parabenizações através desta Casa. [...] (Livro de atas 1987/88, p. 17)

Outra pessoa que recebeu votos de congratulações através do vereador Antônio Pontes foi o Sr. Arinos Quirinos da Silva, o Cantor e Compositor “PINDUCA” “pela sua música “Boi-bumbá de Parintins”, que é um incentivo à Cultura, em especial aos Bois-bumbás Caprichoso e Garantido.” (Livro de atas 1987/88, p. 35).

Como não deixaria de merecer nesta Legislatura, as mulheres foram bem homenageadas pelo vereador José Teixeira Barros, pelo espaço em que já vinham conquistando na sociedade e se destacando em várias atividades, “Falou que a mulher tem procurado se valorizar, não só como “Educadora”, mas como membro atuante e de destaques em vários setores”.

## **ZONA RURAL**

A zona rural nesta Legislatura passa a receber uma atenção mais efetiva por parte do Legislativo e Executivo Municipal, além, do Governo Estadual, os quais proporcionaram uma aproximação mais humana da cidade com o interior. Visando melhorar a estrutura das estradas para escoação da produção agrícola, o edil José Barros apresentou seu requerimento de nº 02/83, registrado no Livro de atas 1982/83, p. 55, requerendo do Executivo Municipal a possibilidade de efetuar um estudo objetivando a abertura de uma “estrada para facilitar o escoamento dos produtos, assim como procure dar melhores condições para desenvolver suas atividades e para que possam se fixar em seus habitat”. O mesmo vereador, no mesmo livro, p. 64, apresenta outro requerimento, nº 18/83, em que “pede luz e água às Agrovilas do Cabory e Mocambo”. Já o vereador Admilson Duarte, na mesma página, comenta sobre essas localidades dizendo:

[...] a situação dos que ali labutam na época da seca que vão por uns quinhentos metros buscar água na lama, em a parte o edil Orlando disse que foram destinados Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para postos artesanios nessas localidades. Disse que o Ex-Prefeito Raimundo Reis roubou esse dinheiro. O edil José Maria disse que o dinheiro veio. O edil admilson disse que se tivesse essa declaração, já teria estourado a verdade. [...] (Livro de Atas 1982/83 p. 64).

Os moradores dessas áreas rurais aproveitando visita do Vereador José Barros, reivindicam do parlamentar a possibilidade de transformação das Agrovilas em Vilas, para que as mesmas viessem receber melhorias. O edil apresentou um Projeto de Lei, registrado no Livro de Atas 1982/83 p. 184, frente e verso, “em que pede que essas Agrovilas sejam transformadas em Vilas para que possam se desenvolver rapidamente em benefício dos que ali residem”. Falou ainda, na página 162 verso “que a área rural está desassistida o que provoca o êxodo rural e aumenta os problemas sociais”.

A educação rural, principalmente nas localidades de várzeas, a situação era preocupante. O edil José Barros comunicou em Plenário, segundo registro no Livro de Atas 1984/85, p. 58, que recebeu em sua casa alguns Presidentes de Comunidades, “que reclamaram de suas Escolas nas terras de Várzeas que não estão em

condições físicas de atender aos professores e alunos”. O Sr. Antônio Cursino, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins, compareceu no Plenário da Câmara e prestou esclarecimento em relação à educação rural:

[...] falou que a área de educação é carente, pois os professores leigos passam até 8 (oito) meses sem receber, o que traz sérios problemas para os alunos, uma vez que o mestre soluciona a sua vida econômica. Falou que o representante do FUNRURAL fica aprovando essas arbitrariedades e que o atendimento médico e hospitalar deixa muito a desejar, apelou para que aja um maior respeito pelo homem rural. [...] (Livro de Atas 1985/86, p. 36).

O Poder Executivo do Município buscando solucionar as dificuldades que passava a educação no interior do Município de Parintins delineou um conjunto de ações voltadas, principalmente, à construção de escolas. A esse respeito o Vereador Antônio Pontes, segundo consta no Livro de Atas 1986/87, p. 14 verso, teceu comentário dizendo que “no primeiro tempo do jogo da administração Gláucio Gonçalves, mais de 75 comunidades já foram atendidas com escolas e que em breve as outras vão receber com as mesmas condições, na qualidade da de São Tomé”. O edil Admilson Duarte referiu-se sobre a ação parlamentar dizendo:

[...] falou que o Sr. Prefeito inaugurou as escolas do Araçatuba e Vila Nova em madeira de lei. Falou que vai inaugurar escola no Palhau e levar o trator para a Colônia Santa Fé. Parabenizou o Cabory pela Usina de Luz. Que disse que o Dr. Amazonino Mendes já mandou o engenheiro para iniciar o trabalho. Disse que 6<sup>a</sup> (sexta) feira seguirá o trator da cooperativa, que vai fazer a abertura do canal do Cabory e campo de futebol, assim como abrir duas ruas e aplainar o terreno da futura usina de luz. Falou ainda sobre as novas fontes de trabalhos que deverão ser abertas. [...] (Livro de Atas 1987/88, p. 11).

Na área da agricultura, segundo Livro de Atas 1987/88, p. 15, apesar de não haver uma política completa para desenvolver o homem do campo, o Vereador Admilson Duarte, em uma audiência que teve com o Sr. Prefeito, “ficou sabendo que o mesmo estava preparando uma documentação para que os técnicos em agricultura continuem a ajudar e incentivar o homem rural a produzir mais”.

## **FATOS INESPERADOS**

Alguns acontecimentos imprevistos e mesmo tragédias aconteceram durante essa ocasião da Nona Legislatura envolvendo pessoas que contribuíram com a construção da História Parintinense, deixando seus nomes e feitos registrados na memória desse povo.

Em uma Sessão Ordinária realizada no dia vinte e dois de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e

quatro, o Vereador Francisco Siqueira Neto, na Tribuna Legislativa registrou o falecimento do Ex-Vereador, Ex-Presidente do Legislativo Municipal e Ex-Prefeito de Parintins, Sr. Odovaldo Ferreira Novo. A seguir o pronunciamento do vereador:

[...] falou que Parintins está enlutada por perder o Sr. Odovaldo Ferreira Novo e que sentiu a ausência do Político cumpridor dos seus deveres. Disse que Marcou época. Por ter sido Prefeito e Presidente da Câmara Municipal ao mesmo tempo. [...] falou que aqui neste poder demonstrou a sua capacidade, gostaria que ele fosse um dos escolhido de Deus. A seguir o edil Antônio Pontes disse que [...] viajou para a eternidade o Ex-Presidente desta Câmara. Segundo Ruy Barbosa “as virtudes estão acima de suas atitudes”. [...] (Livro de Atas 1984/85, p. 15).

No dia vinte e três de maio de mil novecentos e oitenta e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Parintins, realizou-se uma sessão Especial em memória do Ex-Vereador Messias Augusto das Neves, com a presença do Vice-Prefeito, Eduardo da Costa Ferreira, da Sra. Raimundo Ribeiro, diretora da Rádio Alvorada e do Jovem Carlos Augusto das Neves. Os vereadores presentes prestaram suas homenagens:

[...] o edil Admilson Duarte disse que Parintins sente saudades de Messias Augusto, grande e intelectual comunicador. Afirmou que não teve

chance durante os momentos do velório, de expressar sua amizade pelo mesmo. Disse que sempre trabalharam lado a lado e que após o 5º dia de falecimento ainda sentem a falta e o anseio de ouvir sua potente voz encher nossos lares. [...] a seguir foi facultada a palavra ao edil José Teixeira Barros que falou que Messias Augusto, dessa tribuna, deu sua mensagem de paz, incentivo e em prol do desenvolvimento cultural, social e econômico do Município. [...] disse que o mesmo dedicava a vida a sua família e à família da Rádio, tecendo comentários sobre o Título de Cidadão que lhe foi outorgado. Disse que ele sempre tinha um sorriso nos lábios para transmitir a paz e a harmonia e que Deus dará forças aos seus familiares para dirigirem a família que ele constituiu, afirmando que abriu-se uma lacuna que jamais será preenchida em nossa sociedade. Disse que foi-se um amigo, mas fica a lembrança estampada em sua família. Com a palavra, o edil Francisco Siqueira Neto agradeceu a presença das autoridades e disse ser muita responsabilidade em apresentar o parecer nº 14/85, resultado do último trabalho do Vereador Messias Augusto. [...] Com a palavra o edil José Walmir de Lima que teceu comentários sobre a morte do Vereador Messias Augusto, lendo em seguida uma mensagem nesse sentido. Com a palavra o edil Orlando da Silva Hatta deu as boas vindas às autoridades e pediu ao Vice-Prefeito que desse uma ajuda aos familiares do ex-vereador Messias Augusto e para a formatura do seu filho Carlos Augusto. Com a palavra o edil Antônio Pontes de Jesus agradeceu a presença das autoridades e, em homenagem ao ex-vereador Messias Augusto, lembrou momentos que passaram juntos, enaltecendo os feitos do mesmo. [...] Com a

Palavra, o Vice-Prefeito Eduardo Costa Ferreira, agradeceu a presença do Pe. Emílio Buttely e demais pessoas que se faziam presentes. Teceu comentários sobre a morte do Ex-vereador Messias Augusto enaltecendo-o pelos seus trabalhos. Respondendo aos apelos do edil Orlando Hatta, falou que a Prefeitura irá dar uma pensão vitalícia à sua família. Com a palavra o jovem Carlos Augusto, agradeceu pelo carinho e apoio de todos para com a sua família. Com a palavra a Sra. Raimunda ribeiro agradeceu pela homenagem desse poder ao ex-vereador, afirmando que a Rádio Alvorada Muito Sentirá com sua morte. [...] (Livro de atas 1985/86, p. 14 a 16).

No dia três de novembro de 1987 em Sessão Ordinária da Câmara Municipal, foi explanado pelo Vereador Orlando Hatta, no Livro de Atas 1987/88, p. 47, sobre o falecimento de outra personagem política que muito contribuiu para o desenvolvimento do Município de Parintins, do Amazonas e mesmo do Brasil, o Ex-Prefeito de Parintins, Ex-Deputado Federal e Senador da República, Sr. José Raimundo Esteves. Usou a tribuna o vereador que “pediu que seja oficiado pêsames à família do Sr. José Esteves, pelo seu falecimento em nome da Câmara”. O Vereador Antônio Pontes faz homenagem ao jovem Charles Garcia pelo seu falecimento. Apresentou e Requerimento nº 140/87 em que:

[...] propõe após respeitados as normas regimentais, seja oficiado à Família Cunha Garcia enviando votos de profundo pesar pelo

falecimento do Jornalista Francisco Charles da Cunha Garcia, pelo fato ocorrido no dia 22 (vinte e dois) do corrente em Manaus. Foi um bom filho e bom amigo, tendo vivido para o bem, e o exemplo por ele deixado honrou e dignificou esta terra. [...] (Livro de Atas 1987/88, p. 58).

No dia dezesseis de novembro de novembro de 1987, outro Vereador desta Legislatura Sr. Washington Luiz, teve sua vida ceifada. O Vereador Raimundo Desterro usando a Tribuna da Câmara relatou:

[...] falou estar completando 8 (oito) dias que Deus levou para a mansão dos bons o humilde e simples companheiro que nunca se exaltou, nem nos momentos mais difíceis que foi o edil Washington Luiz, que deixou uma lacuna nesta Casa. [...] (Livro de Atas, 1987/88, p. 58 verso e 59).

## **RECEITAS E DESPESAS**

De ano em ano a receita e a despesa do Município era estimada pelo Executivo e apresentado ao Legislativo através de Projeto de Lei, o qual era analisado e normalmente aprovado em Plenário, para o exercício financeiro de cada ano. A seguir o registro de cada Projeto e a estimativa de seus valores:

### **Receita estimada para 1983**

LEI MUNICIPAL Nº 13/82 de 13 de dezembro de 1982

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Parintins para o exercício financeiro 1983. [...].

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Parintins para o Exercício Financeiro de 1983 discriminados pelos anexos integrantes desta Lei que Estima a Receita e Fixa Despesa em Cr\$ 475. 986.400,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E CINCO MILHÕES, NOVECENTOS E OITENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS CRUZEIROS).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, vendas e outros, inclusive transferências feitas pela União, na forma da Legislação em vigor, [...].

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar a execução da despesa ao comportamento efetivo da receita.

Art. 5º - Fica o poder Executivo, durante a execução orçamentária, autorizado a abrir crédito suplementares até o limite correspondente a 50% (CINQUENTA POR CENTO) da Receita Prevista no Orçamento. [...].(Livro de Registro de Leis 1981 a 1988, p. 44 e 45)

### **Receita estimada para 1984**

LEI MUNICIPAL Nº12/83 DE 7 DE NOVEMBRO DE 1983. AEPMP

Estima a receita e fixa a despesa do Município, para exercício financeiro de 1984.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, usando de atribuições que Lhes são conferidas por Lei.

Faço saber que o poder legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte.

LEI:

Artigo 1º-Fica aprovado o Orçamento do Município de Parintins para o exercício financeiro de 1984 discriminados pelos anexos integrantes desta Lei e que Estima a Receita e fixa a despesa em Cr\$761.506.600,00(setecentos e sessenta e um milhões, quinhentos e seis mil, seiscentos cruzeiro).

Artigo 2º-A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras inclusive transferência feitas pela união, na forma da legislação em vigor ,conforme anexo 1, obedecendo o seguinte desdobramento  
Artigo 4º- Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar a execução da despesa ao comportamento efetivo da receita.

Artigo 5º- Fica o Poder Executivo, durante a execução orçamentária autorizado a aderir créditos suplementares até o limite correspondente a 50% ( cinquenta por cento) da receita Prevista no Orçamento. [...] (Livro de Registro de Leis 1981 a 1988, p. 63 a 64)

### **Receita estimada para 1985**

LEI MUNICIPAL nº 040/84 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1984 – AEPMP.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Parintins, para o exercício financeiro de 1985.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, usando de suas de atribuições que lhes são

conferidas por Lei, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º – Fica o Orçamento do Município de Parintins para o exercício financeiro de 1985 discriminados pelos anexos integrantes desta Lei e que Estima e Fixa a Despesa em Cr\$ 3.601.581.830 (TRÊS BILHÕES SEISCENTOS E UM MILHÕES QUINHENTOS E OITENTA E UM MIL OITOCENTOS E TRINTA CRUZEIROS).

Art. 2º - a receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outros, inclusive transferências feitas pela União na forma da Legislação em vigor, [...]

Art.4º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medias necessária para ajustar a execução da despesa ao comportamento efetivo da receita.

Art.5º - Fica o poder Executivo, durante a execução ornamentaria autorizadas a abrir créditos suplementares até o limite correspondente a 100% (cem por cento) da Receita Prevista no Orçamento. [...] (Livro de Registro de Leis 1981 a 1988, p 90 a 91)

## **Receita estimada para 1986**

Lei nº 015/85 – AEPMP

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Parintins, para o exercício financeiro de 1986.

O Cidadão Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão ordinária do 2º Período Legislativo do corrente ano, aprovou a seguinte, [...] (Livro

de Registro de Leis 1981 a 1988, p. 107 verso a 109)

LEI:

Art. 1º - Fica o Orçamento do Município de Parintins, para o exercício financeiro de 1986 discriminados pelos anexos integrantes desta Lei e que Estima e Fixa a Despesa em Cr\$ 19.403.042.000 (Dezenove Bilhões, quatrocentos e três milhões, quarenta e dois mil cruzeiros).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outros, inclusive transferências feitas pela UNIÃO, na forma da legislação em vigor, conforme anexo I obedecendo o seguinte desdobramento:

Art. 5º - Fica o Poder Executivo, durante a execução orçamentária autorizado a abrir crédito suplementares até o limite correspondente de 100% (cem por cento) da Receita Prevista no Orçamento

### **Receita estimada para 1987**

Lei Municipal nº 10/86 – AEPMP de 03 de novembro de 1986

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Parintins, para o exercício financeiro de 1987.

O Projeto Municipal de Parintins, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAÇO SABER que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Parintins, para o exercício financeiro de 1987 discriminados pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a Receita e fixa a Despesa em Cz\$ 32.926.807,00 (trinta e

dois milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e sete cruzados).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outros inclusive transferências feitas pela União, na forma da Legislação em vigor conforme anexo I, obedecendo o seguinte desdobramento:

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar a execução da Despesa ao comportamento efetivo da Receita.

Art.5º - Fica o Poder Executivo, durante a Execução Orçamentária, autorizada a abrir créditos suplementares até o limite correspondente a 100% (cem por cento) da Receita prevista no Orçamento. [...] (Livro de Registro de Leis 1981 a 1988, p. 124 e 125)

## **Receita estimada para 1988**

Lei Municipal nº 34/87 – AEPMP de 15. 12. 1987

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Parintins, para o exercício financeiro de 1988

[...]

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Parintins, para o exercício financeiro de 1988 discriminados pelos anexos integrados desta Lei, e que estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 127. 544. 858,00 (cento e vinte e sete milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito cruzeiros).

[...]

Art. 4º - Fica, o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar a execução da despesa ao comportamento efetivo da receita.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo, durante a execução orçamentária, autorizado a abrir créditos suplementares até o limite correspondente a 200% (duzentos por cento) da Receita Prevista no Orçamento. [...] (Livro de Registro de Leis 1981 a 1988, p. 172 verso a 174).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As principais características observadas nesta Legislatura foram à constante busca de infraestrutura da cidade de Parintins, em franco crescimento, um maior e efetivo volume de trabalhos direcionados à zona rural aproximando a cidade do interior, a quebra na economia com o fechamento de empresas e a distribuição de terras na cidade através de loteamentos de áreas do Município e de particulares.

O Município de Parintins, nesse recorte temporal, estava passando por sérias dificuldades econômicas que impediam um melhor desenvolvimento urbanístico, implicações de governos ditatórias que afligiam a nação e conseqüentemente, esta comuna. A atual administração recebe a municipalidade com a necessidade de melhorias em toda sua infraestrutura, pois a cidade expandia-se em várias direções e a sua população crescia com pessoas vindas, principalmente da zona rural em busca de melhorias, o que já atingia 51,4% da população do município habitando na cidade. Os vereadores, alguns reeleitos, conhecedores da difícil situação da cidade empenharam-se em solicitarem através de documentos, providências do executivo nas áreas de pavimentação, energia elétrica, serviço de

abastecimento de água e esgoto, limpeza pública, saúde, educação, abastecimento, segurança, trânsito e transporte. Esses pedidos que visavam melhorar o aspecto da cidade e dar melhores condições de vida à população, eram efetuadas pelo Executivo Municipal de acordo com as condições do município, pois os recursos eram poucos e as verbas estaduais e federais eram escassas. Dentro das possibilidades, a Cidade de Parintins e o interior do Município receberam ações urbanísticas que vieram amenizar as dificuldades e transtornos que passavam as populações dessas áreas.

Os trabalhos dos vereadores direcionados à zona rural, durante esta Legislatura, foram bastante intensos e efetivos. Atuaram cobrando construção de estradas, para a escoação dos produtos agrícolas, construção e reformas de escolas, pedidos de isenção de juros e maiores créditos para os pecuaristas e jaticultores, serviços de energia e água para as Agrovilas, Vilas e outras localidades. O executivo Municipal em convênio com o Governos do Estado, atendendo a solicitações dos vereadores implementaram um conjunto de ações voltadas para melhorar a situação dos ruralistas e evitar a sua migração para a zona urbana do Município, aproximando essas duas áreas, através de trabalhos voltados, principalmente para a educação, amenizando o descaso dos interioranos.

Outra situação que muito contribuiu para defasagem na economia do Município de Parintins nessa ocasião foi o fechamento da Empresa FABRILJUTA e as Prensas de Juta que estavam instaladas na cidade. A

condição econômica do País estava passando, nesse momento, por uma difícil situação o que viria afetar, também, este município. O preço da juta não oferecia mais condições de sobrevivência ao agricultor. Os vereadores buscavam encontrar um culpado para o fechamento dessas empresas, mas, no entanto, não se podia apontar um culpado. O fato é que essas empresas empregavam cerca de 70% dos trabalhadores da cidade. Quando esse setor entrou em colapso, esses trabalhadores, para sustentarem suas famílias, buscaram outras alternativas, como por exemplo, a pesca, que nem sempre supria as necessidades. Para complicar ainda mais, o Distrito Industrial que deveria funcionar, segundo a promessa do Governo Estadual visando suprir a demanda de trabalhos da população, não foi efetivado. A arrecadação do município, entretanto, com a perda dos impostos que essas empresas deixavam, diminuiu ainda mais, afetando a distribuição de rendas, causando, concomitantemente com as empresas falidas, desempregos em massa. Essa situação preocupava os vereadores aos quais cobravam medidas das autoridades competentes com intuito de amenizar a situação. O Executivo Municipal, entretanto, com o propósito de amenizar tal situação, autorizou o uso das áreas do Distrito Agro-industrial, porém, poucas foram às empresas que procuraram se instalar nessa localidade, não resolvendo o problema do desemprego na cidade.

A distribuição de terras na área urbana da cidade de Parintins foi outro aspecto que gerou muito descontentamento dos vereadores e da população. A área do antigo Aeroporto Pichita Cohen, um dos espaços nobres da urbe, vinha sendo distribuído pelo poder público desde a legislatura passada, a qual, por exemplo, foi alvo de muitos embates e denúncias. A administração anterior que já havia loteado a área efetuou distribuição para uns gratuitamente e para outros mediante pagamento, dando os Títulos Definitivos. Quando o atual comando assumiu a direção do Município, através de um novo Projeto de Lei, aprovado pela maioria na Câmara Municipal, anulou essa distribuição, que segundo o atual Prefeito, estava tudo irregular. Alguns vereadores descontentes com a situação, juntamente com alguns populares que já haviam efetuado pagamento dos lotes de terras nessa área, protestavam e cobravam do Executivo que fizesse valer seus direitos, no entanto, muitos perderam esses direitos. Esse assunto ainda gerou muitos embates na Câmara por toda essa Legislatura.

O loteamento de outras áreas foi onde são hoje os bairros de Santa Rita de Cássia e De jard Vieira, os quais foram projetados sob a responsabilidade de seus proprietários. A área do Distrito Industrial, por conseguinte, foi desapropriada pela Prefeitura.

A Nona Legislatura, entretanto, chega ao seu final, com os vereadores cumprindo os seus propósitos em legislar a favor do povo. Apesar das dificuldades,

procuraram na medida do possível, trabalhar de acordo com suas convicções e ideias, uns apoiando totalmente o Executivo, outros cobravam com mais rigor os trabalhos e aplicação dos recursos públicos, ficando os embates apenas no campo das ideias.

Houve algumas perdas irreparáveis, como a morte dos vereadores Messias Augusto das Neves, Washington Luiz, o Ex-Presidente do Legislativo Municipal Odovaldo Ferreira Novo e o Ex-Prefeito de Parintins José Raimundo Esteves, personagens que contribuíram com a História Parintinense e com o desenvolvimento do Município, deixando seus nomes gravados na memória do povo.

**ANEXOS**

## **LEIS DA NONA LEGISLATURA**

**1983**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

**Estado do Amazonas**

**LEI nº 01|83–AEPMP.**

ALTERA e acrescenta dispositivo à Lei nº17, de 16 de Dezembro de 1982, que autoriza o Poder Executivo a determinar estudos e fazer loteamento urbano da área do antigo Aeroporto, e dá outras providências.

O cidadão PAULO VITORINO DE MENEZES, prefeito municipal de Parintins, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Extraordinária aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º - O parágrafo único do art. 2º da lei nº 17, de 16 de Dezembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º - .....

Parágrafo 1º-O lote dado a qualquer das entidades discriminadas neste artigo deverá ser utilizada de acordo com o Código de Postura do Município, sob pena de nulidade, hipóteses em que voltará a pertencer ao Patrimônio Municipal, independente de qualquer indenização ou de qualquer notificação judicial ou extra-judicial.

Parágrafo 2º-Os lotes revestidos ao Patrimônio Municipal, na forma do parágrafo anterior, bem como os não utilizados poderão ser doados a particulares com vista à expansão da zona urbana do Município, obedecido o disposto nos artigos. 30 e 31 da Lei nº 09, de 20 de novembro de 1980.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

PALÁCIO CORDOVIL, 14 de Janeiro de 1983.

PAULO VITURINO DE MENEZES - Prefeito Municipal

**LEI nº 04|83 – AEPMP**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REEXAMINAR OS PROCESSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS E DE AFORAMENTOS, CONCEDIDOS NA ÁREA DO ANTIGO AEROPORTO “PICHITA COHEM”, NESTA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber a todos que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão ordinária realizada dia 15 de abril de 1983, aprovou e sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a reexaminar os processos de emissão de Títulos Definidos e de Aforamentos na área do antigo Aeroporto “Pichita Cohen”, nesta cidade e a cancelar se necessário forem, os Títulos emitidos irregularmente.

Art. 2º - O cancelamento autorizado no artigo anterior será processado nos termos da Lei de Terras em Vigor, após análise individual dos processos que emitiram os Títulos Definitivos e de aforamentos.

Art. 3º - O Poder Executivo resguardará para fins de ordenamento Técnicos -Jurídicos do loteamento, os princípios que regem a Lei do Solo Urbano, bem como as áreas de entidades públicas e autarquias, previstas na Lei Municipal nº 17/83 de 16.12.82.

Art.4º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil, em 3 de maio de 1983

a)Gláucio Bentes Gonçalves

Prefeito de Parintins

**ESTADO DO AMAZONAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

**DECRETO Nº 26/83 – AEPMP**

**APROVA O LOTEAMENTO “MACUCAUA” DE PRORIEDADE DE RAYMUNDO DJARD VIEIRA, NESTA CIDADE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO o processamento administrativo e legal do pedido de loteamento feito pelo Sr. RAYMUNDO DJARD VIEIRA; CONSIDERANDO que o citado loteamento preencha os requisitos mínimos, necessários à sua aprovação;

CONSIDERANDO ser dever do Município zelar pelo seu planejamento urbano e melhor aproveitamento do solo.

DECRETA

Art. 1º \_ aprovar o loteamento urbano denominando MACUCAUA, de propriedade do Sr. RAYMUNDO DJARD VIEIRA, com as seguintes especificações técnicas:

NOME: \_MACUCAUA

PROPRIETÁRIO: RAYMUNDO DJARD VIEIRA

ÁREA: 232,00m X 1.184,63m.

LOCAL: ESTRADA PARINTINS/PARANANEMA

NÚMERO DE LOTES: \_ 380 (TREZENTOS E OITENTA)

LIMITES

Frente com a estrada Parintins/ Parananema

Fundo com a estrada Parintins/ Macurany

L/ Diretoria com a Estrada Parintins/ Macurany

L/ Esquerda com Herds. de Pascoal Alagio

Art. 2º \_ A documentação que instruem o processo do loteamento, encontra-se arquivada no Serviço de Terras do Município, após tramitação legal, a quem caberá fiscalizar seu fiel cumprimento.

Art. 3º \_ Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada às disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL em 09 de setembro de 1983

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

Prefeito de Parintins

## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

#### **DECRETO Nº 027/83 – AEPMP**

APROVA O LOTEAMENTO “MULUA” DE PROPRIEDADE DO Sr. LUIZ LOBATO TEIXEIRA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO o processamento administrativo e legal do pedido de loteamento feito pelo Sr. LUIZ LOBATO TEIXEIRA;

## *História e Memória Política do Município de Parintins*

CONSIDERANDO que o citado loteamento preenche os requisitos legais mínimos, necessários à sua aprovação;

CONSIDERANDO ser dever da Municipalidade zelar pelo seu planejamento urbano e melhor aproveitamento do solo.

DECRETO

Art. 1º - Aprovar o loteamento urbano denominado “MALUA”, de propriedade do Sr, LUIZ LOBATO TEIXEIRA, com as seguintes especificações técnicas:

DENOMINAÇÃO; \_ LOTEAMENTO “MULUA”

PROPRIETÁRIO: - LUIZ LOBATO TEIXEIRA

ÁREA: \_ 18,9 Hectares

NÚMERO DE LOTES: \_ 386 (TREZENTOS E OITENTA E SEIS)

LOCAL: - Cabeceira da Francesa

LIMITES: - Frente com a Cabeceira da Francesa

Fundo com a Cabeceira do Macurany

L/Direito - Igarapé do Parananema

L/Esquerdo - Cabeceira do Palmares

Art. 2º - a documentação que instruiu o processo do loteamento, encontra-se arquivado no serviço de Terras do Município, após tramitação legal, a quem caberá fiscalizar seu fiel cumprimento.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada às disposições em contrário

PALÁCIO CORDOVIL, em 09 de setembro de 1983

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

Prefeito de Parintins

### **ESTADO DO AMAZONAS**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

##### **LEI Nº 008/83 – AEPMP**

CONCEDE O “TÍTULO DE CIDADANIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Ordinária realizada dia 04 de outubro de 1983, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica concedido “TÍTULOS DE CIDADÃO DE PARINTINS”, as seguintes pessoas: IRMÃ ZENIR DE CASTRO

388

ALVARES, DR. VICENTE AUGUSTO CRUZ DE OLIVEIRA, JOSÉ PETRÚCIO CORDEIRO E EMANUEL DO BONFIM PINHEIRO DE SOUZA, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados no desenvolvimento educacional, jurídico, social e econômico Município de Parintins.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as às disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL, 06 de outubro de 1983

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

Prefeitura Municipal

## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

#### **LEI Nº 009/83 – AEPMP**

CONCEDE O “TÍTULO DE CIDADÃO” DE PARINTINS AO PROF ° GILBERTO MESTRINHO DE MADEIROS RAPOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Cidadão Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ saber que Câmara Municipal de Parintins, em sessão ordinária realizada dia 14 de outubro de 1983 aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica concedido ao Professor GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO, O “TÍTULO DE CIDADÃO DE PARINTINS”, pelos relevantes serviços prestados à Comunidade Parintinense.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 – Revogadas as disposições em contrário

PALÁCIO CORDOVIL, 15 de outubro de 1983

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

Prefeito de Parintins

## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS.**

#### **LEI Nº 014/83-AEPMP**

DÁ A DENOMINAÇÃO OFICIAL AO LOTEAMENTO MULUA E ÀS RUAS E AVENIDAS NELE EXISTENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## *História e Memória Política do Município de Parintins*

O cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais etc.

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Ordinária realizada dia 29 de novembro de 1983, aprovou e eu sanciono a seguinte.

LEI:

Artigo 1º- Dá denominação oficial ao loteamento “MULUA” e às Ruas e Avenidas nele existente, a saber:

a)- Ficam mantidas as designações de BAIRRO SANTA RITA DE CÁSSIA e AVENIDA PAULO TEIXEIRA ,constante no mapa de loteamento de acordo com o DECRETO Nº 027/83-AEPMP.

b)- A rua Andirás – passa a denominar-se oficialmente de “RUA ANTÔNIO CEZAR CARVALHO”.

c)- A rua Uapixaná - passa a denominar-se oficialmente de “RUA SALVADOR DE MOURA”.

d)- A rua Mundurucús – passa a denominar-se oficialmente de “RUA BENTES DE JESUS”.7

e)- A rua Gixanás – passa a denominar-se oficialmente de ‘JOAQUIM DE FREITAS VIEIRA”.

f)- A rua Uais – passa a denominar-se oficialmente de “WALDEMAR MARQUES FILHO”.

g)- A rua Sapupés – passa a denominar-se oficialmente de “RUA MARCOS ZAGURY”.

h)- A rua Tapuais – passa a denominar-se oficialmente de “RUA ALBERTO SAMUEL ABECASSIS”.

i)- A rua Skarianas – passa a denominar-se oficialmente de “RUA ALFREDO MONTEIRO DE LIMA”.

j)- A rua Murus – passa a denominar-se oficialmente de “RUA EULINA FARIA”.

l)- A rua Tupi – passa a denominar-se oficialmente de “RUA LINDOUFO MONTEVERDE”.

m)- A rua Incas – passa a denominar-se oficialmente de “RUA GERMANO BRANDÃO”.

n)- A rua Pauxis – passa a denominar-se oficialmente de “RUA JOAQUIM GOES”.

Art.2º Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL, 1º DE DEZEMBRO DE 1983.

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES - Prefeito de Parintins

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

**LEI Nº 016/83 – AEPMP.**

DA DENOMINAÇÃO OFICIAL AO LOTEAMENTO  
“MACUCAUA” NESTA CIDADE E DAS OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal  
de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão  
Ordinária realiza dia 05 de dezembro de 1983, aprovou e eu sanciono  
a seguinte:

LEI

Art.1º - O loteamento “MACUCAUA” nesta cidade passa a  
denominar-se de “BAIRRO SOUZA FILHO”.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas  
às disposições em contrario.

PALÁCIO CODOVIL, EM 07 de dezembro de 1983

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

Prefeito de Parintins

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

**LEI Nº 017/83 – AEPMP**

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL ÀS RUAS E AVENIDAS  
EXISTENTES NO LOTEAMENTO “MACUCAUA” NESTA  
CIDADE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal  
de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão  
Ordinária realizada dia 05 de dezembro de 1983, aprovou e eu  
sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Dá denominação oficial às Ruas e Avenidas existentes no  
loteamento “MACUCAUA”, de propriedade do Sr. RAIMUNDO  
DEJARD VIEIRA, nesta cidade, a seguir:

01- A rua nº2 passa a denominar-se RUA CABORY

02- A Avenida Penetração – Passa a denominar-se AVENIDA  
MOCAMBO

03- A Rua nº3 – Passa a denominar-se RUA PARAÍSO

- 04- A Rua nº4 – Passa a denominar-se RUA PARANANEMA
- 05- A Rua nºC1 – Passa a denominar-se RUA ANINGA
- 06- A Rua nºC2 – Passa a denominar-se RUA MACURANY
- 07- A Rua nºC3 – Passa a denominar-se RUA VALÉRIA
- 08- A Rua nºC4 – Passa a denominar-se RUA ITABORAY
- 09- A Rua nºC5 – Passa a denominar-se RUA MARAJÓ

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL, 07 de dezembro de 1983

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

Prefeito Municipal de Parintins

## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

#### **PALÁCIO CORDOVIL**

#### **LEI Nº 03/84-AEPPM.**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PARINTINS A DESAPROPIAR POR UTILIDADE PÚBLICA, O IMÓVEL ABAIXO DESCRIMINADO.**

O Cidadão Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em Sessão Ordinária do primeiro período Legislativo do corrente ano, aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art. – 1º Fica o Município de Parintins autorizado a desapropriar por utilidade pública, os imóveis com as benfeitorias neles existentes, conforme discriminação abaixo:

Imóvel “1”- Imóvel de propriedade da família Alaggio

Área – 525.397,13m<sup>2</sup>

Limites:

NORTE – com Estrada Parintins/Parananema c/ 374,05m.

OESTE – com José Rolim c/1.282,10m.

LESTE – com Raimundo Dejard Vieira c/ 1.208,95m.

SUL – com Osmar Faria c/ 402,50m

Benfeitorias – a área total possui campo natural de pastagem.

Imóvel “2” – Propriedade de Manoel Esteves do Rosário Júnior

Área – 74.275,47m<sup>2</sup>

Limites:

## *História e Memória Política do Município de Parintins*

SUL – com Estrada Parintins/Parananema c/ 373,00m

Leste – com Companhia Fabril Juta de Parintins c/228,65m

Oeste – com José Rolim c/ 174,20m

Norte – com Aningal Vista Alegre c/ 363,40m

Benfeitorias – a área total possui campo de pastagem natural.

Art. 2º - Os imóveis e benfeitorias descritos no art.1º da presente Lei, são de propriedade da família Alaggio e de Manoel Esteves do Rosário Junior, destinam-se a implantação do Distrito Agro Industrial de Parintins.

Art. 3º - A desapropriação autorizada na presente Lei poderá se efetivar de forma amigável ou litigiosa, no que concerne a forma de pagamento e seu valor.

Art. 4º - O Município de Parintins deverá promover o levantamento do imóvel para efeito de indenização, caso não haja acordo entre as partes, com relação ao valor a ser pago, procedendo de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º – Fica o Município de Parintins, autorizado a abrir crédito no valor de Cr\$30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para fazer face às despesas com a indenização dos imóveis ora desapropriados.

Art. 6º - as despesas com a indenização dos imóveis e benfeitorias, objeto da presente autorização desapropriatória, correrão a custa de recursos oriundos de convênios firmados entre a Prefeitura/Estado do Amazonas/SUDAM/SUFRAMA, complementados, se insuficientes, com recursos próprios.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL, em 13 de junho de 1984.

Gláucio Bentes Gonçalves

Prefeito Municipal.

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITO**  
**PALÁCIO CORDOVIL**  
**LEI Nº 042/84 – AEPMP**

APROVA PROJETO DE LOTEAMENTO E URBANIZAÇÃO DA  
ÁREA DO ANTIGO AEROPORTO “PICHITA COEHN” E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Cidadão GLÁUCIO BENTES GANÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.,  
FAZ saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão ordinária do segundo período Legislativo do corrente ano, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º - Fica aprovado o projeto de Loteamento e Urbanização da área do antigo Aeroporto “PICHITA COEHN”, nesta cidade, de acordo com as plantas e memorial descritivo, anexos, que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as providências legais e administrativas para execução integral na da autorização contida no Art. 1º da seguinte Lei.

Art.3º - Os novos títulos definitivos a serem expedidos na área em apreço e por força do Prefeito ora aprovado, deverão conter obrigatoriamente Clausula resolutive de 02 anos para construção, tudo de acordo com a Legislação de terras e código de Obras do Município em vigor.

Art.4º - Ratificar através desta lei o ato do Executivo Municipal que anulou os títulos emitidos e pagos irregularmente, dentro da área do antigo Aeroporto “PICHITA COEHN” nesta cidade, obedecendo as orientações na Lei Municipal nº04/83 – AEPMP de 03 de maio de 1983.

Art.5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario, especialmente as Leis Municipais nº017 de 16 de dezembro de 1982 e suas atribuições contidas na de nº 01/83 de 14.01.83.

Palácio Cordovil em 08 de novembro

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

Preito Municipal

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**LEI Nº 007/85 – AEPMP**

Dá a denominação oficial ao Bumbódromo localizado na praça do Povão, e dá outras providência.

O Cidadão GLÁUCIO BENTES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

## *História e Memória Política do Município de Parintins*

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em sessão ordinária do primeiro período legislativo do corrente ano, aprovou e eu sanciono a seguinte.

LEI:

Art.1º - O Bumbódromo localizado na Praça do Povão, nesta Cidade, passa a denominar-se “CENTRO CULTURAL MESSIAS AUGUSTO”, justa homenagem de gratidão ao Ex-Vereador e Radialista Messias Augusto das Neves, pelo muito que fez em prol do desenvolvimento de Parintins e seu povo.

Art.2º - Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil, em 26 de junho de 1985.

a)Gláucio Bentes Gonçalves

Prefeito municipal

### **ESTADO DO AMAZONAS**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

##### **LEI Nº 012/85 – AEPMP**

Autoriza o Poder Executivo a doar duas áreas de terras do Patrimônio municipal ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas – IPASEA, e da outras providências.

O Cidadão Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão ordinária do 2º Período legislativo do corrente ano, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar duas áreas de terras do Patrimônio Municipal, localizado no antigo AEROPORTO PIICHITA COHEN, sendo a área de 1 (um) situada entre a Rua Domingos Prestes e a Avenida Paraíba e a área 2 (dois) situada entre as Avenidas Nações Unidas e Paraíba, respectivamente na sede do Município de Parintins, ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO AMAZONAS – IPASEA, destinados a construção de um Conjunto Habitacional, conforme as seguintes metragens e confrontações:

ÁREA 1.

NORTE – 268 metros – com a Rua Domingos Prestes.

## *História e Memória Política do Município de Parintins*

SUL – 268 metros – com a Avenida Paraíba.

LESTE – 155 metros – com a Praça do Povão.

OESTE – 155 metros – com terreno de propriedade do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Perímetro – 846,00<sup>2</sup> (oitocentos e quarenta e seis metros quadrados).

ÁREA 2.

NORTE – 232,00 m – com a Av. Nações Unidas.

SUL – 232,00 m – com a Av. Paraíba.

LESTE – 155,00 m – com a área pertencente ao Patrimônio Municipal, destinada a uso habitacional.

OESTE – 155,00 m – com a Praça do Povão.

Perímetro – 774,00<sup>2</sup> (setecentos e setenta e quatro metros quadrados).

TOTAL DA ÁREA DOADA – 77.500<sup>2</sup> (setenta e sete mil quinhentos metros quadrados).

Art.2º - A DOAÇÃO de que trata o “CAPUT” do artigo anterior terá validade por um ano, findo o qual não sendo efetuadas as construções pelo INSTITUTO beneficiado, o terreno retornará automaticamente ao Patrimônio Municipal.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil, em 20 de setembro de 1985.

a)Gláucio Bentes Gonçalves

Prefeito Municipal

### **ESTADO DO AMAZONAS**

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**

##### **LEI Nº 013/85 – AEPMP.**

Altera a denominação das Avenidas Rio Branco e Gomes de Castro nesta Cidade, e da outras providências.....

O Cidadão Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão ordinária do 2º período Legislativo do corrente ano, aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Passa a denominar-se Avenida Senador José Esteves, parte da Av. Rio Branco no trecho compreendido entre a Av. Amazonas até atingir as margens do Rio Macurany, e de Avenida Pe. Victor a

Av. Gomes de Castro, no trecho compreendido entre a Rua Paraíba até atingir os limites da Olaria Pe. Colombo, como homenagem e reconhecimentos pelos relevantes serviços que prestaram a coletividade parintinense.

Art. 2º - Fica revogada a Lei nº 07/77 de 30 de maio de 1977, para todos os fins de direitos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil, em 02 de outubro de 1985.

a) Gláucio Bentes Gonçalves  
Prefeito Municipal.

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**LEI Nº 001/86 – AEPMP.**

AUTORIZA o Município de Parintins a DESAPROPRIAR por utilidade pública, o imóvel discriminado, e da outras providências.... O Cidadão Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em sessão extraordinária do corrente ano, aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Município de Parintins, autorizado a desapropriar por utilidade pública, o imóvel com as benfeitorias nela existente, conforme discriminação abaixo e pertencente ao Sr. PAULO CORRÊA:

Área-----313.162,00 m<sup>2</sup>

Perímetro-----2.686,00 m<sup>2</sup>

Limites:

Ao Norte: - CIBRAZEM E PAULO CORRÊA.

Ao Sul: - com terras de PAULO CORRÊA.

A Leste: - com terras de PAULO CORRÊA.

A Oeste: - com a estrada PRT – 2 (Parintins/Macurany).

-Benfeitorias: a área total possui campo natural de pastagem e capoeiras.

Art. 2º - O imóvel e benfeitorias descritas no Art. 1º da presente Lei, são de propriedade do Sr. PAULO CORRÊA, discriminando-se a construção de casas populares, neste Município;

## *História e Memória Política do Município de Parintins*

Art. 3º - Fica também o Município de Parintins, autorizado a doar as terras desapropriadas e descritas no Art. 1º à SOCIEDADE DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS – SHAM, para uso público diversos, respeitado as formalidades legais vigentes;

Art. 4º - A desapropriação autorizada na presente Lei poderá se efetivar de forma amigável ou litigiosa, no que concerne a forma de pagamento e seu valor;

Art. 5º - O Município de Parintins deverá promover levantamento do imóvel para o efeito de indenização, caso não haja acordo entre as partes com relação ao valor a ser pago, procedendo de acordo com a legislação em vigor.

Art. 6º - Fica o Município de Parintins autorizado a abrir crédito Especial até o valor apurado no levantamento do imóvel ora desapropriado, para fazer face as despesas com indenização da desapropriação do mesmo;

Parágrafo Único – Apurado o valor da indenização amigável ou litigiosa, será o mesmo comunicado ao Poder Legislativo para efeitos legais.

Art. 7º - As despesas com a indenização do imóvel e benfeitorias, objeto da presente autorização desapropriatória correção as custas de recursos oriundos de convênios com os Órgãos Federais ou Estaduais, complementados se insuficiente, com recursos próprios do Município.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Cordovil, em 23 de janeiro de 1986.

a) Gláucio Bentes Gonçalves  
Prefeito Municipal.

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS ESTADO DO AMAZONAS LEI Nº 001/86 – CMP.**

Concede o Título de “HONRA AO MÉRITO” ao Exmo. Senhor Gláucio Bentes Gonçalves, DD. Prefeito Municipal de Parintins, e da outras providências.

O Cidadão Raimundo Desterro da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais, etc.

## *História e Memória Política do Município de Parintins*

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Parintins, em sessão do Primeiro Período Legislativo do corrente ano, aprovou e eu PROMULGO a seguinte;

Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de “Honra ao Mérito” ao Exmo. Senhor Gláucio Bentes Gonçalves – DD. Prefeito Municipal de Parintins, pelos relevantes serviços que presta à frente dos Destinos da Comunidade Parintinense,

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 30 de maio de 1986.

(aa) Raimundo Desterro da Rocha

Presidente

Francisco das Chagas Ribeiro - 1º Secretário



Antigo Tablado



Bumbódromo

## **REFERÊNCIAS**

Entrevista com o ex-vereador Antônio Pontes.

GONÇALVES, Gláucio Bentes. Parintins nas minhas lembranças. Manaus, 2012.

LIVRO DE ATAS CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1982/83

LIVRO DE ATAS CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1983/84

LIVRO DE ATAS CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1984/85

LIVRO DE ATAS CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1985/86

LIVRO DE ATAS CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1987/88

LIVRO DE PROJETOS DECRETOS E RESOLUÇÕES CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1983 a 1985

LIVRO DE PROJETOS DECRETOS E RESOLUÇÕES CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1985 a 1987

LIVRO DE PROJETOS DECRETOS E RESOLUÇÕES CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1988

LIVRO DE REGISTRO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1981 a 1988.

MORENO, Jean Carlos, Sandro Vieira Gomes. O contemporâneo: mundo das rupturas – Curitiba: Positivo, 2010.

